

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

GABRIELA ALVES MIRANDA

DOUTORES DA *BATALHA DA BORRACHA*: OS MÉDICOS DO SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AMAZÔNIA (SEMTA) E O RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES PARA OS SERINGAIS EM TEMPO DE GUERRA (1942-1943).

Rio de Janeiro

2013

GABRIELA ALVES MIRANDA

DOUTORES DA *BATALHA DA BORRACHA*: OS MÉDICOS DO SERVIÇO ESPECIAL DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA (SEMTA) E O RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES PARA OS SERINGAIS EM TEMPO DE GUERRA (1942-1943).

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. GILBERTO HOCHMAN

Rio de Janeiro

2013

Ficha Catalográfica

M672d Miranda, Gabriela Alves

Doutores da Batalha da Borracha: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943) / Gabriela Alves Miranda – Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.

192 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

Bibliografia: 183-187 f.

1. Seleção de pessoal. 2. Trabalhadores. 3. Médicos. 4. Seringal. 5. Assistência à saúde. 6. História. 7. Brasil.

CDD 658.311

DOUTORES DA *BATALHA DA BORRACHA*: OS MÉDICOS DO SERVIÇO ESPECIAL DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA (SEMTA) E O RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES PARA OS SERINGAIS EM TEMPO DE GUERRA (1942-1943).

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em de .

BANCA EXAMINADORA

__Prof.Dr. Gilberto Hochman
(PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ) - Orientador

Prof.Dr. Simone Kropf (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)

Prof.Dr. Maria Verónica Secreto (PPGH- UFF)

Suplente:

Prof.Dr. Cristina Fonseca (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)

Prof.Dr. Carlos Henrique Assunção (Departamento de Pesquisa - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)

A gente principia as coisas, no não saber porque, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, pôr todos remexida e temperada. Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...

Guimarães Rosa (Grande Sertão: Veredas)

Para meu Tio Armando, por todo seu carinho, com saudade e gratidão.

Para meus Avós, por ter crescido ouvindo histórias.

Para meu Pai, por estar comigo.

Para minha grande Mãe, guerreira, por tudo que sou, fui e serei.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa pesquisa recebi colaborações de muitas pessoas, por maneiras e momentos diferentes. Agradeço fundamentalmente ao prof. Gilberto Hochman, verdadeiro orientador e incentivador desse trabalho, quem aceitou meu projeto de pesquisa e deu direção a uma ideia ainda sem forma. Recebi apoio, compreensão e liberdade que me ajudaram a persistir nesse desafio que é escrever uma dissertação. Obrigada pelas diversas leituras. Agradeço às coordenadoras do programa, prof. Magali Sá e Simone Kropf pelo apoio dedicado aos alunos e ao interesse pela minha pesquisa. À equipe da secretaria, Maria Cláudia, Paulo e Sandro que sempre me apoiaram com muita atenção. À professora Cristina Fonseca por gentilmente ter me apresentado suas fontes.

Aos professores das disciplinas cursadas: Gilberto Hochman, Flavio Edler, Lorelai Kury, Marcos Cueto, Tania Pimenta e Kaori Kadama, meu muito obrigada pela oportunidade das leituras e discussões na sala de aula que deram à fase do mestrado bons momentos de troca de conhecimento. Aos professores Simone Kropf e André Campos que participaram da banca de qualificação e me ajudaram no desenvolvimento desse trabalho. Também à professora Maria Verónica Secreto por aceitar o convite em participar da banca de defesa.

Agradeço ao professor Paulo Knauss que me aceitou como aluna-ouvinte no curso “Imagem e Política: Fotografias de Governo e Cultura Visual” ministrada no programa de pós-graduação em história social da Universidade Federal Fluminense no segundo semestre 2012. Suas aulas me inspiraram a pensar sobre o tema da propaganda que perpassa esse trabalho. Sobretudo, agradeço ao Paulo a sensibilidade de seu olhar sobre temas históricos e o reconhecimento que dispensa às pesquisas de seus alunos.

Agradeço aos arquivistas, especialmente a Sátiro Nunes do Arquivo Nacional que me apresentou a documentação do SEMTA; ao Claudio e a Natacha Reis do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz que se sensibilizou e não sossegou enquanto não encontrou as fotografias que se encontravam perdidas, graças a ela que essas imagens integram essa dissertação e ao prof. Pedro Eymar, responsável pelo acervo de Jean Pierre Chablos guardados pelo Museu de Arte do Ceará por ter me recebido com muito carinho durante os dias que eu pesquisei por lá, pelo empréstimo de seu computador e pelas conversas atenciosas. Não posso esquecer da atenção prestada pela equipe da

Cinemateca Brasileira, sobretudo por Adilson Mendes e pela equipe do Instituto Histórico Geográfico do Ceará, principalmente ao Diogo. Sou grata aos colegas de disciplinas com quem dividimos angústias e prazos, apresentação de textos e boas conversas: Mariana, Diego, Gustavo, Rodrigo(s), Cecília, André... É com muita alegria que, recebi no mestrado o presente de amizades mais que gratificantes que vou carregar na vida e no coração. Às meninas Priscila Cupello e Elaine Gonçalves meu muito obrigada por vocês me animarem e me ouvirem. À Wesley Kettle, seu amor pela história é admirável e contagiante. À Maria Gabriela Bernardino, fica difícil expressar o quanto sua presença foi importante: não bastou ter dividido sua verba de viagem para que eu pudesse pesquisar em Fortaleza, numa atitude nobre e rara, esteve ao meu lado ao longo de todo esse duro processo como uma irmã. Agradeço aos deuses esses encontros.

Aos colegas de orientação Érico, Beth, Rômulo e Mônica pelas poucas, porém construtivas reuniões.

À César Garcia Lima, que realizou um documentário sobre os soldados da borracha, pela disponibilidade e troca de informações.

À Ana Carolina de Albuquerque Moraes, pelo encontro em Fortaleza onde conversamos sobre nossas pesquisas.

À incrível Ana Maria Scherer Chabloz, filha do artista Chabloz, pelo prazer que me proporcionou em duas tarde em que mostrou pacientemente documentos, me contou muitas histórias de sua família, e me serviu uma delícia de café.

À queridíssima Claudinha Ricci quem me ensinou os caminhos dos arquivos, e me apresentou a alegria em encontrar um documento. Obrigada por dividir sua experiência, por me ouvir e me apoiar.

Aos meus amigos e familiares que compreenderam ausências, dividiram expectativas. À Mariana Ferreira, minha irmã de alma, na certeza que continuaremos a caminhar e aprender. À Anna Paula, Mariana, Marcelo, Thiago, Fabiano, à minha irmã Isadora, não me esquecerei do carinho e incentivo, foram fundamentais! À Luiz Antônio Martins e a tudo e todos que ele congrega no céu e na terra. Agradeço a Fiocruz pela bolsa de pesquisa, sem a qual esse trabalho não seria possível. Agradeço com toda força a minha mãe, minha amiga e conselheira, essa conquista eu divido com ela. Pronto, vó, falta menos do que faltava... À memória do meu tio e do meu vô, que dividiram o nome Armando, o amor pelo magistério e meu orgulho.

SUMÁRIO

Introduçãop.15

Capítulo 1 – *Mais borracha para a vitória: a Batalha da Borracha, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial*.....p.21

1.2) A aproximação das relações entre Brasil e Estados Unidos.....p. 25

1.3) Políticas do Estado Novo: a “Batalha da Borracha” e os interesses nacionais.....p.32

Capítulo 2 – *Vai Também para a Amazônia Protegido pelo SEMTA: o projeto de migração, recrutamento e mobilização empreendidos pelo SEMTA em tempo de guerra*.....p.45

2.1) O SEMTA na *Batalha da Borracha*.....p.46

2.2) *Mais Borracha para a Vitória*: A criação e a organização do SEMTA.....p.50

2.3) *Rumo a Amazônia*: o trajeto e a viagem dos soldados da borracha.....p.58

2.4) Imagens do migrante trabalhador: de “malandro”, “vagabundo” e “flagelado” a “soldado da borracha”p.68

2.5) *Cada um no seu lugar para a vitória*: a propaganda do SEMTA para Batalha da Borracha.....p.83

2.5.1) Chabloz e a Propaganda do SEMTA p.94

2.6) *Vida Nova na Amazônia*: Da família do “Soldado da Borracha”p.105

Capítulo 3 – *Selecionando e Cuidando: o processo de recrutamento dos “soldados da borracha” entre nordestinos realizado por médicos do SEMTA*.....p.109

3.1) A Seleção de Trabalhadores para a “Batalha da Borracha”: uma disputa pelas “melhores reservas humanas”p.112

3.2) O Recrutamento e Seleção dos Trabalhadores para a Amazônia: entre o SEMTA e o DNIp.117

3.3) O Médico do SEMTA em Ação: muito esforço e pouca produção.....p.119

3.4) Seleção e classificação dos trabalhadores para a Amazônia: o procedimento dos médicos do SEMTA.....	p.127
3.5) A falta do procedimento: emergências, relação com o SESP e outros problemas.....	p.142
3.6) O <i>SEMTA arregimenta e protege os Soldados da Borracha!</i> : a assistência ao trabalhador do SEMTA.....	p.148
3.7) Cuidando dos dependentes do <i>Soldado da Borracha</i> : o Núcleo de Assistência às famílias	p.160
4) Considerações Finais: <i>Senta-te e Espera, Miserável Trabalhador da Amazônia</i>:	p.167
Referências Bibliográficas	p. 174
Arquivos e Acervos Consultados	p.178
Anexos.....	p.179

LISTA DE IMAGENS

- Fig. 1. CHABLOZ, Jean Pierre. “Pouso de Imigrantes” do SEMTA, desenho em perspectiva de cima.....p. 60
- Fig. 2. CHABLOZ, Jean Pierre – “Meios de transporte dos trabalhadores”. Ilustração para conferências. Maio de 1943. MAUC-UFC.....p.64
- Fig. 3. Embarque de Trabalhadores do Rio de Janeiro, Estação Pedro II, em 18.01.1943. Jornal O Povo. Fortaleza, 21.01.1943.....p.70
- Fig. 4. Tipo de Trabalhador . Fotografia ABA-Film.....p.77
- Fig. 5. Soldado da Borracha. Fotografia ABA-Film.....p.77
- Fig. 6. “SEMTA Camp - Battery of Sentinas”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina.....p.79
- Fig. 7. “SEMTA Camp - Bathing”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina.....p.80
- Fig. 8. “The weekly letter to the old folks”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina.....p. 81
- Fig.9. CHABLOZ, Jean Pierre. Composição com recortes fotográficos.....p.84
- Fig.10.CHABLOZ, Jean Pierre. Ilustração integrante do Folheto *Rumo à Amazônia*.....p. 86
- Fig. 10. CHABLOZ, Jean Pierre. “Cada um no seu lugar”.....p.87
- Fig. 12. Comparação de versões do cartaz *Mais Borracha para a Vitória*: estudo, versão posterior e versão final impressa.....p.96
- Fig.13. CHABLOZ, Jean Pierre. *Equipamento de Viagem fornecido pelo SEMTA* – Ilustração para Conferências, maio de 1943.....p.97
- Fig. 14. CHABLOZ, Jean-Pierre . Composição com letreiro, painel e cartazes no Cine Diogo, em Fortaleza. Julho de 1943.....p.99
- Fig.15. Parada da Batalha da Borracha. Fotografia ABA-Film.....p.100
- Fig. 16. Aspecto de missa realizada no Pouso do Prado, Fortaleza. Fotografia ABA-Film..... p.103
- Fig. 17. O Arcebispo do Ceará, o chefe do SEMTA e o Interventor Federal do Ceará. Fotografia ABA-Film.....p.103
- Fig. 18. CHABLOZ, Jean Pierre. Cartaz *Vida nova na Amazônia*.....p.105
- Fig. 19. RUBENS. Caricatura de Manoel José Ferreira.....p.110

Fig. 20. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film.....	p.127
Fig. 21. CHABLOZ, Jean-Pierre – Cartaz “Nordestino: queres ir trabalhar na Amazônia? Alista-te no S.E.M.T.A.”.....	p.128
Fig. 22. Modelo de Ficha Médica datilografada.....	p.134
Fig. 23. Modelo de Ficha Médica impressa.....	p.135
Fig. 24. Quadro Sinótico de Biótipos Nordestinos.....	p.138
Fig. 25. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film.....	p.140
Fig. 26. CHABLOZ, Jean Pierre. Fragmento de cartaz encomendado para campanha sanitária do SESP.....	p.144
Fig. 27. CHABLOZ, Jean Pierre. Fragmento de cartaz encomendado para campanha sanitária do SESP.....	p.145
Fig. 28. CHABLOZ, Jean Pierre. Fragmento de cartaz encomendado para campanha sanitária do SESP.....	p.146
Fig. 29. Exercícios Físicos no Pouso do Prado, Fortaleza, 1943. Fotografia ABA-Film.....	p.157
Fig. 30. Regina Chabloz e mulheres nucleadas no Núcleo Provisório de Porangabussú. Acervo Pessoal Ana Maria Scherer Chabloz.....	p.164
Fig. 31. Paulo de Assis Ribeiro, João Alberto Lins de Barros e dr. Júlio Pinto Duarte no Núcleo Provisório de Porangabussú na ocasião da visita do Ministro em 21 de abril de 1943.....	p.165
Fig. 32. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film. Acervo Jean Pierra Chabloz. MAUC-UFC.....	p.164

LISTA DE ANEXOS

Lista de Doenças.....	p.179
Lista de Doenças.....	p.180

RESUMO

Essa dissertação analisa a participação dos médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA), responsáveis em recrutar e selecionar trabalhadores “fisicamente capazes” visando aumentar a produção nos seringais amazônicos que atenderia a demanda dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial na denominada *Batalha da Borracha* entre os anos de 1942 e 1943. O SEMTA foi criado pelo ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação de Mobilização Econômica (CME), em 30 de novembro de 1942, e sob o discurso de que era preciso colaborar com o esforço de guerra; socorrer “flagelados” do nordeste e contribuir com a colonização da Amazônia. A organização deveria, recrutar, selecionar e encaminhar os *soldados da borracha* por vias interiores, devido ao perigo dos ataques alemães que rondava o litoral brasileiro nessa época. Esse episódio significou uma tensão entre a situação de urgência provocada pelo envolvimento do Brasil na guerra com velhos problemas e com soluções de longo prazo. Os médicos do SEMTA participaram ativamente das principais atividades da denominada *Batalha da Borracha*. Eles tiveram que lidar com conflitos junto às autoridades locais e com a pressão proveniente da meta de trabalhadores encaminhados para a Amazônia que foi estipulada entre o SEMTA e a agência norte-americana Rubber Reserve Company (posteriormente denominada “Rubber Development Corporation”). Não obstante, esses profissionais tiveram de enfrentar o desafio de recrutar em meio a uma população pobre, doente e abandonada pelo poder público – uma realidade bem distante da dimensão simbólica construída pela propaganda acerca do *soldado da borracha*.

ABSTRACT

This dissertation is an analysis of the participation of doctors from the Special Service for the Mobilization of Workers to the Amazon (its acronym in Portuguese is SEMTA), responsible for recruiting and selecting “physically able” workers in order to increase production in Amazon rubber plantations in the so-called *Battle for Rubber* in 1942 and 1943, which would help meet the demand of the Allies during the Second World War. SEMTA was formed by minister João Alberto Lins de Barros, of the Coordination of Economic Mobilization (CME in Portuguese), on November 30, 1942, using the argument that it was necessary to collaborate in the war effort, to aid suffering Northeasterners, and to contribute to the colonization of the Amazon region. The organization was to recruit, select and send off the “Rubber Soldiers” via inland routes, due to the risk of attacks by the Germans along the Brazilian coast at that time. This episode created tension between the urgency caused by Brazil’s involvement in the war and the old problems requiring long-term solutions. SEMTA doctors actively participated in the main activities of the so-called *Battle for Rubber*. They had to deal with conflicts with local authorities, and the pressure of the quota for workers sent to the Amazon, as established by SEMTA and the American *Rubber Reserve Company* (later renamed *Rubber Development Corporation*). Nonetheless, these professionals had to face the challenge of recruiting workers from a population that was poor, sick, and abandoned by the public system – a reality that was quite different from the symbolic dimension created by the propaganda of the *Rubber Soldiers*.

Introdução

Essa pesquisa é fruto de uma conversa despreziosa com o chefe da sala de consultas do Arquivo Nacional, Sático Nunes, no fim do ano de 2009. Foi o interesse pelo tema da saúde e do trabalho que o levou a me indicar uma consulta à documentação referente ao Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores da Amazônia (SEMTA) que integra o Fundo Paulo de Assis Ribeiro, sob a guarda desse arquivo. Essa é formada por duas caixas de documentos administrativos do SEMTA, organização que foi criada no fim do ano de 1942, para realizar o encaminhamento de nordestinos para a Amazônia e contribuir com a *Batalha da Borracha*. Dessa documentação, saltou-me aos olhos as circulares aos médicos do SEMTA, cardápios para alimentação dos trabalhadores, lista de doenças, certificado de vacinação de guardas sanitários, um quadro de madeira juntamente com instruções para envio de mensagens codificadas, listagem de centenas de nomes daqueles que foram *soldados da borracha*... Foi preciso buscar entender o que foi a *Batalha da Borracha* e, assim constatarmos que, apesar de alguns autores terem mencionado a participação dos médicos no SEMTA, ainda seria importante produzir uma história que privilegiasse a atuação desses profissionais.

A denominada *Batalha da Borracha* se inseriu no processo de mobilização para a guerra que passou a integrar políticas do governo Vargas, a partir de 1942. Essa campanha visava aumentar a produção de borracha na Amazônia, destinada à indústria bélica dos Aliados. Diante da ofensiva dos países do Eixo no conflito, o tema da escassez da borracha tornou-se uma das maiores preocupações dos Estados Unidos, país que vinha assumindo cada vez mais uma posição protagonista no confronto. O bloqueio comercial imposto pelos japoneses aos norte-americanos interrompeu a compra da borracha asiática, fazendo com que a região Amazônica retornasse ao cenário internacional, espaço justamente perdido para a produção asiática no início do século XX. As seringueiras silvestres da Amazônia passariam a fornecer o material estratégico para os Aliados, sob as condições definidas por meio dos *Acordos de Washington* assinados entre Brasil e Estados Unidos em 3 de março de 1942.

Um dos maiores problemas a ser enfrentado era a falta de braços para extração do látex. A Amazônia apresentava uma taxa de densidade populacional negativa: 0,44% segundo o Censo de 1940, realizado pelo IBGE. Segundo dados do Censo, realizado

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 75% da população vivia em comunidades espalhadas próximas aos rios, enquanto os 25% restantes estariam condensadas nas áreas urbanas em Manaus, Belém e em pequenas vilas¹. Aqueles nordestinos que permaneceram no Vale Amazônico depois da decadência da borracha, passaram a se dedicar majoritariamente a atividades de subsistência (pequenas culturas, caça e pesca) a fim de compensar o precário abastecimento dos açambarcadores (distribuidores de mercadorias na região) ou para evitar a acumulação de dívidas nos barracões.

Entre os anos de 1943 e 1945, milhares de homens foram recrutados na região nordeste e, sob a alcunha de *soldados da borracha*, migraram em direção aos seringais amazônicos, também como alternativa às condições trazidas com a seca de 1942 que atingiu o sertão nordestino. Esses homens estavam retomando o destino de muitos de seus conterrâneos que se dirigiram aos seringais na época do *boom* da borracha durante o fim do século XIX. Contudo, com a decadência da produção nos anos de 1910, muitos retornaram para suas cidades de origem, ou se dedicaram às atividades de subsistência na Amazônia. A diferença é que esse fluxo de nordestinos para a região amazônica empreendido na década de 1940 teve ampla interferência do governo federal. Os *soldados da borracha* viajaram sob a tutela do governo Vargas e com recursos norte-americanos. Na vigência dos *Acordos de Washington*, que estabelecia as condições de fornecimento de materiais estratégicos, o Brasil criou diversas agências. Uma delas foi o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

O SEMTA foi criado no dia 30 de novembro de 1942 pela Coordenação de Mobilização Econômica (CME) para atender essa demanda de mão de obra e criar soluções para o encaminhamento de trabalhadores à Amazônia. Além disso, essa organização empreendeu um processo de recrutamento e seleção de trabalhadores nordestinos, assim como se ocupou da logística de viagem por vias interiores. A rota pelo litoral foi evitada devido ao temor de torpedeamentos de navios no litoral brasileiro, que ocorreram a partir de fevereiro de 1942². Esses ataques foram uma represália dos alemães à aproximação do país com os Estados Unidos.

¹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 114.

² FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. p.39-43.

O objetivo desse trabalho é analisar a participação dos médicos contratados pelo SEMTA que tiveram ampla participação nessa agência. Além de recrutar e selecionar os *soldados da borracha*, os médicos do SEMTA prestaram assistência à saúde dos trabalhadores, atuando em cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral do Brasil e Estados Unidos, criada em julho 1942.

A assistência à saúde e a assistência religiosa, oferecidas aos trabalhadores em trânsito, também foram estendidas aos familiares daqueles que optaram por permanecer nos pousos mantidos pelo SEMTA. A propaganda empreendida pelo SEMTA explorou a assistência à saúde como um benefício oferecido pelo Estado.

A *Batalha da Borracha* na historiografia é associada ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, e também aos interesses nacionais marcados pela preocupação em colonizar a Amazônia, expresso no discurso que o presidente Getúlio Vargas proferiu em Manaus no ano de 1940. O trabalho de Warren Dean *A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, originalmente publicado em 1987 e traduzido no Brasil em 1989, chamou a atenção para a importância das “condições ecológicas de produção” nos resultados históricos³. Dean não nega a existência de problemas quanto à “escassez de mão de obra, capital e técnica” que permearam as tentativas do cultivo das seringueiras, ao longo do tempo. Entretanto, o autor afirma que “mesmo quando essas dificuldades eram superadas, as seringueiras apresentavam uma produtividade demasiadamente baixa para justificar seus custos”⁴. Para Warren Dean, a maior razão da baixa produção de borracha na Amazônia era de cunho ambiental, mais do que demográfico. Devia-se à disseminação do fungo “*Microcyclus ulei*” que atacava as seringueiras: o chamado “mal das folhas”. Warren Dean (1989) sustenta que a participação dos Estados Unidos quanto à aplicação de capital e técnicas na plantação de seringueiras na Amazônia não logrou sucesso – seja no caso da propriedade do empresário Henry Ford concedida pelo governo estadual do Pará na cidade de Belterra, a *Fordlândia* nos anos de 1920, seja no contexto do esforço de guerra.

Barbara Weinstein em *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*, publicado em 1983, analisou o comércio da borracha em sua fase áurea no século XIX, enfocando as particularidades do modo de produção nos seringais e

³ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989. p. 27.

⁴DEAN, Warren. Op. Cit, p. 26.

compreendendo as dificuldades na transição para o capitalismo na produção da borracha. Referindo-se a esse período, ela considera que a produção de borracha manteve-se essencialmente pré-capitalista, embora atendesse indústrias estrangeiras que se desenvolviam rapidamente⁵. A dispersão dos recursos materiais, escassez inicial de capital e as grandes distâncias percorridas na região culminaram na existência de um sistema econômico no qual o controle ficava nas mãos do produtor direto, e o excedente destinava-se a troca por mercadorias. Essa rede de aviamentos, que dependia de intermediários, foi exercida por membros da nova elite da borracha. O grande número de intermediários “fragmentava os lucros e gerava hierarquia de endividamentos”⁶. A amplitude da floresta impedia o controle do trabalhador e dificultava o acúmulo de capitais. Segundo Weinstein, uma das formas de resistência do seringueiro era aumentar o tempo dedicado a suas atividades de subsistência ou fugir para outros seringais⁷.

As circunstâncias que propiciavam a exploração dos seringueiros pelos seringalistas ainda permaneceram na região durante a década de 1940. Apesar das diferentes alternativas pensadas por governantes brasileiros e norte-americanos em ultrapassar tais variáveis regionais que entravavam o aumento da produção gomífera ou afetavam o projeto centralizador do governo, não foi possível enfrentar a lógica de produção exercida pelos seringalistas e açambarcadores de mercadorias.

A propaganda de recrutamento empreendida pelo SEMTA explorou a imagem da Amazônia como uma promessa de prosperidade. Essa imagem foi difundida pela política de Vargas, embora já estivesse presente no imaginário nordestino. No entanto, a recepção da propaganda também não se dava de maneira passiva pelo nordestino, de maneira não ser possível entender a propaganda como manipulação. Esse “questionamento” esteve presente também na imaginação da região amazônica como opção de migração.

A imaginação sobre a região era alimentada pelas experiências reais daqueles que, ao retornar dos seringais, compartilhavam suas histórias vividas na floresta amazônica em sua comunidade. Apesar da imagem da exploração nos seringais, das doenças e das dificuldades de alimentação, milhares de nordestinos partiram para a Amazônia nesse contexto de esforço de guerra. Lucia Arrais Morales lembrou que esse

⁵ WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. Coleção Estudos Históricos; vol. 20. p.296.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

programa de migração do Estado Novo “se concretizou em indivíduos que tem no ato de migrar um dos elementos constitutivos de sua história coletiva” e assim, estabeleceu um confronto entre o discurso oficial e o discurso dos ex-soldados da borracha que entrevistou⁸. Embora não tenhamos trabalhado com fontes orais, constatamos contradições nesse discurso oficial na documentação administrativa do SEMTA.

Maria Verónica Secreto, em *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas* sugere que o recrutamento dos *soldados da borracha* foi acolhido favoravelmente porque satisfaz expectativas de busca pela terra e reproduz ideias arraigadas com a tradicional ideologia da fronteira⁹. Entretanto, com a guerra, os planos de instalação de núcleos familiares em colônias agrícolas na Amazônia foram abdicados para a concentração dos esforços na urgência da demanda por borracha para a indústria bélica. Para Secreto, ainda que o governo anunciasse novos tempos na Amazônia, a demanda por borracha em tempo de guerra dependeu do antigo sistema que havia “proporcionado o boom borracheiro: extrativismo, explorando os seringais amazônicos que estavam em mãos dos seringalistas tradicionais, aviamento-endividamento, arrendamento de estradas etc.”¹⁰. Para Pedro Martinello, autor da tese *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*, o SEMTA teria sido resultado de maior intervenção federal na economia da borracha, mas também se insere como uma instituição que produziu uma inflexão no desenvolvimento do programa de povoamento da Amazônia¹¹.

No plano do discurso, segundo Guillen, a “Batalha da Borracha passou a fazer parte da campanha “bandeirante” que visava integrar o sertão ao corpo da nação”¹². Segundo Morales “de uma maneira ou de outra, os investimentos dos Estados Unidos

⁸ MORALES, Lucia Arrais. *Vai Vem Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. – São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002. p.20.

⁹ SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia de Vargas*. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. A autora percorre a produção intelectual de autores do movimento modernista que defendem o espaço dos Sertões como fiel detentor da essência nacional, entre os quais destaca Cassiano Ricardo que recupera o conceito de bandeira, ou a filosofia da bandeira como categoria a-histórica. Para Ricardo a “essência” nacional estaria nos “Sertões”.

¹⁰ SECRETO, Maria Verónica. Op. cit., p.58.

¹¹ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica – USP - São Paulo, 1985 – publicada em Cadernos UFAC, série C n. 1, 1988.

¹² GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Tese de doutorado em História. IFCH-UNICAMP – Campinas, SP: 1999. p. 86.

para dotar os seringais de força de trabalho contemplavam um dos elementos do projeto inicial: o povoamento”¹³.

As políticas do governo Vargas de incentivo a povoaamentos agrícolas na Amazônia foram afetadas pelos acordos com os Estados Unidos na conjuntura da guerra. As propostas que visavam a sedentarização dos migrantes deram lugar às tradicionais práticas de exploração extrativistas e ao nomadismo¹⁴. Também o Plano de Saneamento da Amazônia que vinha sendo desenvolvido na região pelo Departamento Nacional de Saúde, com objetivo de criar um inquérito sobre a incidência de malária no vale, foi extinto em 1942 com a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)¹⁵. Fruto dos Acordos de Washington, o SESP tinha o objetivo de implementar políticas sanitárias nas áreas de produção estratégica a indústria bélica, o Vale do Amazonas e o Vale do Rio Doce em Minas Gerais.

Ainda que o projeto de colonização agrícola tenha sido afetado pela guerra, as atividades do SEMTA colaboraram para o impacto da *Batalha da Borracha* na região. Para André Campos, as atividades do SEMTA contribuíram para a expansão do projeto de migração que formava uma das frentes do SESP¹⁶. No nordeste não houve nenhum resultado para políticas de saúde pública a longo prazo, mas sob sua perspectiva as políticas sanitárias do SESP “serviram de instrumentos do projeto varguista de incorporação de território e expansão da autoridade pública”¹⁷. O autor considera que o Acre passou a contar com um saldo demográfico positivo, considerando que tal projeto contribuiu com as políticas de interesse de colonização da Amazônia¹⁸.

Cristina Scheibe Wolff lembra a importância da participação dos milhares de *soldados da borracha* que para lá foram transportados e abriram novas estradas em seringais até então não explorados¹⁹. Além desse fator, ela ressalta que, num primeiro momento, a valorização da borracha trouxe vantagens em relação ao preço e houve tentativas de generalizar o uso da faca malaia no lugar da machadinha para aumentar a produtividade. Com a criação da Comissão Executiva da Borracha em 1947, foi

¹³ MORALES, Lucía Arrais. Op. cit., p. 161.

¹⁴ SECRETO, Maria Verónica. Op. Cit., p. 22.

¹⁵ ANDRADE, Romulo; HOCHMAN, Gilberto. “O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)”. *História das Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 257-277, dez. 2007.

¹⁶ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. Cit. p.141.

¹⁷ Idem, 2006.p. 161.

¹⁸ Ibidem

¹⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres na Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. – São Paulo: Hucitec, 1999. p. 137.

aprovada a Lei n. 86 de 8 de setembro de 1947, que protegia o produtor de borracha²⁰. Estabeleceu-se um monopólio estatal sobre o comércio da borracha, que contou com subsídios e investimentos aos seringalistas. O subsídio ao preço da borracha se manteve até 1985. Essa retomada de interesse do governo federal na região culminou na criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) anos depois, durante a vigência do governo democrático de Getúlio Vargas, em 1953. Essas mudanças, entretanto, pouco alterariam o modo de vida nos seringais.

Esta pesquisa se baseia na documentação administrativa do SEMTA, no fundo de Paulo de Assis Ribeiro, que foi chefe do SEMTA, sob a guarda do Arquivo Nacional. Também consultamos o acervo de Jean Pierre Chabloz, guardado pelo Museu de Arte da Universidade do Ceará, ligado à Universidade Federal do Ceará. Ainda que a documentação do SEMTA seja de cunho institucional, não podemos desconsiderar o fato de que ela foi formada por Paulo de Assis Ribeiro e mantida privativamente sob seus cuidados até ser doada por sua esposa, Vera Lúcia Assis Ribeiro após sua morte, em 1974²¹. O acervo de Chabloz é composto por documentos, cartas, fotografias utilizadas para divulgação da campanha e dois diários de serviço elaborados pelo artista. Tal conjunto de documentos também fora doado por sua família para o Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUCUFC). Essa documentação foi complementada com artigos de periódicos institucionais, algumas notícias de circulação na imprensa e por alguns documentos que pertencem ao fundo de Paulo Emílio Salles Gomes, que fora contratado pelo SEMTA como cinegrafista, sob a guarda da Cinemateca Brasileira.

Trabalhamos com arquivos pessoais, e, portanto, podemos concordar que esses conjuntos documentais foram formados por uma intenção que levou ao acúmulo de documentos produzidos ou recebidos pelo seu titular. Maria Teresa Vilela Batista de Melo atenta para dois cuidados que podem evitar que pesquisadores cometam equívocos no tratamento dessa documentação. Primeiramente, o arquivo pessoal não é “um espelho da trajetória de seu titular”, constituindo-se numa ilusão achar que esses documentos dariam acesso a toda a trajetória daquele que nomeou o arquivo²². Além

²⁰D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Amazônia e desenvolvimento à luz de políticas governamentais: a experiência dos anos 50*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, jun.1992. Ano 7, n. 19. p. 47.

²¹ Essa documentação foi amplamente consultada ao longo da década de 1990 para comprovar a participação de seringueiros como *soldados da borracha* com o fim de dar entrada ao pedido de pensão à qual passaram a ter direito com a Constituição Federal de 1988.

²² MELLO, Maria Teresa Batista Vilela de. *Arquivos pessoais de cientistas e história das ciências*. OLIVEIRA, Camila Aparecida; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE; Virginia Albuquerque de Castro

disso, o arquivo não pode ser associado à memória desse indivíduo, “em estado bruto de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira”²³ – ou seja, o processo de acumulação pode ter sofrido interferências diversas, por sua vontade ou não. A documentação do SEMTA, parte do acervo de Paulo de Assis Ribeiro, e a de Jean Pierre Chabloz além de fontes, são também objetos, podendo ter sofrido interferências. Além disso, a documentação do SEMTA, parte do fundo Paulo de Assis Ribeiro, conta com diversas lacunas e ausências. Essa documentação foi aquela particularmente guardada por Assis Ribeiro. Institucionalmente, os documentos do SEMTA foram encaminhados a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, a CAETA, que substituiu o SEMTA após 12 meses de funcionamento²⁴. Percebemos, por exemplo, ausência de acordos, que foram mencionados pelos documentos como anexo. Também em relação às fichas médicas preenchidas no exame de seleção dos trabalhadores, apenas encontramos cópias em branco. Apesar das lacunas e da curta duração do SEMTA (de novembro de 1942 a novembro de 1943) muitas foram as questões pertinentes ao programa de recrutamento e, por conseguinte, à participação dos médicos do Serviço.

Esta dissertação se apresenta em 3 capítulos. Além desses, nas considerações finais também apresentamos dados da consequência do programa da *Batalha da Borracha*, marcada pela tragédia dos *soldados da borracha*, abandonados à própria sorte nos seringais. No capítulo 1, apresentamos o contexto da aproximação do Brasil e Estados Unidos nesse período como um marco que embasou uma longa relação entre os dois países. Também apresentamos a preocupação do governo Vargas com a Amazônia e com a valorização de tipos regionais como uma forma de valorização da nação. Conclamado a colonizar a Amazônia, o nordestino foi visto como um guardião da nacionalidade brasileira, na ideologia do Estado Novo.

A criação do SEMTA, justificada pelas necessidades da guerra, da colonização da Amazônia e da assistência aos retirantes nordestinos, mobilizados por mais um estado de seca em 1942, está explicitada no capítulo 2. Nesse capítulo, abordamos as

(orgs.) Cadernos de Resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011, p. 4.

²³ MELLO, Maria Teresa Batista Vilela de. Idem. p.5.

²⁴ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro à Comissão de Inquérito da Borracha instaurada em 1946. Diário da Assembleia, 24 de agosto de 1946. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

atividades iniciais do *Serviço*, sua relação com outras organizações envolvidas na *Batalha da Borracha* e com as autoridades locais, demonstrando como oscilavam entre a cooperação e o conflito. A questão das regiões brasileiras, introduzida no capítulo 1, é tratada empiricamente por meio da documentação. O programa de recrutamento do SEMTA foi amplamente amparado por uma rede propagandística. Mesmo sem indicações de como se dava a relação com Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que centralizava e difundia a propaganda política do regime, a propaganda do SEMTA funcionava sob lógica semelhante. Essa campanha de propaganda explorou o tema do contrato de trabalho, anseio pela terra, assistência médica e religiosa aos trabalhadores e família. A representação do nordestino como um homem que congrega ideais de força e resistência, se contrastava com àquela que remetia à necessidade de assistência oferecida às doenças e pobreza, fruto da carência de assistência em saúde e educação.

No capítulo 3, analisamos a participação dos médicos do SEMTA, esclarecendo sobre os procedimentos de seleção dos *soldados da borracha* em meio a essa população carente e doente. A seleção de trabalhadores para a Amazônia foi uma demanda da elite amazônica e dos governos brasileiro e norte-americano, mas despertou insatisfação da elite nordestina. O relatório de um médico selecionador do SEMTA nos aproxima do cotidiano de seu trabalho e nos sensibiliza para os desafios enfrentados por esses profissionais diante da urgência e pressão do acordo com a agência norte-americana, fomentadora do Serviço, Rubber Reserve Company (RRC), que se tornaria Rubber Development Corporation (RDC), a partir de fevereiro de 1943. A seca de 1942 apresentava sinais de melhorias com a chegada de chuvas em março de 1943, e o SEMTA que se inseria na lógica de assistência federal aos estados assolados pela seca, passou a ter dificuldades no recrutamento. Também exploramos a dimensão de assistência às famílias dos trabalhadores do SEMTA que foram abrigadas em um núcleo de famílias. Essas recebiam atendimento médico e uma alimentação dita racional, cujos cardápios foram elaborados por nutricionistas contratadas pelo *Serviço*.

Podemos considerar os médicos do SEMTA como profissionais que merecem especial atenção por terem participado do processo de construção da identidade nacional empreendida pelo governo Vargas e por terem lidado com demandas norte-americanas, do governo federal e dos governos locais. Suas atribuições exigiram articulações de interesses compartilhados por meio da circulação de ideias, atores e instituições. Não

obstante, esses profissionais tiveram de enfrentar o desafio de recrutar trabalhadores em meio a uma população pobre, doente e abandonada pelo poder público – uma realidade bem distante da dimensão simbólica construída pela propaganda acerca da identidade do *soldado da borracha*. Os médicos atuaram em um cenário de tempo acelerado dos acontecimentos por conta da urgência de guerra, que se articulava a um tempo mais lento, de maior duração, que remete a processos históricos mais amplos e problemas de longo prazo na história do país tais como conflitos regionais, falta de integração territorial e a questão do saneamento e da saúde das populações rurais.

Capítulo 1 – *Mais borracha para a vitória: a Batalha da Borracha, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial*

Um dos resultados do processo de mobilização para a Segunda Guerra Mundial no Brasil foi a campanha para o aumento da produção de borracha na região amazônica. Reunindo esforços do governo Vargas com fomento de recursos norte-americanos, visava-se um acelerado crescimento da produção de borracha nos seringais da Amazônia para atender a indústria bélica dos Aliados durante o conflito. A campanha da borracha deve ser analisada em seus aspectos geopolíticos, socioeconômicos e culturais. Ela pode ser encarada como uma campanha transnacional, uma vez que de seu sucesso dependiam a situação dos países Aliados na Segunda Guerra Mundial, interesses político-econômicos dos Estados Unidos no Brasil e América Latina, e interesses próprios do governo Vargas²⁵.

O episódio denominado *Batalha da Borracha* reuniu milhares de homens que, entre os anos de 1943 e 1945, foram recrutados na região nordeste e, sob a patente de *soldados*, migraram em direção à Amazônia. Um dos “slogans” da campanha, *Mais Borracha para a Vitória*, expressa o status que a borracha adquiriu nesse momento de guerra. Em particular, após os Estados Unidos sofrerem o bloqueio comercial imposto pelos japoneses, impedindo a manutenção do fornecimento de látex das colônias do sudeste asiático, então dominadas pelo Japão.

Em tempos de paz ou guerra, a borracha havia se tornado matéria prima de imprescindível importância para as economias industrializadas do século XX, cada vez

²⁵ GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: Labor Recruitment the Brazilian Amazon during World War II. *Hispanic American Historical Review*, v. 86, n.2, p. 278-308, May, 2006, p. 277.

mais dependentes do avanço de tecnologia²⁶. Dos mais de 40 mil usos conhecidos da borracha, destaca-se o da fabricação dos pneus. Assim a “borracha contribuía para a revolução nos transportes individual e de longa distância” e a Segunda Guerra Mundial utilizou amplamente os aviões com fins de combate²⁷. A associação direta entre borracha e guerra foi realçada pela declaração dada à imprensa carioca por um burocrata norte-americano, vice-presidente da agência fomentadora da *Batalha Borracha*: “muitos aviões de bombardeio pesado gastam tanta borracha de seus pneus para aterrissar que, em dez ou 15 desses pousos, o trabalho de um ano de um seringueiro é consumido”²⁸.

As previsões de escassez da borracha são anteriores ao ataque japonês à base norte-americana *Pearl Harbor* no Pacífico, em 7 de dezembro de 1941. A invasão nazista à França e à Holanda no mês de maio de 1940 levou os norte-americanos a tomarem providências contra a possibilidade dessa escassez. Segundo Dean, “de repente tornou-se duvidoso o destino das colônias cultivadoras de seringueiras, dado o evidente interesse dos imperialistas japoneses pelo sudeste asiático e o perigo, cada dia maior, da guerra submarina movida pelos alemães no Atlântico”²⁹. No dia 28 de junho de 1940, foi criada pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, a Rubber Reserve Company (RRC) com capital de 140 milhões de dólares fornecido pela Reconstruction Finance Corporation. Sua missão era criar soluções aos problemas da borracha enfrentados pelo governo norte-americano, tratar de aumentar os estoques de borracha crua do país e, ao mesmo tempo, investir no desenvolvimento da indústria de borracha sintética, ainda incipiente naquele momento. Portanto, a partir de então, a RRC se dedicou a estudar possibilidades de investimentos na produção de látex em regiões da

²⁶ Além da borracha, o carvão, o ferro (posteriormente o aço) e o petróleo compunham o conjunto de material estratégico para industrialização e para guerra. KNORR, Klaus. *World Rubber and its regulation*. Stanford: Stanford University Press, 1945. p.183 apud MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985. – publicada em *Cadernos UFAC*, série C n. 1, 1988.

²⁷GARFIELD, Seth. A Amazônia no Imaginário Norte-Americano em Tempo de Guerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 – 2009. p.23.

²⁸ “Statement given to press by F.W.Utz, executive vice-president, Rubber Development Corporation, Rio de Janeiro, March 9, 1945”, p.3, enclosure to dispatch n. 523, dated March, 12, 1945, from the U. S. Embassy to the Secretary of State, Nara, RG 59, Decimal File, 1945-49, Box 5465. apud CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. Cit, p. 114.

²⁹ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989, p. 131.

África e da América Latina³⁰. Em 23 de fevereiro de 1943, seguindo conjunturas internas à política norte-americana, a RRC foi substituída pela Rubber Development Corporation (RDC)³¹. Após o ataque a *Pearl Harbor*, o ritmo dos acontecimentos se acelerou ainda mais: os Estados Unidos ingressaram oficialmente na Segunda Guerra Mundial e, dias depois, em 11 de dezembro, a Alemanha e Itália declararam-lhe guerra.

O colonialismo norte-americano, presente na região do Pacífico desde final do século XIX, a partir da década de 1930 passou a ser ameaçado por interesses imperialistas do Japão que pretendia dominar o Extremo Oriente. O ataque a *Pearl Harbor* foi uma resposta ao bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos contra o Japão. Nesse clima de tensão se deu a interdição do mercado asiático de látex pelos japoneses que ocupavam as duas principais colônias fornecedoras de látex: Malásia e Índias Orientais Holandesas, atual Indonésia. A urgência pelo produto intensificou esforços já existentes para aquisição de novas fontes de borracha. Havia grupos americanos de trabalho que avaliavam alternativas à borracha crua asiática: investimento em pesquisa científica para produção de borracha sintética e aprimoramento botânico para aumento da produção nos seringais amazônicos e em outras regiões do ocidente. Com a situação de urgência por borracha, os esforços se concentraram na ampliação do comércio de borracha silvestre da Amazônia³².

Não tardou para que governo brasileiro e os de quase todos os países latino-americanos, com exceção do Chile e da Argentina, anunciassem o rompimento diplomático com o Eixo. A declaração se deu na III Conferência de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, sediado no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1942³³.

A inserção dos países latino-americanos na guerra ocorreu, inicial e principalmente, pelo fornecimento de materiais estratégicos acordado com o governo dos Estados Unidos. Em 3 de março de 1942, são assinados os “Acordos de Washington” entre Brasil e Estados Unidos como desenvolvimento da Conferência no Rio de Janeiro e resultado de dois meses (janeiro e fevereiro de 1942) de negociações sobre questões

³⁰ Ibidem.

³¹ MARTINELLO, Pedro. Op. Cit, p. 111.

³² GARFIELD, Seth.Op.Cit. p.57.

³³ MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 167-168.

militares e econômicas entre os países ³⁴. Após a Conferência, Vargas enviou o ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa para concretizar as negociações. Segundo D'Araújo “tinham por objetivo gerar cooperação técnica, científica e financeira entre os Estados Unidos e o Brasil, modernizar a mina de ferro de Itabira e a ferrovia Vitória-Minas, responsável pelo transporte de minérios, e criar um fundo especial para a expansão da produção da borracha”³⁵. A contrapartida da venda exclusiva de produtos estratégicos brasileiros aos EUA era a de que esse país ofereceria facilidade de exportação de armamentos e “itens básicos para indústria nacional”³⁶. Além do empréstimo de 100 milhões de dólares com o Export Import Bank ³⁷, a Rubber Reserve Company criou um fundo de cinco milhões de dólares destinado à recuperação da produção de borracha na Amazônia³⁸.

O Brasil declarou guerra ao Eixo em 22 de agosto de 1942, não só seguindo os acordos bilaterais de cooperação com os Estados Unidos, mas em resposta aos torpedeamentos de navios brasileiros em seu próprio litoral por submarinos alemães. Um dos ataques mais marcantes foi aquele que atingiu o vapor *Baependi* nas águas do estado do Sergipe durante a noite de 15 de agosto de 1942. Das 306 pessoas a bordo, morreram 215 passageiros e 55 tripulantes³⁹. Nesse momento já se contava com a presença das Forças Armadas dos Estados Unidos instaladas no norte e nordeste brasileiros no início de 1942. Uma comissão de militares dos dois países escolheu as cidades de Belém, Recife e Natal para receber bases militares norte-americanas. Essas regiões, assim como o programa de migração para a Amazônia, também contaram com a assistência sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criada no bojo dos mesmos *Acordos* de 1942.

Após a declaração de guerra ao Eixo, o presidente Getúlio Vargas criou a Comissão de Mobilização Econômica (CME), em 28 de setembro de 1942, para administrar a situação de “economia de guerra”, “enfrentando situações de escassez, restringindo importações e racionalizando a produção e a distribuição” de

³⁴ Ibidem.

35

Araújo. Maria Celina d'.Op.Cit. p.45-46.

³⁶ Ibidem.

³⁷ O *Export-Import Bank of Washington* foi criado em 1934 como uma agência federal dos Estados Unidos para assistir financeiramente negócios dos Estados Unidos com outros países.

³⁸ Ibidem.

³⁹ FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005, p.7.

mercadorias⁴⁰. A CME também passou a atuar ao lado da Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW), ambas atuando como responsáveis por sua direção no âmbito brasileiro. No mês seguinte, em 30 de novembro de 1942, o então coordenador da CME, João Alberto Lins de Barros⁴¹ assinou a portaria nº 28, de criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Sua missão era recrutar e encaminhar trabalhadores nordestinos para a Amazônia, especificamente, até o porto de Belém, em que a responsabilidade da viagem passava a ser da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).⁴²

A criação do SEMTA se deu com bases em acordos entre Brasil e Estados Unidos, com financiamento da Rubber Reserve Company (RRC), posteriormente denominada Rubber Development Corporation (RDC), suas competências atendiam aos anseios políticos do Estado Novo. Após a decadência da produção de borracha durante a década de 1910, a Amazônia retornou ao cenário internacional na década de 1940, congregando interesses de guerra e políticas nacionais. O fluxo de migração de nordestinos para a Amazônia que havia sido intenso no “boom” da borracha durante o fim do século XIX foi retomado. Entretanto, nesse momento houve maior intervenção do Estado que buscava articular valores como nacionalismo, esforço de guerra e assistência federal aos estados nordestinos que enfrentavam mais uma vez as condições da seca no ano de 1942.

1.1. A aproximação entre Brasil e Estados Unidos no contexto de guerra

⁴⁰ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Introdução. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1892, p. 125.

⁴¹ Natural de Recife, João Alberto Lins de Barros (1897-1955) se formou na *Escola Militar de Realengo* (1919) e participou da organização do *Levante Tenentista* (1922). Coordenou uma das tropas da Coluna Prestes. Exerceu o cargo de interventor de São Paulo (entre 26/11/1930 e 25/07/1931). Foi membro do *Clube 3 de Outubro* e do *Partido Autonomista do Distrito Federal* (criado pelo médico Pedro Ernesto). Atuou como chefe de polícia do Distrito Federal a partir de abril de 1932 (posto para o qual retornaria em 1945). Depois, elegeu-se deputado federal da constituinte (1934) e no ano seguinte, deputado estadual da *Constituinte* (1935), pelo *Partido Social Democrata de Pernambuco*. Antes de coordenar a CME em setembro de 1942, chegou a assumir a Embaixada do Brasil no Canadá. No ano de 1943, João Alberto também ocupou a presidência da recém criada *Fundação Brasil Central*, acumulando funções enquanto presidente dessas duas organizações. Dicionário Histórico-Biográfico Pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.p.39.

⁴² A SAVA foi criada pelo decreto lei n. 5.044 de 4 de dezembro de 1942, subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Borracha para tratar do abastecimento de gêneros alimentícios e de outras necessidades ao Vale Amazônico. A RDC assinou um acordo com a SAVA em 13 de abril de 1943 “a fim de garantir a distribuição de estoques de gêneros alimentícios e equipamentos necessários à produção a todos os extratores da Amazônia”. MARTINELLO, Pedro. Op. Cit, p. 174.

O tema mais abordado ao longo das duas semanas entre 15 e 28 de janeiro de 1942 durante as discussões da III Conferência de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, foi a questão de rompimento com as potências do Eixo⁴³. Essa proposta da delegação dos Estados Unidos obteve críticas do Chile e da Argentina, principalmente. A Argentina já demonstrava tendência em constranger a intenção norte-americana e o Chile alegou que temia que o rompimento com o Eixo fosse interpretado como um estado de guerra – o que deveria ser sumariamente evitado por esse país, devido à possibilidade de ataques japoneses na costa chilena⁴⁴. Representantes brasileiros, uruguaios e bolivianos inicialmente se mostraram reticentes quanto ao rompimento com Eixo, pois se preocupavam em evitar uma indisposição junto à Argentina, considerada pró-Eixo, ainda que não oficialmente.

A solução encontrada foi a redação de uma resolução que recomendava, ao invés de determinar, o rompimento das relações diplomáticas das nações americanas com o Eixo. Essa condição chegou a gerar dúvida entre autoridades norte-americanas acerca do real ganho da Conferência para os Estados Unidos. Segundo Gerson Moura “a reunião foi uma vitória completa para os Estados Unidos”, pois rendeu uma “série de resoluções de longo prazo, incluindo declarações políticas, coordenação econômica e jurídica, controle das polícias e políticas de saúde, abriu caminho para uma ampla coordenação de políticas interamericanas sob a liderança estadunidense”⁴⁵. Entre as nações americanas, somente os Estados Unidos possuíam condições militares para defesa e condições de exportação de capitais. Assim, as resoluções estabelecidas na Conferência, ao mesmo tempo em que favoreciam as empresas norte-americanas, excluía os países europeus do cenário continental das Américas. Ainda que, sob o discurso oficial, as resoluções tenham sido formuladas para dar conta do estado de

⁴³ Segundo Gerson Moura (2012) essa conferência finaliza uma série de conferências que se iniciou com aquela realizada em Buenos Aires em 1936. Mônica Hirst (2011), porém, destaca a realização de conferências de chanceleres americanos desde 1933 em Montevideu onde “Washington anunciou a política da Boa Vizinhança, com a retirada das tropas norte-americanas do Haiti”. Após a reunião em Buenos Aires em 1936, houve a de Lima em 1938, Panamá em 1939, Havana em 1940, e finalmente no Rio de Janeiro em 1942. Mônica Hirst afirma que “as três últimas reuniões foram decisivas para assegurar o apoio do continente ao crescente envolvimento norte-americano na Segunda Guerra”. HIRST, Mônica Hellen Seabra. *As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI*. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2011. p. 19

⁴⁴ MOURA, Gerson. *Relações Exteriores no Brasil: 1939-1950 – Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 84

⁴⁵ Idem, 2012. p. 85.

guerra, essas englobaram bases para políticas de longo alcance por meio do estabelecimento de organizações e princípios de controle social que permaneceram mesmo com o fim da guerra de acordo com os objetivos de segurança de cada estado⁴⁶.

No caso das relações do Brasil e Estados Unidos, a Conferência assinalou um período de fim de impasses e o balizamento de uma longa relação entre os dois países. O discurso de abertura proferido pelo presidente Vargas foi estrategicamente evasivo, limitando-se a uma saudação às nações pan-americanas, visando valorizar seus interesses na Conferência. Se o Brasil se dispusesse a apoiar os Estados Unidos no conflito, deveria haver uma contrapartida. Os maiores impasses na relação Brasil-Estados Unidos, no ano de 1941, era a questão do fornecimento de armamento militar para o Exército brasileiro e a questão da presença da força militar norte-americana no nordeste do Brasil como apoio de seus campos de operações no norte da África. A invasão nazista na França, em maio de 1940, certamente foi responsável por uma aceleração das decisões do envolvimento dos Estados Unidos no conflito. De acordo com Moura, “a conjuntura da guerra europeia modificou a relação estrutural até então mantida entre Brasil e as duas potências rivais”⁴⁷. A questão da influência alemã na América Latina fora em parte resolvida pelo bloqueio naval britânico contra a Alemanha, imposto em 1940, o que levou à queda de um décimo do volume de comércio do ano de 1939 entre Brasil e Alemanha⁴⁸. Assim, foi removido um dos apoios da “equidistância pragmática”⁴⁹. Esse termo foi cunhado por Gerson Moura como forma de representar a política externa brasileira ao longo dos anos 1930, caracterizada pelo desfrute de uma “autonomia na dependência”, um jogo duplo de barganhas entre as potências que divergiam quanto a sua política externa⁵⁰. Por fim, essa divergência era uma questão ideológica – entre o liberalismo dos Estados Unidos, que pregava o livre comércio, e o nazismo da Alemanha, que defendia relações

⁴⁶Idem, 2012. p. 88.

⁴⁷ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 169.

⁴⁸Cabe aqui a observação de Pedro Martinello (1989): o autor assinala que mesmo “praticamente alijada do comércio latino americano” a Alemanha se encontrava, em 1940 e 1941, como o segundo e terceiro maior comprador da borracha exportada do Brasil. Isso reitera a preocupação norte-americana em conseguir o rompimento com o Eixo no Brasil e América Latina. MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica, 1985. Publicada em *Cadernos UFAC* (Universidade Federal do Acre). Série C. Estudos e Pesquisas, nº 1, 1988. p. 128.

⁴⁹ MOURA, Gerson. Op Cit, p. 57-58

⁵⁰ Ibidem

comerciais bilaterais e propunha acordos de compensações. As palavras de Gerson Moura abaixo transmitem uma ideia de como se dava o exercício da “equidistância pragmática”. Para Moura:

Nessas circunstâncias, o governo Vargas optou por uma política de adesão ao livre comércio de acordo com a vontade do governo estadunidense, sem abrir mão dos benefícios derivados das trocas propostas pela Alemanha. Em 1935, o governo brasileiro firmou um acordo comercial com os Estados Unidos que mantinha ou baixava as tarifas aduaneiras para produtos dos dois países. Já no ano seguinte, o Brasil acordava com a Alemanha um sistema comercial de trocas, que previa a exportação de grandes quantidades de algodão, café, laranjas, couro, tabaco e carne enlatada⁵¹.

A relação comercial com a Alemanha era significativa na década de 1930, período marcado pela recuperação dos efeitos da crise de 1929 e pelo esforço do governo Vargas em relação à industrialização do Brasil. Em 1938 e, portanto pouco antes do estado de guerra, o Brasil era o maior consumidor não europeu de produtos alemães e ocupou o nono lugar no ranking geral dos parceiros comerciais da Alemanha em geral⁵². No início da década de 1940, tal “equidistância pragmática” começa a se abalar, tendendo para o lado dos Aliados, mais especificamente em favor dos Estados Unidos. Segundo Letícia Pinheiro, em fins do ano de 1940 não é mais possível referir-se ao exercício da “equidistância pragmática”⁵³. Entretanto, ela reconhece que ainda assim, o governo Vargas procurou “obter compensações, algumas vezes com sucesso”⁵⁴. Sua intenção era a de modernizar o Exército brasileiro e obter financiamento para a industrialização do país. Foram acertados compra de equipamento militar e a construção da siderúrgica em Volta Redonda, inaugurada somente em 1946⁵⁵.

Entretanto, a decadência da influência da Alemanha no comércio exterior, em 1940, não foi acompanhada de decadência política e militar de maneira que os canais de comunicação entre Brasil e Alemanha nessas áreas permaneceram abertos⁵⁶. No Brasil,

⁵¹ Idem, 1980, p. 53.

⁵² MC CANN, Frank D. Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What did you do in the war, Zé Carioca?. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, 6:2 Dez., 1995.

⁵³ Martinello (1989) assinala que mesmo “praticamente alijada do comércio latino americano” a Alemanha se encontrava, em 1940 e 1941, como o segundo e terceiro maior comprador da borracha exportada do Brasil. MARTINELLO, Pedro. Op.Cit, p. 128.

⁵⁴ PINHEIRO, Letícia. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista USP*. São Paulo (26): 108-119, junho-agosto, p. 110

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ MOURA, Gerson. Op. Cit. p. 59.

a polêmica anti-Eixo ou pró-Eixo dividia setores e autoridades do governo e estava presente na imprensa, opinião pública, em órgãos civis e militares.

As negociações entre Brasil e Estados Unidos a partir de 1940 versaram principalmente sobre a questão militar e a questão da comercialização de produtos de materiais-estratégicos. Acima de tudo, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi viabilizada por uma complexa rede que abrangia campos de interesses econômicos, políticos e culturais. Entre 1939 e 1941 são criadas diversas agências norte-americanas⁵⁷ para “fortalecer o comércio e a aliança interamericanos, assegurar o acesso a recursos estratégicos e excluir o Eixo do hemisfério ocidental”⁵⁸. Entre essas organizações, tem-se o surgimento da Rubber Reserve Company (RRC), em 28 de junho de 1940, “destinado a comprar borracha e dotada de um capital de 140 milhões de dólares”⁵⁹. Essa agência, adiante, teve a importante participação na *Batalha da Borracha* atuando como fomentadora do programa de migração de trabalhadores para a Amazônia.

A preocupação com a influência alemã na América Latina fez com que o presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, ancorado na *Política da Boa Vizinhaça* criasse, em 16 de agosto de 1940, um órgão específico para tratar das questões econômicas e culturais no continente: o Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics. Esse se ligava também a questões de segurança nacional estadunidense. No ano seguinte, passou a denominar-se Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCCIA). A agência teve seis anos de existência, atuando com diversos programas relacionados com investimentos econômicos, programas de saúde e saneamento, e com alimentação em regiões da América Latina. Antonio Pedro Tota destacou essa organização enquanto fundamental para o processo de americanização do Brasil. Iniciado na década de 1940, o OCCIA trabalhou intensamente por meio da produção cultural em comunicação de massa: rádio, imprensa e cinema e no intercâmbio entre países de técnicos e artistas, trazendo diversos exemplos de produtos culturais e propaganda divulgados no país, em

⁵⁷Alguns exemplos são a *Reconstruction Finance Corporation*, a *Inter-American Development Commission*, o *Export-Import Bank*, o *Economic Defense Board*, o *Airport Development Program*, o *Office of Inter-American Affairs*, o Departamento de Agricultura e o Departamento da Guerra. GARFIELD, Seth. A Amazônia no Imaginário Norte-Americano em Tempo de Guerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 – 2009. p. 22.

⁵⁸ Idem, 2009, p. 22.

⁵⁹ DEAN, Warren. Op. cit, p. 131.

apoio ao esforço de guerra⁶⁰. André Campos lembra que para além da atuação do OCIAA em campos culturais abordados por Tota, a agência interferiu em áreas da política nacional voltadas para economia, transporte, agricultura, administração e saúde pública⁶¹.

Em outubro de 1940, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que trabalharia em cooperação na missão de defesa do território brasileiro. O principal objetivo das negociações era o estabelecimento de tropas norte-americanas no nordeste do Brasil. Segundo Ferraz, “somente após meses de negociações pacíficas de ambos os lados, no início de 1942 foi autorizado o uso das bases do norte e nordeste brasileiros às Forças Armadas Americanas”⁶².

Para Gerson Moura, a comoção popular nas manifestações públicas em favor da entrada do Brasil na guerra foi fundamental para tal declaração em 22 de agosto de 1942⁶³. Muito embora os ministros concordassem que deveria haver uma repreensão, na opinião do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, o estado de guerra deveria ser evitado. Amparado por um documento de um burocrata norte-americano para o Foreign Office, o autor afirma que “o sentimento popular de todo o país contra a Alemanha era tão intenso que a resistência foi sendo minada e acabou-se por chegar a um consenso em poucos dias”⁶⁴. Ao observar a mobilização de guerra pela perspectiva da vida cotidiana, Rodney Cytrynowicz considerou que “não se pode falar em comoção nacional ou fervor patriótico”, pois a reação contra os ataques nazistas se localizou em pequenos grupos em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, majoritariamente formado por estudantes⁶⁵.

A historiografia sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial privilegiou aspectos econômicos ou militar-diplomáticos do conflito, ora buscando explicar o impacto da guerra na economia, ora se referindo às relações internacionais acerca da decisão de

⁶⁰ TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶¹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Olhares sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil. Resenha do livro TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. – *Revista Manguinhos: História, Ciências e Saúde* – p. 757- p.760. Vol VIII (3). set.-dez, 2001.

62

FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.p.12

⁶³ MOURA, Gerson. Op. cit. 2012, p. 112.

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ CISTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2002. p.32.

apoio aos Aliados e à situação da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) contra o Eixo na Itália. Segundo Roney Cytrynowicz, esses dois eixos interpretam que a guerra foi um “fator externo às fronteiras brasileiras que teria repercutido internamente”⁶⁶. O autor defende que as iniciativas para a construção de um “front” interno estariam mais relacionadas a políticas do Estado Novo do que propriamente a guerra, ou seja, “à parte o envio da FEB e da FAB para Itália”⁶⁷. Embora a concepção da FEB tenha se dado em fevereiro de 1943, o envio da primeira tropa à guerra na Europa só se efetivou em agosto de 1944, datas posteriores ao início do processo de mobilização de guerra empreendidas pelo governo Vargas.

Instigado pela ausência do episódio na memória da cidade de São Paulo, Cytrynowicz explorou o cotidiano da sociedade paulista durante a mobilização de guerra. Ele percebeu que a crise de abastecimento (falta de pão, leite e principalmente de combustível), embora justificada pelo quadro de guerra, era muito mais uma variável interna às questões urbanas de São Paulo na primeira metade dos anos de 1940⁶⁸. Por outro lado, lembra o mesmo autor que a “ideologia do Estado Novo enfatizava ideais militares, povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união”⁶⁹. As metáforas militares já estavam presentes antes de as circunstâncias da guerra repercutir no Brasil mais intensamente a partir de 1942 – quando então a guerra finalmente se insere como “parte do jogo político interno do governo Vargas”⁷⁰.

Para administrar a economia nessa nova configuração da posição brasileira no conflito mundial, o presidente Getúlio Vargas extinguiu a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a Comissão de Abastecimento, criadas em 1939. Em 28 de setembro de 1942, elas foram substituídas pela Coordenação de Mobilização Econômica (CME), comandada por João Alberto Lins de Barros. A CME deveria ser mais eficiente nesse contexto pautado pelos *Acordos de Washington*, tanto que passou a atuar ao lado da Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCA), ambas atuando como responsáveis pela direção dos acordos no plano brasileiro. Era extensa a amplitude das atividades da Coordenação, que reforçava a diretriz varguista de intervenção na

⁶⁶ CITRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 18.

⁶⁷ Idem, 2002. p. 18-19 e p. 34

⁶⁸ Idem, 2002. p. 25.

⁶⁹ Idem, 2002.p. 19

⁷⁰ Ibidem

economia: controle de empresas públicas e privadas, solução de problemas de abastecimento e transportes, fixação de preços e salários⁷¹. Para tanto, sua sede no Rio de Janeiro era ocupada por diferentes conselhos consultivos, serviços ou setores divididos por atividades⁷².

Em 30 de novembro de 1942, o então coordenador da CME, João Alberto Lins de Barros assinou a portaria nº 28, de criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Sua missão era recrutar e encaminhar trabalhadores nordestinos para a Amazônia por vias interiores. Subordinada ao CME, o SEMTA era encarado como uma agência de esforço de guerra, financiada com recursos da agência norte-americana RRC, que deveria ter agilidade para lidar com a urgência pela escassez de borracha. Além da necessidade de guerra, a criação do serviço se apoiava na ideia da necessidade de povoamento da região amazônica, associada à emergência de mais um estado de seca no nordeste. Nesse plano do discurso, a recuperação do fluxo migratório congregava variáveis de necessidades que se articulavam harmonicamente. Pelo menos foi dessa maneira que João Alberto apresentou o texto da portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942 que marca o surgimento do SEMTA buscando valorizar a participação na guerra, sem menosprezar os interesses mais amplos do projeto político do Estado Novo.

1.2. Políticas do Estado Novo: a *Batalha da Borracha* e os Interesses Nacionais

Após a decadência da produção de borracha durante a década de 1910, a Amazônia retornou ao cenário internacional na década de 1940, congregando interesses de guerra e políticas nacionais. O programa *Marcha para Oeste* lançado em 1938 e o *Discurso do Rio Amazonas* proferido pelo presidente Getúlio Vargas em 1940, em Manaus, explicitaram o interesse do Estado Novo na ocupação dos “espaços vazios” das fronteiras do território brasileiro “do centro-oeste, as áreas deprimidas do nordeste e a imensa Amazônia”⁷³.

⁷¹ OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. João Alberto Lins de Barros: a intervenção do cidadão fardado nas contradições do Estado Novo. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estado e Poder*: Cultura. Universidade Federal do Sergipe: 18 a 21 de outubro de 2010. p.8.

⁷² Coordenação de Mobilização Econômica. Relação de contatos telefônicos distribuídos de acordo com setores e nomes dos responsáveis. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx 5, doc. 51.

⁷³ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida – uma história da questão agrária no Brasil*. Editora Campus, 1999. P. 114.

A partir da Revolução de 1930 foram criadas “pela primeira vez as condições para uma efetiva alteração do ordenamento agrário do país”, ainda que suas bases oligárquicas não tenham desaparecido⁷⁴. Apesar de alguns estudos que consideram que seu governo negligenciou os assuntos do campo, intervindo apenas no mundo urbano, a agricultura era um tema significativo na política geral de Vargas.

O governo Vargas conclamava à aventura e ao desbravamento dos sertões, ideia que deveria mobilizar os sonhos de milhares de brasileiros a ocupar “os espaços vazios” do país. Como sugeriu João Marcelo Maia, “a terra e os sertões tornaram-se os principais modos de cognição de uma sociedade que não encontrou uma identidade estável e assentada”⁷⁵. O “Sertão” foi escolhido pelo discurso oficial para ocupar um espaço de mito fundador do Estado Novo⁷⁶. Esse aspecto não pode ser menosprezado, afinal “poucas vezes antes, no Brasil, a vida cotidiana de homens e mulheres havia sido tomada como parte do processo político, e tantas pessoas acreditaram que melhorariam sua existência por meio da ação governamental”⁷⁷.

O presidente Getúlio Vargas proferiu o *Discurso do Rio Amazonas o Ideal Club* em Manaus, a 9 de outubro de 1940, durante o banquete que fora oferecido em sua homenagem pelo interventor Álvaro Maia e pela elite do estado do Amazonas. Esse discurso ficou conhecido como um símbolo do programa político de colonização da Amazônia, empreendido pelo Estado Novo. Vargas prometia reabilitar a economia da Amazônia, incorporando-a à nação, por meio de investimentos em povoamentos agrícolas. A prosperidade da região seria alcançada por meio de uma “exploração racional” da natureza pela qual seria “possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer pouco a pouco o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado”⁷⁸. Para o presidente Vargas, o nomadismo e as atividades de caça e pesca da população ribeirinha entravavam o progresso da região. Essas atividades de extrativismo deveriam ser substituídas por “núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e

⁷⁴ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit, p. 103.

⁷⁵ MAIA, João Marcelo Ehlert. *As idéias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 621 a 655, 2010.p.649.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit, p. 114.

⁷⁸ VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. *Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros*, vol.1, nº8, 1941, pp.227-230.p. 228

loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto”⁷⁹. Nesse sentido, destacou a figura do nordestino e de seu “instinto de pioneiro”, com o qual foi capaz de abrir trilhas no interior da floresta para talhar as seringueiras, “‘entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha’ que consumiram tantas vidas preciosas”⁸⁰.

Segundo Secreto, o *Discurso do Rio Amazonas* foi ampliado pelo sistema de propaganda do governo e difundido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), recebendo tratamento de efeméride, com solenidades e publicações comemorativas quando decorreu um ano da visita do presidente a Manaus⁸¹. O DIP foi uma agência essencialmente do Estado Novo que ficou encarregada pelo controle dos “mais variados instrumentos de comunicação de massa”, além da “produção e divulgação do noticiário oficial”⁸². O DIP se constituía como um órgão poderoso de divulgação do projeto político do Estado Novo. Além de controlar os meios de comunicação de massa, o DIP também produzia e divulgava notícias oficiais⁸³. Uma de suas publicações, a revista *Cultura Política*, revelava um “novo olhar” sobre a região amazônica. Seus artigos transmitiam a ideia de que o governo Vargas romperia com o “abandono histórico” da região, e resolveria os problemas do passado com a redenção do homem rural e o saneamento da região⁸⁴.

Em 1940 Cassiano Ricardo⁸⁵ publicou seu ensaio *Marcha para Oeste – A influência da Bandeira na formação social e política do Brasil* no qual defendeu a necessidade de resgatar o ímpeto do bandeirismo dos séculos XVII e XVIII e das penetrações no planalto paulista no século XIX, isto é o movimento do litoral para o interior. Maria Verónica Secreto lembra que para Cassiano Ricardo o verdadeiro

⁷⁹Idem, 1941. p. 229

⁸⁰ Ibidem

⁸¹ SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135. p. 120.

⁸² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 190.

⁸³ Idem, 2005. p. 189-190.

⁸⁴ ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a Revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010. p.462.

⁸⁵ Ensaísta, jornalista, advogado e poeta Cassiano Ricardo (1895-1974) foi um forte colaborador do Estado Novo. Participou do movimento modernista enquanto representante da vertente conservadora dos “verde-amarelos”. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1937 e foi diretor e censor do Jornal *A Manhã*, que pertencia ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) entre maio de 1941 a meados de 1945.

sentido da brasilidade estaria na marcha para oeste⁸⁶. Para o pensador “a bandeira nunca morreu: teria adormecido para ser revivida no século XIX com o café e, no século XX, com o Estado Novo, que encarna o espírito da bandeira, e com Getúlio Vargas, o líder bandeirante”⁸⁷.

Nesse período, Vargas criou órgãos de regulação das migrações como a Comissão de Colonização e Imigração, substituiu o Departamento Nacional de Povoamento pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), entre outras iniciativas para regular a migração interna do país⁸⁸. A concessão de terras nas fronteiras e a organização de colônias agrícolas foram regulamentadas por decretos federais⁸⁹.

Para Linhares e Silva, essa promoção da colonização em áreas de fronteira “com um novo modelo de exploração agrária” guarda uma preocupação em se “evitar conflitos abertos com o latifúndio tradicional”⁹⁰. Vargas enfrentou os interesses agrários ao incentivar a colonização interna e a pequena produção familiar em áreas de fronteira, mas abstendo-se de “promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio tradicional intocado”⁹¹. Os autores afirmam que Vargas atuou com a intenção de “desviar o excesso populacional de estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba”⁹².

Nesse sentido, a região nordeste se delineava como guardião da nacionalidade brasileira, com potencial de “verdadeiramente reavivar o espírito de brasilidade do Sul desnacionalizado”⁹³, tomado por imigrantes estrangeiros – conforme Ângela de Castro Gomes. Segundo essa autora:

⁸⁶ O *Marcha para Oeste* também foi amplamente difundido pela propaganda varguista, e tinha outros colaboradores além de Cassiano Ricardo, tais como Péricles Melo Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Ademar Vidal e Herberto Sales que publicaram artigos sobre o tema na revista “Cultura Política” – uma produção do DIP voltada para discussões intelectuais sobre o país SECRETO, Maria Verônica. Fúria Epistolar: as cartas das mulheres aos Soldados da Borracha – uma interpretação sobre o significado de assistência às famílias. Revista Esboços. PPG História, UFSC, vol. 12 n° 14, p. 171-190.

⁸⁷ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha* – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia de Vargas. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.p. 17-18.

⁸⁸ A concessão de terras nas fronteiras foi autorizada pelos Decretos-leis n° 1.968 e n° 2.610, de 17-1-1940 e 20-9-1940, e a criação de colônias agrícolas foi prevista no Decreto-Lei n° 3.059, de 14-2-1941.

⁸⁹ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce. (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 70.

⁹⁰ LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit. p. 129

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

⁹³ GOMES, Angela de Castro. Op. cit, p. 69.

Essa releitura do movimento imigratório e da função social das migrações internas tinha um conteúdo político esclarecedor. Os nordestinos, que desde meados da década de 20 haviam começado a se deslocar para São Paulo e para o Rio de Janeiro, assumiam a personalidade de novos bandeirantes que “retomariam” a terra para os nacionais. Tal deslocamento não possuía, portanto, um conteúdo negativo, na medida em que o Nordeste – vestindo-se de brasilidade – nacionalizaria o Sul. Contudo, a questão necessitava de parâmetros, pois não se podia aprovar uma distribuição populacional que esvaziasse o campo, superpovoando as cidades industrializadas de mão de obra carente de trabalho. O Estado precisava estabelecer políticas que controlassem a entrada de estrangeiros e que também orientassem sua localização, assim como racionalizassem o fenômeno das migrações internas⁹⁴.

Imbuído da épica tarefa de ocupar a Amazônia, o nordestino era representado como homem valente, que com seu instinto pioneiro e incentivo do governo Vargas iria livrar a Amazônia de sua imagem de “Inferno Verde”⁹⁵. Essa empreitada era entendida pelo pensamento político de Vargas como parte de construção da nação, uma vez que se reconhece a “importância do espaço territorial como elemento constitutivo da identidade nacional”⁹⁶. Essas representações foram construídas em consonância com premissas de construção de um novo Estado, dosando ideais de modernidade e tradição.

Além da política agrária, o Estado Novo impulsionou atividades de redenção do homem rural. Se já nos anos 1910 e 1920 há evidências da representação do homem rural como associada à identidade nacional, nas décadas de 1930 e 1940 esse homem é integrado ao processo produtivo, em geral por meio das colônias agrícolas⁹⁷. Ao expandir o olhar para além do “domínio da participação formal do indivíduo na política” demarcada pelas *Consolidações das Leis de Trabalho* (CLT) de 1943, e percebendo outras formas de incorporação, mesmo que passivas, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva mostraram que o homem do campo ocupou parte dos esforços do Estado Novo. O trabalhador rural, para esses autores, integrava o discurso do Estado Novo “não como agente participativo, mas como imagem a ser construída e apropriada pelo conjunto da nação”⁹⁸. Eles afirmam que diferentemente do trabalhador urbano, o rural foi incorporado ao Estado, sob uma dimensão simbólica: “uma interessantíssima concomitância da ação política real e da ação política imaginária,

⁹⁴ Idem, 1999. p. 68.

⁹⁵ Vargas, Getúlio. O “Discurso do Rio Amazonas”. *Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros*, vol.1, nº8, 1941, pp.227-230

⁹⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de Espaços Territoriais e simbólicos. *Política e Sociedade* n. 12; abril – p.13-21, 2008. p. 14.

⁹⁷ LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit. p.123-124.

⁹⁸ LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit., p. 111

quando a incorporação das massas camponesas à política nacional é realizada através de imagens positivadas do homem do campo e seu trabalho”⁹⁹.

Para Lucia Lippi de Oliveira “a ocupação do interior e a recriação de tipos nacionais fizeram parte de um mesmo processo, voltado para criar uma narrativa sobre o trabalhador brasileiro”¹⁰⁰. Não seria exagero concordar que durante as décadas de 1930 e 1940 se consolidou “parte substancial do imaginário que até hoje povoa a mente dos brasileiros sobre o seu passado rural e sobre a vida no campo”¹⁰¹. Os desenhos elaborados a bico de pena por Percy Lau, por exemplo, são conhecidos por várias gerações no Brasil e internacionalmente enquanto referência de brasilidade. A série *Tipos e Aspectos do Brasil* era publicada como uma seção na *Revista de Geografia do Brasil*, a partir de 1939, era formada por suas gravuras, acompanhadas por breves textos, com a intenção de “aproximar tipos humanos e aspectos geográficos, visando promover a integração do povo ao território”¹⁰². Posteriormente, devido ao sucesso, *Tipos e Aspectos do Brasil* foi editado como publicação avulsa¹⁰³.

Desenhista e funcionário do IBGE¹⁰⁴, Percy Lau retratava as paisagens do Brasil expressando um entrelaçamento entre tipos humanos, terra (vegetação), gêneros de vida e formas de trabalho, muitas vezes associando essa atividade a um produto típico – idealizado regionalmente¹⁰⁵. Tal operação de identificação de pessoas com uma determinada região se mostrou uma eficaz “estratégia em direção à construção da unidade perseguida pelo ideário nacional do Estado Novo, elegendo tipos humanos fixados a determinados lugares como manifestações concretas de variedade étnica e cultural”¹⁰⁶. Percy Lau percorreu diversas regiões do interior do Brasil nas atividades de realização do Censo de 1940. A seguir, em 1941, a nova divisão territorial do país foi lançada pelo IBGE.

⁹⁹ Ibidem

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Op. Cit. . p. 16.

¹⁰¹ LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit. p. 124

¹⁰² OLIVEIRA, Lucia Lippi. Op. cit. p.19.

¹⁰³ DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil. ROZENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro, 2001. p. 140. A primeira das edições de *Tipos e Aspectos do Brasil* em separata foi em 1940, tendo-se novas edições ampliadas em 1942, 1943 e 1944; em 1956 houve uma edição comemorativa, além de reedições até 1970 (9ª edição).

¹⁰⁴ O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi criado em 1938.

¹⁰⁵ DAOU, Ana Maria. Op. cit.. p 151.

¹⁰⁶ Idem, 2001. p. 147.

A iconografia de tipos brasileiros se liga a uma série mais ampla de produção cultural e de divulgação de ideias por meio da imprensa, do rádio, discursos, festividades cívicas¹⁰⁷. Muitos desses fizeram parte do sistema de propaganda do Estado Novo divulgando – em diferentes suportes e a públicos distintos – parcela do pensamento social brasileiro do período. Trata-se da já referida ideia de unidade territorial por meio da valorização das regiões e da exaltação do homem rural, entendido como verdadeiro brasileiro. Assim, o Estado Novo buscava solucionar a antiga preocupação partilhada por Oliveira Vianna em 1922 “que reconhecia como árdua a tarefa de se fixar um ‘tipo nacional’, face à extrema multiplicidade de ‘tipos étnicos regionais’ que, por todo o país, refletiam a diversidade do caldeamento das raças”¹⁰⁸.

Não apenas Oliveira Vianna, como outros intelectuais representantes do pensamento social brasileiro durante a primeira metade do século XX, serviram de inspiração para embasar a ideologia do Estado Novo. O pensamento de Euclides da Cunha, e de outros que abordaram temas como natureza, clima, raça e população, influenciaram a visão dos pensadores políticos das décadas de 1930 e 1940 acerca da região amazônica e o nordeste do Brasil¹⁰⁹. Nesses autores, o Estado Novo buscou o argumento da “necessidade da presença efetiva dos poderes centrais para que o homem pudesse se sobrepôr à natureza e, assim, incorporar a região à marcha histórica do Brasil”¹¹⁰. Somente a atenção do poder central sobre a Amazônia poderia subverter sua imagem de selvageria ou “inferno verde” acarretada pela negligência política de governantes da primeira república.

Os tipos nacionais que mais nos interessam neste trabalho, dado o contexto da *Batalha da Borracha*, são o seringueiro e o sertanejo. O tipo nacional do seringueiro é diretamente associado à região Amazônica. No entanto, sabemos que grande número dos trabalhadores da seringa não são exatamente nativos dessa região, mas vieram majoritariamente do nordeste, fugindo das periódicas secas. A figura do sertanejo forte, destemido, sobrevivente ao meio hostil, verdadeiro brasileiro que partiria dos sertões às regiões de fronteira para o bem da segurança nacional e da causa Aliada se chocava com

¹⁰⁷ GARFIELD, Seth.. Op. cit. p. 382.

¹⁰⁸ DAOU, Ana Maria. Op. cit. p. 139.

¹⁰⁹ ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a “Revista Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010. p. 457.

¹¹⁰ Ibidem.

o homem doente e subnutrido que, não obstante, fugia das injustiças sociais, fruto do sistema fundiário do nordeste.

Essa seca de 1942 foi considerada branda, diferente das que ocorreram em 1897, 1915 e 1932¹¹¹. Não obstante sua menor gravidade, milhares de pessoas se dirigiram para as capitais litorâneas dos estados mais atingidos pela seca que assolou regiões do sertão nordestino nos anos de 1941 e 1942. A seca surgia como “uma solução para o problema da oferta da mão de obra, mas também para o da justificativa ‘moral’ do deslocamento de trabalhadores de um ponto a outro do território nacional” ¹¹². Mais do que uma consequência de fatores climáticos, os estados de seca ressaltam conflitos e vêm acompanhados de aspectos político-econômicos e socioculturais. Para além desses, Isabel Guillen ainda chama atenção para a subjetividade do migrante. Segundo a autora:

Migrar, portanto, tem sempre um sentido ambíguo – como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais – e, nesse caso, ela aparece no mais das vezes como um dos mais fortes elementos que explicariam uma destinação do ser nordestino, mas também como uma escolha contra a miséria e a pobreza da vida no sertão. Migrar é, em última instância, dizer não à situação em que se vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de vida melhor ou mesmo diferente. O problema está no fato de que numa vasta produção discursiva, retirou-se do migrante a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria. Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras através de seus projetos modernizantes¹¹³.

A autora sublinha que comumente a migração nordestina é encarada por um tripé nordeste-seca-imigração, levando com que se associe a imagem de nordestino à “condição de migrante, pobre e flagelado”¹¹⁴, sendo essa uma perspectiva de análise limitante. Para autora, não é possível entender o ato de migrar como “uma via de mão única, e não há homogeneidade de objetivos entre os que migram, nem das condições sociais para migrar. Em suma, não há destinação. E tampouco “migrar se constituiria necessariamente numa fatalidade”¹¹⁵. É preciso evitar uma banalização do fenômeno da seca que ainda hoje aflige a população do sertão nordestino. Segundo ela, a recorrência

¹¹¹ MORALES, Lucia Arrais. *Vai Vem Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p.136.

¹¹² SECRETO, Verônica. Op. Cit., p. 59.

¹¹³ GUILLEN, Isabel. *Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Mesa Redonda: Nordeste: uma representação espacial da pobreza e da migração. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 28.05. 2001 a 10.06.2001.

¹¹⁴ Ibidem

¹¹⁵ Ibidem

histórica da seca é frequentemente lembrada na bibliografia sobre o tema, com uma tendência a focar as permanências e a imutabilidade, naturalizando um fenômeno que é social. Se, num plano geral, existe uma repetição, do ponto de vista governamental quanto às políticas públicas fazendo com que o “histórico, o socialmente construído apareça como natural”¹¹⁶, essa é perpassada pelas ações das mudanças cotidianas daqueles que se mudam. Cabe aos historiadores buscar as mudanças e o movimento, no interior da aparente recorrência das secas.

Ainda que nosso presente trabalho não seja sobre a história das secas, nem sobre a história das migrações, esse comentário da autora se faz importante. Ao observarmos, mais adiante, em que medida a seca de 1942 afetou o processo de recrutamento dos *soldados da borracha*, veremos que muitos se recusaram a ir para a Amazônia. Como forma de defender seu argumento que reforça a experiência do migrante, Guillen apresentou uma carta de reivindicação escrita por dois *soldados da borracha*, de um seringal no município de Brasiléia em 10 de maio de 1944, ao presidente Getúlio Vargas, presente no Fundo do Gabinete da Presidência Civil do *Arquivo Nacional*. Ela entende que esse relato possui um caráter ambíguo. Sua linguagem traduz um lugar de paternalismo em que esses migrantes se colocaram. No entanto, esse paternalismo foi assumido para reivindicar seus direitos negligenciados, mostrando-se conscientes de que estavam cumprindo seus deveres diante do Estado. Os migrantes clamavam pela ação do presidente, denunciando irregularidades do esquema dos seringais, seja pela exploração dos trabalhadores pelo sistema de endividamento nos barracões, seja na adulteração do material do látex comercializado.

Autores são unânimes em encarar “a grande seca” de 1877-1879 como aquela em que o tema da seca passava a ser um problema com repercussão nacional. Durval Muniz de Albuquerque ressaltou que apesar do fenômeno climático ser conhecido desde o período colonial, essa visão da seca como um problema surgiu no fim do século XIX¹¹⁷. Isso se deu como resultado de um processo de confrontação política, em um contexto de crise vivenciado pelas elites do norte. Nesse período, as relações sociais estabelecidas de apadrinhamento entre pobres, escravos e coronéis foram alteradas causando desordem e revoltas. Para o autor, as elites, estrategicamente, se apropriaram do

¹¹⁶ Ibidem

¹¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.p. 118.

fenômeno das secas – antes restrito somente aos meios populares – sensibilizando o tema em plano nacional por meio de seus representantes atuantes na imprensa e no parlamento com arma política frente à luta de poder com elites de outras áreas¹¹⁸.

Da seca de 1877, que impulsionou a saída de aproximadamente 35 mil retirantes entre janeiro e junho de 1878 – sendo a maioria em direção à Amazônia para a efervescência da produção de borracha,¹¹⁹ – até a seca de 1932, estava sendo gestada uma nova postura diante da pobreza e miserabilidade que a seca tornava mais evidente. No século XIX, as soluções à questão eram voltadas em amenizar os conflitos nas cidades causados pelas invasões de retirantes em busca de trabalho e comida. Embora já houvesse instituições de obras contra as secas, foi o governo Vargas que inaugurou uma intervenção do estado de forma centralizada¹²⁰. A partir da seca de 1932 se construíram “campos de concentração”, afastados das cidades e se estabeleceu um sistema de controle de preços, sobretudo de alimentos. Além dessa intervenção na economia local, foram criadas vagas para trabalhadores em obras públicas dedicadas a construções de estradas e açudes. Dez anos depois, o tratamento do governo federal aos retirantes da seca de 1942 foi diferente “em modo e intensidade, conforme as circunstâncias do contexto histórico nacional e internacional e com o pacto estabelecido com as oligarquias locais”¹²¹.

Tomás Pompeu Sobrinho (1880-1967), estudioso do nordeste, em trabalho sobre as secas do século XX qualificou a seca de 1942 como parcial, mas suficiente para gerar uma crise na qual “somente os serviços públicos poderiam concorrer ponderavelmente para minorar a situação, que se agravava progressivamente”¹²². Segundo esse autor:

A crise não podia ser facilmente superada, como se julgava anteriormente, embora o flagelo fosse realmente parcial. Acreditava-se que os numerosos açudes particulares, construídos em cooperação com o Governo Federal, conjuntamente com os públicos, em exploração, oferecessem pontos de apoio suficientes ou pelo menos de grande eficiência para que, nas suas margens e vazantes se conservassem, sem necessidade de emigrar, os flagelados não conseguiriam pelos serviços públicos intensificados ou iniciados. Isto, porém,

¹¹⁸ Ibidem

¹¹⁹ RIOS, Kenia Sousa. A Batalha de João nas terras do sem fim. GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (orgs). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUCNUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008. p. 50-51.

¹²⁰ Ibidem

¹²¹ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. p. 108.

¹²² SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas no século XX*. Fortaleza: Ed. Batista Fontenele, 1953.p. 52.

não se deu. As vagas de famintos formavam-se constantemente e marchavam à procura de recursos nesses trabalhos do Governo. Teve-se ainda uma vez. A necessidade imperiosa de recorrer-se à emigração para fora do Estado, calculava em 100.000, aproximadamente, o número dos rurícolas sem trabalho. Apesar dos serviços públicos manterem já 35.000 homens, estabeleceu-se uma corrente de retirantes para a Amazônia¹²³.

A retomada desse fluxo migratório recebeu investimentos norte-americanos, fixados nesse contexto internacional de financiamento de recursos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Esses recursos viriam ao encontro de interesses inerentes ao programa político de Vargas. Entretanto, muitas vezes as políticas nacionais de Vargas sofreram interferências ou foram abortadas sob o contexto de mobilização para guerra no Brasil. Com a urgência da guerra, o ataque ao extrativismo proferido por Vargas no *Discurso do Rio Amazonas* foi deixado de lado. Esse também fora o caso do *Plano de Saneamento da Amazônia* – extinto em 1942 com a criação do SESP, Serviço Especial de Saúde Pública¹²⁴.

O programa de migração para Amazônia contou com assistência sanitária e de saúde aos migrantes. Estava previsto nos Acordos de Washington a execução de programas de saúde e saneamento, para a proteção dos soldados americanos enviados para bases militares no Brasil contra as chamadas doenças tropicais e, também, aos trabalhadores envolvidos na extração de borracha e minerais. Para tanto foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 17 de julho de 1942, como uma agência bilateral entre Brasil e Estados Unidos, em parceria com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA)¹²⁵.

O SESP administrou medidas sanitárias, com atenção especial ao controle da malária, nas bases militares norte-americanas instaladas no nordeste brasileiro e para aumentar a produção de matérias-primas estratégicas de guerra: minério de ferro de Minas Gerais e látex do vale amazônico. André Campos analisou a trajetória da instituição e demonstrou como a política sanitária implementada pelo SESP no Brasil convergia com as políticas centralizadoras do governo Vargas que buscavam a expansão da autoridade pública federal a todo território nacional. A própria manutenção das ações do SESP após o término da guerra, inclusive, é um indicador de que seus serviços

¹²³ Idem, 1951.p. 54

atendiam à demanda própria de políticas nacionais. Segundo Campos, a semelhança entre as agendas sanitárias norte-americana e brasileira se devia à adoção de propostas que eram discutidas em fóruns internacionais de saúde. Os modelos se pautavam em orientações que circulavam nos congressos internacionais ou nas instituições de ensino de saúde pública como a Johns Hopkins University, norte-americana, que recebia também alunos brasileiros e de outras localidades. A similaridade das agendas, entretanto, não eliminou a existência de conflitos e a necessidade de negociações entre medidas internacionais e suas respostas locais¹²⁶. Sabemos que a política de Vargas investiu na valorização do desenvolvimento econômico e do Estado Nacional, cultivando sentimentos e manifestações de nacionalismo. A presença de uma agência internacional que dispunha de autonomia em relação ao Departamento Nacional de Saúde, certamente não passaria ilesa de atritos. Campos demonstrou que as críticas se deveram mais aos aspectos políticos pela disputa de poder do que, propriamente, a alguma divergência quanto a modelos de administração de saúde pública. Afinal, esses modelos eram inspirados nas mesmas ideias de agendas internacionais.

A presença norte-americana na estruturação dos serviços de saúde no Brasil, que surgiu na década de 1910 com a Fundação Rockefeller, desempenhou um importante papel na formação profissional e na definição de princípios que privilegiavam a educação em saúde e contribuíram para as práticas de saúde no interior do país, se dedicando a lutar contra as endemias rurais (doença de chagas, malária, e verminoses como a esquistossomose e ancilostomíase)¹²⁷. Também houve participação de norte-americanos em serviços de saúde como o Serviço de Malária do Nordeste, o Serviço de Febre Amarela, e o SESP¹²⁸.

Segundo Cristina Fonseca, o processo de burocratização da saúde pública que se deu ao longo dos anos de 1930 e 1940 no Brasil não deve ser observado somente por parâmetros nacionais. Para a autora havia uma afinidade entre decisões em fóruns internacionais e as diretrizes políticas definidas para os órgãos do Ministério de Educação e Saúde (MES), entre as quais destaca a centralização e a profissionalização como as principais indicações internacionais no âmbito das políticas de saúde

¹²⁶ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. cit., p. 273.

¹²⁷ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. "O que há de novo no Estado Novo. Políticas de Saúde Pública e Previdência, 1937-45". PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.88.

¹²⁸ Ibidem.

pública¹²⁹. Esses aspectos contribuiriam para os propósitos do governo Vargas em relação ao “projeto de construção do Estado e do enfrentamento da questão federativa, que se pôs em andamento”¹³⁰.

Nesse sentido, a construção da estrutura burocrática nacional esteve sujeita às relações entre os poderes locais e nacional¹³¹. A Reforma Capanema, concebida pelo ministro em 1935 e implementada a partir de 1937 ampliou a ação do governo federal na saúde pela relação com os governos estaduais. Nessa direção, foram criadas delegacias federais de saúde e estabeleceram-se as conferências nacionais de saúde.

A prestação de serviços de saúde que surgiram a partir dos anos 1930 no Brasil foram conformados em dois Ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o da Educação e Saúde Pública (MESP). À configuração distinta de cada ministério também se seguiram duas formas diferentes de acesso às políticas de saúde. Ligada ao MTIC, havia uma via corporativa que atendia aos trabalhadores urbanos regulamentados pelo Estado; nesse caso os serviços de saúde eram um direito assegurado pela legislação trabalhista e eram disponibilizados no domínio da previdência, pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) ou pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS). As políticas de saúde pública empreendidas pelo MESP eram cunho nacional e universalista, atendiam as populações rurais e outras frações da sociedade que não se inseriam em categorias profissionais reguladas pelo Estado¹³². Ao contrário da assistência médica previdenciária do MTIC, a saúde pública enfatizava ações de prevenção, e apresentava-se como um benefício oferecido pelo Estado. Assim, desvinculava-se da noção de direito social¹³³.

Gilberto Hochman afirmou ser “muito difícil separar o processo de institucionalização que se desenvolve a partir da década de 1930, da trajetória pessoal e profissional dessa geração que se constitui ao longo desse processo”¹³⁴. Nesse sentido, Cristina Fonseca também destacou o papel dos médicos sanitaristas nesse “processo de

¹²⁹ FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945) : dualidade institucional de um bem público. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 182.

¹³⁰ Idem, 2007. p. 208.

¹³¹ Idem, 2007.p. 97.

¹³² Idem, 2007.p. 54.

¹³³ Idem, 2007. p. 57.

¹³⁴ HOCHMAN, Gilberto. Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil (1930-1945). *Dynamis. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.* Granada, 2005, 25, 199-226. p. 221.

constituição de um sistema público nacional de prestação de serviços de saúde”¹³⁵. A autora demonstrou que esses médicos foram além de funções burocráticas e das tarefas que lhe eram delegadas. Esse perfil profissional esteve articulado à gestão de saúde, tornando-se um agente do “projeto público de construção do Estado”¹³⁶. Sua formação era voltada para o serviço público e para desempenhar suas funções com comprometimento ideológico, dedicação exclusiva em tempo integral. Nesse sentido, ocorria uma afinidade entre o projeto de governo e seus atores políticos, as medidas centralizadoras da reforma administrativa da década de 1930 fortaleceu a tendência que regulamentava a ação dos estados na área da saúde pública. Essa postura era diversa daquela da década de 1910 e 1920 que se associava a uma “perspectiva campanhista, voluntarista, fragmentada, politizada”¹³⁷.

O governo Vargas desenvolveu a agenda médico-sanitarista de combate às endemias rurais. Entretanto com a burocratização da saúde pública o movimento sanitaria se desmobilizou, mas produziu mudanças institucionais ao MESP que nortearam políticas de saúde nas décadas seguintes, no sentido de centralizar a ação do governo federal sobre os estados¹³⁸.

¹³⁵ FONSECA, Cristina M. Oliveira. Op. cit. p 245.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. Op. Cit., p. 90.

¹³⁸ HOCHMAN

Capítulo 2 – *Vai Também para a Amazônia Protegido pelo SEMTA: o projeto de migração, recrutamento e mobilização empreendidos pelo SEMTA em tempo de guerra*

Não apenas a insegurança nas vias litorâneas do país, mas também a insatisfação com o ritmo das migrações para os seringais levou ao surgimento do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) em 30 de novembro de 1943. Nessa data, a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), por meio da portaria nº 28 assinada por João Alberto Lins de Barros, criou o SEMTA com a finalidade de recrutar e encaminhar homens nordestinos para trabalharem nos seringais. Com o perigo dos torpedeamentos alemães rondando o litoral brasileiro, foi necessário que a viagem do nordeste ao norte se desse por rotas interiores – o que deveria ser projetado e realizado pelo SEMTA. O Serviço passou a compor o quadro de organizações brasileiras que atuaram na denominada *Batalha da Borracha*. Podemos, inclusive, afirmar que essa era uma das preocupações mais imediatas do coordenador João Alberto. Afinal, a *Coordenação* havia sido criada recentemente, em 28 de setembro daquele mesmo ano, pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de organizar a economia do país diante da conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Haviam se passado seis meses desde a assinatura dos *Acordos de Washington*, quando o Brasil se comprometera a fornecer materiais estratégicos para os Estados Unidos e a suprir a demanda dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Este capítulo é dedicado a apresentar o SEMTA, um órgão que se constituiu como uma das ações de mobilização de guerra no Brasil. Buscaremos indicar que, se por um lado o SEMTA foi uma organização proclamada como esforço de guerra, por outro, também teve de lidar com velhos desafios que eram colocados aos projetos empreendidos pelo governo Vargas.

O episódio da *Batalha da Borracha* e, por conseguinte também o SEMTA, lidaram com o ritmo acelerado dos acontecimentos em articulação com demandas que vinham se arrastando por longo tempo no país. Os problemas em torno do saneamento da Amazônia e das regiões rurais, da baixa infra-estrutura viária e da relação política entre o governo federal com os governos estaduais eram antigos e incidiram sobre as

atividades do SEMTA. Muitas de suas atividades se deram de maneira confusa ou sobreposta por outras instituições. Houve uma discrepância entre o que fora determinado como norma e o que seria realizado na prática, um fosso entre intenção e realidade.

Uma das maiores dificuldades que se impuseram ao trabalho dos membros do SEMTA dizia respeito a questões ligadas ao sistema de transporte. Apesar de o SEMTA possuir uma frota própria de veículos, eles eram insuficientes e, por vezes, foi necessário alugar ou buscar empréstimo de outras organizações. A má condição dos caminhões exigia que fossem reparados frequentemente, atrasando as viagens ou atividades cotidianas da organização. As condições das estradas eram precárias e havia problemas na aquisição de transportes (avião, caminhões e navios), além da escassez de combustível, diante da dificuldade de importação, em função da guerra¹³⁹.

O problema, persistente ao governo Vargas, do conflito entre poder federal, estadual e local se evidencia em diferentes registros da documentação administrativa do SEMTA, como por acusações de membros do SEMTA que, comumente, reclamavam da falta de cooperação de alguns prefeitos, alheios à causa de guerra na luta contra o Eixo. Por outro lado, sem a colaboração local o funcionamento do SEMTA seria inviável. O Serviço buscou o apoio da Igreja Católica, repartições públicas, órgãos da imprensa das regiões estabelecidas ao longo da rota para a Amazônia.

2.1. O SEMTA na *Batalha da Borracha*

A empreitada da *Batalha da Borracha* pautou uma série de ações do governo federal na Amazônia em parceria com o governo norte-americano, culminando na criação de diversas agências estatais e bilaterais. Apesar de o episódio ter gerado poucos ganhos em termos do aumento da produção, impulsionou transformações na região iniciadas durante a Segunda Guerra Mundial, tendo algumas permanecidas no período pós-guerra, como a maior extensão da intervenção do Estado na economia da região¹⁴⁰. Pedro Martinello também chamou atenção para a interferência maciça do governo como um fator inaugurado nesse momento:

¹³⁹ CITRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2002. p. 25.

¹⁴⁰ WILKINSON, Xênia. *Tapping the Amazon Victory: Brazil's "Battle for Rubber" of World War II*. Georgetown University, 2009, p. IV.

Até então a migração para a Amazônia havia sido feita em grupos mais ou menos reduzidos por iniciativa particular, interferindo o governo, no máximo, com o abono das passagens. Agora não: tratava-se de levadas e mais levadas de milhares de flagelados que, de um lado constituíam uma mão de obra abundante para os seringais, por outro lado, criavam sérios e quase que intransponíveis obstáculos para a sua locomoção e colocação nas zonas produtoras¹⁴¹.

Antes da criação do SEMTA, algumas medidas já haviam sido providenciadas para viabilizar a ida de nordestinos para a Amazônia. A recuperação desse fluxo migratório, arrefecido com a crise da borracha desde os anos de 1910, foi preocupação do presidente Getúlio Vargas em 1940 durante sua segunda visita ao Amazonas em outubro desse ano, quando lançou seu *Discurso ao Rio Amazonas* e prometeu reabilitar a economia da Amazônia, incorporando-a à nação, por meio de investimentos em povoamentos agrícolas. No bojo das ações que envolveram a visita do presidente a Manaus, Vargas autorizou a concessão de 4.000 passagens gratuitas da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro¹⁴² aos trabalhadores do nordeste que desejassem seguir para os seringais no norte. Eles foram transportados de Fortaleza até Belém sob os cuidados do Departamento Nacional de Imigração (DNI). O DNI foi criado em 1938 e era subordinado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC)¹⁴³ e constituiu-se numa nova denominação do Departamento Nacional de Povoamento, criado em 1931 com atribuição de “superintender os serviços de imigração e colonização promovidos pela União e por empresas particulares, fiscalizar a entrada de estrangeiros no país, amparar e orientar correntes migratórias internas, organizar a colocação de trabalhadores, administrar as terras públicas e proteger os índios”¹⁴⁴. Maria Verônica Secreto informou que, em 1941 e, portanto, antes dos acordos com os Estados Unidos, o DNI encaminhou “8 mil trabalhadores nordestinos para os seringais do Alto Amazonas e do Território do Acre”¹⁴⁵.

¹⁴¹ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica, 1985. *Cadernos UFAC*. Universidade Federal do Acre. Série C. Estudos e Pesquisas, nº 1, 1988, p. 211.

¹⁴² A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro foi estatizada pelo Decreto-Lei n. 1.708 de 11 de junho de 1937, com base na Lei n. 420 de 10 de abril de 1937. Até então era uma sociedade anônima privada, teve suas dívidas quitadas e todo seu patrimônio transferido à União.

¹⁴³ O Departamento Nacional de Imigração (DNI) substituiu o Departamento Nacional de Povoamento com base no Decreto-Lei nº 1.023 de 31 de dezembro de 1938. O DNI funcionou até ser extinto pela lei n. 2.163 de 5 de janeiro de 1954, que criou o Instituto Nacional de Imigração.

¹⁴⁴ O artigo 1º do Decreto-Lei nº 19.667 de 4 de fevereiro de 1931 estabeleceu a criação do Departamento Nacional de Povoamento.

¹⁴⁵ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia de Vargas*. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 22.

A ação de concessão de passagens pelo governo federal, embora fosse um ato marcante, não foi considerado como eficaz por membros do governo brasileiro. Diante da magnitude dos esforços necessários para retomar a produção da borracha na Amazônia, foi sugerida uma nova organização:

Ocorreu, então, o que era de esperar-se: a migração interna de trabalhadores para a Amazônia se processou de forma irregular e inconstante, sem qualquer organização sistemática, sem qualquer atenção à localização dos migrantes, a sua assistência em trânsito e às condições de trabalho nos seringais – e todos esses vícios profundos da migração, acentuados com o decurso e lustros de encaminhamento desordenado, impediram que aquelas providências pudessem executar-se de forma proveitosa. Urgia que todo o sistema fosse derrubado e que uma nova organização de encaminhamento, assistência, localização e trabalho fosse traçada e tornada efetiva¹⁴⁶.

Essa foi a opinião expressa por membros do Conselho de Imigração e Colonização (CIC)¹⁴⁷, que a pedido do presidente Getúlio Vargas, elaboraram um plano para encaminhar trabalhadores aos seringais, o qual lhe foi entregue em 27 de março de 1942. O plano não chegou a ser posto em prática, mas é interessante pela abordagem dos problemas e apontamentos acerca do recrutamento e encaminhamento dos trabalhadores. Avaliado pelo Conselho Nacional de Economia (CNE), em 20 de abril de 1942, o plano fora criticado por não ter considerado a necessidade de fornecimento de instrumento de trabalho ao seringueiro, ignorando “não apenas a realidade social nos seringais, mas também sua topografia”¹⁴⁸.

De fato, a preocupação quanto ao fornecimento de instrumentos de produção para os trabalhadores que chegariam aos seringais na Amazônia esteve no âmago das discussões entre burocratas norte-americanos e brasileiros, sobretudo na fase de idealização do programa de migração. A oferta dos instrumentos de trabalho aos *soldados de borracha* seria divulgada como uma das vantagens do SEMTA ao trabalhador pela propaganda de recrutamento¹⁴⁹. Nos embarques de trabalhadores que como veremos, adquiriram caráter de festividade e propaganda, os *soldados da borracha* embarcavam portando seu material de trabalho.

¹⁴⁶ Encaminhamento dos Trabalhadores Nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, Ano III, n. 2 – agosto de 1942. p.9-10.

¹⁴⁷ O Conselho Nacional de Imigração foi previsto pelo decreto-lei n. 406 de 4 de maio de 1938, capítulo XV. Sua primeira reunião se realizou no dia 26 de setembro de 1938 no Palácio do Itamaraty com a finalidade de discutir a imigração de estrangeiros para o Brasil.

¹⁴⁸ MORALES, Lucia Arrais. *Vai Vem Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002. p.153-154.

¹⁴⁹ Folheto “Rumo à Amazônia”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 5 doc. 40.

Tamanha importância foi dada a essa providência devido à existência de uma conotação negativa e bastante conhecida a respeito do sistema de exploração dos barracões durante o *boom* da borracha (1850-1910). Era sabido em que consistia o regime de barracões nos seringais da Amazônia – “uma espécie de escravidão com outro nome”¹⁵⁰ – segundo o interventor do território do Guaporé, um ex-seringueiro, em relato ao embaixador norte-americano Adolf Berle. Esse por sua vez o repassou, impressionado, ao Secretário de Estado dos Estados Unidos¹⁵¹:

O seringueiro compra tudo o que precisa do comerciante local, ou *seringueirista*, e está sempre em débito com este. Aquele, então, coleta as bolas de borracha da temporada e o *seringueirista* as compra ao preço que escolhe pagar. O resultado é que o seringueiro está sempre em dívida e não pode abandonar o trabalho porque os donos dos barcos não transportam trabalhadores sem a autorização dos patrões e, de qualquer forma, o seringueiro não tem dinheiro para pagar o alto custo da passagem. Ele só poderia escapar por terra através da selva, o que, virtualmente, é impossível¹⁵².

A distribuição de instrumentos de trabalho seria fundamental para amenizar o esquema de pagamento por dívidas dos barracões. Esse sistema não-capitalista de produção preocupava os burocratas norte-americanos incumbidos de criar condições para o aumento da produção de látex nos seringais. As palavras do presidente da agência fomentadora do programa, *Rubber Reserve Company* (RRC), Douglas Allen, em 27 de novembro de 1942, reafirmam essa associação direta entre aumento da produção gomífera, crescimento da oferta de mão de obra e distribuição de instrumentos de trabalho aos seringueiros:

A Bacia Amazônica é capaz de produzir uma grande quantidade de borracha, dependendo sempre do número de mão de obra que seja possível transportar. Até o presente momento a carência de mão de obra não se constituía num problema de imediata importância porque não dispúnhamos de gêneros e equipamentos necessários para suprir esta força de trabalho. Estes gêneros de primeira necessidade e equipamentos, de toda a espécie, foram agora providenciados em grande quantidade, de modo que um ativo programa de mão-de-obra, em larga escala pode ser imediatamente iniciado¹⁵³.

¹⁵⁰ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*, 2002, p. 115.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² BERLE to Secretary of State, August 8, 1945, Nara, RG 59, Decimal File, 1945-49, Box 5465. apud CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Op. Cit.*, p. 115. Cabe aqui reiterar a observação do autor de que em vez de “seringueirista”, o nome usual do comerciante local e dono do seringal era “seringalista”.

¹⁵³ ALLEN, Douglas. RFC (RG.234) – RDC, Entry 271. Report on the Brazilian Rubber Program, Part I, p. 68 apud MARTINELLO, Pedro. *Op. Cit.*, p. 216.

A partir desse relato de Douglas Allen sabemos que os instrumentos de trabalho foram considerados cruciais para a formação de um programa de migração de grande envergadura que viabilizasse o aumento da produção de látex amazônico. Segundo Pedro Martinello, esse programa foi articulado por João Alberto Lins de Barros em reunião com membros da RRC “para a criação de um novo organismo com o fito de promover o recrutamento e alocação de novos trabalhadores para a Amazônia”¹⁵⁴. O coordenador estava em companhia de Valentim Fernandes Bouças¹⁵⁵ (1891-1964), que atuou duplamente como o diretor da Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW) e como o responsável pela Comissão da Borracha da CME.

O SEMTA manteve relações com diversas organizações brasileiras, assim como a norte-americana *Rubber Reserve Company*, sua agência financiadora, e com o *Serviço Especial de Saúde Pública* (SESP), agência bilateral entre Brasil e Estados-Unidos, em parceria com *Instituto de Assuntos Interamericanos* (IAIA). O acordo entre o SESP e o SEMTA foi selado em 22 de dezembro de 1942. Essa relação institucional será mais bem abordada no próximo capítulo. A participação do SEMTA se confundiu com ações de outras instituições nesse episódio. Essas relações institucionais muitas vezes geraram mais situações de conflito do que cooperação.

2.2. Mais Borracha para a Vitória: A criação e a organização do SEMTA

O SEMTA durou apenas 12 meses – entre 30 de novembro de 1942 e 30 de novembro de 1943¹⁵⁶. No âmbito do discurso formativo do SEMTA, está presente a lógica dos interesses nacionais e do apoio internacional em situação de guerra. As

¹⁵⁴ MARTINELLO, Pedro. Op. Cit. , p. 216.

¹⁵⁵ Valentim Fernandes Bouças (1891-1964) foi um contador nascido em Santos. Especialista em assuntos de economia, em 1931 ocupou a secretaria de Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Tornou-se conselheiro financeiro pessoal de Getúlio Vargas em 1935; foi diretor da subsidiária brasileira da Goodyear. DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989. p. 148. Bouças também foi chefe da Comissão de Controle dos Acordos de Washington. Participou da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, 1944; integrou a Missão Abbink entre 1948-1949. *Dicionário Histórico-Biográfico Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.429.

¹⁵⁶ As portarias que demarcam a criação e a extinção do SEMTA são, respectivamente, a portaria nº 28 de 30 de novembro 1942 e a Portaria nº 162 de 30 de novembro de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 33.

justificativas da criação do SEMTA eram consonantes com agendas nacionais, referiam-se a necessidade do povoamento da Amazônia para incrementar a produção da borracha, ao passo que a situação de seca de 1942 alardeava a concentração de trabalhadores em diversas capitais e centros urbanos em estados do nordeste. Segundo o texto da portaria que marcava sua criação, “o acúmulo de trabalhadores em certas regiões prejudica a economia dos referidos Estados, formando simultaneamente uma reserva de mão de obra”¹⁵⁷.

A migração de nordestinos para a Amazônia seria a solução para um dos maiores desafios a ser enfrentados nessa campanha: a carência da mão de obra na região amazônica¹⁵⁸. Esse fluxo migratório foi intenso ao final do século XIX e início do século XX, no entanto, esse movimento se arrefeceu nas décadas posteriores a partir da crise inaugurada nos anos 1910¹⁵⁹. Alguns nordestinos retornaram às cidades de origem, outros conseguiram se estabelecer no Vale Amazônico em atividades de subsistência, evitando o escasso abastecimento operado pelos chamados açambarcadores, e livrando-se assim do sistema de acumulação por dívidas nas vendas dos seringais¹⁶⁰. De maneira mais branda do que as grandes secas “que ocorreram em 1897, 1915 e 1932”¹⁶¹, nos anos de 1941 e 1942 voltou a faltar chuva nas regiões do sertão nordestino, vindo “reunir de 20 a 30 mil flagelados em Fortaleza”¹⁶².

A sede do SEMTA inicialmente seria estabelecida em São Luiz (MA), mas logo se definiu Fortaleza (CE). Frederico Neves assinalou que “a especial coincidência de tais efeitos e necessidades da guerra e a eclosão de mais uma seca fez com que a sede do novo órgão fosse instalada em Fortaleza, onde mais facilmente se poderiam encontrar ‘flagelados candidatos a seringueiros’”¹⁶³. Dulphe Pinheiros, membro do Conselho de Colonização e Imigração (CIC), partiu em viagem pelo nordeste em maio de 1942 a fim de relatar a situação na região e aconselhou atenção redobrada aos abrigos de

¹⁵⁷Portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

¹⁵⁸ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. cit. p. 139.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ GARFIELD, Seth. Tapping masculinity: Labor Recruitment to the Brazilian Amazon during World War II. *Hispanic American Historical Review* 86:2, 2005, p. 283.

¹⁶¹ MORALES, Lucia Arrais. Op. Cit. , p.136.

¹⁶² MARTINELLO, Pedro. Op. Cit. p. 210.

¹⁶³ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p.107-131, 2001, p. 122.

“flagelados” em Fortaleza¹⁶⁴. Segundo ele, “a cidade, pela sua situação geográfica e facilidade de comunicações ferroviárias e rodoviárias, com o sertão nordestino, é o centro para onde convergem as vítimas da seca dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba”¹⁶⁵.

Para chefiar o SEMTA, João Alberto Lins de Barros convidou Paulo de Assis Ribeiro (1906-1974), um técnico de ampla experiência. Naquele momento ele atuava como técnico de educação no Ministério da Educação e Saúde (MES)¹⁶⁶. Assis Ribeiro foi economista registrado no *Conselho Regional de Economistas Profissionais* (CREP), formou-se como engenheiro-geógrafo em 1928 e diplomou-se engenheiro civil em 1930 pela *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*. Lá, foi contemplado pelo prêmio anual *Morsing*, dedicado ao primeiro colocado do curso de engenharia civil. Seu currículo é extenso, envolvendo diversas atividades que, a partir do início dos anos 1930, se concentraram no campo da educação, economia e engenharia tanto no âmbito privado como no serviço público¹⁶⁷.

O governo Vargas e o ministro João Alberto tinham pressa. No mesmo dia em que assinou a criação do SEMTA, João Alberto se reuniu com Paulo de Assis Ribeiro, transmitindo-lhe as orientações para redigir “um projeto de estrutura do Serviço Especial que lhe havia sido confiado”, o que lhe foi entregue no dia seguinte¹⁶⁸. O desafio do SEMTA era complexo e exigia atenção em diversas frentes para o desenvolvimento de suas atividades. Os meses iniciais do *Serviço*, dezembro de 1942 e janeiro de 1943, foram destinados à organização da estrutura. No dia 1º de fevereiro de 1943, enfim, partiram as primeiras turmas de *soldados da borracha* da capital do Ceará, Fortaleza, em direção a Belém. Segundo o chefe do SEMTA, o montante angariado com a RRC seria utilizado da seguinte forma:

(...) na organização administrativa; no estabelecimento e do abastecimento para dezenas de milhares de trabalhadores; no estabelecimento de comunicações rápidas entre os mais diversos afastados pontos do país; na seleção e no recrutamento do pessoal técnico e administrativo; nas

¹⁶⁴ PINHEIROS, Dulphe. Relatório de uma viagem através do nordeste. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 2 – agosto de 1942.

¹⁶⁵ PINHEIROS, Dulphe. Op. cit , p. 37

¹⁶⁶ Diário Oficial da União – 15/02/1943 (seção I) p. 2146.

¹⁶⁷SOUZA, Alexandre Alberto de. Vultos da Estatística - Professor Paulo de Assis Ribeiro. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, 35(138): 261-266, abr-jun, 1974. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBE/RBE%201974%20v35%20n138.pdf> (acesso em nov. 2012).

¹⁶⁸ “Livro Histórico do SEMTA”, s/l; s/d. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. cx. 5, doc.62.

construções, com todas as condições para alojamento e assistência à saúde, para os trabalhadores e para suas famílias; enfim todo o sistema necessário para o encaminhamento de milhares de patrícios por mês, que se iniciou efetivamente, dentro dos programas preestabelecidos, a 1º de fevereiro¹⁶⁹.

Nos dois primeiros dias de dezembro, foram acertados os detalhes, tais como a definição “dos técnicos especializados, quais sejam o sanitarista Manuel José Ferreira (Maneco), o arquiteto Vital Brazil, o jurista Thiers Martins Moreira, o capitão Jeovah Motta, o coronel Lima Câmara, o padre Helder Camara”.¹⁷⁰ O SEMTA reuniu diversas especialidades profissionais: enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais que prestaram assistência aos trabalhadores e a suas famílias; engenheiros que coordenaram a construção de estradas e dos pousos, planejados pelo arquiteto Vital Brazil.

De grande importância foi a participação da Igreja Católica, representada por padre Hélder Câmara (1909-1999), que foi transferido do Ministério da Educação e Saúde (MES) no qual atuava como técnico para assumir o cargo de chefe de assistência religiosa do SEMTA. Além de responsabilizar-se em garantir aos migrantes que não lhes faltasse atenção religiosa, o padre cearense foi o elo entre o Serviço e os eclesiásticos locais. A igreja católica era uma instituição de forte influência na sociedade da década de 1940, sobretudo no Ceará, maior arquidiocese do nordeste.

Paulo de Assis Ribeiro orgulhava-se da equipe que o auxiliou nas decisões de organização do SEMTA. Ele próprio, em artigo intitulado *A Organização de um Serviço de Guerra*, dedicado a promover o SEMTA, afirmou que seus técnicos seriam aqueles capazes de compensar o baixo nível estrutural do Serviço em virtude da urgência em que foi criado.

O SEMTA não podia ser estruturado e ter sua organização inteiramente planejada antes do início das atividades que se deu no mesmo dia em que foi baixada a portaria da criação.

Tive assim que organizar uma organização em marcha.

Tive que repousar todas as possibilidades de sucesso deste empreendimento não na estrutura, mas essencialmente no fator humano, selecionando para os postos principais os melhores e os mais capazes técnicos conhecidos em nosso meio¹⁷¹.

Esse grupo de técnicos auxiliou Paulo de Assis Ribeiro nesse momento de tomada de decisões práticas para tão logo iniciar o programa de migração do SEMTA.

¹⁶⁹ RIBEIRO, Paulo de Assis. “Carta a João Alberto”. Fortaleza, 25.11.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 64.

¹⁷⁰ “Livro Histórico do SEMTA”, s/l; s/d. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. cx. 5, doc.62, p. 17.

¹⁷¹ Assis Ribeiro, Paulo. “A organização de um Serviço de Guerra”. Revista do Serviço Público. Ano IV. Vol. III, nº 3, set. 1943.

Foram tratados aspectos relativos ao estudo do trajeto de viagem, construções de pousos, aquisição de terrenos, seleção de trabalhadores, entre outros. O chefe do SEMTA participou de muitas reuniões: com Arthur de Sousa Costa, Ministro da Fazenda, Ministro da Educação e da Saúde Gustavo Capanema, e com Alexandre Marcondes Filho, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, além das autoridades locais, como o Interventor do Ceará, Menezes Pimentel¹⁷².

Uma das maiores preocupações dessa etapa de organização estava voltada para a redação do contrato entre o SEMTA e a agência norte americana credora do programa – Rubber Reserve Company (RRC) – assinado em 22 de dezembro de 1942, no Rio de Janeiro¹⁷³. A expectativa era de que o coordenador João Alberto assinasse tal acordo em 5 de dezembro enquanto estivesse na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos. No dia seguinte, 6 de dezembro em Fortaleza, Paulo de Assis Ribeiro soube por meio de uma conferência telegráfica com João Carlos Vital¹⁷⁴, coordenador interino da CME, “que haviam surgido sérias dificuldades para o andamento do acordo” com a RDC¹⁷⁵. Não sabemos ao certo a razão do impasse, mas é possível que fosse relativo a questões ligadas ao contrato de trabalho dos seringueiros. A marcha de encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia fora oficialmente iniciada no dia 1 de fevereiro de 1943, muito embora as condições do contrato de trabalho dos *soldados da borracha* ainda não estivessem definidas¹⁷⁶.

¹⁷² “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx.5, Doc. 62.

¹⁷³ O nome Rubber Development Corporation (RDC) passou a substituir a Rubber Reserve Company, a partir de fevereiro de 1943.

¹⁷⁴ João Carlos Vital foi um dos três coordenadores que passaram pela CME (quando da criação da comissão, em 1942, foi seu coordenador-interino durante a ausência de João Alberto Lins de Barros). Idealizou e foi presidente do “Instituto de Resseguros do Brasil” (IRB) criado em 1939 por um decreto presidencial. Segundo Maria Antonieta Leopoldi (1999), a escolha de Vital não foi ao acaso – ele havia sido responsável pela institucionalização do sistema previdenciário – área que o MTIC entendia como associada ao campo das atividades das seguradoras. Na Fundação Getúlio Vargas ocupou o cargo de 1º vice-presidente durante 1944-1949 e manteve sua posição como membro do Conselho Diretor até 1976. (FGV. “Origens da Fundação Getulio Vargas”. D'ARAÚJO, Maria Celina. FUNDAÇÃO Getulio Vargas: concretização de um ideal/ Organizadora Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 334. (Acesso on line em maio 2012) http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/72.pdf

¹⁷⁵ “Livro Histórico do SEMTA” s/d; s/l; s/a. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5. doc. 62

¹⁷⁶ No “Livro Histórico do SEMTA” – Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro.– o anúncio do início da marcha em 1 de fevereiro de 1943 é seguido da solicitação de “providências enérgicas e urgentes no sentido de serem fixadas as condições do contrato de trabalho, pois de outra forma não poderiam ser recrutados justamente os mais necessitados, os que tinham família flagelada pela seca” a agência financiadora norte-americana Rubber Reserve Company. Esse documento não é assinado, mas devido às informações vinculadas, atribuímos sua autoria à Paulo de Assis Ribeiro.

No acordo com a RRC, o SEMTA se comprometia a apresentar no porto de Belém do Pará “até 50.000 trabalhadores masculinos, adultos, capazes de executar trabalhos ligados à extração da borracha na região do Amazonas” – sendo que desse total, 30.000 deveriam ser encaminhados a Belém até o dia 7 de abril de 1943 e o restante até 31 de maio de 1943, com o cuidado de que não fosse excedida a quantidade de 4.000 trabalhadores por semana para evitar “congestionamentos”, respeitando “as possibilidades de alojamento desses homens, e de suprimento de gêneros alimentícios, produtos medicinais, etc”¹⁷⁷. No fim do mês de março, houve uma reformulação e o coordenador João Alberto Lins de Barros enviou um telegrama a Paulo de Assis Ribeiro comunicando que o contrato com a Rubber Development Corporation (RDC)¹⁷⁸ seria prorrogado até o fim do ano, comprometendo-se com o transporte de 2.000 trabalhadores por semana até fim de junho, diminuindo para 1.500 trabalhadores, de julho até dezembro de 1943¹⁷⁹.

Ainda que não seja possível recuperar totalmente a dinâmica do envolvimento do SEMTA com a RRC, denominada RDC a partir de fevereiro de 1943, podemos agregar dados importantes que pautaram parte dos entendimentos do Serviço com a agência norte-americana. Uma das fontes entrevistadas pelo jornalista Samuel Wainer em setembro de 1943, cuja identidade não fora revelada, tratou da dificuldade em que se dava a relação entre essas agências.

Além do atraso causado à mobilização de trabalhadores, devido à demora com que foi assinado o primeiro contrato do SEMTA com a RDC e do retardamento com que nos foi entregue a minuta do contrato do trabalhador, disse-me uma das pessoas mais bem informadas sobre o assunto, a RDC deixou de nos entregar os aviões e as embarcações prometidas. Tivemos que readaptar todos os planos para suprir essa falta de elementos de transporte. Em certo momento cheguei a pensar que, de fato, eles pareciam não querer mais a nossa borracha, tais as dificuldades criadas¹⁸⁰.

Desde suas primeiras atividades como chefe do SEMTA, Paulo de Assis Ribeiro sentiu alguma resistência em relação à criação do Serviço. No dia 5 de dezembro, antes de sua partida para Belém, ele encontrou-se com o Ministro do Trabalho, Marcondes

¹⁷⁷ “Cópia do Acordo entre RRC e SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

¹⁷⁸ Em março de 1943, a *Rubber Reserve Company* já era denominada *Rubber Development Corporation*.

¹⁷⁹ BARROS, João Alberto Lins de. Telegrama a Paulo de Assis Ribeiro em 30.03.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 16.

¹⁸⁰ WAINER, Samuel. Uma Pausa na Batalha da Borracha. *Revista Diretrizes*, Rio de Janeiro, 02.09.1943, p. 25.

Filho; Henrique Dória de Vasconcellos, chefe do DNI e João Carlos Vital, Coordenador interino da CME. O chefe do SEMTA realizou uma “exposição técnica” acerca do SEMTA, por meio da qual considerou tê-los convencido da necessidade de sua organização, o que até aquele momento era posto em questão pelo Ministro do Trabalho (ministro do MTIC), a quem o DNI estava subordinado¹⁸¹. Na véspera da assinatura do primeiro acordo entre o SEMTA e a RRC, em 21 de dezembro de 1942, houve uma reunião na sede do Ministério da Fazenda para discutir a possibilidade de embates entre o SEMTA e o Departamento Nacional de Imigração (DNI)¹⁸² com a presença dos “senhores Assis Ribeiro, Valentim Bouças, João Carlos Vital, Doria de Vasconcelos”¹⁸³. Esses dirigentes discutiram sobre os “inconvenientes da dualidade de serviços no Estado do Ceará”, referindo-se ao SEMTA e ao DNI, e resolveram que este último deveria “suspender o serviço de condução de famílias de flagelados”¹⁸⁴. Entre os meses de abril a julho de 1942 o DNI, com apoio financeiro da RRC, transportou mais de 5 mil trabalhadores e familiares para a Amazônia. No mês de fevereiro de 1943, foi registrado o movimento de 14.484 pessoas, sendo que 7.435 eram homens, segundo dados de Martinello¹⁸⁵.

Chamamos a atenção ao conflito estabelecido entre o SEMTA e o DNI. Era o DNI que atendia aos programas de migração no país. Esse foi criado em 1938 como um departamento no interior do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). Depois da assinatura dos *Acordos de Washington*, em 23 de junho de 1942, Getúlio Vargas concedeu crédito de 7.736.190\$000 ao MTIC “para atender as despesas com os serviços de localização de trabalhadores no Vale Amazônico”¹⁸⁶ por meio do decreto-

¹⁸¹ “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 62. p. 22.

¹⁸² Em 1938 é formado o Departamento Nacional de Imigração (DNI), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) pelo decreto-lei 1.023-A de 31 de dezembro de 1938. Essa denominação substituiu o Departamento Nacional de Povoamento, criado em 1931, mas suas atribuições básicas foram mantidas. Eram de sua responsabilidade: “superintender os serviços de imigração e colonização promovidos pela União e por empresas particulares, fiscalizar a entrada de estrangeiros no país, amparar e orientar correntes migratórias internas, organizar a colocação de trabalhadores, administrar as terras públicas e proteger os índios.” A instituição foi extinta pela lei n. 2.163 de 5 de janeiro de 1954, que criou o Instituto Nacional de Imigração. Consulta na base do Arquivo Nacional. Departamento Nacional de Povoamento. História administrativa. Acesso em julho de 2012.

http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1451.

¹⁸³ “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 62. p. 25

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica, 1985. *Cadernos UFAC* Universidade Federal do Acre. Série C. Estudos e Pesquisas, nº 1, 1988. p. 210.

¹⁸⁶ Decreto-Lei nº 4.509 de 23 de julho de 1942.

lei 4.509¹⁸⁷. Entretanto, o encaminhamento de trabalhadores pelo DNI vinha apresentando resultados considerados insatisfatórios para as demandas da guerra. Deriva daí a necessidade de criação do SEMTA como uma estratégia que visasse maior eficiência no recrutamento de trabalhadores aos seringais.

Os *slogans* da propaganda de recrutamento do SEMTA e a própria nomenclatura da organização nos levam a pressupor que o Serviço encaminharia os trabalhadores até os seringais da floresta Amazônica. O próprio Paulo de Assis Ribeiro contava que essa atribuição seria de sua alçada. Surpreendeu-se, quando somente no dia 13 de dezembro de 1942, em reunião com comandantes ligados ao Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará (SNAPP), “tomou conhecimento da existência do decreto-lei 5.044 de 4 de dezembro de 1942, que criava a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico”¹⁸⁸. A SAVA ficaria “encarregada de superintender o abastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade no vale amazônico”. Também financiada pela RRC¹⁸⁹, sua sede foi estabelecida em Belém e estava subordinada a Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW), chefiada por Valentim Bouças. Entre as atribuições da SAVA, estava “providenciar no sentido do encaminhamento de trabalhadores às regiões produtoras de gêneros”. Esse item, letra “j” do artigo 3º, do referido decreto-lei gerou dúvida entre aqueles presentes na reunião: “se o SEMTA seria o encarregado de encaminhar os trabalhadores até o Amazonas ou se caberia este encargo a Superintendência recém-criada”¹⁹⁰. Embora o texto da lei não se apresentasse com clareza, ficava determinado que o SEMTA se responsabilizaria pela viagem dos trabalhadores até o porto de Belém, onde a SAVA os receberia e daria prosseguimento à jornada até que eles chegassem nas localidades dos seringais na floresta amazônica.

A surpresa de Paulo de Assis Ribeiro demonstra que a comunicação institucional era bastante frágil. Indica que a criação da SAVA poderia ser uma estratégia política, uma manobra pela manutenção de autonomia de um setor público. É instigante observar que os cargos de diretor do DNI, ligado ao MTIC, e de chefe da SAVA, pertencente à

¹⁸⁷ MARTINELLO, Pedro. Op. Cit., p. 212.

¹⁸⁸ “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 62. O decreto-lei 5.044 de 4 de dezembro de 1942 foi publicado no Diário Oficial de 7 de dezembro de 1943.

¹⁸⁹ “Acordo celebrado entre a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico e a Rubber Development Corporation para recebimento e colocação dos trabalhadores no Vale Amazônico”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4. Doc.14.

¹⁹⁰ “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62.

Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW) comandada por Valentim Bouças, eram ocupados pela mesma pessoa: Henrique Dória de Vasconcellos. Essa associação do DNI ao SAVA é também evidenciada por meio de um trecho do *Esboço da Estrutura de Serviços no Amazonas para servir de Base à Informações e Publicidade*.

(...) a Rubber Reserve contratou com o SAVA, Superintendência de Abastecimento do Vale do Amazonas, **que é praticamente o DNI**, Departamento Nacional de Imigração, o transporte através do vale para os pontos finais de destino, tanto no Baixo como no Alto Amazonas e Território do Acre, que possui 3 pontos terminais: Rio Branco, Boca do Acre e Mamoré¹⁹¹. (*grifo nosso*)

Sugerimos que essa íntima relação entre a SAVA e o DNI, pode ser encarada como uma forma de manobra política. Mesmo com a criação do SEMTA, o DNI não perdeu o controle no encaminhamento de trabalhadores aos seringais, e em última análise, manteve o monopólio da relação com os seringalistas. Além de Henrique Dória Vasconcellos ser chefe de ambas as organizações, chamamos atenção para Valentim Bouças – que como chefe da CCAW, também comandava a SAVA. Ele foi representante da CME no setor da borracha, e alguns meses adiante assumiria como chefe da *Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia* (CAETA), organização que sucede o SEMTA, após sua extinção em novembro de 1943.

O SEMTA não realizou nenhuma ação efetiva no destino final da marcha dos *soldados da borracha*, nos seringais. As atividades da *Batalha da Borracha* que aconteciam no Vale Amazônico eram assumidas também pelo *Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará* (SNAPP). Suas atribuições eram complementares àquelas da SAVA, uma vez que era de sua “responsabilidade dos transportes dentro do Vale Amazônico, tanto no que se refere aos trabalhadores quanto ao abastecimento geral da região”¹⁹².

A Amazônia, para o SEMTA que alcançava apenas o porto de Belém como destino final dos trabalhadores por ele recrutados, era uma região imaginada, um destino promovido pela sua propaganda.

¹⁹¹ “Esboço da Estrutura de Serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64. p.3.

¹⁹² RIBEIRO, Paulo Assis. A Organização de um Serviço de Guerra. *Revista do Serviço Público* – Ano IV, set. 1943. Vol. III n. 3, p. 18.

2.3. Rumo à Amazônia: o trajeto e a viagem dos soldados da borracha

Em 1933, o então chefe do governo provisório, Getúlio Vargas embarcou no Rio de Janeiro com a intenção de viajar pelos estados do nordeste até a floresta Amazônica. Em virtude de imprevistos diplomáticos, Vargas teve de retornar para a capital federal, sem chegar a seu destino, o que seria realizado anos mais tarde, em 1940. O que queremos assinalar aqui é a complexidade em que se constituía o deslocamento no território do país. Esse caminho do nordeste com destino ao norte, praticado por Vargas e revestido de forte caráter simbólico, colaborou para que, como ressalta Andrade “a retórica governista se fizesse presente nestas regiões”¹⁹³. O percurso foi repetido por milhares de nordestinos que migraram para a Amazônia. A partir de 1943, muitos dos migrantes seguiram viagem sob a tutela do programa de migração do governo Vargas, com grande participação do SEMTA e amparado com recursos financeiros norte-americanos. Dez anos não foram suficientes para modificar a estrutura de transporte no país, mesmo com as ações de construção de estradas como parte da intervenção do governo federal nos problemas do nordeste. Ao expor a dificuldade do chefe da nação que embarcou no Rio de Janeiro com intuito de chegar ao norte do país, buscamos estendê-la aos nordestinos que viajaram pelo programa coordenado por Paulo de Assis Ribeiro sob a conjuntura de guerra. Segundo reportou o jornalista Nóbrega da Cunha, que acompanhou o presidente na comitiva de imprensa naquela expedição, Getúlio Vargas seria dominado pelo espírito aventureiro. O presidente “se submeteu a toda sorte de provas de resistência física e mental, pois teve de atravessar o sertão nordestino de leste a oeste, alimentando-se irregular e insuficientemente em povoados sem recursos, dormindo pouco em ranchos de açudes, suportando o sol, a chuva e a poeira”¹⁹⁴. O jornalista fez menção a essa viagem de Vargas em 1933 como forma de introduzir sua matéria publicada no *Correio do Ceará* de 2 de março de 1943, noticiando em tom de exaltação, as atividades do programa do SEMTA enquanto parte integrante de uma

¹⁹³ ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a Revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010. p.460.

¹⁹⁴ CUNHA, Nóbrega da. “Solução globalizada para o nordeste”. *Correio do Ceará*, 2 de março de 1943, p. 3

“solução integrada para o nordeste”. Nóbrega da Cunha fez questão de ressaltar como a jornada era complexa:

A complexidade do programa organizado, imposta pela variedade dos problemas a examinar e pela diversidade das regiões a percorrer, obrigou o sr. Getúlio Vargas a utilizar nessa longa e exaustiva peregrinação todos os tipos de transportes existentes: o navio, o trem de ferro, o automóvel, a embarcação fluvial, o avião e finalmente no regresso o dirigível.¹⁹⁵

A viagem de Vargas, em 1933, foi interrompida quando soube que o presidente da Argentina General Agustín Justo viria ao Brasil para as solenidades da comemoração no dia da independência, chegando no dia 6 de setembro ao Rio de Janeiro. Estavam então na “segunda quinzena de agosto”, e feitos todos os cálculos para encurtar a viagem, “era indispensável regressar do Pará e, ainda em Recife, tomar o ‘Grand Zepelin’ a fim de estar no Rio exatamente na véspera da chegada do general Augustin Justo”¹⁹⁶. Viajar por longas distâncias pelo Brasil era uma verdadeira aventura – fosse para o Presidente da República em 1933, fosse para os trabalhadores nordestinos recrutados pelo SEMTA em 1943.

O SEMTA foi responsável por apenas parte do caminho da marcha dos *soldados da borracha* – de Fortaleza, Ceará, a Belém, capital do Pará. O planejamento desse percurso esteve entre as preocupações iniciais de Paulo de Assis Ribeiro no SEMTA. O engenheiro Álvaro Vital Brazil (1909-1997) projetou pousos para os trabalhadores se abrigarem no caminho da viagem. De acordo com Ricardo Conduru (2000) esse projeto apresentava uma geometria rígida, purista e com uma racionalidade prática:

Chefiando o departamento de engenharia do SEMTA, Álvaro Vital Brazil elaborou o projeto dos pousos programados a cada 300 ou 400 quilômetros, construídos numa situação de emergência (em menos de 30 dias) e com materiais disponíveis em cada região, utilizando a palha de babaçu, de carnaúba, ou buriti¹⁹⁷.

Os pousos foram estabelecidos ao longo do trajeto de viagem que durava dias ou até meses, devido aos atrasos frequentes, e que poderia variar entre 2,5 mil a 5 mil quilômetros de distância¹⁹⁸. A estrutura dos acampamentos condizia com o caráter

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ CONDURU, Roberto. *Vital Brazil*. São Paulo: Cosac-Naify Edições, 2000. p. 76.

¹⁹⁸ RIBEIRO, Paulo Assis. A Organização de um Serviço de Guerra. *Revista do Serviço Público* – Ano IV, set. 1943. Vol. III n. 3, p. 17.

emergencial do programa do SEMTA, mas nem por isso o projeto de Vital Brasil deixou de seguir as ordens sanitárias que foram ditadas pelo SESP:

Dr. Álvaro Vital Brasil projetou barracões de madeira roliça cobertos de palha. Previu, assim, alojamentos para uso de redes, utilização de cozinhas, de refeitórios, de armazéns de depósito de gêneros alimentícios. Planejou uma enfermaria, distante 30 metros dos corpos principais do pouso, com bom acabamento para atender a parte higiênica indispensável, de acordo com as exigências do Serviço Especial de Saúde Pública. Projetou ainda uma pequena capela, um pequeno pavilhão para servir de barbearia, uma cantina, uma área para jogos esportivos e outra para reuniões e palestras. E tudo isto ia dentro de um critério de economia, levando em consideração o caráter adventício das construções e o pequeno prazo que lhe fora dado para terminar os trabalhos. E dando para o alojamento de cada homem a área de dois metros quadrados, conseguiu, ainda assim, bem orientando os recursos naturais da região, como seja a base de Cr\$12,00 a 15,00 para cada metro quadrado. Convém notar que a enfermaria prevista era coberta de telhas, tendo paredes de taipa e piso impermeabilizado, com tijolos ajustados com cimento. Além disso, forrado de algodão tendo seus vãos telados contra mosquitos e moscas¹⁹⁹.



Fig. 1 – CHABLOZ, Jean Pierre. “Pouso de Imigrantes” do SEMTA, desenho em perspectiva de cima. MAUC-UFC.

¹⁹⁹ “Livro Histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62.p. 07;08

Todos os pousos seguiriam essas características. O primeiro pouso de trabalhadores a ser construído de acordo com o projeto de Álvaro Vital Brasil foi o de São Luís, capital do Maranhão. A obra foi iniciada em 15 de janeiro de 1943 “em terreno cuja escolha dependeu muito da boa vontade do prefeito”²⁰⁰. Ficava localizado a 26 quilômetros do centro da cidade, próximo à nascente do rio Maracanã e da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina²⁰¹. Todavia, nem sempre foi possível contar com a colaboração ou com a boa vontade do poder municipal. Em relação à construção do pouso de Coroatá no Maranhão, com capacidade prevista para 800 homens, o terreno foi cedido pelo Ministério da Agricultura, já que as autoridades municipais se recusaram a ceder um terreno plano para tal realização²⁰².

Carlos José de Assis Ribeiro, irmão do chefe do SEMTA e membro da CME, ressaltou a complexidade que envolvia a construção de um pouso para trabalhadores. Além desses, ainda havia questões referentes à aquisição de água para consumo e higiene e de iluminação: “quando não se pode aproveitar a luz da cidade, são instalados geradores, que, aliás, são de difícil obtenção no norte”²⁰³. Carlos José de Assis Ribeiro continuou seu relato confidencial:

Por exemplo: há conveniência de se construir um pouso no local X, por haver maior facilidade de transporte para os trabalhadores ou por motivo de ordem sanitária. Mas, como obter, rapidamente, a palha para as coberturas? Ela se encontra distante, em lugar, às vezes de difícil recolhimento. E com os madeirames acontece a mesma coisa. E surge a falta de tijolos no Estado. Finalmente, prejudicando ainda mais a terminação de obra, a humanidade e as chuvas não permitem que o barro das paredes seque. Raramente se encontra um local para erguer um pouso como em Fortaleza. Aí as facilidades foram maiores e o clima é muito seco. Estas pequenas dificuldades acarretam outras, porque enquanto as paredes não secam completamente, as enfermarias não são aprovadas pelo SESP, e a falta de acabamento de um pouso retarda a marcha dos trabalhos²⁰⁴.

Segundo Carlos José de Assis Ribeiro, até o dia 27 de março, haviam sido construídos os seguintes pousos para abrigos dos trabalhadores em trânsito para Belém pelo SEMTA²⁰⁵:

²⁰⁰ “Histórico - de 22 de dezembro de 1942 a 1º de fevereiro de 1943-Implantação”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62, p. 7.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Relato confidencial de observações feitas no norte junto ao SEMTA” ao Sr. dr. Arthur Hehl Neiva, diretor da secretaria da CME. Sem local, 08.04.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 9.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

Local do Pouso	Capacidade de trabalhadores por pouso
Fortaleza (CE) – 2 pousos	1.400
Sobral (CE)	800
Tianguá (CE)	800
Teresina (PI) – 2 pousos	800
Coroatá (MA)	800
São Luiz (MA) – 2 pousos, sendo um em construção	1.400
Bragança (PA)*	800

*Esse pouso de Bragança, Pará, embora construído não chegou a ser ocupado.

Fonte: RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Relato confidencial de observações feitas no norte junto ao SEMTA” ao Sr. dr. Arthur Hehl Neiva, diretor da secretaria da CME. Sem local, 08.04.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 9.

A relação de pousos de trabalhadores do SEMTA que se segue abaixo foi divulgada pela imprensa, na reportagem de Samuel Wainer que partiu em defesa do SEMTA, em 2 setembro de 1943. Independentemente das datas entre as divulgações, o que percebemos é uma sutil dissonância de dados entre elas. Também nos documentos há referências a pousos que sequer foram mencionados nessas referidas relações.

Local do Pouso	Capacidade de trabalhadores
Iguatú (CE)	1.200
Fortaleza (CE)	1.200
Sobral (CE) – 2 pousos	1.200; 400
Tianguá (CE)	400
Teresina (PI)	1.200
Caxias	800
Caravelas	800
Bragança (PA)	800
São Luís (MA)	1.200

Fonte: WAINER, Samuel. Uma Pausa na Batalha da Borracha. *Revista Diretrizes*. Rio de Janeiro, 02.09.1943.

O SEMTA dependia de alianças locais. Os terrenos para construção de tais pousos ou prédios que receberam obra de adaptação foram cedidos por autoridades locais. A relação do poder federal com poderes locais foi marcada por tensões. Se por um lado a prefeitura de Fortaleza cedeu um terreno para servir de pouso aos trabalhadores do SEMTA, por outro não liberou o fluxo de água para o abrigo:

E aqui cabe uma referência especial à má vontade de certas autoridades, que não desejando colaborar nesta obra de esforço de guerra pretenderam não permitir que fosse ligada a água para esse pouso, fundamentado na seguinte

heresia técnica: uma sangria de ¾ de polegada na adutora central de Fortaleza poderia fazer com que a população da cidade passasse sede²⁰⁶.

Ainda em 25 de janeiro de 1943, Paulo de Assis Ribeiro buscou junto à população de Fortaleza alguma maneira de apoio colaborativo para o desenvolvimento das atividades do SEMTA, “tratando da requisição de automóveis e caminhões, requisições de pessoal administrativo e de prédios para servirem de pousos provisórios. Mas, não obteve muito, excetuando-se dois grupos escolares e alguns automóveis em mau estado de conservação”²⁰⁷.

Em maio de 1943, o interventor federal do Ceará Menezes Pimentel se correspondeu com os prefeitos cearenses apresentando o SEMTA e solicitando empenho e toda a colaboração ao serviço. Fato noticiado no Correio do Ceará no dia seguinte. Explicava Pimentel:

E, para assegurar o cumprimento desses acordos se faz mister mobilizar grande números de braços e encaminhá-los à Amazônia para o fecundo e patriótico labor de extrair, sempre e cada vez mais borracha, cabendo à nós cearenses, dada a nossa densidade de população e a nossa tradicional política emigratória, uma grande quota no esforço comum do Brasil. Concretizando esse magnífico esforço, foi que o eminente presidente Vargas fez criar como órgão da Coordenação Econômica, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) que em caráter executivo, desde fevereiro último está transportando homens das melhores condições possíveis de amparo social, religioso, econômico e sanitário, juntando assim, além do dever patriótico, vantagens inúmeras que possibilitarão ao nosso homem, e de suas famílias, uma sensível melhoria no seu nível de vida, de educação e de saúde²⁰⁸.

O interventor orientava o encaminhamento de todos os homens “válidos”, desempregados ou com desejo de seguir para a Amazônia, aos “postos mais próximos de seleção e concentração do SEMTA, localizados nas cidades de Fortaleza, Iguatú e Crato”²⁰⁹.

Uma das principais atribuições do SEMTA era transportar homens nordestinos aptos para trabalharem em seringais amazônicos, prestando assistência a eles e também a suas famílias. As vias de deslocamento pelo interior do país eram bastante precárias, sendo recorrentes os atrasos e acidentes nos trajetos. A viagem abrangia trechos por

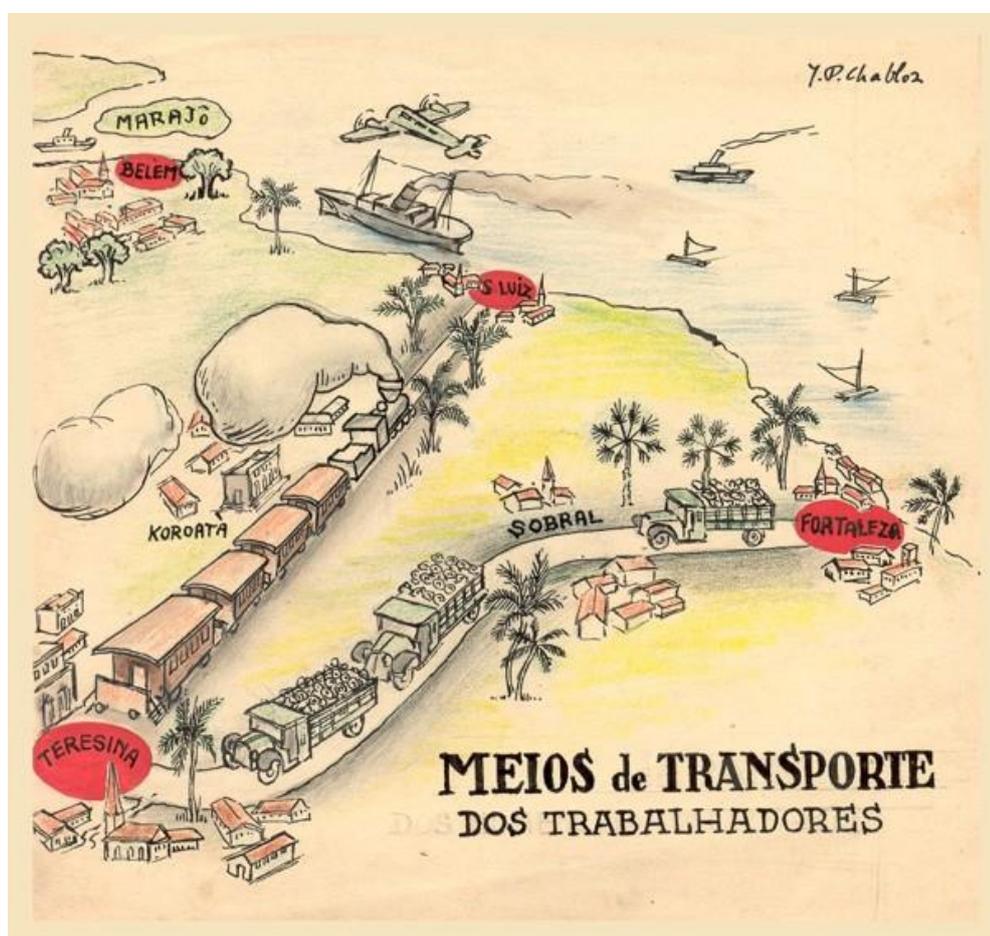
²⁰⁶ “Histórico - de 22 de dezembro de 1942 a 1º de fevereiro de 1943 - Implantação”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62, p. 15.

²⁰⁷ Idem, 1943. p.14.

²⁰⁸ PIMENTEL, Menezes. “Carta ao prefeito de...”, Fortaleza, 12 de maio de 1943. AN. Fundo Paulo Assis Ribeiro, Cx. 4, Doc. 7.161.

²⁰⁹ Ibidem

terra, ferrovia e estradas, por via fluvial e avião. Dos pontos de recrutamento, os *soldados da borracha* iam até Fortaleza, onde aguardavam o embarque que se dava por “grupos” ou “comboios”, divididos por “turmas” de trabalhadores. A viagem se dava por etapas – entre Fortaleza a Teresina, por caminhão e de Teresina a São Luís no Maranhão onde “se tomava um navio até Belém”²¹⁰. De Fortaleza percorriam 244 quilômetros na boleia de caminhão até Sobral (CE) onde se encontravam dois pousos. Depois dessa parada em Sobral, seguiam ainda em caminhão (382 quilômetros) até Tianguá, região serrana no Ceará. A estrada em declive produzia elevados índices de acidentes²¹¹.



²¹⁰ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. Cit. , p. 152.

²¹¹ Sabemos da existência de acidentes que transportavam trabalhadores do SEMTA, mas mensurar quantos ocorreram ao longo da duração da instituição é tarefa difícil. Por meio da documentação do SEMTA, integrante do fundo Paulo de Assis Ribeiro, tomamos conhecimento de dois acidentes de caminhões (em Campo Maior dia 21.07.1943 e em São Francisco, dia 25.07.1943) ; André Campos (2006) referiu-se a um acidente ocorrido em 7 de abril de 1943 nessa estrada entre Tianguá-Teresina. Argumentado durante seu depoimento a *Comissão de Inquérito da Borracha* em 1946, Paulo de Assis Ribeiro, mencionou a ocorrência de apenas um acidente.

Fig. 2 CHABLOZ, Jean Pierre – “Meios de transporte dos trabalhadores”. Ilustração para conferências. Maio de 1943. MAUC-UFC

Esse desenho ilustrativo do caminho percorrido pelos *soldados da borracha* foi elaborado por Jean Pierre Chabloz, artista plástico suíço. Ele havia recém-chegado a Fortaleza, em fins de janeiro de 1943, para trabalhar como propagandista da campanha do SEMTA. Ele se correspondeu com um amigo contando como era a operação de embarque e viagem dos *soldados da borracha*.

Esta semana foi carregada: segunda-feira partiu, a primeira hora da manhã, o primeiro contingente de homens para a Amazônia: 235 homens em 6 caminhões, mais um caminhão de bagagens e víveres. Eles iriam até Teresina, e de lá (dois dias mais tarde, de trem até São Luiz: de lá de avião, até Bragança, de onde eles continuam, por via aquática, até Belém)²¹².

Quanto ao uso de aviões para encaminhar os trabalhadores, tudo indica que esse meio de transporte nunca integrou, de fato, a operação de viagem dos trabalhadores empreendida pelo SEMTA. O avião foi um meio essencial para agilizar o deslocamento das autoridades e técnicos do SEMTA entre Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém e São Luís, assim como o telégrafo também foi crucial no campo das comunicações. O *Serviço* utilizou aviões da Companhia de Navegação Aérea Brasileira (NAB), mas por cordialidade, sem qualquer contrato oficial.

Certa vez, durante a organização do Serviço em janeiro, Assis Ribeiro demonstrou preocupação diante da ausência do meio de transporte. Por meio de uma conferência telegráfica, Paulo de Assis Ribeiro soube que coronel Orsine da NAB havia requisitado o avião que estava à disposição do SEMTA. Diante disso, o chefe do SEMTA sondou com o “substituto do comandante da Base Aérea de Belém” sobre a possibilidade de que o Ministério da Aeronáutica dispusesse um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) ao SEMTA, mas “o major Armando Serra Menezes nada pode resolver”²¹³. Não sabemos o quanto Paulo de Assis Ribeiro insistiu em sua reivindicação, mas não há evidência de que tenha sido disponibilizado algum avião ao SEMTA. As autoridades viajavam entre as principais capitais para reuniões, conferências, visitas aos pousos, em aviões emprestados. Em relação ao uso de avião para embarque dos trabalhadores, não encontramos registros que permitam confirmar

²¹² CHABLOZ, Jean Pierre. Correspondência para [Moser]. Fortaleza, Hotel Excelsior, sábado, 6 de fevereiro de 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz, MAUC.

²¹³ “Histórico - de 22 de dezembro de 1942 a 1º de fevereiro de 1943 - Implementação”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. cx. 5. doc. 62. p. 5.

que *soldados da borracha* voaram entre São Luís e Bragança no Pará, conforme Chabloz explicou em sua carta. É verdade que o repórter Samuel Wainer mencionou que “deveria ser empregado o transporte aéreo entre São Luís e Bragança enquanto os campos estivessem alagados” em sua reportagem, favorável ao SEMTA, publicada em 2 de setembro de 1943²¹⁴. No entanto, o documento que descreve as atividades iniciais de implementação do *Serviço* entre fins de dezembro ao dia 1 de fevereiro de 1943, data do início da marcha oficial dos *soldados da borracha*, informou que o pouso de Bragança, cidade paraense, “prende-se à previsão da linha aérea São Luiz-Bragança, que não pode ser concretizada pela falta dos aviões que haviam sido prometidos pelas autoridades da ‘Rubber’, sendo substituída pela rota marítima São Luiz-Belém”²¹⁵. Carlos José de Assis Ribeiro confirmou, em 8 de abril de 1943, que o pouso de Bragança embora construído, não estava sendo utilizado, “pois foi construído em face da expectativa dos transportes por avião”²¹⁶.

Para percorrer o trajeto de Fortaleza até Belém foram planejados dois caminhos denominados “linha norte” e “linha sul”. Na prática, as turmas de soldados da borracha se guiaram apenas pela rota da “linha norte” que compreendeu as seguintes cidades: Fortaleza, Sobral, Tianguá, Terezina, Coroatá, São Luiz, Bragança e Belém. Havia certa perspectiva de que a “linha sul” estivesse funcionando em fevereiro de 1943, mas ela sequer chegou a existir. O projeto da “linha sul” abrangia as cidades Iguatú (CE), Campos Sales (CE), Picos (PI), Floriano (PI) e Carolina (MA) num total de 1.300 quilômetros por terra, através de estradas de rodagem, cuja melhoria seria “concluída pelos próprios homens durante o trajeto”²¹⁷. Dessa cidade maranhense, se seguiria até Belém por via fluvial, mas tal trajeto se frustrou em virtude do problema de transporte, havendo dependência “da obtenção de lanchas para descer o rio Tocantins”, esclareceu Carlos José Assis Ribeiro²¹⁸.

²¹⁴ WAINER, Samuel. Uma Pausa na Batalha da Borracha. *Revista Diretrizes*. Rio de Janeiro, 02.09.1943.

²¹⁵ “Histórico - de 22 de dezembro de 1942 a 1º de fevereiro de 1943 - Implementação”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5. Doc. 62. p.13.

²¹⁶ RIBEIRO, José Carlos de Assis. Ao “Excelentíssimo Senhor Doutor Artur Hehl Neiva, diretor da Coordenação de Mobilização Econômica; assunto: Relato Confidencial de Observações feitas no Norte, junto ao ‘SEMTA’”. Sem local, 08.04.1943. p. 8.

²¹⁷ “Esboço da Estrutura de Serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx.5 doc. 64. p.3.

²¹⁸ RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Relato confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA” ao Sr. dr. Arthur Hehl Neiva, diretor da secretaria da CME. Sem local, 08.04.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 17.

Os trabalhadores seguiam os 600 quilômetros entre Fortaleza e Teresina por caminhão em duas etapas – até o pouso de Sobral, ainda no Ceará e depois, até o pouso de Tianguá, Piauí. De Teresina até São Luís, iam de trem²¹⁹ por uma estrada de ferro em péssimas condições de manutenção que levava ao surgimento de “pequenos desastres, que prejudicam o tráfego, e, conseqüentemente, o encaminhamento dos trabalhadores”²²⁰. Esse encaminhamento deveria ser cuidadosamente controlado para não atrapalhar o andamento usual da ferrovia, já que a distribuição de gêneros à população era realizada pela mesma. Além disso, o embarque de trabalhadores nessa ferrovia dependia da evacuação do pouso de Maracanã (MA) – “só depois de partir o transporte marítimo, levando os trabalhadores que se encontram em São Luís, pode o trem chegar com a nova leva”²²¹. De São Luís até Belém, o trajeto seria marítimo. A descrição de Carlos José de Assis Ribeiro acerca da operação que envolvia o embarque dos trabalhadores nesse trecho reforça sua complexidade e a ocorrência de imprevistos:

Só quem assiste a um embarque pode compreender o trabalho exaustivo que ela acarreta. Os navios, geralmente, tem ordem para demorar poucas horas nos portos (muito embora, às vezes, depois do embarque fiquem retidos). Tudo tem que ser feito às pressas. É o controle de encaminhamento; é o transporte pessoal nos rebocadores para ser conduzido aos navios; é a mudança dos uniformes usados por outros limpos; é a confecção da lista dos embarcados e muita coisa mais que surge no momento. Por exemplo: o embarque também depende da maré, pois nem mesmo os rebocadores podem atracar com a maré baixa, e quando ela sobe a atividade começa febrilmente e não pode parar. Como Vossa Excelência pode avaliar os que criticam a demora da ida dos trabalhadores não viram o que se processa no Norte do país, não analisaram todas as providências tomadas nem apreciaram os esforços despendidos²²².

A espera dos navios nos portos era significativa. Certa vez, contou um dos comandantes dos navios fretados pelo SEMTA a Samuel Wainer, o navio “Itambé” ficou atracado no porto de São Luís, aguardando ordem para seguir até Belém por mais de um mês. O navio “S.S. Itapuí” também esteve parado por mais de 15 dias, com 800 homens a bordo. Esses atrasos para autorizar a partida dos navios pela Capitania do Porto gerava um alto custo ao SEMTA, já que esses transportes eram arrendados por

²¹⁹ CAMPOS, André. , André Luiz Vieira de. Op. Cit. , p. 151.

²²⁰ RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Relato confidencial de Observações feitas no Norte junto ao SEMTA” ao Sr. dr. Arthur Hehl Neiva, diretor da secretaria da CME. Sem local, 08.04.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 17 .

²²¹ Idem, 1943. p. 7.

²²²RIBEIRO, Carlos José de Assis. Ao “Excelentíssimo Senhor Doutor Artur Hehl Neiva, diretor da Coordenação de Mobilização Econômica; assunto: Relato Confidencial de Observações feitas no Norte, junto ao ‘SEMTA’”. Sem local, 08.04.1943, Cx. 5. Doc. 62. p. 8.

dia. Entretanto, o comandante entrevistado por Wainer estranhou o fato de que navios do SEMTA aguardavam tanto tempo uma ordem da Capitania do Porto, enquanto “outros navios entravam e saíam quase imediatamente”²²³. De novo, as atividades do SEMTA pareciam depender mais de relações e boa vontade de vários indivíduos e órgãos e menos de regras, leis e normas.

2.4. Imagens do migrante trabalhador: de *malandro*, *vagabundo* e *flagelado a soldado da borracha*

Embora o foco do recrutamento empreendido pelo SEMTA fossem os nordestinos assolados pela seca, a primeira turma de *soldados da borracha* não partiu do nordeste, mas do Rio de Janeiro. Embarcaram em direção a Belém no dia 15 de janeiro, sob a responsabilidade de Sávio de Albuquerque Antunes.²²⁴ Formavam um grupo de 22 homens selecionados entre aqueles que “demonstraram capacidade de direção e iniciativa própria”, pois deveriam “preparar nos locais onde os trabalhadores deveriam passar, os devidos alojamentos e a necessária alimentação”²²⁵. A segunda turma partiu dois dias depois, em 17 de janeiro de 1943, com 300 homens. Essa esteve sob comando do ex-chefe do Exército Nacional, Francisco Belisário de Oliveira, e acompanhada por Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), contratado pelo SEMTA para produzir um filme, e por dois médicos²²⁶. Seguiram sucessivamente outras cinco turmas com 60 homens cada. Podemos sugerir que o total de 300 homens nessa turma, muito maior se comparado a outras, teve a função de oferecer impacto de magnitude para a filmagem.

Seguiram pela Estrada de Ferro Central do Brasil até a estação de Pirapora, Minas Gerais. A partir daí embarcaram pelo rio São Francisco em direção a Petrolina, Pernambuco, de onde viajaram na boleia de caminhões do SEMTA em direção à Teresina. Quando, então, continuaram a viagem por uma composição da Estrada de Ferro Teresina-São Luiz – “aguardando aí transporte marítimo para alcançar a última

²²³ WAINER, Samuel. “Uma Pausa na Batalha da Borracha”. Revista Diretrizes, 02/09/1943, p.25.

²²⁴Diário Oficial da União 15/02/1943 p. 2146. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. “Histórico-Implementação”; s/d; s/l; s/a.. p. 10.

²²⁵ “Histórico- Implementação”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. s/d; s/l; s/a. cx. 5. doc. 62. p. 10.

²²⁶ Entre os quais somente “dr. Raul Garcia” é identificado. Ele atuou como médico de seleção do Pousou de Belém.

etapa subordinada à jurisdição do SEMTA”, ou seja, o porto de Belém²²⁷. O trecho desde ali até a distribuição dos trabalhadores nos seringais ficava a cargo do Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).

As primeiras turmas que embarcaram no Rio de Janeiro em direção à Amazônia foram selecionadas entre homens abrigados pelo Albergue da Boa Vontade – uma instituição de assistência social, criada no bojo da reestruturação da administração pública no governo Vargas, durante a década de 1930. Ligado à Secretaria de Saúde e Assistência do Distrito Federal, o *Albergue* prestava assistência a migrantes sem trabalho e sem moradia na cidade do Rio de Janeiro. A pedido de Manuel José Ferreira (1897-1978), sanitarista e chefe do departamento de assistência médica do SEMTA, realizou-se uma seleção entre seus abrigados, sob a coordenação de Victor Tavares de Moura (1892-1960), médico e diretor do Albergue desde 1937²²⁸. O quadro dessa seleção realizada pelo Albergue da Boa Vontade é apresentado a seguir. Apesar de esses trabalhadores serem identificados como “cariocas”, a naturalidade desses homens não era necessariamente do Rio de Janeiro, ainda que essa fosse a da maioria. Um número considerável desses migrantes veio de vários estados do Brasil, (como Minas Gerais e Pernambuco, mais presentes entre aqueles recrutados pelo *Albergue*, depois dos cariocas), além de uma pequena fração de estrangeiros.

Serviço Especial de Classificação e Seleção de Trabalhadores para a Amazônia feito pelo Albergue da Boa Vontade entre 30.12.1942 a 23.02.1943

Trabalhadores examinados:	1.452
Aptos para o trabalho:	1.242 (85.9%)
Inaptos:	204 (14.1%)
Trabalhadores que seguiram para a Amazônia:	1.036 (83.4%)
Faltaram o embarque:	206 (16.5%)

²²⁷ “Histórico - Implementação”; s/d; s/l; s/a. cx. 5. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. doc. 62. p. 10.

²²⁸ “Histórico - Implementação”; s/d; s/l; s/a. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. cx. 5. doc. 62. p. 1. O documento afirma que “dr. Manoel Ferreira que tratou com a prefeitura do Distrito Federal”. O interventor Federal do Rio de Janeiro era Henrique Dodsworth – médico e advogado, foi prefeito do Distrito Federal durante o Estado Novo (1937-1945). Consta no Diário Oficial da União de 06.02.1943 exercia o cargo de chefe do Distrito Sanitário do Departamento de Higiene e Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal antes de atuar no SEMTA.

Naturalidade dos homens recrutados pelo *Albergue da Boa Vontade* que seguiram para Amazônia

Alagoas	70 (5,6%)	Minas Gerais	164 (13,2%)
Acre	3 (0,2%)	Paraíba	40 (3,2%)
Amazonas	21 (1,6%)	Pernambuco	117 (9,4%)
Bahia	83 (6,6%)	Piauí	13 (1,04%)
Ceará	48 (3,8%)	Paraná	20 (1,6%)
DF	228 (18,3%)	Pará	22 (1,7%)
Espírito Santo	33 (2,6%)	R. Grande do Norte	27 (2,1%)
Estado do Rio	163 (13,1%)	R. Grande do Sul	25 (2,01%)
Goiás	3 (0,24%)	São Paulo	81 (6,5%)
Maranhão	13 (1,04%)	Sergipe	41 (3,3%)
Mato Grosso	3 (0,24%)	Santa Catarina	9 (0,7%)

(Fonte: “Serviço Especial de classificação e seleção de trabalhadores para Amazônia, feito pelo Albergue da Boa Vontade para o SEMTA” (24/02/1943) – cx. 5, doc. 62).

O perfil desse recrutamento foi apresentado como sendo formado pela maioria de homens solteiros (94,7%) e alfabetizados (78,4%). Foram classificados como possuindo a cor branca (44,9%); parda (39,1%) e preta (16,6%). Houve uma preocupação em quantificar aqueles que eram portadores de carteira profissional (52,2%) e de certificado de reservista pelo serviço militar (48,6%). Há indicação em três classificações de tipos constitucionais²²⁹ – os “Leptosômicos” ou astênicos eram a maioria com 84,2%, os restantes foram considerados atléticos (13,3%) e pícnicos (2,4%). Além dos brasileiros, seguiram no grupo 15 estrangeiros (10 portugueses, dois lituanos, um tchecoslovaco, um romeno e um espanhol).

²²⁹ A definição de tipos constitucionais está ligada ao desenvolvimento da Biotipologia, comentado adiante, no próximo capítulo.



Fig. 3. Embarque de Trabalhadores do Rio de Janeiro, Estação Pedro II, em 18.01.1943. Jornal O Povo. Fortaleza, 21.01.1943.

Contratado pelo SEMTA para realizar filmagens da marcha dos *soldados da borracha*, especificamente de uma das turmas que partiram do Rio de Janeiro, Paulo Emílio Salles Gomes de Moraes embarcou no Rio de Janeiro, junto a uma das turmas. Era um jovem de 26 anos, militante socialista, membro da geração que participou da revista *Clima* de São Paulo²³⁰. Ele era o redator da seção sobre cinema dessa revista que fazia oposição ao regime do Estado Novo. Seu pai era médico sanitarista paulista, Francisco Salles Gomes, “reconhecido em seu trabalho contra a lepra e secretário da Educação e Saúde na gestão de João Alberto”, interventor de São Paulo após a Revolução de 1930 (entre novembro de 1930 e julho de 1931)²³¹.

É curioso que Paulo Emílio, sendo um crítico declarado ao governo Vargas, foi contratado pelo SEMTA, com fim de produzir um filme de propaganda do Serviço, e, portanto, em última instância, de propaganda do Estado Novo. Adilson Inácio Mendes considerou que Paulo Emílio estava animado para essa que seria sua primeira “aventura cinematográfica”. Sequer lhe incomodava o fato do filme ser de divulgação do governo, pois “imaginava-se um filme de vanguarda, ou seja, engajado político e esteticamente”²³². Para Paulo Emílio Salles Gomes, essa seria uma oportunidade de

²³⁰ Fundada por alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a Revista *Clima* foi publicada em São Paulo entre maio de 1941 e novembro de 1944.

²³¹ MENDES, Adilson Inácio. *A crítica viva de Paulo Emílio*. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação – Departamento de Cinema, Rádio e Televisão; Escola de Comunicações e Artes; USP, 2012.

²³²Idem, 2012. p. 60.

ativamente se posicionar na luta contra o fascismo, tema que inclusive vinha sendo pautado nos textos publicados na revista *Clima*.

O filme dirigido por Paulo Emílio e filmado por seu assistente, Armin Edwin Gaspar, existiu apenas em seu estado “copião bruto” – ou seja, material bruto, sem qualquer tratamento da edição das imagens –, uma obra amadora, inacabada, que durou apenas dois meses e que fora exibido apenas uma vez, para um público restrito. Não obstante, esse material se deteriorou por falta de produto químico adequado à conservação das imagens na película (um fixador em cálcio anídrico) – que fora solicitado, mas não providenciado a tempo – e também pela intensidade do calor que gerou a aparição de uma neblina vaporosa, interferindo nas imagens. Tamanha frustração marcou Paulo Emílio, “pois nunca mais tocou no assunto mesmo em suas lembranças”²³³. Resta-nos o registro do artista e intelectual Vinícius de Moraes acerca de suas impressões sobre o filme da viagem dos *soldados da borracha* que se constitui como o “único testemunho do filme inacabado de Paulo Emílio”²³⁴. O jornal *A Manhã* de 25 de março de 1943 publicou uma crônica escrita por Vinícius de Moraes relatando a recepção dessas imagens exibidas na sala do *Serviço* de Divulgação da Prefeitura (do Rio de Janeiro). A exibição se deu no dia 23 de março de 1943, para uma plateia que não chegava ao total de “uma dúzia” de pessoas entre “físicos, matemáticos e literatos”, além dele, Rubem Braga e o físico Paulo Sussenkind Rocha, que o convidara. A crônica é transmitida com ironia e guarda sentido de revanche a uma crítica pessoal que Paulo Emílio fizera-lhe anteriormente, em 1940.

(...) E passavam a fita de Paulo Emílio. Quadro após quadro, vai passando a fita de Paulo Emílio. Quadro após quadro. Quando acabou de passar havia um ar geral de insatisfação, menos em três pessoas das quais eu era uma. Realmente o cinegrafista que deram a Paulo Emílio era pífio. Mas que importa um fotógrafo, no final das contas, quando uma real tomada de cinema cria a impressão de profundidade e de silêncio que Paulo Emílio conseguiu em tantas cenas filmadas? Com Edgar Brasil, Paulo Emílio teria feito um grande filme da sua primeira aventura de direção. Quem sabe ainda não está em tempo de lhe mandarem outro homem de câmera, para pegar a chegada dos trabalhadores no Amazonas, que isso sim seria uma coisa de fazer água na boa a um ‘Eisenstein’²³⁵.

²³³ MENDES, Adilson Inácio. Op. cit., p. 67.

²³⁴ MENDES, Adilson Inácio. Op. cit., p. 66.

²³⁵ MORAES, Vinícius de. “Em sua crônica de hoje Vinícius de Moraes comenta uma exibição privada a que assistiu na sala de projeção do serviço de divulgação da prefeitura”. *A Manhã* – 25.03.1943, p. 5 *apud* MENDES, Adilson Inácio, op. cit. p. 67.

Embora o material audiovisual dirigido por Paulo Emílio e filmado por Armin Edwin Gaspar tenha se deteriorado, é possível ter uma ideia do conteúdo filmado com base numa espécie de roteiro: um documento encontrado no arquivo de Paulo Emilio Salles Gomes, sob a guarda da *Cinemateca Brasileira*, denominado *Scenario: 1ª parte: Rio-São Luiz*²³⁶. O documento foi datilografado e não possui indicação de autor. Em virtude do título, considerado muito pomposo, e do estilo da redação, Adilson Inácio Mendes, que pesquisou a trajetória de Paulo Emílio, enquanto intelectual que colaborou para a formação da história do cinema brasileiro, acredita que tal texto não tenha sido elaborado pelo próprio. Trata-se da descrição da seqüência das cenas filmadas (90 cenas) que seguiu o roteiro da viagem e que “seria adaptada na hora da montagem”. Ou seja, embora não existam as imagens propriamente, é possível nos aproximarmos da experiência da viagem e da intenção de Paulo Emílio, do que ele considerava relevante em documentar e registrar nessa viagem dos *soldados da borracha* até a Amazônia.

As cenas descritas dizem respeito a paisagens do percurso – a viagem de trem até Pirapora, Minas Gerais, assim como a viagem fluvial pelo Rio São Francisco a bordo de um barco gaiola, percorrendo 1.371 quilômetros nesse trecho²³⁷. Fizeram tomadas do movimento do trem; aspectos da embarcação e, alguns imprevistos como acidente na ferrovia (com o descarrilamento da locomotiva) e de uma chuva torrencial levando o rio São Francisco a subir 7 metros, inundando as vilas ribeirinhas e a própria cidade de São Francisco. Filmaram o local onde um rapaz do grupo morreu afogado, “não observando as ordens dos chefes”, ressaltou o autor do documento, e a “missa improvisada por sua alma”. Mais adiante se registrou o encalhamento do navio²³⁸.

Além dos incidentes, são indicados flagrantes dos trabalhadores: aguardando o almoço com pratos e canecas em mãos; dormindo em redes a bordo; escovando os dentes de manhã; preparação do almoço da caravana (um carneiro); abastecimento com carne fresca à cozinha da caravana; como “dormem a bordo: em redes”. Houve cenas do passatempo dos trabalhadores, uns cantando, outros contemplando o “lindo cenário da natureza”; lavagem de roupa a bordo e até do “toilete matinal”. É possível perceber que

²³⁶ GOMES, Paulo Emílio Salles. “Scenario”, Belém do Pará, 194?. Cinemateca Brasileira. Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes: BR CB PE/PI 0077. Segundo Mendes (2012), Paulo Emílio de Salles Gomes, na revista “Clima” n. 3 de 1941, afirmou que “cenário é o estado intermediário entre o argumento e o filme – a história escrita na forma em que vai ser filmada”. MENDES, Adilson Inácio, Op. cit. p. 64.

²³⁷ O barco gaiola “Raul Soares” pertencia à Companhia Mineira de Navegação do Rio São Francisco.

²³⁸ GOMES, Paulo Emílio Salles. “Scenario”, Belém do Pará, 194?. Cinemateca Brasileira. Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes: BR CB PE/PI 0077.

nem todas as tomadas foram de cenas que ocorreram espontaneamente. Algumas se referem ao desfile da caravana em Sobral, após a partida em Fortaleza ou quando enfoca um “viva à pátria” ou mesmo um grupo fazendo o gesto da letra “v” de vitória com as mãos, aponta para existência de uma encenação com os recrutados.

Convém chamarmos atenção para a maneira como sua variação das paisagens no decorrer da viagem foi apresentada – o sertão mineiro, serras, campos e “dunas indicando o rumo ao norte”, o sertão cearense na cidade de Juazeiro e a memória de Padre Cícero (estátua, casa onde viveu, seu túmulo). Também nesse sentido há a indicação de registros que buscavam relacionar a região ao tipo de vegetação, tais como os seguintes planos descrito no *Scenario*: “carnaubal lindo. o sertão piauiense” ou “aspectos florestais na etapa Carotá-São Luiz” que associavam imagens do “babaçual” ao “sertão maranhense”. A filmagem das cenas não enfocou qualquer vegetação, mas aquelas que eram economicamente representativas como a carnaúba e o babaçu. Além de destacar a paisagem, por vezes ligando à vegetação a determinada região, Paulo Emílio não se esqueceu de documentar os “tipos populares”, também associados às regiões.

Os tipos populares foram representados em atividades cotidianas, homens e mulheres - uma “índia”; mulher com lata d’água na cabeça ou os “garotos sentados no cais assistindo aos preparativos da partida” da turma. Em momentos, não há descrição da cena em si, mas indicações por tópicos. Por exemplo: “Tipo popular. Representamos o Estado do ‘rio’”; “o vaqueiro nordestino no seu gibão”; “grupos de flagelados pernambucanos, cearenses e paraibanos decididos a alistar-se como trabalhadores no serviço da borracha”. Quando chegaram a Fortaleza, a filmagem é realizada sob a preocupação de retratar os “tipos estaduais” – como é denominada a indicação da representação dos estados por meio de imagens: “o carioca, o alagoano” “o dançarino de frevo”. O carioca é representado por um cantor de samba, seguido de um plano cinematográfico fechado enfocando suas “mãos tocando o ritmo com caixa de fósforos”²³⁹.

O filme que se propunha a documentar a saga dos trabalhadores até sua chegada aos seringais amazônicos, servindo de propaganda ao SEMTA, contou com essa espécie de roteiro de onde podemos retirar algum entendimento sobre seu conteúdo, uma vez que, como já mencionamos, o material original não fora preservado.

²³⁹ Ibidem.

Essas representações de tipos populares e estaduais, além de paisagens naturais e vegetações específicas para determinadas regiões brasileiras – foi uma preocupação do governo Vargas. Inseriram-se no processo de construção de um novo Estado, dosando ideais de modernidade e tradição. Segundo Lucia Lippi, a ideologia política do Estado Novo “recupera práticas autoritárias que pertencem à tradição brasileira, assim como incorpora outras, mais modernas, que fazem da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social” – o “redescobrimento do Brasil” e a construção de um novo homem²⁴⁰. Assim, essa ideologia, por meio da exacerbação do nacionalismo “se empenhava em indicar traços étnicos, culturais geográficos e históricos que pudessem definir noções como brasileiro e brasilidade”²⁴¹.

A noção de que a unidade territorial do país seria alcançada por meio da exaltação das regiões foi uma das bases, em 1941, da nova divisão territorial do país lançada pelo IBGE e que ficou conhecida como a *Lei Geográfica*. Podemos observar que foi essa a perspectiva que inspirou as descrições das cenas produzidas por Paulo Emílio e seu cinegrafista Gaspar. Nessas, está presente a representação do regional, de cada estado estereotipado por determinado tipo de música, por exemplo, o samba ou o frevo ou nos tipos populares em seu cotidiano – “o vaqueiro nordestino em seu gibão”, “o cantor de samba” carioca, “o dançarino de frevo”. A impressão autoral de Paulo Emílio Salles Gomes na sua obra está mesclada com representações do Brasil divulgadas mais amplamente pelo Estado Novo acerca da identidade nacional brasileira.

Fortaleza era o local do percurso onde ocorria o encontro dos trabalhadores que saíram do Rio de Janeiro com os trabalhadores do nordeste para continuação da viagem até Belém. Foi justamente nessa capital que o “roteiro” voltou-se para descrições de tipos estaduais. A chegada desses homens em Fortaleza foi assistida por Jean Pierre Chabloz (1910-1984), que ali se encontrava como propagandista da campanha do SEMTA, função que desempenhou durante seis meses (entre janeiro e julho de 1943). Numa perspectiva oposta daquela de Paulo Emílio, que buscou ressaltar estereótipos com base na construção dos tipos regionais, ressaltando trajes, músicas e danças típicas, a narrativa de Chabloz reforça aspectos negativos do estereótipo do carioca: o malandro, sambista, conquistador, capaz de trocar seu uniforme por um copo de pinga.

²⁴⁰ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Introdução. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992, p.10, p.12.

²⁴¹ MORALES,. Lucia Arrais. *Vai Vem Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p.153-154. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Op. Cit, p.14-30.

Certamente devemos considerar que a “fala” de Chabloz era mais despreziosa, parte de sua correspondência pessoal a um amigo, e não uma obra publicitária como o filme de Paulo Emílio. Se havia uma perspectiva mais próxima à realidade do que a outra é o que menos importa. O que queremos é chamar atenção para a existência de visões contrastantes sobre o tipo carioca, o homem pobre do Rio de Janeiro, que participou da *Batalha da Borracha*.

A referida impressão de Chabloz sobre a chegada dos cariocas que iriam se juntar à turma de *soldados da borracha* nordestinos se encontra transcrita abaixo. Suas palavras expressam sua visão em relação à mesma turma de trabalhadores que partiu do Distrito Federal e foi acompanhada por Paulo Emilio Gomes. Apesar dos cariocas serem a maioria entre aqueles que partiram do Rio de Janeiro (18% do grupo total), havia migrantes de outras regiões do país. Ainda assim, a maneira como Chabloz se refere a esses homens em carta escrita a um amigo mostra esse grupo como homogêneo. A esse grupo é atribuída a representação do carioca malandro, pouco confiável.

(...) a noite, chegada às 17 ou 18 horas de uma tropa de 330 cariocas e diversos outros: gente do morro, da favela, sambistas e “faquistas” enfurecidos. Devidamente e decentemente equipados, na partida da Capital, eles teriam vendido ou trocado suas roupas “oficiais” e acessórios, por um copo de pinga ou por outra guloseima, aliás, por qualquer reconfortante sorriso feminino. Por isso, a chegada deles foi um poema: de pé sobre o teto dos veículos, em calções de banho, pendurados aos vagões, estes por outro lado transbordando de material humano, esses heróis barulhentos, mas simpáticos ofereciam um aspecto dantesco, e digno de um imenso afresco. Entre eles, encontravam-se os saídos da prisão, liberados para ir trabalhar no Norte, mas eles foram tão incorrigíveis, que cerca de 15 deles, são colocados em ordem aqui, e esperam um barco para retornar as suas velhas ‘residências’”²⁴².

Embates regionais e culturais entre trabalhadores também foram observados pelos burocratas envolvidos com a *Batalha da Borracha*. Carlos José de Assis Ribeiro, irmão do chefe do SEMTA, membro da CME e que substituiu Charles Wagley como o segundo diretor do programa de migração do SESP²⁴³, visitou pousos do Serviço com o fim de produzir um relatório ao ministro João Alberto da CME. Ele considerou que o regionalismo entre norte e sul seria fruto de um problema herdado em função do

²⁴² CHABLOZ, Jean Pierre. Correspondência para [Moser]. Fortaleza, Hotel Excelsior, sábado, 06 de fevereiro de 1943. Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUC) Acervo Jean Pierre Chabloz, correspondência n. 10.

²⁴³ CAMPOS, André Luiz Vieira. Op. Cit, p. 145

“passado político”. Assim, ele reiterava a retórica do governo Vargas de se colocar como um divisor na história política do país, ainda que efetivamente não o fosse. Para o governo Vargas a integração nacional seria alcançada por meio da exaltação das regiões do Brasil, como fez José Carlos de Assis Ribeiro em ressaltar o forte regionalismo do Ceará:

O que verifiquei hoje é ainda a consequência do nosso passado político, que distinguia, dentro do Brasil, pernambucanos de paulistas, cearenses de riograndenses do sul. Muito observei esta parte do problema, notei que num mesmo pousos os trabalhadores do norte formavam um bloco e os do sul outro, quer para as conversas, quer para fazer as refeições. Notei também que o regionalismo do cearense sempre transborda na exaltação da sua terra e da sua gente.²⁴⁴

Fato é que a visão de unidade de trabalhadores denominados *soldados da borracha* por vezes veio acompanhada da distinção de trabalhadores por região “norte” e “sul”. Essa era uma questão latente para envolvidos com a *Batalha da Borracha*, seja entre artistas contratados para desenvolverem material de propaganda para a campanha, seja entre homens do governo e também na imprensa.

Na imprensa o SEMTA foi divulgado como assistência à seca, como uma “Solução globalizada para os problemas do nordeste”.²⁴⁵ Com cerca de um mês do início da marcha oficial, em 3 de março de 1943, o jornalista Nóbrega da Cunha do Correio do Ceará noticiou a campanha do SEMTA enquanto uma experiência bem sucedida de amparo às vítimas da seca na região e para o desenvolvimento do Amazonas. O artigo ocupa uma página inteira do periódico, pela composição com as ilustrações, que como veremos, foi distribuído pelo SEMTA. As ilustrações pertenciam à série de fotografias realizadas pelo maior estúdio fotográfico de Fortaleza, a ABA-Film²⁴⁶, encomendadas pelo SEMTA, para complementar o material de propaganda elaborado por Chabloz.

Uma das fotografias publicadas na reportagem refere-se à visita do ministro João Alberto e de autoridades norte-americanas no pousos dos trabalhadores do Prado, em

²⁴⁴ RIBEIRO, Carlos José Assis. “Excelentíssimo Senhor Doutor Artur Hehl Neiva, diretor da Coordenação de Mobilização Econômica; assunto: Relato Confidencial de Observações feitas no Norte, junto ao ‘SEMTA’”. 08.04.1943, p. 6.

²⁴⁵ CUNHA, Nóbrega da. Solução globalizada para o nordeste. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 2.03. 1943. p.3

²⁴⁶ O estúdio fotográfico ABA-Film foi criada em 1934 pelo bancário Adhemar Bezerra de Albuquerque e tornou-se a maior referência em fotografia do Ceará.

Fortaleza. Também há dois retratos diagramados em oposição, entre o cartaz *Mais Borracha para a Vitória*. Trata-se de dois soldados da borracha retratados pelas lentes da ABA-Film (fig. 3 e fig. 4, abaixo). As duas imagens, confrontadas uma frente à outra, se destacavam às vistas do leitor. Elas estavam acompanhadas de legendas que evidenciavam a preocupação em distinguir o “tipo de trabalhador carioca”, frente ao “tipo de trabalhador cearense”.



Fig. 4.



Fig. 5.

Ambas as fotografias são do estúdio ABA-Film, Fortaleza. Elas foram publicadas *Correio do Ceará* com a legenda: “Tipo de trabalhador cearense enviado pelo SEMTA” (à esquerda) e “Tipo de trabalhador carioca enviado pelo SEMTA” (à direita). Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Esses retratos não foram posados, antes são um flagrante do fotógrafo de *soldados da borracha* concentrados, no aguardo do embarque. Embora não encontramos a informação do autor das fotografias, elas estão carregadas de seus traços autorais e as imagens foram realizadas levando-se em consideração valores estéticos. Os *soldados da borracha* foram fotografados de baixo para cima, revelando a intenção do autor das fotografias em transmitir a noção de maior perspectiva, incutindo-lhes uma impressão de grandeza. A matéria do jornalista Nóbrega da Cunha muito sumariamente fez menção às centenas de homens que chegaram do sul, entre os milhares de trabalhadores que seguiam para a Amazônia.

Para além da observação das diferenças culturais dadas por especificidades regionais, o olhar direcionado aos *soldados da borracha*, de maneira geral, era o mesmo que recaía sobre o homem pobre rural. A propaganda do SEMTA buscava incutir uma nova imagem ao trabalhador recrutado pelo SEMTA: de flagelado da seca a herói *soldado da borracha*. Mas essa operação não funcionava muito fora dos limites da propaganda. Segue abaixo um relato escrito por um funcionário do SEMTA:

Escrevo-lhe às pressas, às dez horas da noite, no ligeiro intervalo de mil coisas a tratar, do insano trabalho de manter em ordem esse grupo de vadios que estou procurando fazer viajar amanhã. Felizmente acabo de receber notícia da R.V.C [sic] de haver sido autorizado o embarque de todo o pessoal, pois neste momento recebo comunicação do Sr. Castal, de Juazeiro, de haver partido uma outra leva, composta de 59 homens e 2 funcionários do SEMTA²⁴⁷.

Foi assim que Vicente Medeiros, chefe de comboio do SEMTA, ou seja, responsável por um grupo de turmas de *soldados da borracha* em trânsito, iniciava sua correspondência com Hyder Correia Lima, assistente de Paulo Assis de Ribeiro. Da cidade do Crato no Ceará, em 24 de fevereiro de 1943, ele lhe escreveu cobrando a resolução de uma série de questões que considerou urgentes ao melhor andamento de suas funções (verba, transporte e outras). A carta demonstra uma situação de excesso de trabalho e certo alívio por poder embarcar aqueles homens que estavam ali concentrados, pois novos grupos estavam a caminho. Sobretudo, o tom da carta expressa uma visão negativa desse funcionário ao se referir aos trabalhadores. Foram tratados por “vadios” e desordeiros, termos que lhes atribuíam sentidos distintos da maneira como foram representados naquelas imagens produzidas pela ABA-film, como divulgação da campanha do SEMTA.

Alguns relatórios do SESP que tratavam do andamento das atividades no programa de migração vinham acompanhados de fotografias. Elas constituem-se em imagens que ressaltam os benefícios empreendidos pelo SESP narrados no relatório.

Uma delas retrata um *soldado da borracha* utilizando uma sentina sanitária, de cócoras (fig. 6). O indivíduo fotografado é despido de sua dignidade e é objetivado, tornando-se uma ilustração do modo de uso das sentinas. A passividade desse homem reforça a visão de redentora que a instituição desejava imprimir a si própria. A administração de sentinas – denominação para fossas sanitárias – era louvada como uma das medidas de saneamento realizadas pelo SESP e que trazia melhoria de vida ao “migrante”. Nessa fotografia está embutida uma racionalidade que enxergava esses homens como pobres, carentes de atenção, necessitados de cuidados. Sob essa perspectiva, “soldados da borracha” abrigados no pouso de Teresina, Piauí, foram fotografados enquanto tomavam banho em junho de 1943, dois deles em um tonel,

²⁴⁷ MEDEIROS, Vicente. Correspondência a Hyder Correa Lima. Crato, 24 de fevereiro de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 4, doc. 8.

enquanto outros aguardavam em fila pela vez: a nudez por pouco não foi totalmente captada pela lente do fotógrafo. Essas fotografias certamente não existiriam se se tratasse de outro contexto, com homens de outra classe social²⁴⁸.



Fig. 6. “SEMTA Camp - Battery of Sentinas”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina. FSESP-AMS-00US-0014-10 fot 8 – Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

²⁴⁸ Operação do Posto de assistência médica para os trabalhadores do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA em Teresina (PI). Junho de 1943. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo FSESP. AMS00US0014.



Fig. 6. “SEMTA Camp - Bathing”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina. FSESP-AMS-00US-0014-10 fot 8 – Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

Não apenas imagens que, deslocadas de seu contexto podem ser consideradas degradantes, integram tais relatórios. As fotografias anexadas a esse tipo de documentação também enfocam ambientes dos pousos, a estrutura do acampamento em seu exterior e interior com as redes dependuradas, enfermaria, ou objetos provedores de saneamento como as sentinas e o filtro de água. Uma delas refere-se ao pouso de Teresina, Piauí, e retrata um *soldado da borracha* uniformizado vestindo um chapéu escrito “SEMTA”, sentado em sua rede, escrevendo uma carta sob o apoio de um caixote. Essa imagem certamente foi encenada, e colide com as denúncias de perdas de laços familiares que efetivamente ocorreram entre os *soldados da borracha*.



Fig. 8. “The weekly letter to the old folks”. Fotografia integrante do Relatório do SESP referente ao Pouso de Teresina. FSESP-AMS-00US-0014-10; fot 15. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

A ideia da fotografia como evidência tem a ver com a ideia de que a lente fotográfica é objetiva em capturar a realidade: “por isso, a imagem fotográfica freqüentemente é vista como uma entidade desvinculada de sua intencionalidade, por meio da qual a verdade pode ser dita sem mediação ou distorção subjetiva”²⁴⁹. E esse aparente potencial da fotografia tem sido atrativo em sua utilização pelo discurso científico desde o século XIX nas mais variadas aplicações, no registro de experimentos ou doenças, na catalogação de tipos humanos. As fotografias do SESP uniam esse teor científico ao institucional ao apresentar medidas de saneamento e assistência ao *soldado da borracha* como a prestação de contas à instância superior, o IAIA.

Segundo Ana Maria Mauad, toda imagem é histórica e “não importa se a imagem mente; o importante é saber por que mentiu e como mentiu”²⁵⁰. Para a autora:

Toda a imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão indefectivelmente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. A história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura²⁵¹.

²⁴⁹ STURKEN, Marita & CARTWRIGTH, Lisa. Scientific Looking, Looking at Science. *Practices of looking: An introduction to visual culture*. New York:Oxford University Press; 2003, p. 280.

²⁵⁰ MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98, p. 88.

²⁵¹ Ibidem

A imagem dos *soldados da borracha* presente nos relatórios ou nas correspondências, administrativa ou pessoal, diferiu-se daquela divulgada pela propaganda que foi divulgada pelo SEMTA. O material de propaganda de recrutamento que foi produzido e divulgado pelo SEMTA integra, hoje, parte de acervo de Jean Pierre Chabloy, sob a guarda do Museu de Arte do Ceará (MAUC- UFC). O teor dessas imagens é diferente daquelas que foram empreendidas para o recrutamento de trabalhadores pelo SEMTA.

2.5. *Cada um no seu Lugar para a Vitória*²⁵²: a propaganda do SEMTA para Batalha da Borracha

Boa parte da iconografia da *Batalha da Borracha* foi produzida para servir de material de propaganda ao SEMTA, que tinha a missão de enaltecer o recrutamento de trabalhadores para os seringais na Amazônia²⁵³. Esse material foi preservado juntamente com outros documentos guardados pelo próprio propagandista da campanha Jean Pierre Chabloy, graças a traços de sua personalidade dada a colecionar, juntar, registrar, valorizar e construir uma memória pessoal, privada e profissional. O material de propaganda do SEMTA foi formado por folhetos e cartazes, elaborados por Chabloy e por fotografias encomendadas ao maior estúdio fotográfico de Fortaleza, “ABA-Film”. Aline Lacerda ressaltou que a contratação de fotógrafos para realizarem registros governamentais foi muito usual nesse período²⁵⁴.

Foi no Estado Novo que as fotografias passaram a assumir um lugar bastante específico, “como veículo de propaganda governamental”²⁵⁵. Para Aline Lacerda, as imagens audiovisuais integraram o sistema de propaganda varguista mais intensamente nesse período. Por um lado, isso se deu devido à importância da propaganda no regime, dada sua busca por legitimação: nesse período a produção de propaganda pelo governo

²⁵² *Cada um no seu Lugar para a Vitória* é a mensagem de um cartaz elaborado pelo propagandista da campanha Jean Pierre Chabloy com fim de compor o conjunto material de ilustração para conferências que ele havia idealizado para as populações do interior como forma de reforçar e esclarecer a campanha de recrutamento do SEMTA. Não há evidências de que essas conferências tenham sido efetivadas. Parte desse material foi utilizado na Parada da Borracha em 1 de julho de 1943, desfile realizado nas ruas de Fortaleza com a participação de *soldados da borracha* e de escoteiros, como foi o caso desse cartaz.

²⁵³ Esse referido material encontra-se no acervo pessoal de Jean Pierre Chabloy, sob a guarda do Museu de Arte do Ceará (MAUC) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

²⁵⁴ LACERDA, Aline Lopes de. A Obra Getuliana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 7, n. 14, p.241-263, 1994. p. 250.

²⁵⁵ Idem, 1994. p. 242.

alcançou um nível de produção e sistematização sem precedentes²⁵⁶. Por outro, a autora considerou importante ressaltar a inovação técnica da fotografia na década de 1930. Nessa década houve maior circulação de fotógrafos estrangeiros, responsáveis por difundir o uso de novas máquinas como a *Leica* de pequeno formato (35mm): câmera de fabricação alemã, que acarretou uma nova forma de fotografar que influenciou uma mudança na linguagem das fotografias em geral e no fotojornalismo.

Essas máquinas além de conferirem maior agilidade ao profissional, possibilitando a obtenção de ângulos inusitados, possuíam lentes intercambiáveis, controle de velocidade e eram usadas com filmes de maior sensibilidade, fatores que permitiam obter closes, aproximações, efeitos de textura, congelamentos, controle de luz, contrastes em exposição com duração variada, etc. A intensificação de seu uso produziu um ‘naturalismo’ em reportagens fotográficas, pois uma infinidade de novas situações de flagrantes pôde ser obtida com rapidez e muitas vezes discrição²⁵⁷.

Essas vantagens permitidas por essa nova técnica das câmeras descritas acima por Aline Lacerda são identificadas na série de fotografias produzida pela ABA-Film. A autora lembra que a técnica engendrou uma mudança de comportamento do fotógrafo frente a seu objeto fotografado, fazendo surgir uma “visualidade antes não imaginada”²⁵⁸. Esses recursos ampliaram a capacidade criativa do fotógrafo, cuja presença era neutralizada na imagem por poder ser capturada com maior movimento e naturalidade. Com o objetivo de analisar a *Obra Getuliana* no que tange a seus arranjos fotográficos – uma obra em homenagem a Era Vargas coordenada pelo ministro Gustavo Capanema, mas que nunca fora publicada – Lacerda destacou a marca moderna no tratamento que esse material recebia na edição das imagens, qual seja a de submeter o poder narrativo das imagens por meio da exploração das partes em função do todo. Essa teria sido uma influência do estilo de fotorreportagens inaugurado no Brasil pela revista *O Cruzeiro*, a partir da década de 1940. Esse novo estilo foi influenciado pela revista *Life*, publicada nos Estados Unidos²⁵⁹.

Essa também foi a forma escolhida pelo fotógrafo da ABA-Film para narrar a saga do *soldado da borracha* recrutado pelo SEMTA. O quadro abaixo, com colagens dessas fotografias selecionadas por Chabloz, narram o embarque, o exame de seleção dos trabalhadores, e assistência a eles oferecida pelo SEMTA. Observamos que muitas

²⁵⁶ Idem, 1994. p. 243.

²⁵⁷ Idem, 1994. p. 252.

²⁵⁸ Ibidem

²⁵⁹ Idem, 1994. p. 261.

dessas imagens privilegiadas nessa edição retratam atividades de médicos do SEMTA que se tornaram propaganda no processo de recrutamento dos *soldados da borracha*.



Fig. 9. CHABLOZ, Jean Pierre. – Composição com recortes fotográficos – 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC- UFC

Pouco se sabe sobre como se deu a articulação desse departamento de propaganda do SEMTA com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão do Estado Novo que centralizava a propaganda política de governo – não somente no âmbito da repressão, mas também na divulgação e produção culturais. A operação de transformar os interesses do Estado em interesses nacionais era comum como estratégia política do governo Vargas e nesse sentido o trabalho do DIP foi fundamental. Criado em 1939 e extinto em 1945, esse órgão essencialmente do Estado Novo desempenhou um papel de destaque na difusão e defesa da ideologia do regime. A conjuntura de guerra que reforçava a ideia de supressão de interesses individuais em prol da coletividade favoreceu o fortalecimento de ideais nacionalistas que eram divulgados pelo DIP nos mais variados meios de comunicação – jornais de ampla e curta divulgação, rádio, cinema, folhetos ou cartilhas, cartazes, entre outros.

Diariamente havia notícias sobre a *Batalha da Borracha* nos jornais dos *Diários Associados*, associando a ideia de “início da construção de uma nova Amazônia”²⁶⁰. Assis Chateaubriand, fundador do grupo, nos editoriais de *O Jornal* informava ao leitor acerca de sua viagem a Amazônia, exaltando “a grandiosidade da contribuição norte-americana para a Batalha da Borracha”²⁶¹. Para Guillen:

Além de ter sido organizada como uma campanha de guerra, a Batalha da Borracha também trabalhou com um dos mais fortes e poderosos símbolos para o camponês nordestino: a pequena propriedade. Entendemos que a migração teve íntimas relações com a questão da terra, uma vez que o plano de “soerguimento econômico da Amazônia” dava uma coerência discursiva à política de migração, como se fosse seu propósito fixar o homem à terra, povoando uma região que, vazia, não se integrava organicamente à nação. A propaganda buscava se alinhar a essa diretriz, alardeando com a distribuição gratuita de pequenos lotes de terra²⁶².

Uma das maiores dificuldades em relação ao estudo de imagens está ligada a esfera da recepção. Não sabemos qual foi o real impacto dos cartazes publicitários confeccionados por Chabloz no processo de recrutamento do SEMTA, até porque alguns somente ficaram prontos nos meses finais do *Serviço*. O recrutamento se dava também pelas conversas cotidianas, pelo fenômeno conhecido como “boca a boca”. Lucia Arrais Morales acredita que esse material antes possuía muito mais uma função de divulgar o SEMTA para a opinião pública local do que propriamente “mobilizar os ‘sertanejos’”, pois nenhum dos *ex-soldados da borracha* que ela localizou e entrevistou disse ter se deparado com algum desses cartazes²⁶³.

Embora a propaganda empreendida pelo SEMTA, visando o recrutamento de trabalhadores para os seringais como esforço de guerra e a legitimação da organização junto à opinião pública, tenha buscado transmitir a ideia de que esses migrantes participavam da organização do mundo do trabalho tipicamente varguista, efetivamente isso não ocorreu, prevalecendo o tradicional sistema de trabalho na região, conforme argumentou Guillen²⁶⁴.

²⁶⁰ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Tese de doutorado em História. IFCH-UNICAMP, 1999. p. 93

²⁶¹ GUILLEN, Op. Cit., p. 94

²⁶² GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Op. Cit. p. 95.

²⁶³ MORALES, Lucia Arrais, Op.Cit. p. 192.

²⁶⁴ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Op. Cit. p. 92.

Além da valorização do mundo do trabalho, a propaganda se nutriu da ideia da Amazônia como *vale da promessa* e da prosperidade que vinha sendo propalada pelo governo Vargas desde seu programa *Marcha para Oeste*, lançado em 1938. “Rumo a Amazônia” – conclamava o folheto – “A Amazônia, pedaço do Brasil, que não é mais o ‘Inferno Verde’ de outrora, mas atualmente, a ‘terra da Promissão!’”²⁶⁵ A promessa de terra para cultivo era atrativa para população nordestina atingida pela seca. Entre as vantagens para os trabalhadores que se alistassem pelo SEMTA para extrair látex nos seringais, se encontravam a possibilidade de aquisição de “60% da produção de borracha; 50% da coleta de castanhas; 50% da madeira derrubada e 1 hectare de terreno para plantar”²⁶⁶.



Fig 10 – CHABLOZ, Jean Pierre. Ilustração integrante do Folheto “Rumo à Amazônia”. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

²⁶⁵ “Rumo à Amazônia”. Folheto. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5, doc. 40, p. 12.

²⁶⁶ CHABLOZ, Jean Pierre. Ilustração. “Rumo a Amazônia”. Folheto. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5, doc. 40, p. 11. Sequer essas promessas seriam viáveis.

O contrato de encaminhamento dos trabalhadores foi instituído quando já havia se iniciado a marcha de trabalhadores para a Amazônia. Entrevistado em setembro de 1943, um agente recrutador do SEMTA lembrou-se de que não sabia o que responder aos trabalhadores quando, ansiosos, perguntavam-lhe quanto iriam receber no Amazonas²⁶⁷. Com a introdução do contrato de trabalho, essa ansiedade permanecia pela dificuldade de mensuração do real ganho em valor. Em entrevista ao jornalista ele disse:

Em sã consciência eu não podia responder-lhes nada. Falava-se em 25 a 30 cruzeiros por dia, mas isso não passava de simples boato, originado de uma entrevista apressada do dr. Dória de Vasconcelos aos jornais do Rio. Nunca mais chegava a minuta do contrato que a RRC e o SAVA tinham que nos enviar, afim de anexá-la ao que o SEMTA estabelecia com o trabalhador para transportá-lo até Belém. Por fim, chegou o tão ambicionado contrato, oferecendo ao trabalhador 60% de sua produção de borracha, 50% de sua colheita de castanhas, toda a pesca e caça por ele obtida, 50% da madeira derrubada e um hectare de terreno para plantar. Ora, esse complicado sistema de percentagens e comissões, não exprimia realisticamente para o futuro seringueiro o quanto iria ganhar em dinheiro. Além do mais havia uma série de descontos e abatimentos que ainda complicavam mais a coisa. Assim mesmo fizemos todos eles assinarem ambos os contratos, mas parece-me que se torna indispensável a redação de um contrato mais simples e claro²⁶⁸.

Outro aspecto que a propaganda de recrutamento dos *soldados da borracha* explorou foi o contexto da guerra, desenvolvendo a ideia de que a luta para vencer as hostilidades da floresta amazônica, palco da *Batalha da Borracha*, era equivalente à luta contra o Eixo que se dava no campo de batalha na Europa. Ideia muito bem explorada na ilustração criada por Chabloz, *Cada um no seu Lugar para a Vitória* em maio de 1943.

²⁶⁷ Esse agente recrutador poderia ser um médico, pois veremos que os médicos iam ao encontro dos trabalhadores no processo de recrutamento. No entanto, é possível que homens que não fossem médicos tenham desempenhado a função de recrutar *soldados da borracha* para o SEMTA.

²⁶⁸ CHABLOZ, Jean Pierre. Ilustração. "Rumo a Amazônia". Folheto. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5, doc. 40, p. 25.



fig.11 – CHABLOZ, Jean Pierre. *Cada um no seu Lugar para a Vitória*, maio de 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Antonio Fernandes, um cidadão que cresceu ouvindo histórias de seu pai sobre o sistema de exploração nos seringais da Amazônia, entrou em contato com o chefe do SEMTA para louvar a iniciativa da organização. O tema do esforço de guerra com uso de expressões características, a retórica de compartilhamento de um inimigo comum e o patriotismo exacerbado são aspectos que acompanham sua carta de apoio ao SEMTA e ao governo Vargas. Ela foi manuscrita em folhas pautadas de caderno e segue abaixo na íntegra:

Não é pequeno meu prazer ao trazer para vosso conhecimento e do público de minha querida terra a minha humilde contribuição em cooperação com o Serviço de Trabalhadores da Amazônia, ora tão superiormente presidido por vossa excelência. Aliás não julgo mais do que um dever a cumprir por todo cidadão brasileiro, como eu, reservista da 2ª categoria, pai de honrada prole, e cioso de combater todos os quinta-colunas, ora arduamente empenhados em fazer uma propaganda infame contra nossos irmãos que partem para o El-Dorado do Brasil, que é a Amazônia.

Para isto não trago meras palavras ou [arrazoados] meus, mas documentos autênticos e preciosos como estas cartas aqui inclusas, dirigidas por pessoas que ha meses se transportaram para aquelas longínquas terras, aqui deixando mães adoradas, irmãs e parentes. D'elas, as cartas poderá fazer o uso que bem lhe aprouver, mandando publicar na nossa querida imprensa. Muito me apraz contribuir no esforço de guerra como brasileiro e combatente [acérrimo] dos quinta-colunas.

Também não vão longe os tempos que meu caro progenitor me narrava histórias macabras da Amazônia, quando entre os anos de 1906-1914 conduzia bois amañados [sic] para o Pará e burros para Manaus e Acre. 'Era bem triste ver os condutores de seringueiros em disputa com os patrões interessados em adquiri-los pagando naquela época de tudo barato, dois ou três contos por cabeça ou seringueiro. E o resultado deste tráfico "branco" recaía todo sobre o pobre trabalhador. Quase sempre caía em mãos de

desalmados patrões e nunca mais saia de seu presídio, algemado pela conta ou dívida superonerada de juros e mais juros. Li alguns d' eles, mediante um esforço titânico de trabalho, conseguiam algum saldo, era sem mais nem menos, por qualquer [quantia], já às vezes convencionado e capangas assalariados, eram digo, assassinados. Entretanto muitas vezes se der a revanche dos seringueiros contra aqueles antecessores de Hitler e seus quinta-colunas. Conheço ainda hoje a descendência de patrões tiranos, que estando em colégio das capitais foi unicamente o que escapou de muita justiceira revolta dos seringueiros. O castigo de deus tardava, mas não faltava.

Isto tudo que acabo de ligeiramente narrar e acrescido de suas mentiras, estão os quinta-colunas a relembrar ao nosso povo laborioso e ao mesmo tempo desejoso de cooperar com o Presidente Getulio Vargas. Mas esquecem de que nosso povo de hoje não é o de então. Os nossos trabalhadores tem certeza que por eles zela o grande operário da nação brasileira, presidente Getúlio Vargas, o coordenador ministro João Alberto e todo o ministério do Trabalho, tão eficaz e oportunamente representados pelo SEMTA.

E aqui termino desejando aos meus patrícios que estão seguindo para o Amazonas um porvir de muitas felicidades, e que todos cooperem com saúde no serviço da borracha para o engrandecimento de minha pátria querida, e a felicidade das Américas, no extermínio da barbárie que são esses regimes infames que ora degradam a velha Europa, berço da nossa sublime Democracia.

Sem outro, aqui fico às suas ordens.

[Vº cdo Obrdo]

Antonio Fernandes de Albuquerque

“Edifício Iracema”

Praça Dr. Getulio Vargas, 59.

Poderá fazer desta o uso que bem lhe aprover.

O mesmo, Antonio Fernandes²⁶⁹.

A manifestação de apoio de Antonio Fernandes pode ser indício de que a propaganda divulgada pelo SEMTA estaria funcionando ou pode ser ela mesma um artigo de propaganda? Fato é que ela reproduz o discurso oficial e poderia, então, operar como propaganda do regime e do Serviço.

Em 14 de maio de 1943 os leitores do *O Nordeste* puderam ler trechos de uma carta de um *soldado da borracha*, João Fernandes, que havia sido recrutado pelo SEMTA²⁷⁰. A própria notícia afirma que a publicação de correspondências daqueles que já se encontrassem “empenhados na Batalha da Borracha” estava sendo um hábito na imprensa local para esclarecer à opinião pública sobre a situação dos *soldados da borracha* na Amazônia. Sobre a experiência na floresta, o trecho da carta fala das vantagens que eram divulgadas na propaganda, como o fornecimento de equipamento e direito a 60% da produção de borracha, e não da realidade dos seringais. Sobre sua

²⁶⁹ FERNANDES, Antonio. Correspondência manuscrita a Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4; doc. 8.

²⁷⁰ “Trechos de uma carta dum soldado da borracha”. *O Nordeste*, Fortaleza, 14.05.1943.

viagem sob a responsabilidade do SEMTA, disse não ter lhe faltado nada, “nem remédio, nem comida, nem dinheiro”²⁷¹.

Constatamos resistências locais ao programa do SEMTA, na dificuldade em encontrar terrenos para construções de pousos e aquisição de meios de transporte para viagem dos trabalhadores. Certamente, a adesão popular ao programa do SEMTA não ocorreu ostensivamente. Essa carta do *soldado da borracha*, João Fernandes, foi publicada na imprensa no mesmo período em que se registraram denúncias contra o SEMTA. Em 19 de maio de 1943, Antonio Martins e Sebastião de Almeida Freire se dirigiram à sede do SEMTA para denunciar uma queixa contra Benedito Viana, fiscal da prefeitura de Acaraú, cidade do Ceará a 225 quilômetros da capital. De acordo com esses senhores, o fiscal vinha “fazendo campanha contra o SEMTA, declarando que os trabalhadores alistados em Acaraú seguirão com destino à África”²⁷². O fiscal da prefeitura estaria fazendo uma contrapropaganda do *Serviço*, espalhando boatos para desestimular que trabalhadores seguissem para a Amazônia.

Se nos restringíssemos a encarar a propaganda como manipulação, as evidências de resistências, como a crença no boato de que os trabalhadores iriam à África e não à Amazônia, tornar-se-iam minorados. Essa crença não se dava por ignorância, mas era uma escolha como procuraremos mostrar adiante.

A origem da palavra “propaganda” remete ao termo romano *propaganda fide* que sob o contexto da contra-reforma significava convencer por meio da fé, propagar. No século XVIII, durante a Revolução Francesa, o vocábulo eclesiástico migrou para o campo político. Embora já houvesse diversas manifestações de comunicação política em diversas sociedades, o funcionamento da propaganda política como um sistema integrado que opera sob diversos suportes de mídias é um fenômeno que emergiu sob o contexto de políticas de massas, no século XX. Para Jean Marie Domenach, cuja obra se tornou clássica no assunto, “a propaganda política, incontestavelmente, ocupa o primeiro lugar, antes da polícia, na hierarquia dos poderes do totalitarismo moderno”²⁷³. Domenach dedicou-se aos casos dos regimes autoritários de Lênin e de Hitler, tendo escrito no contexto pós-guerra. Daí sua forte associação entre a propaganda política e

²⁷¹ Ibidem

²⁷² Ao Sr. chefe do Escritório, Dr. Hyder Correa Lima. Queixa apresentada à Seção de disciplina no dia 19 de maio de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4; doc. 7.167.

²⁷³ DOMENACH, Jean Marie. *A propaganda Política*, 1950 – versão para e-book: ebookbrasil.org
Edição Eletrônica: Ed. Rigendo Castigat Mores. Acesso em janeiro/2013:
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/proppol.html>

regimes autoritários. Seu pensamento enviesado, entretanto, não invalida sua contribuição. Ele chamou atenção para a existência de um sistema que compõe a propaganda política, regida por determinadas estratégias, as quais o autor denomina como “leis”²⁷⁴. Certamente não podemos tomá-las como um esquema estritamente fechado, mas esses aspectos descritos por Domenach nos inspiram a comentar sobre o material produzido para a campanha da *Batalha da Borracha*.

Domenach caracteriza a propaganda política como se constituindo por um sistema e anunciando sua mensagem por meio de diferentes suportes. Fundamental nos regimes autoritários, mas não exclusivamente a eles, pois também está presente em governos democráticos, a propaganda política é pautada pela busca da “conquista de opinião”²⁷⁵.

Para Krause, a noção de fascínio como apresentada por Pieter Reichel, em 1993, em seu estudo sobre propaganda no III Reich, é mais interessante do que a noção de “sedução” que foi proposta, por exemplo, por Antonio Tota, em 2000²⁷⁶. Isso porque a ideia de fascinação “pressupõe a ação individual de escolha por esse ‘belo brilho’, uma vez que a fascinação se opera no interior de cada indivíduo, na identificação com valores que o ‘belo brilho’ expressa”²⁷⁷. Ao contrário de estudos que entendem a propaganda como veículo de manipulação de governos autoritários ou democráticos, é mais enriquecedora uma análise que considere o potencial de atração das imagens de propaganda, além de seu valor documental²⁷⁸.

A propaganda do SEMTA explorou o tema da guerra, do nacionalismo patriótico e da Amazônia como um *vale de promessa*, uma *terra de fartura*. Sua campanha deveria mobilizar e convencer os migrantes, além de legitimar a operação do SEMTA junto à sociedade. Qual o potencial de atração do material visual das imagens produzidas com fim de propaganda de recrutamento aos *soldados da borracha*?

²⁷⁴ Domenach sugere 5 leis utilizadas pela propaganda política, quais sejam: 1) Lei de simplificação ou do inimigo único; 2) Lei da ampliação e da desfiguração; 3) Lei da orquestração; 4) lei da transfusão; 5) lei da unanimidade e de contágio.

²⁷⁵ KRAUSE, Kátia Iracema. *O Rato vai a Guerra: como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder nos EUA, 1928-1946*. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, 2011. p.47

²⁷⁶ Katia Krause refere-se a REICHEL, Pieter. *La Fascination du Nazisme*. Paris: Editions Odile Jacob, 1993. Esse autor critica a historiografia que apenas enxerga a violência como marca do III Reich, o que seria uma versão unidimensional e simplista, lembrando que havia uma associação entre “fascinação” (brilho) e “demonização” (violência) por meio da arte, literatura, cinema, apropriação de mitos arraigados socialmente. KRAUSE, Katia Iracema. Op. Cit, p. 49.

²⁷⁷ Idem, 2011, p. 50.

²⁷⁸ Ibidem.

Acreditamos que as imagens produzidas dentro das diretrizes norteadoras da propaganda do SEMTA, para além de sua intenção documental de propaganda levaram esses aspectos em consideração.

Nossa intenção não é discutir sobre o papel da propaganda durante o governo Vargas, mas buscar por meio da propaganda do SEMTA nos informar sobre as estratégias de legitimação e convencimento para o recrutamento dos *soldados da borracha*. Ainda que não saibamos como se deu a relação entre a propaganda do SEMTA e o DIP, encontramos características comuns à propaganda política mais amplamente divulgada, tais como a propaganda da mobilização de guerra no Brasil. Sobretudo, é possível identificar essa tendência, apresentada por Domenach, segundo a qual a propaganda política opera como um sistema, divulgando sua mensagem por diversos suportes.

O material de propaganda da *Batalha da Borracha* não se limita àquele produzido pelo SEMTA, o que por si só já é bastante diverso. Na composição dos recursos de propaganda da *Batalha da Borracha* foram providenciados “slogans”, fotografias, cartazes, folhetos, palavras de ordem. Havia um programa de rádio denominado *Programa da Borracha*²⁷⁹, no qual estiveram presentes a espetacularização dos embarques dos *soldados da borracha*, o “v” da vitória (símbolo com variação gráfica e plástica), desfiles como aqueles orquestrados para a parada da borracha campanha para recolher borracha usada. João Ernani Furtado Filho mencionou que o tema da *Batalha da Borracha* também acabou em samba na voz de Orlando Silva (*O Seringueiro*, em 1944) e que, em 1946, outro samba nesse tema foi gravado (*Onde trabalha o seringueiro*)²⁸⁰. Os sambas de exaltação, que se inserem como peças do sistema de propaganda, datam de 1944 e 1946, respectivamente, ano de decadência da campanha da borracha e da criação da *Comissão de Inquérito da Borracha*, formada no período da democratização para investigar a situação dos *soldados da borracha* na Amazônia.

²⁷⁹ Segundo GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Op. Cit, nota nº 59, o *Programa da Borracha* era transmitido diariamente às 18horas e 30minutos por diversas rádios: pela Rádio Nacional (RJ), Rádio Difusora (SP), Rádio Inconfidência (BH); Rádio Sociedade da Bahia (SSA); Rádio Clube de Pernambuco (Recife); Rádio Educadora de Natal (Natal); Ceará Radio Club (Fortaleza); Radio Clube do Pará (Belém). Esses dados foram compilados de anúncio no Diário de Pernambuco, Recife, 10.06.1943.

²⁸⁰ FILHO, João Ernani Furtado. A *Batalha da Borracha*: Alguns aspectos de sua propaganda”. GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedr Eymar Barbosa (orgs). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUCNUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008. p. 39.

No caso da propaganda política, o cinema é imprescindível. Produzido pelo SEMTA houve o filme inacabado de Paulo Emílio Salles Gomes e também o do já consagrado, fotógrafo e cinematografista francês, Jean Manzon que documentou a saga dos *soldados da borracha*. Assim como ocorreu com produção de Paulo Emílio, não encontramos evidências sobre o filme de Manzon documentando a viagem dos *soldados da borracha*. O jornal *Correio do Ceará*, em meio às notícias da *Batalha da Borracha*, noticiou que Manzon partiu com um repórter norte-americano e um médico do SESP em acompanhamento a uma turma de trabalhadores que deixaram o Pouso do Prado, do SEMTA, em direção a Amazônia:

Segundo tinha sido amplamente noticiado partiram ontem, com um contingente de 270 trabalhadores, o jornalista David Wilson, correspondente da United Press e o cinegrafista Jean Manzon, do Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos, que irão até os seringais da Amazônia. Com eles foi também o dr. Buckermann, médico do SESP, o qual deverá regressar de Teresina.

A partida de mais esse contingente de *soldados da borracha* constituiu um expressivo acontecimento na vida do Pouso do Prado, onde se acham por essa por ocasião, o dr. Hider Correia Lima, Aristobulo de Castro, José Rodrigues, José de Moraes Lima e outras autoridades do SEMTA ²⁸¹.

Manzon trabalhava para o *Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos*, apontando para a preocupação do governo norte-americano na produção de propaganda para a campanha da borracha. Seth Garfield mencionou alguns cartazes produzidos pela mesma agência norte-americana, trabalhando em colaboração com governo Vargas, com fim de promover essa campanha no Brasil²⁸².

2.5.1. Chabloz, a Igreja e a propaganda do SEMTA

Jean Pierre Chabloz foi um artista plástico suíço que, recém-chegado ao Brasil, residiu brevemente em São Paulo e, depois no Rio de Janeiro. Por insistência de sua esposa brasileira, Regina Frota Chabloz, deixaram as dificuldades da guerra na Europa e partiram da Suíça, chegando ao Brasil em maio de 1940. Uma vez no Brasil, Chabloz buscou obter a possibilidade de ministrar um curso na *Faculdade de Filosofia, Ciências*

²⁸¹ “Uma Senhorinha seguiu para o front da borracha com os trabalhadores!”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 05.04.1943. A senhorita a qual a manchete se refere é Stela Pitaluga, assistente social que iria acompanhar o contingente até a Amazônia. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará – Universidade Federal do Ceará.

²⁸² GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: labor recruitment to the brazilian amazon during World War II. *Hispanic American Review*, v. 86, n. 2, p. 278-308, mai, 2006. p.287.

e Letras da Universidade de São Paulo²⁸³. Essa iniciativa não teve sucesso, mas logo foi convidado a prestar serviços ao SEMTA por seu amigo de Laussane (Suíça), George Rabinovitch, um dos representantes da RRC no Brasil. Chabloz recebeu o convite no dia 23 de dezembro de 1942 para trabalhar como desenhista propagandista, e em entrevista com Rabinovitch soube que teria que viajar em oito dias e que sua esposa atuaria como assistente social às famílias dos trabalhadores que se abrigariam em um núcleo administrado pelo SEMTA. No dia seguinte, aceitou a oferta e esteve com Paulo de Assis Ribeiro, tendo-se acordado o salário mensal de 4.000 cruzeiros para Chabloz e de 3.000 cruzeiros para Regina Chabloz²⁸⁴.

A princípio Chabloz iria compartilhar as atividades de publicidade sob comando de Alexandre Zalszuspín – também suíço e igualmente indicado por George Rabinovitch, membro da RDC. Partiram do Rio de Janeiro no dia 31 de dezembro de 1942 em um avião norte-americano para São Luiz²⁸⁵. Foi nessa cidade onde se estabeleceu primeiramente a sede do SEMTA, antes de se estabelecer para Fortaleza. A principal sede do SEMTA seria logo transferida para a capital do Ceará, Fortaleza, mas Zalszuspín não seguiu para nova sede e Chabloz assumiu as atividades da publicidade sozinho²⁸⁶.

Zalszuspín e Chabloz se separaram em virtude de uma reação alarmada desse último contra o diretor da companhia ferroviária de São Luiz. Ele se atrasou, perdendo o embarque do trem que o levaria a Teresina, e considerava que deveriam ter-lhe aguardado, cobrando explicações. Por causa desse comportamento foi advertido por autoridades do SEMTA, e recebeu como punição não mais seguir junto ao grupo que iria para a sede do SEMTA em Fortaleza, mas deveria se dirigir para Belém com a finalidade de estudar a história da borracha nos acervos e bibliotecas da cidade²⁸⁷. É

²⁸³ Correspondência de Fernando de Azevedo a Jean Pierre Chabloz . São Paulo, 4 de setembro de 1942. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará – Universidade Federal do Ceará.

²⁸⁴ ALBUQUERQUE, Ana Carolina. *Rumo a Terra da Fartura: Jean Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. – Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes – Universidade Estadual de Campinas, 2012.p.96.

²⁸⁵ Além dos dois, nesse avião estavam presentes: engenheiro Álvaro Vital Brazil, o engenheiro Edson Nicoll, o sanitarista Manuel José Ferreira, entre outros. “Histórico - Implantação” s/d; s/l; s/a. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5. doc. 62, p. 3.

²⁸⁶ CHABLOZ, Jean Pierre. “Enumeração dos Trabalhos executados para o SEMTA (Desenhos etc em Relação mais ou menos direta com esse Serviço – Belém - São Luiz - Teresina - Fortaleza.) Desde 2 de janeiro de 1943”, Sexta, 15 de janeiro de 1943. Tradução de parte do Diário de Serviço de Jean Pierre Chabloz disponibilizado pela sua instituição de guarda. Museu de Arte da Universidade do Ceará. Universidade Federal do Ceará.

²⁸⁷ Ibidem.

possível que o dirigente do SEMTA o tenha repreendido para evitar maiores constrangimentos com o diretor da ferrovia, pois o apoio de autoridades locais era necessário para o desenvolvimento das atividades do Serviço.

Os propagandistas sentiram dificuldades em reunir as informações necessárias para traçar “as linhas gerais da propaganda do SEMTA”, “uma vez que os detalhes são prejudicados pela falta de dados sobre a vida dos trabalhadores além de Belém”²⁸⁸. Como elaborar o material de propaganda se mal dispunham de informações sobre o trabalho na Amazônia? Chabloz chegou a desabafar em seu diário, lamentando que “outros setores, como o de assistência médica, o de obras e o de transporte, organizavam-se com rapidez, enquanto o departamento de propaganda não havia conseguido inserir-se adequadamente em todo o órgão”²⁸⁹. A insatisfação com as diversas dificuldades acerca do trabalho no serviço era recorrente nos escritos de Chabloz, seja nos diários ou em suas correspondências com amigos e familiares. Ele “reclamou que trabalhava sozinho nas atividades ligadas à propaganda do SEMTA, inexistindo um ‘departamento de propaganda’”²⁹⁰.

Durante os seis meses em que atuou no serviço, Chabloz produziu quatro cartazes para a campanha do SEMTA que foram idealizados desde quando havia inicialmente chegado em São Luís, em janeiro de 1943. Os cartazes tiveram a seguinte ordem de produção respectivamente: *Mais borracha para a Vitória; Vai também para a Amazônia, protegido pelo SEMTA; Vida Nova na Amazônia; Rumo à Amazônia, Terra da Fartura*. O propagandista também realizou uma série de peças para montagem de exposições, braçadeiras e desenhos de tipos de biotipologia, encomendado pelos médicos.

Ao analisar os cartazes produzidos por Chabloz, Ana Carolina de Albuquerque Moraes atentou para a escolha de suas cores como um elemento de persuasão para convencimento dos nordestinos. Para a autora, esses cartazes dizem menos sobre quem eram esses migrantes e mais sobre “como os via uma parcela da população citadina – que se considerava branca e civilizada – tipo de representação imaginária que esse

²⁸⁸ “Histórico - Implantação” s/d; s/l; s/a. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Caixa 5. doc. 62.p. 4.

²⁸⁹ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Rumo a Terra da Fartura Rumo a Terra da Fartura: Jean Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. – Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes – Universidade Estadual de Campinas, 2012.p.97.

²⁹⁰Idem, p. 175.

grupo urbano deles fazia: pobres, rústicos, iletrados, rurais, ingênuos, inferiores a si”²⁹¹. Além disso, ela também considerou a preferência artística do artista suíço em pintar tipos humanos “miscigenados” em sua produção desde sua chegada no Ceará. Essa preocupação do mestiço como representação se inseria mais amplamente na arte brasileira da primeira metade do século XX²⁹².

O diário de Chabloz permitiu que Albuquerque recuperasse a história por trás da confecção dos cartazes de propaganda. O cartaz *Mais Vitória para Borracha*, imagem onde “v” de vitória, sob o esforço dos trabalhadores, se incrusta na seringueira e extrai seu látex, constitui-se em um forte exemplo do uso da cor como elemento de persuasão. Sobre a produção desses cartazes Chabloz registrou indignação em relação ao resultado impresso. Esse destoava da matriz original enviada à gráfica. Entre a conclusão do estudo do cartaz, concebido nos meses de janeiro e fevereiro de 1943 e o cartaz impresso na gráfica *Mendes Júnior* no Rio de Janeiro, houve alterações dignas de registrarmos neste capítulo. No dia 3 de maio de 1943, Chabloz recebeu um exemplar impresso do cartaz em Fortaleza. A confrontação do material enviado a gráfica frente a um exemplar do cartaz impresso causou enorme indignação ao artista que se sentiu traído e desrespeitado, demonstrando preocupação em relação ao julgamento que lhe fariam devido à má reprodução dos cartazes, que interferiu em sua criação e eliminou aspectos por ele trabalhados como vibração e nuances das cores. Chabloz frustrou-se e expressou insatisfação contra o chefe do SEMTA, pois acreditava que a impressão seria efetuada pelo processo fotolitográfico, isto é, utilizando-se recursos mecânicos de reprodução. Entretanto, foram impressos em litogravuras, onde seu desenho foi copiado manualmente por copistas sobre pedras litográficas.

Entre o cartaz de estudo preliminar, em 24 de fevereiro de 1943, e o cartaz impresso na gráfica do Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1943, Chabloz realizou duas versões do cartaz “Mais borracha para a vitória”. Dessas há apenas a conservação de uma delas em suporte fotográfico (preto e branco, portanto) realizada em 27 de setembro de 1943 pelas lentes da ABA-Film com a finalidade de divulgar tal cartaz em publicações de jornais. A versão que foi enviada à gráfica no Rio de Janeiro não foi conservada, porém sabemos que o cartaz fora fotografado em 27 de fevereiro de 1943. Em uma reunião entre Chabloz e autoridades do SEMTA ficou determinado que o

²⁹¹ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. Cit. p. 284.

²⁹² MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. Cit. p. 287.

artista fizesse as seguintes modificações: supressão da placa com o escrito “SEM TA” pendurada em árvore; substituição de um cacto figurado à direita do cartaz por uma planta tipicamente tropical; e que os trabalhadores fossem representados calçando sandálias, ao invés de descalços²⁹³.



Fig 12 – Comparação de versões do cartaz *Mais Borracha para a Vitória*: estudo, versão posterior e versão final impressa. CHABLOZ, Jean Pierre. *Mais Borracha para a Vitória*, 1943. Acervo Jean Pierre Chablotz, MAUC-UFC.

Moraes comenta que as cores que sobressaem no estudo para o referido cartaz eram terrosas como o marrom, o laranja, o amarelo, enquanto que no cartaz impresso há predominância de matrizes de cores verde e azul, cinza e preto. Ela defende que a alteração das cores remete à mudança da intenção do cartaz: as cores terrosas estariam associadas a sensações de calor, à vegetação tipicamente sertaneja e as cores mais “frias” predominantes no cartaz impresso se refeririam à vegetação tropical, ao clima úmido característico da floresta amazônica. Além dessas modificações cromáticas, foram feitas mudanças no conteúdo da composição. As árvores passaram a ser representadas de maneira seriada, algo muito distante da realidade dos seringais nativos da floresta amazônica, e os trabalhadores passaram a vestir calçados, quando antes estavam descalços. A propaganda do SEMTA fazia questão de ressaltar que os

²⁹³ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. Cit. p. 235.

trabalhadores receberiam um “kit” de viagem, incluindo sandálias conforme a ilustração de Chabloz abaixo.



Fig. 13. CHABLOZ, Jean Pierre. *Equipamento de Viagem fornecido pelo SEMTA* – Ilustração para Conferências, maio de 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

O mês de junho de 1943 exigiu muita dedicação do artista plástico e propagandista da campanha do SEMTA. O presidente Getúlio Vargas proclamou a data de junho de 1943 como o mês nacional da borracha. Durante esse mês, a campanha da borracha se intensificou e esteve maciçamente presente em jornais do nordeste. Buscava-se uma adesão nacional à campanha por meio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), subordinado ao DIP.²⁹⁴ No mês de junho, foi solicitado ao estado do Espírito Santo, por exemplo, “empenho na campanha para coleta de borracha usada para recuperação em favor do esforço de guerra, convocando as escolas e mobilizando crianças para efetivação da referida campanha”²⁹⁵. No primeiro dia do

²⁹⁴ Os DEIPs foram criados por meio do decreto-lei 2.557 de 4 de setembro de 1940 como um serviço de informação oficial estabelecido nos estados, visando garantir a distribuição de notícias regulamentadas pelo DIP cujas funções, então, passam a ser articuladas por governos estaduais e federal. Não existe um arquivo do DIP. No entanto, é possível analisar as atividades desse órgão por meio da documentação do DEIP. Há três fundos documentais a esse respeito: DEIP do Espírito Santo, DEIP de São Paulo, DEIP do Rio Grande do Sul.

²⁹⁵ REIS, Ten. Cel. Coelho dos. Telegrama do diretor geral do DIP, a Sr. Ciro Vieira da Cunha, diretor do DEIP do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1943. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – BR.APÊES.DEIP.DIR.0114.

mês, Vargas conclamou a todos que produzissem borracha, pelas ondas do programa de rádio *Hora do Brasil*.

Essa campanha reforçou o recrutamento para *Batalha da Borracha*, mas também buscou mobilizar a opinião pública para o esforço de guerra. O SEMTA participou da mobilização do mês nacional da borracha em Fortaleza. Chabloz relatou em seu diário que durante o mês de junho trabalhou na montagem de peças entre painéis, cartazes, letreiros para serem dispostos em locais da cidade de Fortaleza – como no prédio dos *Correios*, no *Cine Diogo*, na Estação Ferroviária João Felipe e no Palácio do Comércio²⁹⁶. O artista recebeu um ofício de Hyder Correa Lima, secretário do chefe do SEMTA, solicitando as composições no dia 10 de junho de 1943 visando a visita de Valentim Bouças, o diretor executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o que terminou por não ocorrer, pois a passagem da comissão pela cidade foi cancelada. Entretanto, esse material fora aproveitado para as exposições²⁹⁷. Chabloz ficou bem satisfeito com a apresentação montada na estação ferroviária, como a qual comemorou ter adquirido um “efeito global” (fig. 13). Letreiros com o slogan “Mais borracha para a Vitória”, o mesmo que figurou em um dos cartazes de propaganda do SEMTA; acompanhados dos cartazes litográficos de sua autoria “Vai também para a Amazônia, protegido pelo SEMTA”. A composição ainda contava com cartazes de autoria desconhecida, recebido de Fran Martins, diretor do DEIP do Ceará, acerca da “Campanha da borracha servida” que estimulava à população à coleta de borracha usada. Além desses, figurava o Cartaz tipográfico *Nordestino: queres ir trabalhar na Amazônia? Alista-te no SEMTA* (65,5x47,5 cm) – concebido em junho de 1943 – o qual listava as vantagens do recrutamento, pois o “SEMTA dará ao nordestino a passagem; um equipamento de viagem; alimentação; um bom contrato; amparo a tua família; assistência médica e religiosa”²⁹⁸.

²⁹⁶ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. Cit. p. 131

²⁹⁷ Ibidem.

²⁹⁸ CHABLOZ, Jean Pierre. “Cartaz Nordestino: queres ir trabalhar na Amazônia?”. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará. Universidade Federal do Ceará.



Fig. 14. CHABLOZ, Jean-Pierre – Composição com letreiro, painel e cartazes no Cine Diogo, em Fortaleza – jul. 1943 – MAUC-UFC

As últimas ações de Chabloz foram concernentes à preparação do material destinado à participação do SEMTA na *Grande Parada do mês da borracha*, campanha do governo federal. Chabloz recebera instruções de Fran Martins, diretor do DEIP acerca do itinerário da parada na cidade de Fortaleza. O artista já havia repassado semanas antes a estrutura com a qual o SEMTA participaria da parada: mil homens, quatro caminhões, vinte e quatro cartazes (impressos e manuais), placas para laterais e traseiras dos caminhões e quatro cartazes para servir de adorno aos caminhões²⁹⁹.

²⁹⁹ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op cit, p. 128.



Fig. 15 - Parada da Borracha, Fortaleza, Ceará. 01 de Julho de 1943. Fotografia ABA-Film. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC

A *Parada da Borracha* foi noticiada pela imprensa local, associada à campanha da coleta por borracha usada. Anunciou-se na *Gazeta de Notícias* de 2 de julho de 1943 que “com a parada de mil trabalhadores terá início a Campanha da Borracha Usada”. No *Correio do Ceará* de 2 de julho de 1943, o evento foi noticiado como um “espetáculo majestoso que empolgou a população” com a presença de escoteiros e estudantes. Esses jornais transmitiram com exaltação o clima da *Batalha da Borracha*. Entretanto, o incentivo à produção gerou também a dedicação de empresários locais na produção de látex na própria região do Ceará.

A ideia sugerida por Jean Marie Domenach de que a propaganda política opera por meio de um sistema articulado pode ser exemplificada a partir do “Plano de colaboração geral com o SEMTA” que foi encaminhado ao chefe do Serviço por seu irmão, Carlos José de Assis Ribeiro em 24 de abril de 1943. O burocrata elaborou uma proposta para execução no “norte” do país a fim de “estimular esta colaboração e esta compreensão de tão altas finalidades patrióticas” por meio de uma boa relação com autoridades civis, militares e eclesiásticas, imprensa e entidades privadas. Entre as ações, estariam convites para inauguração dos pousos de trabalhadores e núcleo dos familiares, promoção de jantares, e confraternizações em homenagem às autoridades estaduais. Esse documento reforçava a necessidade de palestras para as autoridades policiais da região. A opinião de Carlos José de Assis Ribeiro era a de que essas necessitavam de maiores esclarecimentos acerca da maneira como proceder com os trabalhadores, uma vez que não estavam preparados “culturalmente” para lidar com um

“movimento de massa – o qual precisa ser compreendido como ele realmente é: sem ritmo disciplinar constante”³⁰⁰.

A imprensa foi considerada uma importante colaboradora “porque ela pode prestar ótimos auxílios ao recrutamento e à marcha dos trabalhadores”³⁰¹. Os chefes de escritórios deveriam se ater aos seguintes pontos abaixo, mantendo-se em contato com os jornalistas locais.

- 1) entrevistas de autoridades estaduais e federais sobre as finalidades de mobilização dos trabalhadores e sobre as impressões que tiveram nas visitas aos núcleos e aos pousos;
- 2) o fornecimento aos jornais de notícias inéditas sobre o SEMTA e suas realizações;
- 3) publicação de matéria paga;
- 4) o intercâmbio de jornalistas do Norte (Estados do Pará, Maranhão e Ceará, pelo avião do SEMTA), a fim de fazerem reportagens;
- 5) o comparecimento de jornalistas nas inaugurações de pousos e núcleos, bem como as solenidades neles realizadas; e,
- 6) jantares de confraternizações³⁰².

Não sabemos acerca da recepção dessas sugestões para fortalecimento dos laços colaborativos com o *Serviço*, mas não parece ter sido algo muito distinto. Afinal, fotografias da Aba-film ilustraram publicações nos jornais que exaltavam o programa do SEMTA. Também houve palestras e conferências realizadas pelo SEMTA à elite da sociedade de Fortaleza. Chabloz recebeu uma encomenda e teve de confeccionar, em apenas um dia, o cartaz “Mais borracha para vitória” em grande ampliação: o painel de mais de 2 metros deveria adornar o salão durante uma festa no Country Club, situado na Aldeota, bairro nobre de Fortaleza³⁰³.

O “Plano de Colaboração Geral com o SEMTA” ressaltava a necessidade da presença de um sacerdote que servisse de “elemento de ligação entre o SEMTA e a autoridade eclesiástica do Estado, a fim de que todas as deficiências quanto à assistência religiosa fossem logo reparadas, evitando-se assim, críticas feitas de púlpitos, sem prévios entendimentos com o SEMTA”³⁰⁴.

Essa preocupação com críticas vindas dos púlpitos aponta para que, mesmo havendo planejado estratégias para a relação com a Igreja Católica, essas não estavam

³⁰⁰ RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Plano de Colaboração Geral com o SEMTA”, 24 de abril de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 18.

³⁰¹ Ibidem

³⁰² Ibidem

³⁰³ MORAES, Ana Carolina de Albuquerque. Op. cit. p. 238.

³⁰⁴ RIBEIRO, Carlos José de Assis. Op. cit.

sendo satisfatórias. A articulação com a Igreja católica fora planejada desde o início do programa quando Paulo de Assis Ribeiro convidou padre Hélder Camara para comandar o departamento de assistência religiosa do SEMTA.

Padre Helder Camara viajou do Rio de Janeiro para o nordeste e norte justamente com a finalidade de se encontrar com as autoridades eclesiais da região, expondo-lhes o “plano do governo” e pedindo-lhes sugestões de assistência religiosa aos migrantes. O resultado desse encontro foi relatado ao núncio apostólico no Brasil³⁰⁵, a quem o padre se dirigia solicitando-lhe uma determinação acerca de qual atitude deveria seguir, pois deveria retornar com a “palavra ao SEMTA”. Em um primeiro momento, os eclesiais não concordaram com o fato de que apenas homens seguissem para a Amazônia.

Os Exmos. e Revmos. Srs. Ordinários das regiões visitadas desejavam, em tese, que os trabalhadores destinados ao Amazonas seguissem acompanhados pelas respectivas famílias.

Expliquei-lhes que o SEMTA afirma não se poder responsabilizar pela ida imediata das famílias dos trabalhadores mobilizados, dada a situação sanitária do Amazonas. Trata-se de um plano de guerra. O governo não pergunta se estamos ou não de acordo com o mesmo – apenas solicita para sua execução a assistência eclesial. Conosco, ou sem nós, o plano será posto em ação. Os protestantes espreitam a oportunidade de infiltrar-se de Amazonas a dentro.

Da parte católica impõe-se uma recusa ou convém colaboração?

Todas as autoridades eclesiais ouvidas foram unânimes em afirmar que dos males o menor: consideram imprescindível a colaboração³⁰⁶.

Diante dos males o menor, o contexto de guerra justificava o apoio à causa do governo era motivo para a flexibilização de valores católicos, como a defesa da família. Sobretudo, diante da ameaça da presença de pastores protestantes norte-americanos na região da Amazônia, conforme relatou padre Helder:

Em geral os Exmos. Srs. Ordinários receiam a vinda de missionários – católicos norte-americanos para o Amazonas. Reconhecem uma dupla vantagem que essa vinda traria; mais facilmente enfrentariam pastores protestantes que viessem aparecer; vindos de país rico e progressista trariam recursos técnicos e financeiros nada desprezíveis. Em compensação, observam que, embora não sejam padres maus, tem mentalidade diferente da nossa³⁰⁷.

³⁰⁵ Maior cargo eclesial representativo do Vaticano no país.

³⁰⁶ CAMARA, Pe. Helder. Relatório ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Aloísio Masella. 28 de janeiro de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4; Doc. 7.98.

³⁰⁷ Ibidem.

Em abril de 1943, distribuiu-se entre os padres locais uma circular de Pe. Helder Camara, apresentando o dr. Marcolino Candau como médico do SEMTA, juntamente com a recomendação de que o clero ofereça pleno apoio moral aos trabalhos do SEMTA, um “serviço indispensável para a vitória do Brasil e dos Aliados”³⁰⁸. Seria um “serviço de guerra, pois o “snr. Presidente da República dispensou da mobilização militar os homens mobilizados pelo SEMTA para os seringais”³⁰⁹.

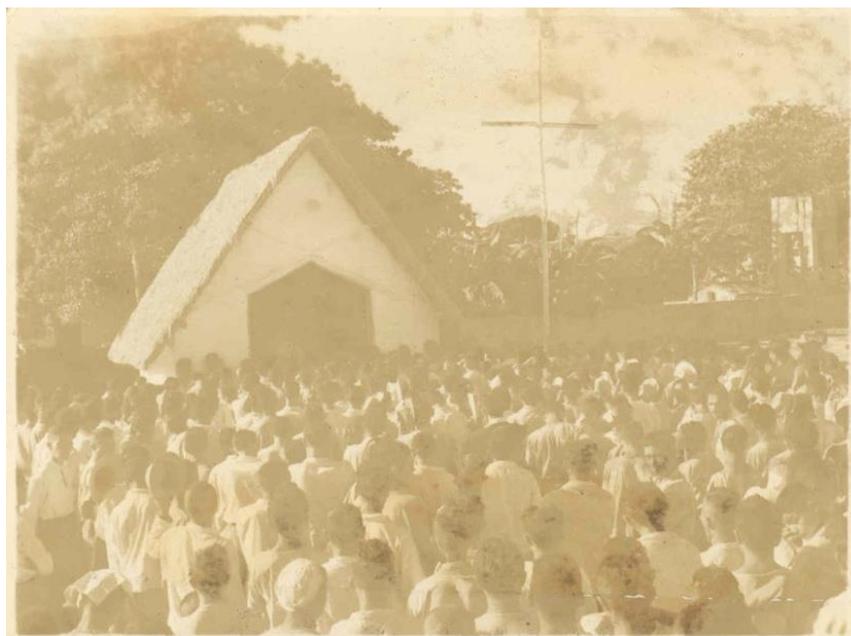


Fig. 16. Aspecto de missa realizada no Pousado do Prado, Fortaleza. Fotografia ABA-Film. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC



³⁰⁸ CAMARA, padre Helder. “Circular”. Fortaleza, 6 de abril de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4; Doc. 7.137.

³⁰⁹ Ibidem

Fig. 17. Ao centro, o arcebispo do Ceará D. Antônio de Almeida Lustosa, a sua esquerda o chefe do SEMTA Paulo de Assis Ribeiro, a sua direita o interventor Menezes Pimentel. Fotografia ABA-Film. Fortaleza, 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Regulamentado pelo decreto-lei n. 5.225 de 1º de fevereiro de 1943, o seringueiro estaria liberado das obrigações militares, “considerando que a produção da borracha é essencial ao esforço de guerra e à defesa militar do país”³¹⁰. Não apenas os trabalhadores recrutados, mas todos aqueles que já se encontravam dedicados a tal atividade passariam a ter “incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou então enquanto se dedicarem àquelas atividades”³¹¹.

Em junho de 1943, padre Hélder Camara solicitou a João Alberto Lins de Barros o desligamento do SEMTA, retornando aos quadros do Ministério da Educação e Saúde³¹².

2.6) *Vida Nova na Amazônia: Da família do Soldado da Borracha*

Vida Nova na Amazônia foi a chamada de um dos cartazes elaborados por Chabloz para a campanha de publicidade do SEMTA. Esse cartaz retrata uma cena idílica em meio à floresta amazônica que explora valores da terra e do trabalho, num cenário de natureza domesticada e permeada pelos valores da família e pela divisão social do trabalho. Esse cartaz de propaganda do SEMTA representa uma cena que não ocorreu, pelo menos não para aqueles recrutados pelo Serviço. As mulheres e crianças dos *soldados da borracha* não os acompanharam para os seringais. O SEMTA disponibilizou um acampamento destinado a receber os dependentes dos trabalhadores, caso assim eles desejassem.

³¹⁰ Decreto Lei nº 5.225 de 1 de fevereiro de 1943 que “dispõe da situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para extração e exploração de borracha no vale amazônico e dá outras providências”.

³¹¹ Ibidem

³¹² BARROS, João Alberto Lins de. Correspondência ao Ministro Gustavo Capanema ressaltando as qualidades de pe. Helder Camara que pedira desligamento do SEMTA. S.I., 22 de junho de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 28.

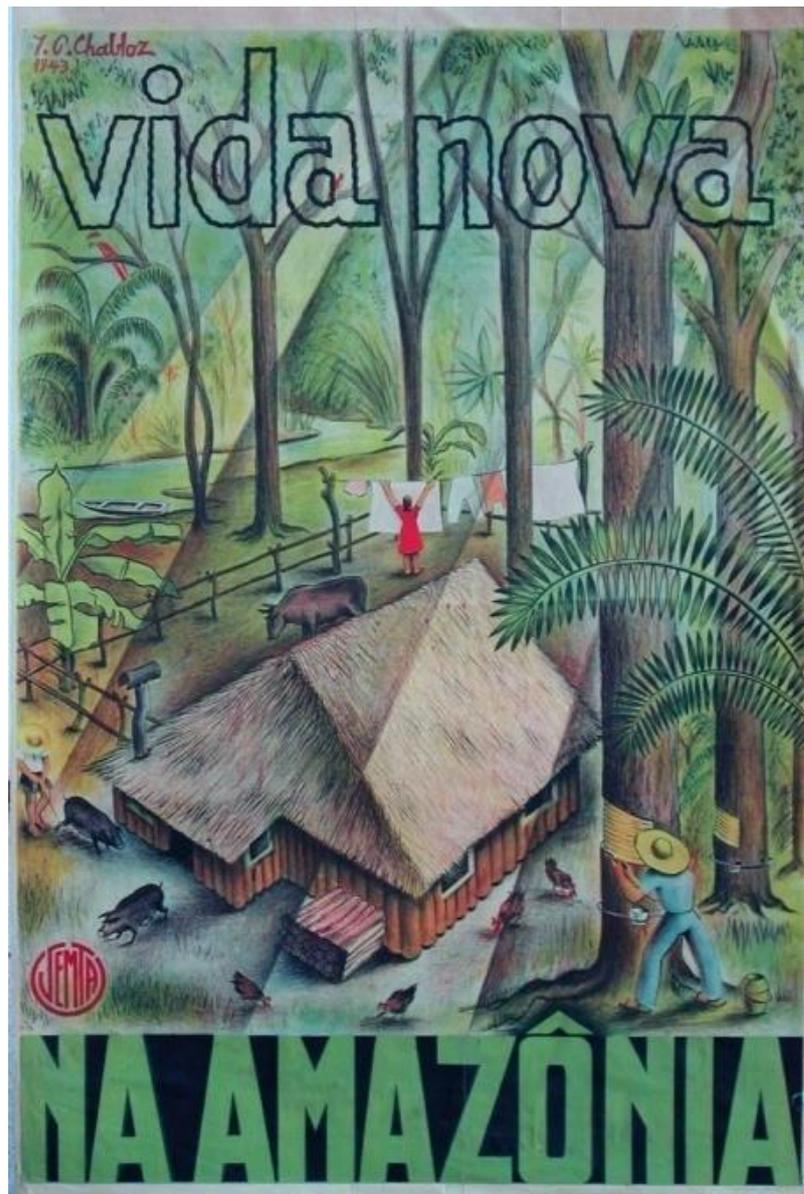


Fig. 18 - CHABLOZ, Jean-Pierre. “Cartaz Vida nova na Amazônia”, 1943.
Litogravura – 99 x 66 cm. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Inicialmente o SEMTA estava recrutando somente homens solteiros. Não sabemos por quanto tempo essa regra vigorou, pois em maio de 1943 data um registro de documentação relativo ao núcleo de Porangabussú, em Fortaleza, com finalidade de abrigar mãe, esposas e filhos dos *soldados da borracha*. O oferecimento de assistência às famílias dos migrantes era uma das atribuições do SEMTA inscritas na portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942 que demarca sua criação. Também no *Contrato de*

Encaminhamento dos trabalhadores constavam cláusulas a esse respeito. O trabalhador poderia optar, ou não, pela assistência às famílias³¹³.

O núcleo era dirigido por Regina Frota Chabloz, esposa de Jean Pierre Chabloz, propagandista da campanha de mobilização do SEMTA. Maria Verônica Secreto analisou algumas das correspondências escritas pelas esposas aos maridos nos seringais, ou desses para as esposas. As cartas remetidas pelos *soldados da borracha* eram destinadas a Regina Chabloz, uma das responsáveis por coordenar o núcleo das famílias³¹⁴. Eles se dirigiram com bastante cordialidade, e mesmo afetuosidade, a dona Regina, confiando-lhe suas filhas ou esposas. O fato de termos acesso a tais correspondências nos dias atuais demonstra que elas não alcançaram seu destino. A hipótese é a de que teriam sido retidas devido a seu conteúdo, ou senão pela própria dificuldade em localizar o endereço correto para enviá-las³¹⁵.

Essa documentação epistolar constituída como fonte histórica possui um caráter bem diverso dos relatórios administrativos do SEMTA. Ela traz à tona uma esfera bastante sensível do drama desse passado. Há cartas que relatam não apenas tristeza e solidão, como também a falta de contato e insatisfações com as ordens impostas no núcleo pela esposa do médico Julio Pinto Duarte, dona Ivete. Uma delas, assinada por Joana Abreu ao “prezado esposo Guilhermino” reclama que “a mulher do doutor Pinto tem implicado com o fumo, pois tu sabes que eu não passo sem o fumo. Quero que tu mandes dinheiro para eu comprar”.

Segundo a carta de Maria Filisolina de Abreu, d. Ivete ““inventou umas leis que não podem ser criadas”; primeiro, quis proibir o fumo, mas como não obteve êxito, então decidiu cercar um dos barracos para as fumantes”. Para Fisiolina “as mulheres não aceitavam as leis dela, que era do Rio de Janeiro, porque elas eram do interior”³¹⁶, demonstrando de outra maneira o conflito regional que comentamos acima. Fisiolina se preocupava, pois ouvia dizer que haveria outro núcleo para o qual seriam transferidas e que seria coordenado por d. Ivete, com o que muitas famílias estavam inconformadas³¹⁷.

³¹³ Contrato de Encaminhamento. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4. Doc. 7.13, Cláusula Segunda.

³¹⁴ Também tivemos acesso a algumas das correspondências nesses termos. Elas integram o acervo pessoal de Ana Maria Chabloz, filha de Jean Pierre Chabloz e Regina Frota Chabloz. Chamamos atenção para o detalhe de que elas estão guardadas num envelope onde se lê manuscrito a lápis “censuradas”.

³¹⁵ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia* no Governo Vargas. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p.99.

³¹⁶ Idem, 2007. p. 180.

³¹⁷ Idem, 2007. p. 101.

Joana Abreu também alertou seu esposo: dizia que lá haveria muito mais sujeição, sendo para todas trabalharem, e o pior: seria para “trabalhar sem se pagar um tostão”. Reclamou que essa seria a quinta carta, fora os dois telegramas enviados sem resposta.

Há uma correspondência datada de Manaus, 15 de julho de 1943, em que Alfredo Mesquita de Oliveira solicita a dona Regina que proteja sua mulher Antonia Araújo, em relação ao trabalho das mulheres. Ele disse ter ouvido histórias de que elas iriam trabalhar com serviços pesados.

(...) porque eu soube que as mulheres daí do núcleo irá fazer tijolos e telhas i trabalhar de enxada i mesmo esses serviços só para homem eu não digo que tenha mulheres que trabalha nesses serviço pezado mas a minha não tem esse costumes de fazer esses serviço porque quando eu fui fazer a ficha de família - falamos é verdade em trabalhos para mulheres mas era serviço[?] com bem [faseis] fazer renda i engomar bordados, criar galinhas i diversas cívicas-maneyras (...) [sic]³¹⁸

Com esse trecho notamos a tentativa de um recrutado, que optou por abrigar sua esposa e filhas no núcleo de famílias do SEMTA, em manter o seu papel dentro daquilo que acreditava ser sua função como chefe de família.

Seth Garfield afirmou não poder menosprezar a centralidade das explicações geopolíticas dessa campanha transnacional do episódio, sequer das desigualdades sócio econômicas que ficam ainda mais evidentes nos períodos de seca, mas propõe uma observação da *Batalha da Borracha* sob das lentes do gênero. Para ele a questão de gênero permeia todas essas outras, mais estruturais³¹⁹.

O desequilíbrio de homens e mulheres nas propriedades de borracha é um dado histórico. Durante o *boom* da borracha os seringalistas preferiram os homens solteiros por acreditarem que, sem dependentes, poderiam se dedicar mais intensamente à extração de látex, pois ocupando-se pouco com as atividades de subsistência tornar-se-iam mais dependentes das mercadorias vendidas no barracão.

Embora não tenhamos encontrado a maneira pela qual a propaganda do SEMTA se relacionava com o DIP, percebemos que ela atuou igualmente como um sistema articulado por meio de diferentes suportes e meios de comunicação. A documentação aponta não ser possível entender essa propaganda como manipulação, uma vez que houve renúncia de trabalhadores em se alistar no Serviço. Vimos que a assistência à saúde e o apoio da Igreja Católica integraram esse sistema de propaganda.

³¹⁸ Cartas Censuradas. Acervo Pessoal Ana Maria Scherer Chabloz.

³¹⁹ GARFIELD, Seth. Op. Cit. p. 276.

Capítulo 3 – *Selecionando e Cuidando: o processo de recrutamento dos soldados da borracha entre nordestinos realizado por médicos do SEMTA*

Os médicos contratados pelo *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* (SEMTA) participaram ativamente das atividades de recrutamento e seleção dos homens nordestinos que seguiram para os seringais amazônicos durante a campanha da borracha. Este capítulo irá apresentar e discutir a ação desses médicos, analisando como eles participaram das principais ações desempenhadas pelo *Serviço na Batalha da Borracha*, dentre as quais a seleção dos *soldados da borracha*.

A importância dada ao processo de seleção de trabalhadores para os seringais na Amazônia foi requerida por distintos setores envolvidos no programa da borracha, mas também gerou conflitos regionais pela disputa da mão de obra nordestina. Embora o SEMTA não tenha sido a única instituição que se envolveu nesse programa de migração para a Amazônia, ele foi apresentado como sendo o mais propício diante dos acordos entre Brasil e Estados Unidos, selados durante a Segunda Guerra Mundial. Os médicos do SEMTA não foram médicos de guerra, no sentido estrito do termo, mas não é possível negar a presença do tema da guerra nas decisões desses profissionais que tiveram ampla e intensa participação nas principais atividades do *Serviço*.

A saga do recrutamento de *soldados da borracha* nos é contada pelo médico José Lins de Souza por meio de seu relatório encaminhado a Hyder Correia Lima, assistente do chefe do SEMTA. Ele se referia ao trabalho de um mês no qual atuou como médico de seleção no interior do Ceará. Sua narrativa nos aproxima da realidade encontrada pelos médicos de seleção nos pontos de recrutamento, demonstrando sua rede de contatos tecida com poderes locais. Eles tiveram que lidar com a relação entre a mão de obra nordestina e os estados intermitentes de seca na região, além da força do imaginário popular nas concepções acerca da Amazônia e da guerra que interferiram negativamente no processo de recrutamento.

Seu relato é singular dentre a documentação administrativa do SEMTA, uma vez que não há outros relatórios similares – alguns médicos sequer os enviavam,

descumprindo ordens superiores³²⁰. Ainda assim, por meio da observação dos dados dos atendimentos médicos realizados entre os meses de janeiro a abril de 1943, podemos constatar que os dilemas vividos pelo médico José Lins de Sousa muito provavelmente foram compartilhados por seus colegas, médicos do SEMTA. Em comum, eles possuíam o desafio de recrutar dentre os homens nordestinos, aqueles bastantemente fortes para encarar a aventura do destino traçado pelo duro trabalho nos seringais e pelo ambiente da floresta Amazônica, implacável em seus mistérios. Nesse sentido, a imagem do homem sertanejo inspirava força e resistência. Por outro lado, denotava doença e abandono, resultante do acúmulo de anos de negligência do poder público com a população nordestina, sobretudo do interior, carente dos serviços de saúde e educação.

O procedimento dos exames realizados pelos médicos do SEMTA veio atender a demanda pela seleção de trabalhadores que ingressariam na Amazônia. Embora houvesse uma preocupação em padronizar os exames de seleção que classificariam os *soldados da borracha*, sugerimos que, na prática, as regras pouco avançaram do campo das intenções. Mais do que qualificar os recrutados em “aptos”, “inaptos” ou “recuperáveis”, os médicos deveriam enquadrar o *soldado da borracha* em categorias de “biótipos nordestinos” fundados com base na biotipologia, uma versão da medicina constitucional, que emergiu no Brasil na década de 1930, inspirada em pressupostos de mensurações do corpo. A desconfiança que tecemos acerca de sua aplicabilidade também parte da análise do relato de José Lins de Souza, documento que muito contribui para conhecermos aspectos das contingências regionais que repercutiram no recrutamento de mão de obra para a *Batalha da Borracha*. A atuação dos médicos não se encerrava após o exame das condições físicas do trabalhador. Os *soldados da borracha* e seus familiares sob responsabilidade do SEMTA receberam imunizações contra doenças e tratamento para determinadas moléstias³²¹. Além disso, assistiram palestras de educação sanitária e receberam uma alimentação racional elaboradas por

³²⁰ SILVA, José Rodrigues da. “Relação dos médicos com funções neste Departamento e locais onde servem no momento”. Fortaleza, 24 de março de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 7.130. Dos 15 médicos relacionados nesse documento, três deles não enviavam relatórios das suas atividades a José Rodrigues da Silva.

³²¹ Nos pousos dos trabalhadores o tratamento de portadores de doenças ficava sob a responsabilidade do SESP, que coordenava a enfermaria, mas não podemos negar a participação dos médicos do SEMTA nesse processo. No caso do núcleo das famílias, o tratamento a doenças ficava sob os cuidados de dr. Julio Pinto Duarte, médico do SEMTA.

nutricionistas como coadjuvante do tratamento médico e fonte de melhoria de vida – para os trabalhadores e seus familiares.

Os médicos do SEMTA estavam subordinados a Manoel José Ferreira³²² (1897-1978), designado como chefe do departamento médico desse *Serviço*. Quando ingressou no SEMTA, em 29 de dezembro de 1942³²³, o sanitarista gozava de uma boa reputação na esfera da saúde pública, sobretudo devido ao sucesso da campanha que coordenou no nordeste contra o mosquito transmissor da malária, oriundo da África, o *Anopheles gambiae*. Em 1938, foi nomeado diretor do *Serviço de Obras contra a Malária do Nordeste* pelo presidente Getúlio Vargas³²⁴. Quando as operações passaram a se dar por meio de uma parceria entre o governo federal e a *Fundação Rockefeller*, ele passou a atuar como chefe de Laboratório.

³²² Manoel José Ferreira, Maneco, formou-se em 1919 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Participou, entre os anos de 1923 a 1925 do 1º curso de Malariologia ministrado pela *Fundação Rockefeller* no Brasil, trabalhando junto com o “malariólogo norte-americano” Mark Boyd. Foi Diretor de Saúde do Estado do Rio de Janeiro entre 1923 a 1927 (período no qual agiu estrategicamente contra a epidemia de malária na região da Baixada Fluminense) e em 1935. Foi professor de epidemiologia e prophylaxia da malária para médicos do Departamento Nacional de Saúde. Tem novo diretor o Serviço Nacional de Malária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. vol.VI- nº 4 - outubro de 1954. p.428.

³²³ “Relação dos funcionários do Departamento da Assistência médica em 31 de maio de 1943”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 7.178. Embora o documento especifique o valor do salário de seus funcionários, no caso do dr. Manoel José Ferreira, chefe do departamento, essa informação é ausente.

³²⁴ Tem novo diretor o Serviço Nacional de Malária. Noticiário. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Rio de Janeiro, vol.VI- nº 4 - outubro de 1954.

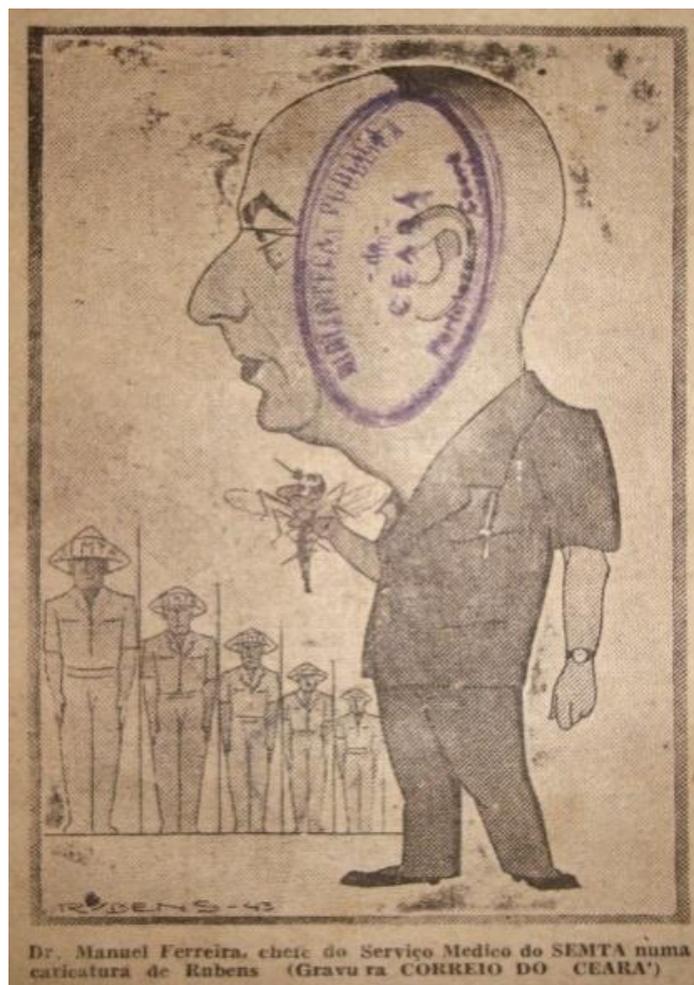


Fig. 19. RUBENS. Caricatura de Manoel José Ferreira publicada no *Correio do Ceará* de 30.06.1943, às vésperas do desfile da *Parada da Borracha*.

A equipe do Departamento de Assistência Médica do SEMTA contava com 29 médicos, pelo menos até 5 de maio de 1943, quando se elaborou uma relação com todos seus funcionários, salários e data de admissão dos mesmos. A maioria dos médicos ocupou o cargo de “médico de seleção”, com salários variando entre Cr\$3.000,00 e Cr\$ 1.500,00³²⁵. Observamos que aqueles admitidos no mês de março e abril recebiam menos do que aqueles que ingressaram no programa em janeiro ou fevereiro de 1943. Alguns nomes ali listados correspondem a personagens que possuíram expressividade na história da saúde pública do Brasil. Entre esses, além do sanitarista Manoel Ferreira, participaram desse programa, Isnard Teixeira (1912-1988) como médico laboratorista, e

³²⁵ O salário mínimo, instituído em julho de 1940, valia Cr\$ 220,00. Em julho de 1943 houve um reajuste para Cr\$ 275,00, seguido de outro em dezembro de 1943, ao qual se fixou o salário mínimo em Cr\$ 360,00. Dados consultados em: <http://www.arisantosjradvocacia.com.br/images/tabeladosalariominimo1940a2009doc.pdf> que se baseou na fonte do DIEESE (Acesso em março, 2012).

Marcolino Gomes Candau (1911-1983) que atuou como “assistente sanitaria”, integrando os quadros do SEMTA desde 4 de fevereiro de 1943. Candau, Fausto Pereira Guimarães, também “assistente sanitaria”, e José Rodrigues da Silva, assistente do diretor, com cargo de “assistente clínico”, foram os médicos que receberam os salários mais altos do departamento médico: a quantia de Cr\$ 4.000,00³²⁶.

3.1. A seleção de trabalhadores para a *Batalha da Borracha*: uma disputa pelas “melhores reservas humanas”

Uma das competências do SEMTA estabelecidas pela portaria de sua criação, nº 28 de 30 de novembro de 1942, o incumbia de “organizar um sistema de recrutamento de tal forma que mereça a confiança dos trabalhadores, protegendo-os e assistindo-os durante a viagem e dando a suas famílias assistências médica e econômica”³²⁷. O SEMTA, portanto, deveria se ocupar tanto das atividades de recrutamento como daquelas de assistência aos trabalhadores e a suas famílias.

Contudo, antes mesmo da criação do SEMTA, percebemos a defesa da ideia de que o reaquecimento da produção nos seringais da Amazônia estaria diretamente atrelado a dois fatores: a migração de trabalhadores selecionados e a necessidade de que esses homens recebessem assistência à saúde. Acreditava-se que essa era uma premissa fundamental para evitar um quadro de crise como aquele traçado pela falência da economia da borracha dos anos de 1910. A migração do nordeste para a Amazônia não era uma novidade. O relato que se segue narra a chegada de um grupo de trabalhadores nordestinos a Manaus. As condições dos sertanejos que para lá se dirigiam não eram adequadas para a dura vida em meio à floresta.

Por um período de mais de cem anos ou mais o sertanejo do semi-árido do nordeste do Brasil... tem procurado a Amazônia durante as periódicas secas que mata seu gado, seca seus poços e devasta seus campos. Ele não abandona o sertão até que ele seja levado a isso pela fome, sede e penúria... Seu corpo está atormentado pela sífilis, lepra, tuberculose e outras doenças. Sua resistência para as novas doenças que ele encontra na Amazônia é quase nula... O governo ocasionalmente envia pequenos contingentes de trabalhadores do Ceará. Um grupo de 170 chegou a Manaus... Eles eram os mais decrepitos, desnutridos e ineficazes indivíduos que podemos imaginar. Algumas pessoas da população da borracha os viram e disseram que a

³²⁶ “Relação dos funcionários do Departamento da Assistência médica em 31 de maio de 1943”. Op. cit.

³²⁷ Portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

maioria deles iria morrer na floresta. Obviamente, eles foram identificados como sendo trabalhadores indesejáveis em seus lares³²⁸.

A valentia do sertanejo em resistir e defender suas terras não bastava para vencer a miséria e as doenças. Esse relato é parte de um relatório escrito em outubro de 1940 pelo embaixador norte-americano, William Burdett, que viajou para Manaus com o fim de examinar as potencialidades dos seringais amazônicos. A maneira como ele apresentou a condição do sertanejo é semelhante àquela divulgada como padrão do homem rural brasileiro pelo movimento do saneamento rural durante a Primeira República. O relato do embaixador demonstra que a condição do homem sertanejo pouco mudou desde os tempos em que se constatou que o Brasil era “um imenso hospital”³²⁹. A possibilidade de contágio de enfermidades encontradas na Amazônia para as quais os nordestinos não possuiriam qualquer resistência poderia ser fatal para homens tão mal nutridos. Esses migrantes eram considerados “indesejáveis”, pois se apresentavam doentes, “decrépitos, desnutridos, ineficazes” para enfrentar os desafios encontrados na floresta.

Apesar de o embaixador reproduzir uma narrativa muito próxima àquela propalada em décadas anteriores, durante os anos 1910 e 1920, quando estava em voga o movimento pelo saneamento no Brasil, ele escrevia em outubro de 1940. A especificidade desse relato reside justamente na ocasião em que foi registrado. Após a invasão alemã da França, em maio de 1940, os Estados Unidos passaram a se preocupar

³²⁸ BURDETT, William. “Labor in the Amazon Valley, October 25, 1940, Division of the American Republics, Department of State, NARA, RG 84, Box 9” *apud* WILKINSON, Xênia Vunovic. *Tapping the Amazon for Victory: Brazil’s ‘Battle for Rubber’ of World War II*. Tese. Georgetown University. – Washington: [s.n.], December, 2009, p. 144. Livre tradução de: “Over a period of one hundred years or more the sertanejo of the semi-arid of northeastern Brazil ... has sought the Amazon during the periodic droughts which kill his cattle, dry up his wells and lay waste his fields. He does not abandon the sertão (hinterland) until he is driven to it by hunger, thirst and penury... His body is racked by syphilis, leprosy, tuberculosis, and other diseases. His resistance to the new diseases he encounters in the Amazon is almost nil... The Government occasionally sends feeble contingents of laborers from Ceará. One group of 170 arrived at Manáos... They were the most decrepit, undernourished, ineffectual looking individuals one can imagine. Some of the rubber people saw them and said most of them would probably die in the jungle. Obviously, they were picked out as being undesirable labor at their homes”.

³²⁹ Em outubro de 1916, Miguel Pereira realizou um discurso afirmando que o Brasil era “um imenso hospital”. Essa conferência ficou conhecida como um dos marcos inauguradores do movimento pelo saneamento no Brasil que chamava atenção para a situação sanitária do país, sobretudo nas regiões mais longínquas aos centros urbanos. LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde, Muita Saúde os Males do Brasil são...”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):313-332, 2000, p. 316.

com o futuro do fornecimento da borracha³³⁰, estudando medidas efetivas para aumentar a produção dos seringais da Amazônia como alternativa à borracha asiática, controlada pelos japoneses. Lembramos que nesse ano, em 28 de junho de 1940, também foi criada a “Rubber Reserve Company” (RRC) para lidar com os problemas que afetariam o fornecimento de borracha. Entretanto, essas medidas tiveram pouca expressividade até que o ataque japonês à base norte americana em *Pearl Harbour*, em dezembro de 1941, levou que os Estados Unidos adotassem posições ainda mais incisivas no próprio conflito da Segunda Guerra Mundial, e, por conseguinte, em relação ao problema do estoque de borracha.

Mal as negociações acerca da produção de borracha entre Brasil e Estados Unidos haviam sido definidas pelos *Acordos de Washington*, o representante da *Associação Comercial do Amazonas*, Cosme Ferreira Filho (1893-1976),³³¹ posicionou os interesses dos capitalistas locais diante desse novo cenário. O contexto delineado pela urgência de guerra prometia a recuperação da economia dos seringais. Diante da oportunidade que gerava perspectivas de um novo *boom* da borracha, os comerciantes de Manaus defenderam a execução de uma política que garantisse seus interesses. Em abril de 1942, ele reivindicou, em nome da entidade, um programa de migração de mão de obra para a Amazônia, mais organizado e seletivo, visando conferir maior estabilidade para a almejada colonização da região. Entre as providências imprescindíveis para a colonização da Amazônia se importavam com uma “seleção física e moral”, assistência médica e saneamento:

Repetindo-se a história, no presente momento, isto é, ocorrendo novo e intenso movimento migratório, das regiões do nordeste para os dois estados e territórios do setentrião brasileiro, como das vezes anteriores tangidos pela seca e atraídos pelos bonançosos preços que a borracha vem alcançando, seria justo que a Amazônia auferisse resultados de natureza mais estável desse movimento, evitando-se os inconvenientes e malefícios que caracterizaram os anos anteriores. É nesse sentido que a Associação Comercial tem desenvolvido insistentes esforços, pleiteando medidas que imprimam a nova repopulação da Amazônia condições de estabilidade, de rendimento e segurança [...]. Seleção física e Moral, transporte abundante, assistência médica em todas as etapas da viagem, albergamento nos pontos de

330

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

³³¹ Cosme Ferreira Filho foi um dos fundadores da Associação Comercial do Amazonas, onde foi sócio benemérito e assessor técnico. Trabalhou como tradutor público, despachante aduaneiro, redator do Jornal do Comércio de Manaus, comerciante. Em 1946 atuou como deputado do Partido Social Democrata (PSC) pelo Amazonas na Assembleia Nacional Constituinte. ABREU, Alzira Alves de *et all*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001.

redistribuição, e orientação técnica, econômica, firmeza de salário e conveniente assistência sanitária, têm sido capítulos principais do programa de recolonização da Amazônia [...] sem preenchimento das referidas condições, se malograrão as novas oportunidades de colonização da Amazônia, ameaçada, de novo, a voltar a ser terra de gente, como aconteceu no decurso da grande crise, que nos assaltou, entre os anos de 1914 e 1924³³².

Não apenas o setor privado amazonense ou o governo norte-americano, como também representantes da burocracia do governo brasileiro, se preocuparam com a necessidade da seleção. O Conselho de Colonização e Imigração (CIC)³³³ chamou atenção para a importância da seleção entre trabalhadores que se destinavam aos seringais, afirmando que “as falhas no encaminhamento daqueles trabalhadores começavam na fase de aliciamento da mão de obra, no próprio Nordeste”³³⁴. Em 27 de março de 1942, o plano do CIC foi encaminhado ao presidente Getúlio Vargas. O órgão foi incumbido de elaborar um plano para o crescimento da produção de látex nos seringais amazônicos. Segundo o plano, era do nordeste que se permitia que “elementos indesejáveis” adentrassem na Amazônia, referindo-se a pessoas que se dedicariam a pequenos trabalhos citadinos e, não à produção de látex. Essa migração desordenada levou a consideração de que “essa gente inapta para os trabalhos rurais, ia-se deixando ficar nos centros urbanos, onde sua permanência criava outros problemas locais de alojamento e trabalho”³³⁵. Desde maio de 1940, o governo Vargas, num ato político original e afinado com seu programa de colonização para Amazônia, havia interferido nessa migração interna por meio do fornecimento de passagens para a Amazônia. Vargas autorizou “as administrações do Lloyd Brasileiro e da Amazon River a concederem 4.000 passagens gratuitas em favor dos trabalhadores nordestinos que se destinavam aos seringais do Amazonas e do Acre”³³⁶. A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, uma sociedade anônima que explorava a navegação de cabotagem em curtas e médias distâncias, havia sido estatizada desde 11 de junho de 1937. A Amazon River Steam Navigation Company foi atuante nos serviços de navegação no Amazonas desde 1912, sofreu impactos com a crise da borracha, sendo adquirida em 1936 pelo

³³² FILHO, Cosme Ferreira. *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus. Ano I, nº 9, abril, 1942.

³³³ Conselho Nacional de Imigração foi previsto pelo decreto-lei n. 406 de 4 de maio de 1938, capítulo XV. Sua primeira reunião se realizou no dia 26 de setembro de 1938 no Palácio do Itamaraty com a finalidade de discutir a imigração de estrangeiros para o Brasil.

³³⁴ Encaminhamento de Trabalhadores nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro. Ano III, nº 2 – agosto de 1942, p. 10.

³³⁵ Idem, 1942. p. 9.

³³⁶ Ibidem.

empresário Henrique Lage. Em 1937, o empresário promoveu sua nacionalização e esta passou a denominar-se Companhia Brasileira de Navegação do Rio Amazonas³³⁷.

Já para os representantes capitalistas de Fortaleza, a seleção de trabalhadores nordestinos era motivo de apreensão. O editorial intitulado “Emigração” do jornal *Correio do Ceará*, do dia 26 de junho de 1942, expôs o tom das contradições existentes em torno desse processo de migração. Se a princípio o êxodo da população cearense parecia amenizar o problema da concentração dos chamados “flagelados” na capital; sob outra perspectiva, ele alterava a dinâmica do mercado de trabalho local e iria interferir na recuperação da economia da região após o período da seca. Podemos chegar a considerar a configuração de uma disputa pelo trabalhador mais saudável entre comerciantes do Ceará e os produtores do norte pelas “melhores reservas humanas”, “o homem forte, musculoso, e sadio”:

Tornamos hoje ao assunto da imigração. Não existe atualmente assunto mais oportuno, mais palpitante para o Ceará. Nossas reservas humanas estão se escoando pelo porto de Fortaleza, rumo à Amazônia.

Deveríamos acrescentar: as nossas melhores reservas humanas! Os flagelados, para serem conduzidos com destino aos seringais, são submetidos a um processo de seleção. Somente o homem forte, musculoso, sadio, é aceito para o trabalho; o Estado que fique com o rebutalho e cuide dele.

Reafirmamos o nosso ponto de vista anterior: não somos contrários à emigração, mas favoráveis à limitação dela. Da mesma maneira como vem sendo feita, com uma capacidade de embarque de cerca de 3.000 pessoas por mês, o Ceará corre o risco de enfrentar terríveis consequências futuras.

A solução que se deve dar ao amparo das massas atingidas pela sêca, não pode ter em vista apenas o presente, mas também o futuro. Livramo-nos de um peso agora para amanhã senti-lo redobrado, não nos parece bom procedimento. Sem que aos outros Estados nordestinos, também atingidos pela catástrofe climática, caiba o encargo de despachar sertanejos para a Amazônia, estamos nos despojando de nossas comunidades rurais, com uma prodigalidade que atinge as raias da dispersão. (...)

Os cearenses é que saem nos maiores contingentes. Em Fortaleza, e não nas demais capitais nordestinas, é que a Madeira-Mamoré manda recrutar trabalhadores para as suas estradas de ferro e os lavradores paulistas, jornalheiros para os seus cafezais. Nossa sangria avante-se às demais, numa desproporção bem pronunciada. Por que não reduzimos o volume dos nossos embarques humanos? Será que não existe outra forma de encarar a situação criada com a sêca? Como cearenses não podemos suportar sem um profundo sentimento de tristeza, o espetáculo doloroso que nos advém desse desbarato das nossas comunidades sertanejas.

(...) Mas, se não embarcar os flagelados o que o governo vai fazer com eles?...³³⁸.

³³⁷ RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Tese de doutorado. – Rio de Janeiro: IFCSUFRJ, 2007.

³³⁸ Emigração. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 de junho de 1942. p.2.

O editorial não apresentou alternativa ao êxodo da população do sertão do nordeste como solução ao problema de centenas de “flagelados” que atentavam contra a “ordem” na cidade. Alertava, no entanto, para a ocorrência de uma crise na economia local, interferindo no processo de recuperação do Ceará com o fim da seca, devido a alterações da oferta de mão de obra. Portanto, a seleção de trabalhadores era prioridade para a Associação Comercial do Amazonas, mas um problema para comerciantes e produtores do nordeste.

Sob a ótica da elite de Fortaleza não havia qualquer preocupação com a colonização da região amazônica, ou com o apoio à causa aliada e aos acordos entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Essa perspectiva é mais um exemplo de que a colaboração entre governos estaduais e federal não se dava sem conflitos. Ele também demonstra a existência de divergências entre as elites de Manaus e de Fortaleza na *Batalha da Borracha*.

3.2. O Recrutamento e Seleção dos Trabalhadores para a Amazônia: entre o SEMTA e o DNI

O surgimento do SEMTA foi impulsionado pelas insatisfações com as atividades de recrutamento que vinham sendo realizadas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), criado em 1938 e subordinado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). Segundo André Campos, a “principal preocupação do DNI era providenciar socorro aos retirantes, e não força de trabalho para a indústria da borracha”³³⁹:

Dos 650 migrantes abrigados no posto de Belém em junho de 1942, 220 eram menores de 14 anos, enquanto que, do total dos colonos transferidos pelo DNI para o Amazonas, apenas um terço se compunha por homens adultos. Para somar seringueiros à ‘batalha da borracha’ seria necessária uma outra estratégia ³⁴⁰.

Apesar do plano do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) não ter sido realizado³⁴¹, algumas de suas sugestões foram aceitas, e outras não. Nesse projeto, o

³³⁹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960, 2002. p. 139.

³⁴⁰ Idem, 2002. p. 140.

³⁴¹ O plano do Conselho de Imigração e Colonização foi submetido a um parecer do Conselho Nacional de Economia, tendo recebido críticas por diversos aspectos em avaliação remetida a Vargas em 20 de abril de 1942. “Nela há críticas ao modelo do contrato de trabalho proposto, ao esquema da localização de trabalhadores nos seringais de abertura de um crédito especial de 2.000.000\$000”. MORALES, Lucia

encaminhamento dos trabalhadores seria realizado pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI). Em relação à assistência a saúde dos trabalhadores, o plano sugeria que ficasse sob a responsabilidade do “departamento competente do Estado de destino ou do Território do Acre”³⁴². Efetivamente, isso não ocorreu. O DNI e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) ficaram responsáveis pelos assuntos relativos à assistência médica.

Tal plano delegava à Divisão de Fomento Agrícola, do *Ministério da Agricultura*³⁴³, a importante tarefa de selecionar os trabalhadores para os seringais. Esse órgão também cuidaria do controle dos “preços de fornecimento de víveres e utilidades aos trabalhadores” nos seringais³⁴⁴. Esse dizia o seguinte:

Os senões iniciais, do instante mesmo do aliciamento, foram encarados de frente e, para corrigi-los, o Conselho confiou, no plano, à Divisão de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, o encargo de recrutar e selecionar *in loco* os trabalhadores destinados à Amazônia. O Fomento Agrícola conta, para tal, com a assistência dos órgãos técnicos e administrativos locais e é auxiliado em sua tarefa por agentes dos seringalistas e das Associações Comerciais, ou, ainda, de instituições congêneres do Pará, do Amazonas e do Acre.³⁴⁵

Há indicações de que essa sugestão do plano do CIC, a respeito da seleção de trabalhadores ser realizada pela Divisão de Fomento Agrícola, foi seguida pelo DNI. Em 23 de outubro de 1942, uma correspondência do diretor da Divisão de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, sr. Oscar Guedes encaminhada ao sr. Henrique Dória de Vasconcellos³⁴⁶, diretor do DNI, informava sobre a permissão para construções de hospedarias do DNI em propriedade do *Ministério da Agricultura*, assim como autorizava que seus agrônomos auxiliassem no “serviço de seleção de operários a serem encaminhados para a Amazônia”³⁴⁷.

Arrais. *Vai vem vira e volta: as rotas do soldado da borracha*. – São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002. p. 153. Morales afirma que “apesar do plano ter sido aprovado, ao que tudo indica, não foi levado em prática”. Com a criação da CME, em setembro de 1942, “essas questões envolvendo a contratação de mão de obra passaram a ser de sua alçada”. Idem, 2002. p.161.

³⁴² Encaminhamento de Trabalhadores nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro – Ano III; n. 2; agosto de 1942, p. 13.

³⁴³ Idem, 1942. p.12.

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ Idem, 1942. p.11.

³⁴⁶ Correspondência de Henrique Dória de Vasconcellos a George Saunders, Rio de Janeiro, 18/12/1942. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Fundo FSESP. BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/AMS00/TMP/AM01.

³⁴⁷ Correspondência de Oscar Guedes a Henrique Dória de Vasconcellos. Rio de Janeiro, 23/10/1942. BR.FIOCRUZ-OC/FSESP/AMS00/TMP/AM01.

Não há evidências da participação dos agrônomos da Divisão de Fomento Agrícola na seleção de trabalhadores que seriam encaminhados pelo DNI. Entretanto, poucas semanas depois dessa referida correspondência, há registro de que os trabalhadores a serem encaminhados pelo DNI seriam selecionados pelos médicos do SESP. Em 18 de dezembro de 1942, Henrique Dória de Vasconcellos, chefe do DNI, enviou para George Saunders, superintendente do SESP, as atribuições para Charles Wagley, antropólogo norte-americano, que estava ingressando no SESP como “diretor interno” do programa de migração. Ciente dessas, ele poderia iniciar suas atividades, efetivando assim a cooperação entre o SESP e o DNI³⁴⁸.

Apesar de uma intenção sem respaldo efetivo, é interessante observarmos que a expectativa do plano do CIC de que agrônomos recrutassem trabalhadores para os seringais, envolvendo os agentes locais dos seringalistas e dos comerciantes do Acre, Amazonas e Pará, apresenta-se como uma alternativa que se guiava pela perspectiva da produção, sem qualquer preocupação com o bem estar do trabalhador.

Ainda que o aumento da mão de obra para os seringais também fosse o objetivo final do SEMTA e do SESP, a proposta dessas organizações, surgidas no bojo das negociações do Brasil e Estados Unidos, se coadunava com uma perspectiva mais ampla. Essas agências atuavam em prol da saúde pública, se preocupando com a qualidade das condições físicas desse trabalhador, diferentemente de uma preocupação somente voltada para o aumento da produção. E foi essa a perspectiva que foi levada a cabo na *Batalha da Borracha*, ainda que tenha apresentado contradições entre seus pressupostos de assistência à saúde e suas ações práticas.

3.3. O Médico do SEMTA em Ação: muito esforço e pouca produção

“E as chuvas vieram...”.
O Jaguaribe, 7 de fevereiro de 1943

Chovia forte quando José Lins de Souza desembarcou na cidade de Senador Pompeu, localizada a 237 quilômetros da capital do Ceará, na tarde do dia 16 de fevereiro de 1943. Ele seria responsável por recrutar e selecionar homens nordestinos que trabalhariam como seringueiros na Amazônia nas cidades cearenses de Senador Pompeu, Maria Pereira, Pedra Branca e Tauá. Admitido pelo SEMTA em 1º de janeiro

³⁴⁸ Correspondência de Oscar Guedes a Henrique Dória de Vasconcellos, Op.cit.

de 1943 com o salário de Cr\$ 2.500,00, ele foi designado para atuar ali como “médico de seleção” no programa da borracha³⁴⁹. Além de seus pertences, José Lins carregava a pressão das altas expectativas que se depositava em relação ao encaminhamento de trabalhadores. O acordo do SEMTA com a Rubber Reserve Corporation (RRC), estabelecia que até 31 de maio de 1943 fossem encaminhados 50.000 trabalhadores para a Amazônia³⁵⁰. Certamente os representantes dessas organizações não previram as adversidades que frustrariam seus planos. Para o SEMTA, a seca era um fator favorável para o recrutamento dos *soldados da borracha*, já que levaria à formação de uma “reserva de mão de obra”, facilitando o recrutamento de trabalhadores no nordeste e amenizando a questão da presença dos chamados retirantes em centro urbanos³⁵¹. Essa ideia embasou uma das considerações citadas por João Alberto Lins de Barros para justificar a criação do SEMTA³⁵². Juntamente com o esforço de guerra e a colonização da Amazônia, a assistência aos “flagelados” da seca foi um dos fatores apresentado pelo coordenador da CME para legitimar a criação do SEMTA.

Porém, as primeiras turmas de *soldados da borracha* partiram do Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro de 1943³⁵³. Não tardou para que Vargas se pronunciasse, cobrando do coordenador o compromisso assumido com o nordeste. Recém-chegado de Washington, no dia 19 de janeiro de 1943, João Alberto Lins de Barros estava em Belém, reunindo-se com autoridades brasileiras e norte-americanas³⁵⁴. Essa reunião foi interrompida para que o coordenador pudesse receber a mensagem telegráfica que o vice-coordenador da CME, João Carlos Vital (1900-1984), lhe trazia do presidente da república: Vargas “desejava que o SEMTA atendesse também o problema do

³⁴⁹ “Relação Nominal de funcionários do Departamento Médico”. Fortaleza, 5 de maio de 1943 –Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4, doc. 7.149.

³⁵⁰ “Cópia do Acordo entre RRC e SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5 Doc. 64.

³⁵¹ Portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942 – cria o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx 5, Doc. 64.

³⁵² Portaria n. 28 de 30 de novembro de 1942, Op.cit.

³⁵³. “Histórico- Implementação”; s/d; s/l; s/a. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro Cx. 5. Doc. 62.

³⁵⁴ As autoridades às quais nos referimos são: o chefe do SEMTA, Paulo de Assis Ribeiro; chefe da *Comissão de Controle dos Acordos de Washington* e da *Comissão de Borracha* do CME, Valentim Bouças; Comandantes Braz de Aguiar e Rogério Coimbra, o chefe do DNI e SAVA, Dória de Vasconcellos e os representantes da *Rubber Development Corporation* “Mr. Allen, Russell, Charbelain e o assistente trabalhista da Rubber George Rabinovitch”. “Livro histórico do SEMTA” –Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx 5; Doc. 62. p.12.

“flagelado” no Ceará, à vista de inúmeros telegramas alarmantes que estava recebendo sobre a situação desses nordestinos”³⁵⁵.

Frederico Neves se referiu, inclusive, a um telegrama do interventor do Ceará, Francisco Menezes de Pimentel, que alardeou a situação por meio de números de flagelados concentrados em diversos municípios cearenses e outros telegramas com pedidos de socorro dos prefeitos que procuravam sensibilizar o presidente para a “calamidade indescritível” em que se encontravam seus municípios, onde seus “patrícios” estariam “morrendo de fome”. “Os ‘infelizes famintos’ percorriam as cidades em ‘afluência tumultuária’, esgotando as reservas da caridade particular”³⁵⁶.

Alguns dias depois de João Alberto receber a solicitação do presidente, o tema da assistência às vítimas da seca, pautou três horas de discussões “acaloradas” no *Palácio do Governo do Estado do Ceará* no dia 26 de janeiro de 1943, quando autoridades realizaram uma conferência para decidir a “aplicação dos 5 milhões adiantados pela *Rubber* para fazer face ao problema dos flagelados”³⁵⁷. Pedro Martinello afirmou que no dia 21 de janeiro de 1943, um mês depois da assinatura do acordo SEMTA e RRC, um de seus diretores, Douglas Allen “notificou a dr. Bouças que a RRC estava tentando estabelecer imediatamente um crédito adicional de US\$ 250.000,00 para que o SEMTA pudesse prestar alguma assistência às famílias desses trabalhadores que haviam permanecido no Ceará ou outros estados”³⁵⁸.

Além do interventor do Ceará, Menezes Pimentel, e do prefeito de Fortaleza, estiveram presentes secretários, membros do Ministério do Trabalho, da Inspeção de Obras contra as Secas, o chefe de polícia e o chefe do SEMTA. Fora ele quem recebera a importância da agência norte-americana. Não houve consenso quanto à decisão, mas a conferência decidiu pela defesa apresentada pelo delegado da CME, ou seja, que seria o próprio Assis Ribeiro o único administrador de tal importância³⁵⁹.

³⁵⁵ “Livro histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62.

³⁵⁶ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p.107-131, 2001, p. 115.

³⁵⁷ “Livro histórico do SEMTA”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 5; Doc. 62.

³⁵⁸ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica, 1985. *Cadernos UFAC*. Universidade Federal do Acre. Série C. Estudos e Pesquisas, nº 1, 1988, p. 224. Martinello se refere ao documento de autoria de Mr. Allen. – RFC (RG.234) – RDC, Entry 271. Report of the Brazilian Rubber Program. Part I, p. 68.

³⁵⁹ “Livro histórico do SEMTA” –Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 5; doc. 62.

Portanto, um dos pilares da retórica do SEMTA baseava-se no discurso e nas condições advindas com a seca de 1942. Apoiando-se em Albert Hirschman, Lucia Arrais Morales afirmou que a seca de 1942 foi considerada por esse autor como uma “seca branda”, isto é, “apenas uma parcela da colheita estava irremediavelmente afetada e o nível da água nos açudes não era excessivamente baixo”³⁶⁰, isso porque “a irregularidade pluviométrica não foi intensa nem de maneira uniforme por todo o semi-árido”³⁶¹. Kenia Souza Rios afirmou que as autoridades começaram a alarmar a situação de seca a partir de abril de 1943, passando a ser assunto dos jornais no mês seguinte. Segundo essa autora, comparando-se com a seca de 1932, o tema da seca em 1942 não teve tanta abrangência na imprensa – “a seca de 1942 raras vezes ocupou lugar de destaque na imprensa, e em junho quase não se via o assunto nos periódicos”³⁶².

A intervenção do governo Vargas diante da seca de 1932 ampliou bastante a estrutura de instituições que tradicionalmente prestavam assistência aos nordestinos, como aquelas que se ocupavam das construções de estradas e açudes públicos, assim como os chamados “campos de concentração”, hospedarias destinadas a abrigar famílias de retirantes localizadas em áreas longínquas da cidade³⁶³. O SEMTA, portanto, se colocava como essas organizações que de alguma forma prestavam assistência aos “flagelados”.

Por meio da vivência de José Lins de Souza como médico de seleção do SEMTA, observaremos como o Serviço disputou o recrutamento desses “flagelados” como mão de obra com essas outras instituições. Ao se inscrever na mesma racionalidade dessas em relação ao tratamento das consequências sociais da seca, constatamos que a posição do SEMTA era paradoxal em razão que se apresentava como uma organização que atendia aos problemas da seca, ao mesmo tempo em que seu sucesso dependia da manutenção dessa condição.

Diante desse quadro que atrelava, em parte, a criação do SEMTA à seca de 1942, talvez José Lins tivesse se surpreendido com o temporal que encontrou ao desembarcar na cidade. As chuvas traziam esperança para muitos ali, mas nem tanto

³⁶⁰ MORALES, Lucia Arrais. Op. cit, p. 136.

³⁶¹ Idem, 2002. p. 153.

³⁶² RIOS, Kenia Sousa. A Batalha de João nas Terras do Sem Fim. GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (orgs). *Mais Borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUCNUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008. p. 53.

³⁶³ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p.107-131, 2001, p. 108 ; p.119.

para o médico. Desde sua chegada a Senador Pompeu, para ir “sondando o ambiente”, conversava com as pessoas sobre sua missão. Elas tratavam de alertá-lo: “Dr. Lins, antes dessas chuvas, podia alistar-se muita gente, mas agora, com o inverno promissor³⁶⁴, torna-se muito dificultoso contratar-se gente para o Amazonas”³⁶⁵. Se o inverno de 1942 foi marcado pelo estado de seca, em 1943 a perspectiva para o inverno era bastante otimista, a chuva era o sinal de tempos mais promissores. As condições climáticas do sertão começaram a apresentar melhorias logo no início de fevereiro de 1943³⁶⁶.

Dessa maneira, relatou o médico, o “nativo” buscava retomar suas “costumeiras atividades agrícolas, reagindo contra quaisquer promessas de outro ‘habitat’ ou de outra ocupação”³⁶⁷. Esse “fenômeno” – o aparecimento das chuvas após meses de estiagem – teria sido a “causa primordial das dificuldades” encontradas pelo médico nas atividades de mobilização que empreendeu naquela região, majoritariamente dedicada à agropecuária. No relatório que encaminhou a Hyder Correa Lima, assistente de Paulo de Assis Ribeiro no escritório do SEMTA em Fortaleza, o médico José Lins de Souza procurou enfatizar a existência de variações quanto à economia e topografia no Estado do Ceará. A região para a qual fora designado era organizada pela economia agrícola – ou seja, estava totalmente atrelada às condições climáticas. Em sua opinião, o Serviço seria mais bem beneficiado se realizasse o recrutamento em outra região, com características mais propícias à mobilização de mão de obra, como o Vale do Jequitinhonha (região do estado de Minas Gerais, mas conhecida por características semelhantes ao do sertão nordestino), cuja população se dedicava à produção de carnaúba, paralisada nesse período do inverno. Nesse sentido, o médico compartilha da lógica que associa ciclos econômicos e condições climáticas. No Vale do Jequitinhonha não haveria a dificuldade encontrada em Senador Pompeu, Ceará, quanto ao recrutamento de mão de obra pela expectativa do inverno promissor, afinal a principal atividade econômica da região era sazonal, sendo suspensa no inverno.

Durante um mês de trabalho, apesar de todo esforço, ele considerou não ter alcançado bons resultados: foram 260 homens selecionados, sendo que desses, 217

³⁶⁴ O inverno no sertão coincide com o período de maior incidência de chuvas.

³⁶⁵ Relatório de atividades de José Lins de Souza. Fortaleza, 18/03/1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx4, Doc. 8.

³⁶⁶ “E as chuvas vieram...”. Jornal *O Jaguaribe*. Fortaleza, 07.02.1943, p.1.

³⁶⁷ Relatório de atividades de José Lins de Souza. Op. cit.

havam iniciado viagem. Julgando-se como se houvesse selecionado poucos trabalhadores, o médico afirmou que esses números não expressavam o empenho com que se dedicou às atividades de recrutamento. Para auxiliá-lo, o médico contratou o contador Manoel Lins, do município de Pedra Branca (CE), logo no segundo dia após seu embarque na cidade. Quando estava ausente era seu ajudante quem o substituía nas atividades de recrutamento.

O médico do SEMTA estava ciente da necessidade de articulação com pessoas que ocupassem postos estratégicos naquela sociedade, tanto que em seu segundo dia de estadia na cidade dedicou-se ao estabelecimento de contatos com autoridades locais. Reuniu-se com o prefeito municipal, com o gerente do Banco de Crédito Comercial, com o delegado, com o responsável pelo Serviço de Estrada Central do Ceará; o vigário da freguesia, o locutor da rádio local e ainda telegrafou aos prefeitos das localidades vizinhas, solicitando apoio para sua causa, a “patriótica campanha” que se iniciava³⁶⁸. A sede do “Serviço Médico” de Senador Pompeu fora improvisada em um dos três armazéns que foram alugados pelo SEMTA. Contudo, o médico percebeu que não adiantaria aguardar ali a inscrição do trabalhador, e sim, que era necessário buscá-lo ativamente. Na busca de trabalhadores para o Serviço, por uma estrada em construção, ele ouvia as justificativas pela recusa à inscrição na campanha:

Diziam uns que se recusavam porque se tratava de um recrutamento para a guerra; outros que já sabiam terem as primeiras turmas devoradas por um índio (!); alguns, que todos os homens seriam vendidos a peso de ouro; ainda apareciam as “mães amantíssimas”, que não desejavam separar-se dos seus filhos; destacava-se como principal motivo de que o inverno era chegado e não havia assim, necessidade de deixar o Ceará.

O médico qualificou tais boatos como “desconcertantes e estúpidos”, que de tão arraigados na “mentalidade do sertanejo” seria incapaz de modificá-los. O cenário não era animador: enquanto ele deveria vender a ideia da Amazônia como um “vale-promissor”, era a visão da Amazônia como um “inferno verde” que assombrava os trabalhadores nordestinos. O que o médico julgou como estupidez da mentalidade sertaneja foi formada por um acúmulo de experiências que construiu e alimentou tanto o imaginário do sertanejo sobre a floresta amazônica, como sua própria perspectiva em relação ao fluxo migratório de nordestinos para a região. Tal perspectiva nada tinha de

³⁶⁸ Relatório de atividades de José Lins de Souza. Fortaleza, 18/03/1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 8.

“motivos ilógicos”, ao contrário, possuía um embasamento racional, era uma escolha de vida. Se as chuvas anunciavam o retorno do funcionamento da economia local, naturalmente os trabalhadores não encontraram razão para partir em busca de uma “vida nova na Amazônia”³⁶⁹, lembrando o “slogan” do cartaz de propaganda do SEMTA confeccionado pelo artista suíço Jean Pierre Chabloz em 1943.

Não bastasse o retorno das chuvas, no início do ano de 1943, diminuir as possibilidades de recrutamento de mão de obra, o médico do SEMTA vivenciou uma relação ambígua com as estações de obras nas estradas, uma das formas tradicionais de intervenção aos problemas sociais causados pela seca. Por vezes, José Lins recebeu apoio dessa estrutura; por outras, essas obras mantiveram uma relação de competição com o SEMTA pelo recrutamento de trabalhadores afetados pelas secas. Quando saiu para recrutar trabalhadores na estrada em construção estava em companhia do encarregado do Serviço de Estrada Central do Ceará. O dia 22 de fevereiro foi marcado por um “grande movimento no posto de seleção, ao qual acorreu grande número de rapazes já dispensados do IFOCS conforme houvera combinado com o encarregado”, esclareceu o médico. Contudo, em outro caso, o médico se frustrou. Ao percorrer o “serviço da rodagem Senador-Tauá”, o médico “esperava muitas adesões”, mas ele conta que o encarregado desse serviço logo tratou de desanimá-lo, “confessando que já lhe faltavam trabalhadores”³⁷⁰.

Por sua própria avaliação, José Lins de Souza considerou-se como tendo alcançado um baixo rendimento de homens recrutados. Diante disso, o médico receou que o total fosse ainda menor caso seguisse com exatidão as determinações impostas como regulamento da seleção. Além das chuvas, de outras instituições que também recrutavam “flagelados”, somava-se um problema de outra natureza: o fato de que, entre esses homens, muitos eram portadores de doenças. José Lins confessou que considerou alguns deles como homens aptos para o trabalho nos seringais, quando na verdade requeriam tratamento médico antes de embarcarem. Ele disse ter receado que tal grupo de trabalhadores desestimulasse novas inscrições no Serviço, caso fosse exigir que se submetessem aos cuidados médicos: “incluí no rol dos capazes alguns portadores de

³⁶⁹ Chabloz, Jean Pierre. *Cartaz Vida Nova na Amazônia*. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará; Universidade Federal do Ceará, 1943.

³⁷⁰ Relatório de atividades de José Lins de Souza. *Op.cit.*

incapacidade temporária, isso para incentivar os demais”³⁷¹. Além disso, pelo mesmo motivo, o médico também desobedeceu a recomendações de sua chefia que havia lhe solicitado que acompanhasse o prefeito até Tauá, no Ceará. Ele disse que teve de adiar tal viagem, com o fim de aguardar o embarque de uma turma de trabalhadores, pois que “muitos inscritos já se inclinavam à desistência, diante da acentuação cada vez mais forte do inverno”³⁷². Sua preocupação possuía bases concretas. No dia 1º de março de 1943, o médico embarcou uma turma com 53 trabalhadores. O número era para ser superior, no entanto 34 homens selecionados faltaram à chamada de embarque e “não mais apareceram”³⁷³. O médico julgou legítimo flexibilizar as regras do *Serviço* com o fim de encaminhar o maior número de trabalhadores para os seringais na Amazônia.

A viagem a Tauá rendeu-lhe algumas inscrições e também problemas. Houve um desencontro no entendimento do médico com o prefeito de Tauá, que prometera apoiar a campanha de recrutamento. Devido a um “esquecimento ou errônea informação do prefeito” esses trabalhadores não estavam munidos de redes, acarretando-lhes situações de “dissabores e desconfortos”, enquanto aguardavam a partida. O médico reclamou que a providência a seu pedido de 50 redes, para solução do problema, ainda não havia sido atendida. José Lins de Souza também prestou contas acerca das despesas com viagem (alimentação e transporte) dos homens recrutados, propaganda da campanha em programas de rádio locais, e os custos com transporte, hospedagem e alimentação para si e auxiliares³⁷⁴, apontando que o médico também deveria administrar os recursos financeiros destinados ao desempenho de suas funções³⁷⁵.

O médico selecionador do SEMTA, segundo a sua própria avaliação de um mês de trabalho prestado ao SEMTA, se superou em esforços, embora não tenha conseguido se superar em “produção do selecionamento”³⁷⁶. Essa expressão utilizada pelo médico aponta para sua preocupação com o resultado de homens recrutados. Também sua atitude em flexibilizar as regras do recrutamento fixadas como procedimento médico

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem

³⁷⁴ Relatório de atividades de José Lins de Souza. *Op.cit.* Naquele mês, de meados de fevereiro a março, gastou “Cr\$ 4.696,90 com alimentação dos selecionados e Cr\$ 2.285,70 com transporte, propaganda e hospedagem” sua e de seus auxiliares.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ Relatório de atividades de José Lins de Souza. *Op. cit.* Logo no início de seu relatório, 3º parágrafo, o médico faz uma observação, antes de apresentar suas atividades: “À primeira vista, poderá a essa chefia que houve fraqueza na produção do selecionamento. Entretanto, um estudo menos apressado poderá salientar o esforço empregado pelo posto a meu cargo para a obtenção do resultado apresentado”.

das atividades de seleção de trabalhadores, demonstra que deixou de tratar doentes e prestar assistência à saúde dos migrantes, com receio de que o procedimento estipulado afugentasse novos candidatos. Sua decisão indica que ele operou mais sob a ótica de um agente selecionador do que sob uma perspectiva médica, que deveria encaminhar o trabalhador a receber assistência médica antes de partir. Estava mais preocupado com a quantidade de trabalhadores que se tornariam *soldados da borracha* do que propriamente em seguir o regulamento do *Serviço*. Era uma atitude que acreditava ser legítima diante do contexto da urgência pela causa Aliada na Segunda Guerra Mundial.

3.4. Seleção e classificação dos trabalhadores para a Amazônia: o procedimento dos médicos do SEMTA

A seleção dos *soldados da borracha* estava vinculada a uma avaliação médica para verificar suas condições de saúde. Após o exame médico, os inscritos poderiam ser considerados “aptos”, “inaptos”, “recuperáveis” ou “recusados temporariamente”³⁷⁷. Tais categorias, respectivamente, correspondiam ao destino que seria dado ao nordestino desejoso de trabalhar nos seringais. Se bem avaliado, o candidato era considerado “apto” e iria aguardar nos pousos a partida em direção a Belém, “sendo equipado e autorizado a assinar o seu contrato”³⁷⁸. Caso apresentasse determinadas doenças seria impedido de seguir viagem, sendo considerado “inapto”. Haveria a possibilidade de dirigir-se à enfermaria para receber tratamento médico antes do embarque, sendo então considerado “recuperável”. Havia ainda a nomenclatura “recusado temporariamente” para designar aqueles que deveriam “ser encaminhados aos diversos serviços, para exames complementares, às juntas médicas”³⁷⁹.

Aprovados no exame de seleção, os trabalhadores eram vacinados contra tétano, febre amarela, tifo e varíola. A vacina contra febre amarela³⁸⁰ fora adquirida com auxílio de dr. Souza Aguiar, responsável pelo Serviço Nacional de Febre Amarela, por entendimentos do próprio dr. Manuel José Ferreira durante o mês de janeiro de 1942³⁸¹.

³⁷⁷ Circular destinada aos médicos de seleção. Fortaleza, 3 de junho de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4 Doc. 7.129.

³⁷⁸ Folheto “Recrutamento”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro., s/l; s/d. cx. 5, doc.42; p.4.

³⁷⁹ Circular destinada aos médicos de seleção. Op. cit.

³⁸⁰ Não encontramos informações acerca da procedência das outras vacinas, além da anti-amarílica.

³⁸¹ “Livro Histórico do SEMTA – Implantação (de 22 de dezembro a 1º de fevereiro)”, s/l; s/d. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro., cx. 5, doc.62. p.6.



Fig. 20. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film, Fortaleza, 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

É interessante ressaltar o fato da assistência à saúde do trabalhador estar incluída num texto esboçado para elaboração de peças de propaganda do SEMTA. A assistência à saúde tornava-se um dos fatores de convencimento para o trabalhador, indicada como uma vantagem do recrutamento ao nordestino. No cartaz de propaganda elaborado por Jean Pierre Chabloz, *Nordestino: queres trabalhar na Amazônia? Alista-te no SEMTA...*, em junho de 1943, essa afirmação torna-se evidente. Entre as ofertas do *Serviço*, incluíam-se a “assistência médica e religiosa”³⁸².

³⁸² CHABLOZ, Jean Pierre. Cartaz “Nordestino: queres trabalhar na Amazônia? Alista-te no SEMTA...” junho 1943, impressão tipográfica, 65,5x47,5cm. Museu de Arte da Universidade do Ceará, Fortaleza. As vantagens apresentadas foram: “a passagem, um equipamento de viagem, alimentação, um bom contrato, amparo à tua família, assistência médica e religiosa”.



Fig. 21. CHABLOZ, Jean-Pierre – *Cartaz Nordeste: queres ir trabalhar na Amazônia? Alista-te no S.E.M.T.A.* junho 1943 - Impressão tipográfica – 65,5 x 47,5 cm. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Conta Chabloz, em seu diário de serviço, que em janeiro de 1943 visitou uma hospedaria do Departamento Nacional de Imigração (DNI) em Fortaleza que abrigava “flagelados” da seca e se deparou com a necessidade de que fossem “neutralizadas” as percepções “equivocadas” daqueles com quem conversou a respeito da possibilidade de ir trabalhar nos seringais. Ali o artista identificou *in locus* que a percepção do nordestino acerca da floresta Amazônica era relativa à imagem do “inferno verde”, assim como o médico José Lins ao conversar com trabalhadores no interior do Ceará. Essa visão foi explorada na obra citada por Chabloz no trecho de seu diário. O autor português Ferreira de Castro publicou *A Selva* em 1930, um romance baseado em suas experiências como seringueiro na Amazônia, no auge da economia da borracha. Chabloz atribuiu às impressões relatadas pelos abrigados às antigas e desastrosas experiências do cearense na Amazônia e ao processo de migração que era desenvolvido antes da existência do SEMTA.

(...) Entre esses pobres indivíduos, que estão sob a impressão das antigas e desastrosas experiências dos “seringueiros” cearenses na Amazônia,

previamente: indica exploração, da parte do seringalista, alimentação insuficiente, febres, doenças, resume toda a triste realidade que Ferreira de Castro traça magistralmente em seu belo livro, “A Selva”. Concluo esta conversa com necessidade de neutralizar mais rapidamente, através de propaganda apropriada, estas idéias e errôneas e nocivas para o desenvolvimento posterior do trabalho do recrutador do SEMTA³⁸³.

Também observamos no relato de Chabloz, tal como naquele do médico José Lins de Souza, que o imaginário popular acerca da Amazônia foi considerado como um disparate: fruto de “ideias nocivas e errôneas”. Sabemos que, ao contrário, essa percepção foi socialmente construída e compartilhada, além de ser uma preocupação legítima com fundamentação real. Apesar da retórica da existência da intervenção federal a partir do governo Vargas, a região despertava temores de doença e exploração do trabalho em função do sistema de barracões – o que encontrava ressonância ainda na Amazônia dos anos de 1940. Enquanto Chabloz trabalhava para amenizar essa imagem entre o público alvo da propaganda do SEMTA, os médicos do SEMTA tratavam de realizar exames médicos entre os recrutados, evitando que doenças infectocontagiosas migrassem juntamente com os *soldados da borracha*.

As doenças infectocontagiosas, com exceção daquelas de “fácil e rápida recuperação”, como por exemplo, a “blenorragia e cancro venéreo”, levavam à recusa do candidato³⁸⁴ –, mas outras doenças também poderiam limitar suas chances de viajar para Amazônia. Há uma listagem de doenças que no início do mês de abril circulou entre os médicos: uma relação das “entidades clínicas mais frequentemente encontradas e que constituirão motivos de recusas definitivas” para “estabelecer norma mais segura no critério de seleção”³⁸⁵ (ver anexo 1). A maioria das doenças relacionadas seria identificada por exames médicos clínicos que poderiam ser complementados com provas laboratoriais, caso fosse necessário. Uma recomendação especial para que se

³⁸³ CHABLOZ, J.P. Enumération des travaux exécutés pour le S.E.M.T.A. Dessins etc. en relation +- Directe avec ce service. S. Luiz - Belem – Teresina - Fortaleza. dès le 2 janvier 1943, p. 03-04. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará/Universidade Federal do Ceará. Agradeço a colega Elaine Gonçalves por gentilmente ter traduzido do original: “(...) parmi ces pauvres gens, qui restent tons sous l’impression des anciemes et désastreuses expériences faites par les “seringueiros” cearenses dans l’Amazone, précédemment: exploitation indigue, de la part du seringalista, alimentation insuffisante, fievres, maladies, bref toute la triste réalité que Ferreira de Castro nous trace magistralement dans son beau livre: ‘A Selva’. Je conclus, de cette conversation, de la necessite de neutraliser au plus cite, par une propagande adéquate, ces idées erronées e nocives pour le développement ulterieur du travail recruteur du SEMTA”.

³⁸⁴ Circular ao “sr. médico de seleção”. Fortaleza, 8 de abril de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx 4. Doc. 7.138.

³⁸⁵ Circular ao “sr. médico de seleção”. Fortaleza, 8 de abril de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4. Doc. 7.138.

verificasse a área conjuntiva ocular “para o diagnóstico do tracoma incipiente”, doença epidêmica no nordeste, foi destacada nessa circular distribuída entre os médicos do SEMTA. Ela foi remetida por José Rodrigues da Silva, assistente clínico do departamento de assistência médica, que orientou que os médicos consultassem o departamento em casos omissos na listagem.

Talvez seja interessante compararmos essa circular referida acima, datada de 8 de abril de 1943 (anexo 1) a outra listagem de doenças, também encontrada entre os documentos administrativos do SEMTA, mas datada de 20 de fevereiro de 1943 (anexo 2). Essa lista de data anterior mais se parece com um rascunho: não se encontra assinada, nem apresenta qualquer enunciado, além da vaga intitulação “lista anexa”. Embora, formalmente, as duas listas sejam estruturadas da mesma forma – apresentação das doenças segmentadas pela divisão do corpo humano – elas não são equivalentes. A vivência de alguns meses de experiência das atividades de seleção pelos médicos pode ter levado a tal variação entre esses dois referidos documentos que estabeleciam as doenças impeditivas da partida do migrante aos seringais amazônicos.

Podemos considerar a lista de fevereiro como um esboço da circular datada de 8 de abril. Ao contrário da relação datada de abril de 1943, nessa lista o “tracoma incipiente” não fora especificado como doença do aparelho visual. Apenas, posteriormente com o passar de alguns meses, se percebeu a incidência do tracoma como um problema entre os inscritos para *soldados da borracha*. Com essa constatação, a doença integrou a relação de doenças que constituiriam recusa do candidato, elaborada em abril de 1943 e que, em caráter de informe, circulou entre os médicos selecionadores do SEMTA. O tracoma é uma doença infectocontagiosa que atinge os olhos e pode levar à cegueira. André Campos afirmou que o tracoma era bastante disseminado no nordeste e em São Paulo durante a década de 1940. O autor informou que, segundo a Comissão Mista de Inquérito Sanitário³⁸⁶, a cidade do Crato, no Ceará, seria um dos maiores focos da doença no país, juntamente com o nordeste da Bahia e interior de Alagoas, assim como áreas suburbanas à capital³⁸⁷.

³⁸⁶ A Comissão Mista de Inquérito Sanitário foi formada por médicos militares brasileiros e norte-americanos que percorreram o norte e nordeste do Brasil, em 1941, a fim de reunir conhecimentos acerca das condições sanitárias, assim como as doenças encontradas nessas regiões. CAMPOS, André Luiz Vieira de, op. cit. p. 93-108.

³⁸⁷ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. cit. p. 76.

Ainda comparando essas duas listas de doenças encontradas entre documentos administrativos do SEMTA, destacamos também que o item “defeitos orgânicos” foi suprimido da lista posterior. Dentre eles era mencionado a “criptorquidia”, que pode ser identificada por exame clínico, e consiste em um desvio que aloca o testículo no interior da cavidade abdominal causando infertilidade no indivíduo. Nesse caso, o candidato que apresentasse uma disfunção como a “criptorquidia” não viria afetar a produção de látex, mas afetaria o projeto do Estado Novo de colonização da Amazônia. Podemos tecer a hipótese de que se cogitou que a seleção dos soldados da borracha viesse colaborar diretamente com os interesses do Estado Novo na colonização da Amazônia, conforme o discurso oficial de criação do SEMTA. Contudo, diante da urgência da guerra, da necessidade de rápido crescimento da produção da borracha e da meta de 50.000 homens encaminhados do nordeste pelo SEMTA estipulada pelo acordo com a RDC, esse impedimento foi revisto.

Alguns dos trabalhadores selecionados no Rio de Janeiro pelo “Albergue da Boa Vontade”, chegando a Fortaleza, foram obrigados a retornarem viagem por terem sido considerados inaptos para o trabalho nos seringais³⁸⁸. A “Relação dos trabalhadores reconduzidos ao Rio de Janeiro, com o motivo da condução”, elaborada pelo responsável pelo departamento de assistência social do SEMTA, em 30 de maio de 1943, apresenta um total de 57 nomes. A maioria desse grupo, 32 homens, foi considerada como incapaz fisicamente; 20 por “indisciplina”, restando 5 que tiveram como motivo “inconveniência de serviço”³⁸⁹. O fato da maior parte deles terem sido considerados “incapazes” é um indício da existência de uma dissonância quanto ao processo seletivo de trabalhadores realizado pelo Albergue da Boa Vontade - sob a responsabilidade do seu diretor, dr. Victor Tavares de Moura, e o processo de seleção empreendido pelo SEMTA.

Trabalhadores nordestinos que foram selecionados no interior do nordeste também foram recusados após serem examinados em Fortaleza. No dia 27 de abril de 1943, José Rodrigues da Silva informou ao chefe do departamento de assistência social,

³⁸⁸ CASTRO, Aristóbulo de. “Relação dos Trabalhadores reconduzidos ao Rio de Janeiro, com o motivo da condução. Fortaleza, 30 de maio de 1943”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro; Cx. 4; Doc. 7.176.

Obs.: Aristóbulo de Castro era o responsável para os assuntos de Assistência Social.

³⁸⁹ CASTRO, Aristóbulo de. “Relação dos Trabalhadores reconduzidos ao Rio de Janeiro, com o motivo da condução. Fortaleza, 30 de maio de 1943”. AN. Fundo Paulo Assis Ribeiro; Cx. 4; Doc. 7.176.

Obs.: Aristóbulo de Castro era o responsável para os assuntos de Assistência Social.

Aristóbolo de Castro, sobre os três homens que vinham, respectivamente, de Mossoró (RN), Senador Pompeu (CE) e Iguatú (CE), mas que em Fortaleza foram considerados fisicamente incapazes pela avaliação de uma “junta médica do SESP e SEMTA”, realizada naquele dia³⁹⁰. Essa junta médica indica que as atividades de seleção foram compartilhadas com médicos do SESP.

Segundo as normas da seleção dos trabalhadores, aqueles que foram recusados em Fortaleza haviam sido encaminhados para realizar exames complementares.

Quando as condições locais não permitirem o “exame médico completo”, de acordo com todas as exigências constantes das instruções especiais, será ele considerado de caráter provisório e sujeito a retificações no primeiro ponto de concentração, para tanto devidamente aparelhado³⁹¹.

Assim estava inscrito no “Regulamento do SEMTA”, uma publicação organizada a partir da Portaria n. 12 de 1º de maio de 1943³⁹², que visava regulamentar as atividades do Serviço. Convém ressaltar que exemplares do “Regulamento do SEMTA” foram distribuídos em 20 de julho de 1943, quando já haviam se passado os meses de maior intensidade de suas atividades. Podemos entendê-lo como um conjunto de “normas esparsas que foram sendo progressivamente fixadas”³⁹³, como uma intenção de padronização do procedimento administrativo do SEMTA³⁹⁴.

Acerca desse assunto também dispunha a cláusula 9ª do “Contrato de Encaminhamento”,³⁹⁵ que o SEMTA deveria arcar com as despesas de viagem e alimentação daquele inscrito que, porventura, viesse a ser considerado “inapto” quando chegasse a Fortaleza. Após desligamento do Serviço, alguns trabalhadores assinaram

³⁹⁰ SILVA, José Rodrigues da. Correspondência ao “sr. Chefe do Departamento de Assistência Social”. Fortaleza, 27 de abril de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx 4. Doc. 7.142

³⁹¹ Regulamento do SEMTA. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa 4 Doc. 25. Nº 32-22.

³⁹² RIBEIRO, Paulo Assis. Portaria n. 12 de 1 de maio de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx4 Doc. 7.147.

³⁹³ Ibidem.

³⁹⁴ Uma ordem de serviço de Paulo Assis Ribeiro determinou que Manoel José Ferreira enviasse até o dia 30 de junho de 1943 as informações relativas à regulamentação do “Serviço médico”, “propaganda”, “recrutamento” e “encaminhamento” que eram de sua responsabilidade no SEMTA. RIBEIRO, Paulo de Assis. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4, doc. 7.196.

³⁹⁵ A cláusula 9ª do Contrato de Encaminhamento previa que: “Se por qualquer motivo verificado durante a vigência do presente contrato de encaminhamento, ou por ocasião de sua apresentação no Estado do Pará, não convenha ou não seja possível o aproveitamento do trabalhador, o SEMTA se obriga a reconduzi-los nas mesmas condições fixadas – para encaminhamento e até o ponto de recrutamento, cessando então as obrigações assumidas para com o trabalhador e seus dependentes. Ficam ressalvados os casos de força maior e os motivados por atos praticados pelo trabalhador, quando serão aplicadas as medidas indicadas na legislação de trabalho ou naquela que se aplicar.”

um documento livrando o SEMTA de qualquer responsabilidade sobre si. Entretanto, houve casos em que o próprio inscrito declarava quitação da responsabilidade do SEMTA consigo por livre vontade de não mais seguir o percurso da viagem. Encontramos algumas cópias de declarações que foram assinadas com esse fim. Como por exemplo, a de 28 de junho de 1943 em nome dos recrutados João Lourenço da Silva, Glicério Andrade Costa e Alfredo Carlos: “o primeiro julgado incapaz fisicamente e os dois últimos por livre espontânea vontade”, declararam o desejo de retornar ao local de suas residências. Assim, declararam isenção do SEMTA de toda e qualquer responsabilidade, pois se encontravam “embolsados do saldo” que lhes cabia³⁹⁶. Algumas dessas cópias foram assinadas por terceiros, dado o alto índice de analfabetismo da população.

João Batista de Amorim saiu do Rio de Janeiro no dia 18 de janeiro de 1943, presumivelmente recrutado pelo *Albergue da Boa Vontade*³⁹⁷. Tendo se submetido a um novo exame médico em Fortaleza, não pôde prosseguir viagem em direção à Amazônia. Nessa avaliação, João Batista de Amorim foi considerado “inapto visto não apresentar no momento os requisitos de saúde exigidos pelo serviço de seleção médica e nem ser possível sua recuperação”, conforme declarou José Rodrigues da Silva, médico-assistente de Manoel José Ferreira, ao chefe do SEMTA ao informar-lhe a exclusão do trabalhador ³⁹⁸. Sem dispor de dinheiro para retornar ao local de origem, cobrava do SEMTA seu pagamento. Ele deu entrada a sua solicitação no dia seguinte em que se submeteu ao novo exame médico.

Segundo relata o Sr. João Batista Dantas de Amorim, saiu do Rio de Janeiro no dia 18 de janeiro, tendo feito um exame médico e foi julgado apto para o serviço. Chegando aqui e submetido novamente ao exame médico foi considerado inapto no dia 18 de fevereiro, conforme *memorandum* anexo.

³⁹⁶ Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa 4. Doc. 7.208

³⁹⁷ Na declaração de exclusão de João Batista Amorim assinada por dr. José Rodrigues da Silva - assistente do chefe do departamento de assistência médica, dr. Manoel José Ferreira - a informação é de ele foi “admitido pelo posto do Rio de Janeiro”. Não há nenhuma informação de grupos de trabalhadores embarcados do Rio de Janeiro, além daqueles que foram mobilizados pelo Albergue da Boa Vontade a pedido do SEMTA, especificamente de dr. Manoel José Ferreira. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4; doc. 7.11.

³⁹⁸ Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4 - Doc. 7.11. Documento foi transcrito na íntegra, sem título, sem autor, datada em 19 de fevereiro de 1943.

Por falta de recursos está sofrendo privações. Deseja receber o mês de vencimentos a que se acha com direito, a fim de resolver a situação³⁹⁹.

Uma das regras descritas no *Regulamento do SEMTA* havia sido divulgada anteriormente, em 8 de fevereiro de 1943, por meio de uma circular do departamento de assistência médica a seus colegas que iniciavam sua missão de recrutar homens saudáveis para os seringais. Tratava-se de um informativo contendo as “instruções para o preenchimento uniforme das fichas médicas”, que deveria ser realizada de maneira uniforme, “sobretudo no tocante à orientação biotipológica e antropológica”, enfatizava-se no texto⁴⁰⁰. Durante o exame de seleção, os médicos do SEMTA deveriam indagar ao trabalhador examinado uma série de itens pré-estabelecidos para preenchimento das “fichas médicas”⁴⁰¹.

Eram solicitadas informações como indicação de sua profissão anterior, nacionalidade dos pais e ascendentes, características e condições de sua habitação, histórico de doenças na infância e dados sobre sua “história atual”: “referências sobre o tempo durante o qual vem passando privações, sobretudo de ordem alimentar”⁴⁰². Também convinha assinalar, caso possuísse dependentes, se havia optado pela assistência às famílias oferecida pelo Serviço. Havia um campo destinado aos comentários do diagnóstico clínico e exames laboratoriais.

³⁹⁹ SILVA, José Rodrigues da. Correspondência a Paulo Assis Ribeiro. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx. 4 doc. 7.11. Convém salientar que o referido “memorandum”, que se acusa estar anexado no documento, não consta no arquivo.

⁴⁰⁰ SILVA, José Rodrigues da. Circular AM-201. Fortaleza, 8 de fevereiro de 1943. Arquivo Nacional. Cx. 4, doc. 5.1.

⁴⁰¹ Ibidem

⁴⁰² “Instruções para o preenchimento uniforme das fichas médicas”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 5, doc.57.

leucodermos (brancos); faiodermos (mestiços entre brancos e negros); melanodermos (negros) e xantodermos (mestiços entre brancos e índios). O termo “tipo constitucional”, presente na ficha médica, era reservado ao enquadramento desse trabalhador a um determinado biótipo fundamentado pela biotipologia, “usando-se a classificação da escola brasileira”: normolíneos; mixótipo; longilíneo estênico; longilíneo astênico; brevelíneo estênico e brevelíneo astênico; disgenopatas – esse último considerado o “biótipo mais afastado da curva serial da frequência em que os valores são mais distanciados dos valores centrais” e, portanto, o menos desejável⁴⁰³.

Os médicos de seleção receberam instruções regulamentando o procedimento do exame físico dos recrutados. O corpo desses homens passava a ser visto como uma soma de partes que eram classificadas de acordo com as características notadas, pois formariam elementos fundamentais para determinação do biótipo. Para cada uma das partes, apontavam-se aspectos para serem atentados acerca do: crânio, cabelo, olhos, nariz, face, pescoço, tronco, tórax, ângulo de “cahrpy” ou epigástrico, abdômen, membros, pele, pêlos, panículo adiposo, músculos e ligamentos, esqueleto e articulações. Contanto, não somente os aspectos físicos seriam observados.

Os elementos para se apurar o biotipo serão obtidos sobretudo a custa do exame somastoscopia, (face morfologia do biotipo) devendo-se no entanto levar em consideração também a face dinâmico humoral (temperamento) a face volutiva (caráter) e a face intelectual, tendo-se em conta a harmonia do sistema endócrino, S.N. [sistema nervoso] vegetativo etc. na composição de cada tipo⁴⁰⁴.

Não necessariamente, os médicos do SEMTA possuíam domínio da teoria da biotipologia. Para facilitar sua aplicação, além da divulgação da circular contendo um manual para classificação do biótipo do *soldado da borracha* nas fichas médicas, foram disponibilizados cartazes ilustrativos. Entre o material visual elaborado por Jean Pierre Chabloz para a campanha do SEMTA na *Batalha da Borracha* estão os desenhos dos “biótipos nordestinos” dispostos de frente e perfil, cada qual em cartazes e um “quadro sinótico” contendo todos os tipos nordestinos.

Para o artista, inclusive, seu trabalho no *Serviço* apenas se iniciou efetivamente, em 28 de janeiro de 1943, quando começou a realizar essa série de desenhos que serviriam de referência para a atividade de seleção dos médicos. Manoel José Ferreira havia partido para o Rio de Janeiro e incumbiu José Rodrigues da Silva para orientá-lo

⁴⁰³ “Instruções para Preenchimento Uniforme das Fichas Médicas”. Op. cit.

⁴⁰⁴ Ibidem.

na missão da confecção dos cartazes contendo biótipos, o que ocupou um considerável tempo de trabalho do artista suíço.⁴⁰⁵ Intercalando com a realização de outros materiais, Chabloz esteve até meados de abril de 1943 se dedicando a tal tarefa com frequência⁴⁰⁶. Em suas correspondências, o suíço costumava mencionar seu trabalho, referindo-se a ele com orgulho.

Uma bela série de desenhos médicos: biótipos do nordeste. Série de imagens de homens, (nus) de todo formato e de todos temperamentos. Esses desenhos (uns vinte tipos, desenhados de frente e de perfil, portanto 40 desenhos) vêm ajudar os médicos a classificar e escolher os homens para a Amazônia⁴⁰⁷.

Graças às anotações no diário de trabalho do artista, sabemos que José Rodrigues da Silva emprestou o livro *Biotipologia do Homem no Nordeste* para auxiliá-lo na confecção desses cartazes⁴⁰⁸. Além dessa referência, Chabloz também observou modelos vivos ao natural. O livro em questão, de fato, intitula-se *A Morfologia do Homem no Nordeste (Estudo Biotipológico)* lançado na “coleção documentos brasileiros”, organizada por Gilberto Freyre, e publicado pela editora José Olympio, em 1939. Os autores Álvaro Ferraz e Miguel Inácio de Andrade Lima Júnior eram médicos militares integrantes da Diretoria de Educação Física da Brigada Militar de Pernambuco. Segundo Ana Carolina Vimieiro Gomes, “esse livro apresenta um extenso estudo biotipológico com populações nordestinas, realizado por meio da avaliação de centenas de soldados do corpo de tropa da Brigada Militar de Pernambuco”⁴⁰⁹. Essa publicação se inseria numa gama, não muito ampla, de estudos que divulgavam suas pesquisas, ao longo dos anos de 1930, envolvendo o “levantamento de dados corporais para estabelecer cientificamente um tipo físico nacional”⁴¹⁰.

⁴⁰⁵ CHABLOZ, Jean Pierre. Enumération des Travaux exécutés pour le S.E.M.T.A. Dessins etc. en relation +- Directe avec ce service. S. Luiz –BELEM - TERESINA - FORTALEZA. dès le 2 janvier 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará. Universidade Federal do Ceará. fl. 26 e 27 (a contar).

⁴⁰⁶ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. *Rumo a Terra da Fartura Rumo a Terra da Fartura: Jean Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. – Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes – Universidade Estadual de Campinas, 2012.p.100.

⁴⁰⁷ Correspondência (ativa) de Jean Pierre Chabloz. Acervo Pessoal de Ana Maria Scherer Chabloz quem também a traduziu do francês.

⁴⁰⁸ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. cit. , p. 100.

⁴⁰⁹GOMES, Ana Carolina Vimieiro. A emergência da Biotipologia no Brasil: medir, classificar a morfologia, a fisiologia, o temperamento do brasileiro na década de 1930. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 3, p. 705-719, set.-dez. 2012, p. 716.

⁴¹⁰ GOMES, Ana Carolina Vimieiro. Op. Cit, p. 716.

A produção dos cartazes se deu entre janeiro e março de 1943, com orientação de José Rodrigues da Silva, autor do texto explicativo que acompanha o desenho dos biótipos nos cartazes. O material, que hoje integra o acervo de Chabloz, foi assinado e datado: nos dias 28-30 de janeiro de 1943 (normolíneo, breveíneo astênico, brevelíneo estênico, longelíneo estênico); dias 1 a 4 de fevereiro (mixótipo) e dia 18 de fevereiro (outro mixótipo); e por último, nos dias 25-26 de fevereiro (dois tipos de disgenopatas). A série dos cartazes elaborados por Chabloz com os desenhos de “biotipos nordestinos” com orientação de José Rodrigues da Silva foram finalizados em 7 de março de 1943, conforme demarcou Chabloz em seu diário de serviço. José Rodrigues já havia lhe encomendado a elaboração de um quadro sinótico contendo nove “biótipos nordestinos” de frente e perfil reduzidos em um painel único que deveria ser reproduzido em 20 cópias. Posteriormente, Chabloz e José Rodrigues decidiram pela supressão de um dos “biótipos nordestinos” do tipo mixótipo, considerado “um tipo aproximadamente central” (restando um mixótipo apenas, ao invés de dois), resultando no total de 8 “biótipos nordestinos”. O quadro sinótico foi reproduzido a partir de reduções fotográficas dos cartazes dos “biótipos nordestinos”, a partir daí Chabloz as recortou e decalcou em um papel vegetal, as anotações foram descritas em nanquim e então a composição foi enviada para ABA-Film realizar reproduções por processo heliográfico, por ser o mais barato⁴¹¹. O quadro sinótico, que provavelmente teve a finalidade de ser distribuído entre os médicos de seleção, expressa a relação de hierarquia entre os biótipos em que os disgenopatas – os indesejáveis – se encontravam nas extremidades e o normolíneo que era o mais almejado se encontrava em disposição central ⁴¹². O manual para auxiliar o médico a enquadrar o recrutado em uma categoria, o qual nos referimos acima, circulou entre os médicos no início de fevereiro.

⁴¹¹ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. cit. p. 105.

⁴¹² Ibidem

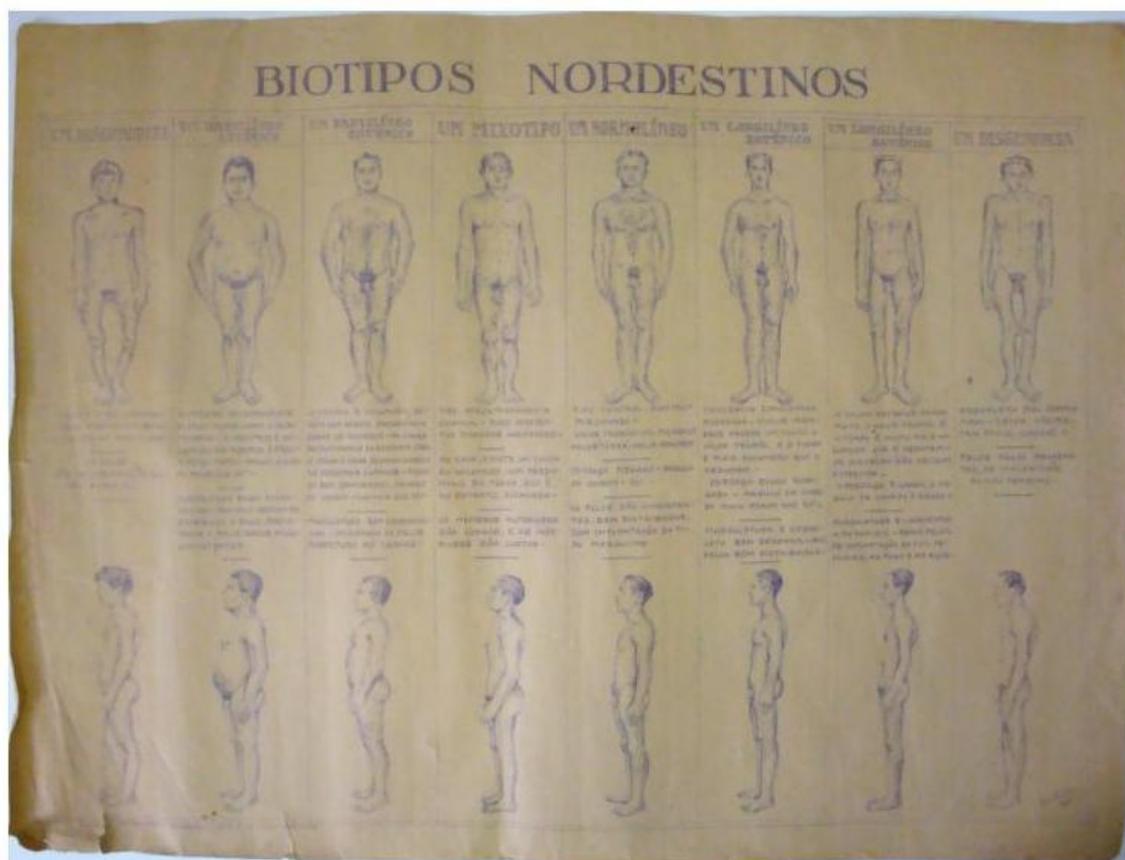


Fig.24. Quadro sinótico de biótipos nordestinos, abril de 1943. Cópia heliográfica – 55x cm – MAUC-Fortaleza – fotografia de MORAES, Ana Carolina de Albuquerque. Op. Cit. p. 105.

Chabloz com frequência mencionava sobre esse trabalho em suas correspondências pessoais a amigos e familiares, o que demonstra a importância que o artista lhe dispensava.

(...) Me pediram uma série de desenhos de biotipologia (classificação dos homens por tipos morfologico-médicaes (temperamentos) Desenhei uns vinte tipos de frente e perfil, nós, no dispensário medico e isto irá permitir, penso eu, no final do serviço a publicação de um bom livro sobre essa classificação biotipológica dos homens do Nordeste.⁴¹³

Apesar de todo o aparato científico que envolvia a seleção de *soldados da borracha* com bases nas categorias da biotipologia, não há indícios de sua aplicabilidade⁴¹⁴. Não seria exagerado cogitar a hipótese de que essas categorias teóricas pouco colaboraram com a prática dos médicos do SEMTA. Tais cartazes elaborados por Chabloz, assim como as “instruções para preenchimento das fichas

⁴¹³ Correspondência ativa de Jean Pierre Chabloz, sem data. Acervo Pessoal Ana Maria Sherer Chabloz.

⁴¹⁴ Avaliar a esfera da recepção dessas categorias ou como se deu o impacto das teorias da biotipologia entre os médicos do SEMTA torna-se tarefa difícil, pois não há indícios ou informações, ao menos até o momento, da conservação arquivística dessas fichas.

médicas” sugerem a tentativa de se evitar o recrutamento de biótipos “disgenopatas”, mas cremos que isso não passou de intenção: diante da demanda urgente de guerra e dos diversos fatores concorrentes ao recrutamento (dos quais o retorno das chuvas seria o oponente mais forte do SEMTA), os médicos selecionadores do SEMTA não se sentiriam incentivados a realizar uma seleção rigorosa.

Raul Garcia, médico do SEMTA, atuando em São Luís (MA), afirmou a potencialidade das fichas biotipológicas como instrumento para futuras pesquisas em “medicina social no nordeste”. Ele foi entrevistado por Samuel Wainer que publicou uma reportagem favorável ao SEMTA, buscando defender o Serviço frente às críticas que vinha recebendo⁴¹⁵. Vale a pena transcrevermos a parte da reportagem em que seu relato é apresentado, uma espécie de explicação à opinião pública sobre o desempenho dos médicos no programa de migração do SEMTA.

Como se sabe, começou ele, cabe-nos selecionar dentre os trabalhadores aqueles que melhores condições de saúde física apresentem para o serviço. O dr. Manoel Ferreira um dos mais conhecidos especialistas do Brasil assumiu a chefia do serviço e distribuiu a seleção por três categorias: 1) aceitável; 2) recuperável isto é, portador de de moléstia curável em prazo curto e, 3) inapto. Depois da seleção feita por nós as fichas são encaminhadas à revisão dos médicos do SESP. E, finalmente, em Belém, processa-se a revisão final. Pois bem em 10.000 homens por nós selecionados, somente 35 foram considerados inaptos. Creio que melhor testemunho do nosso critério de seleção não pode ser dado. E não se esqueça que muitos desses homens tiveram a sua saúde recuperada durante o percurso, pois não permitimos que abandonassem, o pouso enquanto não estivessem completamente sãos. Agora, veja uma das fichas biotipológicas de um dos trabalhadores recrutados. Está completa e oferece margem a úteis pesquisas de medicina social no Nordeste⁴¹⁶.

Ao sintetizar as atividades dos médicos do SEMTA, Raul Garcia seleciona aquilo que convinha ser ressaltado e tornado público. Seu relato associa a participação dos médicos do SEMTA como tendo contribuído com o esforço de guerra, encaminhando milhares de homens saudáveis para os seringais. Muitos desses homens receberam assistência médica e poucos homens foram recusados. Essa preocupação em dar conta de encaminhar o maior número de *soldados da borracha* para acelerar a produção dos seringais da Amazônia que forneceriam látex para o esforço de guerra dos Aliados também estava presente em José Lins de Souza, como vimos anteriormente. O que Raul Garcia omitiu em seu testemunho foi a dificuldade no recrutamento e a

⁴¹⁵ WAINER, Samuel. Uma pausa na Batalha da Borracha. *Revista Diretrizes*, Rio de Janeiro, 02.09.1943.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

necessidade de flexibilizar o regulamento do SEMTA. José Lins de Souza disse ter embarcado homens que necessitavam de atenção médica, mas que devido à dificuldade no processo de recrutamento preferiu aprová-los no exame com receio de que desistissem, caso fossem submetidos a tratamento médico.



Fig. 25. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film, Fortaleza, 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

3.5. A falta do procedimento: emergências, relação com o SESP e outros problemas

Diante do que apresentamos, não é possível considerar que o SEMTA como um todo e, sobretudo o serviço médico, dispusesse de pouca regulamentação. O programa de migração empreendido pelo SEMTA era baseado em regras que foram definidas em

pouco tempo dada a urgência de sua criação. Isso resultou num quadro em que muitas vezes as normas eram insuficientes ou impossíveis de ser cumpridas. A baixa estrutura do Serviço pode ser revelada por meio do relato de prestação de socorro aos trabalhadores vitimados por acidentes de caminhões do SEMTA na estrada.

Geralmente as turmas de migrantes eram acompanhadas somente por guardas sanitários⁴¹⁷. Entretanto, alguns médicos se dirigiram aos postos de seleção em cidades do interior do nordeste juntamente com as turmas de *soldados da borracha*, percorrendo o mesmo trajeto com os mesmos meios de transportes. Foi assim com Raul Garcia que embarcou junto com a turma que partiu do Rio de Janeiro, acompanhada pelo “cinematografista” Paulo Emílio. O médico do SEMTA Rafael Parcionick partiu no dia 2 de março de 1943 de Fortaleza acompanhando um comboio das turmas R-14 a R-23⁴¹⁸ até São Luís, capital do Maranhão, juntamente com um guarda de comboio e um guarda sanitário e quatro ajudantes. Todos esses funcionários foram vacinados contra varíola, certificados pelo diretor de Saúde Pública do Ceará⁴¹⁹. Em março de 1943, o serviço médico contava com 19 médicos, 23 guardas sanitários, além de atendentes (um homem entre três mulheres) e três enfermeiros.

A viagem em si já era uma aventura. A falta de segurança no litoral brasileiro em virtude dos torpedeamentos alemães foi substituída pela falta de segurança nas estradas pelas suas más condições de manutenção das pistas e dos meios de transporte, já que viajavam todos na carroceria do caminhão.

Era domingo, dia 25 de julho de 1943, e o dr. Elidio Ferrão se preparava para almoçar quando foi avisado que um caminhão do SEMTA transportando 35 homens havia capotado nas proximidades de São Francisco, Minas Gerais. Alguns dias antes, dia 21 de julho de 1943, esse mesmo médico, quando se dirigia para Sobral, se deparou com acidente de um caminhão do SEMTA capotado nas proximidades de Campo Maior, cidade a 83 quilômetros de Teresina, capital do Piauí.

Desses relatórios transparecem a precária estrutura do SEMTA para casos de emergência e sua relação com o SESP nas atividades médicas. Não havia nenhum

⁴¹⁷ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. Cit. p. 151.

⁴¹⁸ As turmas “R-14 a R-23” correspondiam a turmas que partiram do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1943, o artista suíço Jean Pierre Chabloz foi designado a confeccionar braçadeiras para os chefes de turmas utilizarem durante as viagens. Em seu diário o propagandista da campanha explica que a letra inicial indicava o local do qual o grupo havia partido: Rio de Janeiro, nesse caso. MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Op. Cit. p.107.

⁴¹⁹ SILVA, José Rodrigues da. “Relação do Pessoal que acompanhará as turmas R-14 a R-23” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 7.2.

recurso, o médico solicitou ao funcionário Távora com quem estava para que fosse a Campo Maior (Piauí) “buscar três carros de passageiros, a fim de transportar os feridos para Teresina”⁴²⁰. Enquanto aguardava Elidio Ferrão conseguiu com um colega que passou no local uma ampola de morfina e uma de onabaína que utilizou entre os mais feridos. Ao passar pelo município de Altos, o médico achou “conveniente parar em uma farmácia, onde aplicou soro glicosado hipertônico no indivíduo mais chocado”⁴²¹. Dali, os 11 homens feridos aguardaram mais 1 hora e meia até que chegaram ao “pronto socorro de Teresina, onde o dr. Romildo, médico do SESP, tomou conhecimento do fato”⁴²². Entre esses, havia um cabo de polícia local que fraturou as costelas que foi encaminhado para o “médico da polícia”. O restante ficou sob supervisão do dr. Ferrão. Dias depois, em 25 de julho às 12 horas e quinze minutos, esse médico foi surpreendido pela notícia de outro acidente de caminhão do SEMTA, capotado “nas proximidades de São Francisco”, município de Minas Gerais. Dr. Ferrão partiu em meia hora, com a companhia de um médico do SESP, “três enfermeiros com medicamentos de medicina e cirurgia, existentes na enfermaria”⁴²³, chegando ao local do acidente às 14 horas. Dos 35 passageiros, houve uma morte, 11 gravemente feridos que seguiram para Fortaleza de carona em caminhões que transportavam sacos de borracha e 20 com ferimentos leves que foram encaminhados para Sobral, Ceará. O médico seguiu com aqueles para Fortaleza e após 40 quilômetros no caminho, encontrou com seus colegas do SEMTA que, finalmente atenderam seu pedido e se dirigiam ao local do acidente para reforçar o socorro às vítimas: “dr. Candau, dr. Rodrigues, e dr. Vulpiano que vinham de Fortaleza com todo material necessário”⁴²⁴. Apenas às 23 horas e 30 minutos, muitas horas após o acidente, os 11 homens feridos se dirigiram para a casa de saúde São Pedro, na capital cearense⁴²⁵.

Além desses dois acidentes relatados na documentação administrativa do SEMTA, André Campos (2006) menciona outro acidente de caminhão no dia 7 de abril de 1943 com 35 trabalhadores, dos quais 4 ficaram gravemente feridos⁴²⁶.

⁴²⁰ FERRÃO, Elídio. “Relatório do Acidente de Campo-Maior em 21 de julho de 1943”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4, doc. 7.226.

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² Ibidem.

⁴²³ Ibidem

⁴²⁴ Ibidem

⁴²⁵ Ibidem

⁴²⁶ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Op. Cit. p. 151

É possível que tenham ocorrido outros acidentes, além desses dois relatados. Embora, publicamente Paulo de Assis Ribeiro tenha se referido a apenas um acidente, pelo menos dois acidentes foram relatados pelos médicos do SEMTA. É possível que na realidade esse número tenha sido ainda maior. Em 7 de abril de 1943 houve um acidente de caminhão em viagem para Teresina (PI), passando por Sobral (CE) e Tianguá (PI), com 35 trabalhadores, dos quais 4 ficaram gravemente feridos.

O que se verifica nos relatórios do médico Elídio Ferrão é a tamanha improvisação para lidar com emergências desse tipo. Para resgatar as vítimas, os médicos do SEMTA agiram em cooperação com médicos e enfermeiros do SESP até que os trabalhadores feridos fossem encaminhados a um hospital local.

O SEMTA e o SESP firmaram um acordo em 19 de janeiro de 1943 em nome do “objetivo comum de beneficiar as populações do Vale Amazônico, melhorando-lhe as condições econômicas”⁴²⁷. O texto do acordo adquiriu um caráter genérico e não foi suficiente para evitar que, na prática, houvesse uma superposição das atividades desempenhadas pelo SEMTA e pelo SESP no programa da borracha, prejudicando seu rendimento. Por esse acordo, era ao SEMTA que competia “a seleção e os cuidados médicos com os trabalhadores que serão transportados para o vale amazônico, de toda e qualquer parte do território nacional onde se é possível mobilizar recursos humanos”⁴²⁸. Contudo, vimos que uma junta médica entre SEMTA e SESP compartilhou a função de examinar os candidatos a *soldado da borracha* em Fortaleza. E o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) se ocupou intensivamente das enfermarias dos pousos do SEMTA.

O SEMTA se responsabilizou em construir e manter a estrutura do acampamento com base nas recomendações sanitárias indicadas pelo SESP. Entretanto, a proximidade entre as organizações, contribuía para o acirramento de conflitos, geralmente causados pela ausência de definições mais claras dos atributos de cada instituição. Na opinião dos médicos Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, era necessária a definição

⁴²⁷ “Acordo entre o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) através de seus respectivos representantes”. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) Fundo FSESP. BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/AMSUS0005.

⁴²⁸Essa resolução, por sua vez, se baseou no acordo firmado entre o SEMTA e a Rubber Reserve Company, em 22 de dezembro de 1942. “Acordo entre o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) através de seus respectivos representantes”. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) Fundo FSESP. Fundo FSESP. BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/AMSUS0005

de um regulamento entre SEMTA e SESP, já que o acordo tratado em 19 de janeiro de 1943 não esclarece quais seriam suas respectivas atribuições.

Nota-se que há absoluta necessidade de ser elaborado um Regulamento SEMTA-SESP que, dentro do espírito do referido acordo ou de qualquer outro que venha a ser estabelecido, especifique, tão detalhadamente, quanto possível, as normas a que deverão se submeter os diferentes setores das duas entidades ao exercerem atividades em comum. No tocante aos pousos, esse Regulamento deveria deixar, claramente especificadas as esferas de ação, as obrigações e os direitos do pessoal do SESP e do pessoal do SEMTA, com o fim de evitar malentendidos e supostas intromissões indevidas que geram atritos e ressentimentos pessoais, contribuindo tudo isso para entrar a boa marcha dos serviços.

Até o superintendente do SESP, Charles Wagley, compartilhava dessa sensação de confusa fluidez entre SESP e SEMTA. Em início de março, ele entrou em contato com Paulo de Assis Ribeiro pedindo para utilizar os serviços de Jean Pierre Chabloz. Da encomenda de Charles Wagley para o propagandista resultaram 3 cartazes para as atividades de educação sanitária que eram empreendidas pelo SESP. Um deles alertava: *É o mosquito que traz a malária, não é a Água, peçam Atebrina Grátis*; outro divulgava ações de higiene pela oposição entre certo e errado, entre doenças e feridas causadas pelo mau hábito e a solução por meio da utilização de artefatos: talheres, desinfetantes, remédios (“lombrigeueiro”) e sandálias (calçado popular chamado “alpercatas”); e o terceiro recomendava o asseio no corpo e na casa, “tomando banho todo dia”, “jogando os restos de comida no lixo”.



Fig.26. CHABLOZ, Jean Pierre. Fragmento de cartaz encomendado para campanha sanitária do SESP. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC



Fig. 27. CHABLOZ, Jean Pierre. Cartaz elaborado para o SESP, 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC

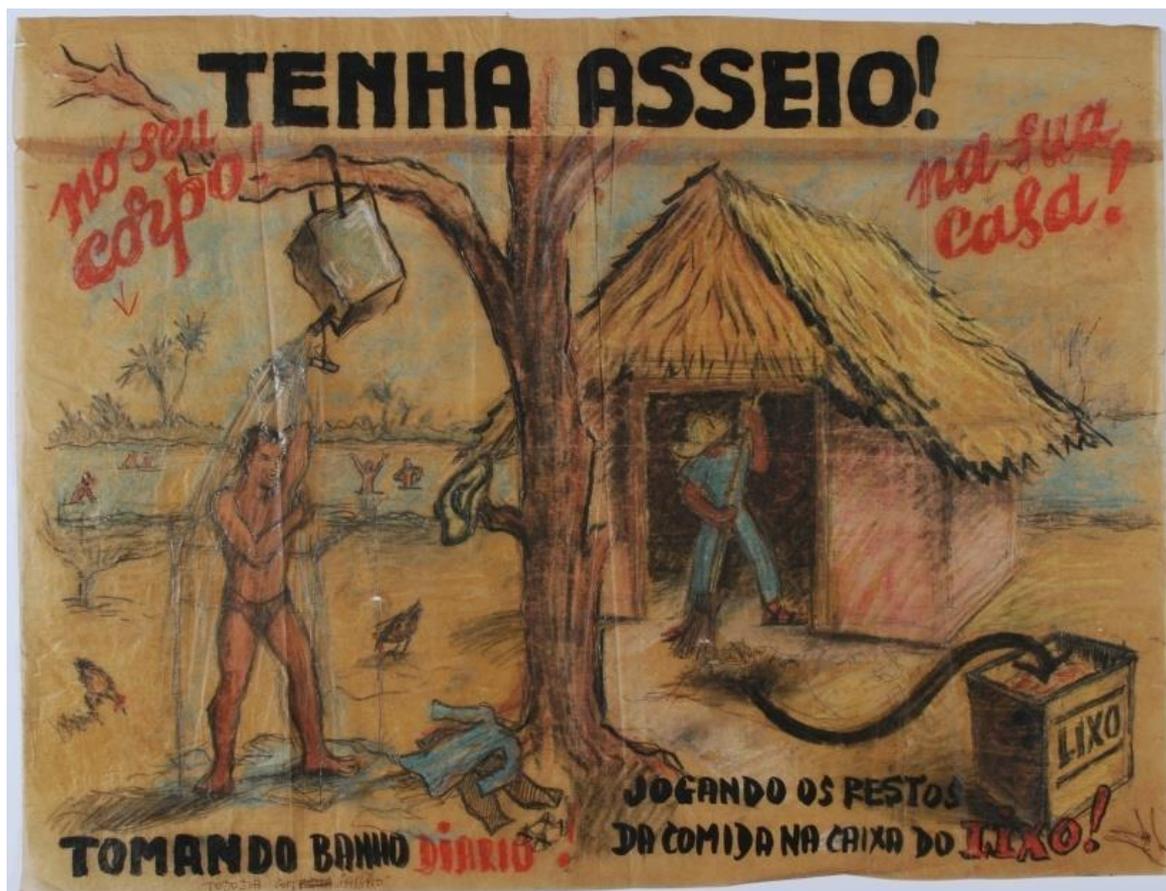


Fig. 28. CHABLOZ, Jean Pierre. Cartaz elaborado para o SESP, 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC

Até o mês de maio Chabloz não havia recebido por esse trabalho realizado ao SESP. Em 20 de maio de 1943 ele se correspondia com Charles Wagley, solicitando informações acerca da lista de materiais que ele havia entregado a Wagley para que lhe providenciasse tais itens de desenho e pintura em falta em Fortaleza e lhe mandasse diretamente do Rio de Janeiro. Chabloz mencionava uma carta anterior remetida, mas sem resposta. Muito provavelmente, Chabloz não recebera o material que lhe serviria como pagamento por Wagley considerar que Chabloz já havia sido pago pela administração do SEMTA.

3.6. O SEMTA arregimenta e protege os Soldados da Borracha!⁴²⁹: a assistência ao trabalhador do SEMTA

Aquela minoria de homens recrutados - que mesmo sob o contexto favorável a um processo de seleção mais flexível - foram recusados no exame médico não receberam qualquer forma de assistência médica do SEMTA para amenizar qual fosse o motivo deles serem considerados inaptos para o trabalho nos seringais. Somente aqueles admitidos pelo exame médico receberam atenção médica e nutricional dos profissionais de saúde do SEMTA. Eles foram encaminhados para receber vacinas contra tétano, febre amarela, tifo e varíola⁴³⁰. A imunização contra a febre amarela era realizada antes do embarque para São Luís⁴³¹. As atividades de assistência à saúde eram dispensadas aos nordestinos que apresentassem doenças de fácil e curto tratamento. O “Regulamento do SEMTA” definiu alguns aspectos que buscaram padronizar o atendimento médico oferecido pelo Serviço – apresentando-se como de caráter assistencial, pela distribuição de vacinação e tratamento a doenças, desde que de baixa complexidade.

A assistência médica se inicia nos pontos de concentração onde os trabalhadores devem ser submetidos às imunizações ativas, aconselhadas pela prática, bem como aos cuidados específicos destinados a atender aos desvios da saúde e condições mórbidas de fácil correção. (...)

Após o início da marcha o Serviço Médico atenderá aos trabalhadores nas intercorrências havidas no trajeto, sendo obrigatória a revista médica de todos os trabalhadores antes dos embarques a São Luiz.

Os casos de tratamento de ambulatório e de simples enfermagem serão atendidos nos próprios pousos. Os que demandarem formas assistenciais de prática não recomendável nas instalações do pouso, serão transferidas a organizações hospitalares, públicas ou particulares devidamente aparelhadas para tanto. (...)

Os serviços de assistência médica devem evitar que sejam encaminhados trabalhadores considerados “recuperáveis” sem que tenha sido comprovado na fase de imunização, que a recuperação é viável dentro de um prazo não superior a vinte dias⁴³².

Havia uma grande preocupação em evitar que doenças infectocontagiosas, “ainda não encontradas na Amazônia”, se disseminassem pela região, tanto que o exame

⁴²⁹ Mensagem de cartaz elaborado por Jean Pierre Chabloz para o desfile da parada dos “Soldados da Borracha” no centro de Fortaleza na manhã de 1 de julho de 1943.

⁴³⁰ “Assistência médica aos imigrantes do acampamento de Prado em Fortaleza, Ceará”. 1943-1944. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz; fundo Fundação SESP. BR.FIOCRUZ-OCFSESP/AMS00TMP/AM02.

⁴³¹ “Livro histórico do SEMTA” – Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 5; doc. 62.

⁴³² “Regulamento do SEMTA”, p. 10. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4, doc. 25.

médico era feito em São Luís, antes da chegada ao porto de Belém⁴³³. O exame médico realizava uma “triagem entre aqueles fisicamente capazes para o trabalho de extração de borracha e aqueles portadores de determinadas doenças ainda não encontradas na Amazônia tais como o tracoma e a esquitossomose, etc.”⁴³⁴. Também nesse sentido, era comum que se mencionasse a sífilis ou “lues”⁴³⁵, como também era denominada a doença. Outras doenças não infecciosas como “anemia verminótica” e a “hiponutrição” também foram destacadas enquanto enfermidades presentes entre os nordestinos e tratadas pelo SEMTA⁴³⁶. Caso essas doenças fossem diagnosticadas em estágio inicial, o trabalhador era encaminhado à enfermaria para receber tratamento adequado: “esse tratamento recuperador se impõem pelos interesses do SEMTA e pelas próprias exigências de assistência ao homem rural”⁴³⁷.

Apesar da pressão existente pelo aumento da mão de obra encaminhada pelo SEMTA, reconhecia-se a necessidade da oferta de assistência à saúde aos trabalhadores nordestinos antes de enfrentarem os desafios da floresta, retomando a bandeira dos antigos sanitaristas brasileiros.

Entre as vantagens prometidas ao trabalhador que fosse recrutado pelo SEMTA, estavam aquelas que seriam da alçada de funcionários do departamento de assistência médica do SEMTA: alimentação; tratamentos médicos; vacinação.

A sua alimentação, quer nos pousos é farta, nutriente, sadia. Não lhe faltam o exame médico, o tratamento conveniente, em caso de necessidade e a indispensável imunização contra certas doenças, como tifo, paratifo, etc., sem que lhe seja cobrada, por tais benefícios, qualquer importância⁴³⁸.

A assistência médica e nutricional aos migrantes foi um dos pilares legitimadores de criação do SEMTA que tratou, com apoio do SESP, de diversos migrantes em viagem até Belém.

(...) Os homens que se apresentam com anemia verminótica, lues ou hiponutrição recebem sistematicamente tratamento específico que é realizado

⁴³³ *Ibidem*

⁴³⁴ “Assistência médica aos imigrantes do acampamento de Prado em Fortaleza, Ceará”. 1943-1944. *Op.cit.*

⁴³⁵ “Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, doc. 64.

⁴³⁶ “Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade”. *Op.cit.*

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ Folheto “Rumo à Amazônia” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 5 doc. 40, p. 4.

nos pousos e no trajeto, pelos guardas sanitários de acordo com as prescrições médicas. (...)

Quando as condições de saúde não permitem o início imediato da marcha do trabalhador, mas em curto prazo é possível restituí-lo a um estado satisfatório de saúde, o SEMTA se ocupa desse tratamento mantendo-o até que seja colocado em condições de marcha. As doenças da pele, olhos e as outras condições acima referidas, são encontradas nas regiões rurais em proporções elevadas, que, esse tratamento recuperador se impõem pelos interesses do SEMTA e pelas próprias exigências de assistência ao homem rural”⁴³⁹.

Os dados transmitidos por um relatório do departamento médico do SEMTA, elaborado por José Rodrigues da Silva, indicam o movimento das atividades dos médicos de janeiro a maio de 1943. O próprio relator salientou que esses dados não seriam exatamente precisos, sendo apresentados sem uniformidade ou periodicidade por parte dos médicos do posto de seleção – assim, constatamos que não havia uma lógica ordenada na compilação desses dados.

Entretanto, podemos perceber a dimensão do resultado dos exames que foram realizados. Apesar do procedimento de seleção, os dados abaixo demonstram que o índice de recusas era bastante baixo, em torno de 15% do total dos exames. Havia uma tendência em tornar “apto” a maioria dos candidatos examinados. Em uma situação de recuperação da seca no nordeste, podíamos conceber que a taxa de homens recusados no exame de seleção fosse mais elevado do que aquela demonstrada em relatório por José Rodrigues. Não obstante, a taxa de recusa por incapacidade física, poderíamos cogitar que a taxa de homens que necessitassem de tratamento antes do embarque fosse maior devido a más condições de saúde da população pobre do nordeste. Entretanto, o que vemos é que a maioria foi aprovada – a vivência do médico José Lins, responsável pelo recrutamento na região de Senador Pompeu e adjacências parecia ser bastante comum entre seus colegas, pelo que observamos por meio desses números. Menos em razão de um quadro nosológico saudável nos locais de recrutamento, esses dados mais apontam para a flexibilidade da seleção por parte da maioria dos médicos do SEMTA. Talvez o mais rígido deles tenha sido o médico de Limoeiro, Alberto Tavares Torres⁴⁴⁰. Pode ser que ele estivesse mais próximo à realidade da saúde desses homens – em abril ele recusou 48,4% dos candidatos examinados, mas sua atitude foi exceção entre seus colegas médicos de seleção. Os dados, juntamente com o relato de José Lins de Souza,

⁴³⁹ “Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade”.

Op.cit.

⁴⁴⁰ SILVA, José Rodrigues. Relação de “médicos com funções nesse departamento e locais onde servem no momento” Fortaleza, 24 de março de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa 4. doc. 7.130.

indicam uma atenuação das regras de seleção de trabalhadores transmitidas pelo departamento de assistência médica. A maioria dos médicos do SEMTA fez “vista grossa” a possíveis doenças que os trabalhadores apresentaram. A situação de urgência por borracha no cenário de guerra alterou as lentes do olhar médico, pretensamente neutro, pois que científico, e manobrou as regras institucionais pela lógica de crescimento da produção.

As localidades que mais enviaram trabalhadores para a Amazônia foram o estado do Ceará e o estado do Rio Grande do Norte. Segue abaixo a quantificação apresentada do total de exames médicos realizada entre janeiro e abril de 1943.

Relação de Exames médicos: “Total de inspeções para Seleção”⁴⁴¹

Localidade	Meses correspondentes	Aptos e Recuperáveis	Recusados	Total
1.Fortaleza (CE)	Jan-mai. (5)	4.033	563	4.596
2.Sobral (CE)	Jan-mai. (5)	1.692	220	1.879
3.Rio Grande do Norte	Fev-mar. (4)	2.200	162	2.362
4.Iguatú (CE)	Fev- mai (4)	699	54	784
5.Parnaíba (PI)	Abr -mai (1)	511	139	897
6. União(PI)	Mar (1)	105	30	135
7.Campo Maior (PI)	-	4	-	4
8.Limoeiro (PE)	Mar a abr (2)	294	143	437
9.Senador Pompeu (CE)	Fev-mar (2)	271	16	287
10.Cascavel (CE)	Mai (1)	55	12	67
11. Juazeiro (BA)	Abr-Mai (2)	283	14	297
12. Crato (CE)	Fev. mar (2)	264	20	284
13. São Luiz (MA)	Abr-mai (2)	90	17	107
14. Terezina (PI)	Abr-mai (2)	283	55	340
15. Floriano (PI)	Mai (1)	18	3	21
16. Quixadá (CE)	Mai (1)	77	5	82
17. Rio de Janeiro ⁴⁴²	Jan-fev (2)	1.242(83.4%)	204(14.1%)	1.452
18. Acaraú (CE)	Mai (1)	50	-	50

Além da assistência médica, a alimentação também era encarada como fonte de melhoria da condição de saúde dos soldados da borracha e de seus familiares. De maneira

⁴⁴¹ SILVA, José Rodrigues da. Relatório ao chefe de Escritório do SEMTA. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 7.10.

⁴⁴² Os dados correspondentes ao Rio de Janeiro foram compilados da relação enviada pelo diretor do Albergue da Boa Vontade, Victor Tavares de Moura.

geral, a alimentação por si só era uma área que requeria um mínimo de planejamento, contrato com fornecedores, soluções para armazenamento da comida entre outros fatores necessários para alimentar os homens durante a longa viagem, nos meios de transporte ou nos diversos pousos. Durante a organização inicial do Serviço, em fins de dezembro de 1942, Paulo Assis Ribeiro e Manoel José Ferreira acordaram com a “Nestlé – Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares” o fornecimento de 30.000 kg leite em pó a ser entregue ao longo de 5 meses, sob a base de 30g consumos diários por cada homem⁴⁴³. Ao anunciar uma remessa de latas de sopa de feijão, José Rodrigues da Silva também transmitiu instruções aos médicos chefes de pouso, contendo a maneira de prepará-lo (por meio da solução: 1kg de pó diluído em 7 litros de água morna) e a solicitação de que fossem destinadas aos “trabalhadores em trânsito” ou ficassem armazenadas para casos de emergência⁴⁴⁴. Alimentos instantâneos eram adequados para a situação dos *soldados da borracha* em viagem, mas despertaram resistência ao consumo por parte de alguns deles ou de familiares nucleados, como no caso do leite “molico”.

A alimentação dos trabalhadores a partir de março de 1943 contou com “Tabelas de Alimentação” que foram elaboradas por José Rodrigues da Silva, prescrevendo aos chefes de pouso, o conteúdo para as refeições dos *soldados da borracha*⁴⁴⁵. A modificação entre os alimentos estabelecidos nas tabelas e as refeições deviam-se à “falta de determinados gêneros na localidade ou ao atraso na remessa de gêneros adquiridos fora”⁴⁴⁶ da região do pouso. Outros fatores que levavam às alterações nos cardápios foram a falta de verba suficiente para compra de determinados itens, ou por vezes para “atender a preferência da maioria dos trabalhadores, a fim de evitar reclamações”⁴⁴⁷.

A alimentação foi um setor que demandou a atenção dos médicos e nutricionistas. Nutricionistas foram contratadas em março de 1943 para realizar melhorias na organização dos menus e cuidados na preparação dos alimentos “nas

⁴⁴³ Correspondência do vice presidente da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (sucessora da *Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. Ltd.*) ao SEMTA. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1942. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Cx.4, doc.4.

⁴⁴⁴ SILVA, José Rodrigues da. “Exmo. Chefe de pouso”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 7.77.

⁴⁴⁵ GUIMARÃES, Fausto Pereira e ALMEIDA, Jayme Lins de. “Relatório Geral da Viagem Fortaleza-Sobral-Tianguá- Teresina – S. Luiz, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1943, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do departamento de mobilização”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa. 4 doc. 29.

⁴⁴⁶ GUIMARÃES, Fausto Pereira e ALMEIDA, Jayme Lins de. Op. cit.

⁴⁴⁷ Idem

cozinhas dos pousos e Núcleo de Fortaleza”⁴⁴⁸, o que iria se estender a todos os pousos das linhas. As duas nutricionistas Maria Novais Filha e Daura de Almeida Ribeiro do Vale eram diplomadas pelo Instituto de Higiene de São Paulo e foram contratadas pelo Coordenador de Mobilização Econômica⁴⁴⁹. Elas ingressaram no departamento médico do SEMTA em 22 de março de 1943 com o salário de Cr\$ 2.000,00, cada uma⁴⁵⁰. Delas, esperava-se que elaborassem cardápios e determinassem quantitativa, qualitativa e financeiramente os alimentos, de modo que observassem o valor calórico e a variação regional de acordo com a disponibilidade dos itens alimentícios⁴⁵¹. A perspectiva da nutrição era de que uma boa alimentação seria “fator básico de saúde”, “um meio de evitar doenças e poupar despesas com remédios”, uma “fonte de energia para o trabalho, bem estar e alegria e defesa contra as doenças”⁴⁵². Essas mensagens foram os pressupostos para uma “série de temas” a serem desenvolvidos por mensagens transmitidas aos trabalhadores em “palestras pelo microfone” e “em linguagem acessível”⁴⁵³. Cabe salientar que tal perspectiva de alimentação do trabalhador ganhava amplitude no governo do Estado Novo com a criação dos restaurantes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em setembro de 1943, o jornal *O Povo* anunciava que em breve iria ser iniciada a construção de um “restaurante modelo para os operários de Fortaleza” em um terreno de 1.000m² com capacidade para 500 pessoas.⁴⁵⁴

As visitas das nutricionistas nos pousos do SEMTA verificaram tamanha desorganização e descuido com a alimentação dos *soldados da borracha*. Apenas em 18 de julho de 1943, Maria Novais visitou o pouso de trabalhadores em Teresina, com

⁴⁴⁸Ibidem

⁴⁴⁹ “Duas nutricionistas de São Paulo para Fortaleza. Requisitadas para o SEMTA, pela Coordenação”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 8.04. 1943. Recortes de jornais. Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade do Ceará, Universidade Federal do Ceará.

⁴⁵⁰ “Relação dos funcionários do Departamento da Assistência médica em 31 de maio de 1943”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 7.178.

⁴⁵¹ Regimento Interno – da Nutricionista. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4, doc. 27

⁴⁵² FILHA, Maria Novais. “Alimentação do Trabalhador – mandamentos” in “Relatório do Serviço de Alimentação”. Fortaleza, junho e julho de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 31.

⁴⁵³ FILHA, Maria Novais. “Relatório do Serviço de Alimentação”. Fortaleza, junho e julho de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. caixa 4 doc. 31. p. 2. Apesar de mencionado, há dúvidas acerca da anexação dos temas palestrados no relatório. O que há em anexo é uma listagem: “Alimentação do trabalhador – Mandamentos” que além de uma consideração geral “sobre as vantagens da boa alimentação”, discorreu sobre 10 itens por tipo de alimentos.

⁴⁵⁴ *Jornal O Povo*. Fortaleza, 8.09. 1943.

cerca de 800 trabalhadores, juntamente com um médico do SEMTA não identificado. A nutricionista ressaltou a dedicação do médico responsável pelo pouso.

Surgiram a princípio inúmeras dificuldades para a modificação do plano alimentar do trabalhador. Em primeiro lugar vem a de se tratar de um período de reorganização do serviço em geral, tomando todo o tempo do médico encarregado da representação local que ainda trabalhando dia e noite em prestação de contas, precisava cuidar dos transportes diários para o Pouso e demais assuntos ligados a alimentação.

Ali o médico e a nutricionista constataram que havia seis meses que os trabalhadores não recebiam leite de manhã. Sendo assim, “tratou-se imediatamente de providenciar o café com leite, para a madrugada seguinte. A esse preparo de leite e distribuição, estiveram ambos (médico e nutricionista) presentes às 5,30 da manhã de segunda feira”⁴⁵⁵. Não bastasse esse fato, a alimentação do trabalhador nesse pouso era restrita a “arroz, feijão, carne de charque e farinha”⁴⁵⁶. A qualidade da comida servida era deplorável e frequentemente recusada pelos trabalhadores que se encontravam muito revoltados com a refeição “a ponto de fazerem uma greve no pouso”⁴⁵⁷. A nutricionista relata que além do feijão, que em função da baixa qualidade do grão não cozinhava de maneira alguma, o charque também era muito mal preparado, apenas escaldado, sem contar que a maior parte da carne de charque se encontrava mofada, quase apodrecida.

A fim de solucionar esses problemas foi providenciado o fornecimento de frutas, legumes e carne verde (denominação para carne fresca) com o mercado local, e de verduras com o “campo de cultura” da Divisão de Fomento Agrícola. No entanto, essa não seria uma tarefa fácil. Uma das dificuldades, inclusive, era a disponibilidade de apenas um caminhão para todas as atividades do pouso: diariamente o caminhão partia do pouso às 6:30 da manhã para “levar o café na garage a funcionários, e só então vem apanhar as compras feitas” – o que prejudicava o preparo do almoço⁴⁵⁸. Como não bastasse o único caminhão “vivia em conserto”, inviabilizando as atividades rotineiras do pouso.

A questão da higiene na cozinha também preocupou Maria Novais, sobretudo pela alta concentração de moscas. Para a nuvem de insetos não havia remédio porque segundo a nutricionista os encarregados do SESP afirmaram “que nada tem que ver com

⁴⁵⁵ FILHA, Maria Novais. “Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 32, p.1.

⁴⁵⁶ FILHA, Maria Novais. Op. cit. p.1

⁴⁵⁷ Ibidem

⁴⁵⁸ FILHA, Maria Novais. Op. cit. p.2

isso e, como o SEMTA não tem quem cuide lá estão, prejudicando enormemente a higiene”⁴⁵⁹. Ela reivindicou a construção de uma cozinha específica para doentes da enfermaria, pois tudo era preparado numa única cozinha na qual muitas vezes faltavam lenhas (tendo-se que utilizar paus de cerca, o que produz fumaça em demasia e impregnava a comida com fumaça) e cozinhava-se em latas, sequer panelas havia. A nutricionista tentou soluções improvisadas para garantir que a comida aos doentes fosse coberta e transportada em latas específicas, pois as refeições estavam sendo distribuídas em bacias, com tudo misturado “como se se tratasse de comidas para porcos”⁴⁶⁰.

Entre as informações para a publicidade do SEMTA afirmou-se que “com a prática inteiramente nova no sentido de tratamento em massa, os técnicos do SEMTA estão distribuindo um tratamento completo de vitaminas A, B e C de que são tão carentes as populações rurais⁴⁶¹. Na relação de medicamentos existentes em depósito listados para efeito de inventário em 30 de setembro de 1943, no momento da extinção do Serviço, foi encontrado “Redoxon” (vitamina C) e Benerva (vitamina B), ou seja, suplementos vitamínicos processados como medicamentos. A nutricionista Maria Novais Filha disse ter recebido a solicitação do “assistente do diretor”, para que houvesse um “veículo para o consumo das vitaminas B e C” pelos trabalhadores, resolvendo que essas seriam misturadas ao leiteiro (leite batido com manteiga) servido na merenda (refeição entre o almoço e jantar) dos trabalhadores ou diluídas em um prato de melado como sobremesa no almoço. A solução parecia muito assertiva, entretanto, a nutricionista informa que a sobremesa e a merenda estavam suspensas por razões de falta de material da cozinha, cuja solicitação que ela fizera ainda não fora atendida. “Portanto assim que se inicie a merenda será utilizada a vitamina” – previu Maria Novais – que aguardava o recebimento de tachos de cobre para confecção do melado, além do conserto dos fogões do pouso do Prado, em Fortaleza. O cancelamento do fornecimento das merendas foi relatado por Maria Novais como tendo ocorrido ao longo dos meses de junho e julho de 1943. Ela atribui a uma série de problemas – em que o “principal é a falta de fogão para o preparo, pois a partir do dia 2, o existente foi ao chão, e passaram os cozinheiros a preparar toda a comida ao relento, em valas abertas para esse fim”⁴⁶².

⁴⁵⁹ Ibidem

⁴⁶⁰ Ibidem

⁴⁶¹ “Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

⁴⁶² FILHA, Maria Novais. “Relatório do Serviço de Alimentação”. Op. cit, p. 1

Essa situação tomada por problemas tornava-se ainda mais grave, pois coincidiu do pouso do Prado receber 1.000 homens nesses dias, além do tempo chuvoso, “sempre na hora do preparo das refeições”, “fazendo com que as mesmas se retardassem e impedindo que se utilizassem camburões abertos”⁴⁶³. Outra razão dizia respeito ao pessoal que prestava serviço na cozinha: eram poucos e não eram efetivos.

São todos soldados da borracha, de passagem pelo serviço, não tendo o menor interesse em servir devidamente, pois sabem que de um dia para outro seguirão para o Amazonas e não mais terão que ver com a cozinha. Os novos, escolhidos no momento, não tem sequer um período de adaptação, de estágio; entram diretamente com a responsabilidade de preparar comida para 500 ou 1000 homens, acarretando desordem na cozinha, e conseqüentemente comida mal cozida, mal preparada, às vezes queimada (pois não conhecem o fogão) e além disso ameaçados de demissão à primeira falta. Acresce a isso que muitas vezes esse homem sobrecarregado de atribuições, ficando completamente desorientado, não sabendo qual dos cardápios atender primeiro, visto como há o da cozinha geral e o da enfermaria.⁴⁶⁴

Maria Novais, em seus relatórios, nos fornece a dimensão dos problemas que envolviam a alimentação do soldado da borracha, cuja complexidade ia além do cumprimento dos cardápios tão cuidadosa e racionalmente elaborados.

Poucos eram aqueles “soldados da borracha” que trabalhavam nas atividades diárias cotidianas do SEMTA. Os médicos Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida visitaram os pousos entre junho e julho de 1943, a pedido do chefe Manoel José Ferreira que gostaria de se informar acerca da situação desses pousos. Entre suas preocupações, estava a ociosidade que se encontravam os migrantes enquanto aguardavam o dia do embarque.

Há dois outros pontos que merecem uma atenção especial e que estão intimamente ligados ao tempo de permanência, por vezes muito demorada, dos trabalhadores nos pousos. Um deles é a ociosidade em que ficam, e, o outro é a falta de uma pequena remuneração, o que contribui para aguçar o engenho na descoberta dos meios que resolvam tal contingência. As conseqüências disso são conforme o indivíduo: venda de objetos do equipamento próprio, venda e roubo dos objetos dos companheiros, etc., enfim toda a sorte de artifícios para conseguir dinheiro.

A questão da ociosidade poderia ser resolvida com a manutenção de hortas nos pousos, etc, etc. e a monetária solucionada com o pagamento de um cruzeiro diário, a ser posteriormente descontado no ajuste de contas em Belém.

Também, conforme as possibilidades do momento, a administração local do SEMTA poderia comunicar aos interessados o número de trabalhadores

⁴⁶³ Idem, 1943. p. 4.

⁴⁶⁴ Ibidem.

existentes no pouso com determinadas aptidões, conseguindo assim ocupação temporária para algum deles, resolvendo em parte o problema da ociosidade e o problema da falta de dinheiro.⁴⁶⁵

No pouso do Prado - pelo menos sob as lentes do fotógrafo da ABA-Film - os soldados da borracha praticavam esporte. O Estado Novo valorizava a prática da educação física tanto que a instituiu constitucionalmente como obrigatória em todas as instituições de ensino. Nesse período “o caráter bélico e autoritário da educação física promovida pelos militares tornou-se muito acentuado”⁴⁶⁶, ressaltando ainda mais a ideia de que era fonte de disciplina e nacionalidade.

A matéria publicada em Fortaleza na revista *Cancha* de maio de 1943, periódico especializado em esportes, chamava atenção de seus leitores desde o título:

No pouso do SEMTA a quadra de esporte mais original do estado. Quando uma pilhéria da quinta-coluna leva a reportagem de ‘Cancha’ a um pitoresco ‘descobrimento’ – basquete, vôlei, futebol e ginástica – times que se formam e se acabam todas as semanas... Um aspecto da obra monumental confiada a Paulo de Assis Ribeiro⁴⁶⁷

Esse artigo parte da disseminação de boatos que estavam sendo propalados entre a população e que eram prejudiciais para o recrutamento do SEMTA. Sabemos que esse caso não foi isolado, pois no capítulo anterior mencionamos que o mesmo boato era disseminado em Acaraú (CE) pelo fiscal da prefeitura. Dizia a revista que “desertores” haviam espalhado que o governo brasileiro estaria treinando os sertanejos para lutarem contra os alemães na África, “pois os trabalhadores, envês (*sic*) de ir para a Amazônia, ficavam em Fortaleza, no Prado, fazendo ginástica militar, com um sargento do Exército... Praquê ‘trabaiador’ fazendo exercício?”⁴⁶⁸

A matéria se refere de forma pejorativa àqueles que se recusavam a entrar no SEMTA, chamados de desertores e uso de outra linguagem para marcar a fala do homem do interior. Mas para o trabalhador abrigado no pouso não faltaram elogios. A matéria afirma que no Pouso do Prado “estão somente os que já se submeteram ao exame de seleção física – rigoroso exame que é feito por médicos do SEMTA nas

⁴⁶⁵ GUIMARÃES, Fausto Pereira e ALMEIDA, Jayme Lins de. Op.cit

⁴⁶⁶ CASTRO, Celso. “*In Corpore Sano: Os militares e a introdução da educação física no Brasil*”. Revista Antropolítica. Niterói, n. 2, p. 61-78. 1º sem, 1997. p.14.

⁴⁶⁷ No pouso do SEMTA a quadra de esporte mais original do Estado. *Revista Cancha*. Fortaleza, Ano 3 nº 31. Fortaleza, maio de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx 4 Doc. 22.

⁴⁶⁸ Ibidem.

diferentes cidades do interior”⁴⁶⁹. Vimos que tal exame não fora tão rigoroso quanto a revista afirmava, no entanto, a reportagem fez questão de ressaltar que os corpos dos migrantes do “interior de todos os Estados do Nordeste” eram “fortes” e de “musculatura salientes”⁴⁷⁰. Eram 8 horas da manhã e se encontravam na quadra cerca de 400 homens que estavam fazendo “ginástica sueca, orientados pelo sargento Alfeu, do Exército”, quem esclareceu a razão da prática de exercícios:

Na realidade o que queremos com a ginástica e a prática dos desportos é divertir esses homens, que nada tendo a fazer aqui, ficariam um dia inteiro a ‘mofar’ em suas redes! Os jogos divertem, são um passatempo e, ao mesmo tempo, fazem bem à saúde. Aliás, conservar a saúde do trabalhador é um dos cuidados que mais chamam a atenção da direção do SEMTA. Para isso, não poderia ser esquecido o esporte. Sim, porque o esporte é de real importância para manter o equilíbrio das forças orgânicas do indivíduo, sobretudo para pessoas, como o soldado ou o trabalhador da Amazônia, que terão em muitas oportunidades de dominar a fadiga e o cansaço físico⁴⁷¹.

Por meio de entrevistas realizadas com *soldados da borracha* (ao longo dos meses de janeiro e 1996 e maio de 1997), Lucia Arrais Morales se opôs à ideia da disseminação dessas práticas de Educação Física, embora constasse também no “Regulamento do SEMTA”. A autora afirma que: “com todos os ‘soldados da borracha’ por mim entrevistados, quando eu lhes perguntava o que faziam nos alojamentos, suas respostas foram: ‘nada’, ‘ficava à toa’, ‘só comia, palestrava e dormia’⁴⁷².”

⁴⁶⁹ Ibidem

⁴⁷⁰ Ibidem

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² MORALES, Lucia Arrais. Op. Cit., p.177.



Fig.29. Exercícios Físicos no Pouso do Prado, Fortaleza, 1943. Fotografia ABA-Film. Acervo Jean Pierre Chablotz. MAUC-UFC.

Outro aspecto preocupante, pelo menos na opinião de Carlos José de Assis Ribeiro em um relatório confidencial sobre o que observou em visita a pousos do SEMTA ao longo de 11 dias com a finalidade de informar João Alberto Lins de Barros, era a concentração de centenas de homens diante da “questão sexual”. Para ele, essa “enorme dificuldade que se apresenta nessa marcha” constituía-se um impasse. Sua convicção, afirmou o burocrata, era de que a “contenção do instinto sexual” não causaria qualquer “perturbação nervosa ou psíquica” no indivíduo desde que se ocupe com atividades de trabalho e educação. Apesar do chefe do SEMTA ter “procurado evitar vícios e aberrações sexuais de maneira discreta” por meio da existência de capelas religiosas e quadras de esporte nos pousos, essas medidas não eram suficientes. Em sua visão, a presença de um eclesiástico em tempo integral no pouso, capaz de agir “em sacrifício como os jesuítas do século XV e XVI”, poderia ser uma solução cabível para minorar esse problema. Ainda assim, lamentou Carlos José de Assis Ribeiro que toda concentração de homens atraía “pederastas passivos” e que nesse caso, seria necessário recorrer a “hospitalização e tratamento” para que se alcançassem resultados satisfatórios.

O burocrata comenta não ser a favor que o SEMTA estimulasse a busca de prostitutas pelos trabalhadores – o que geraria outros problemas graves como a

disseminação de doenças venéreas como sífilis, além de minar todo “o trabalho do padre Helder Camara”⁴⁷³.

O povo nortista – religiosos 100% - é dirigido psicologicamente pelas autoridades eclesiásticas. Ora, bastava que um interessado em prejudicar a obra de encaminhamento agitasse a questão, para que surgisse uma grande oposição do clero quanto à saída de paroquianos para a Amazônia. Depois disso teríamos o caso do contágio sifilítico e venéreo⁴⁷⁴.

Embora não fosse médico, Carlos José de Assis Ribeiro refletiu, em seu relato, uma preocupação que vigorava no campo da saúde pública desse período. Em setembro de 1940, no prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) aconteceu a I Conferência Nacional de Defesa contra a Sífilis, que congregou cerca de 300 participantes de todo país, médicos, juristas, sociólogos e higienistas, representantes dos governos federal e estaduais⁴⁷⁵. A conferência apontou uma tendência para radicalidade em que a abstinência sexual era uma estratégia de profilaxia, e a responsabilização do doente por medidas legais coercitivas tinham mais ênfase do que a educação preventiva, que por sua vez, era de cunho moral⁴⁷⁶, em defesa da raça e da nacionalidade⁴⁷⁷.

3.7. Cuidando dos dependentes do Soldado da Borracha: o Núcleo de Assistência às famílias

*D. Regina fiquei muito satisfeito em saber que a minha prendada filhinha está gozando mais saúde e gordinha e menos pálida, graças a Jesus ahi tem a sr^a que serve de todos lenitivo para minha filhinha.*⁴⁷⁷

⁴⁷³ RIBEIRO, Carlos José de Assis. “Relato confidencial de observações feitas no norte junto ao SEMTA” ao Sr. dr. Arthur Hehl Neiva, diretor da secretaria da CME. Sem local, 08.04.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 9, p. 11-12

⁴⁷⁴ Ibidem

⁴⁷⁵ CARRARA, Sergio. Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p. 273-275.

⁴⁷⁶ CARRARA, Sergio. Op. cit. p. 283.

⁴⁷⁷ Nuca Cassundé para Regina Frota Chlaboz. Senador Pompeu, 13 de junho de 1943. Acervo pessoal Ana Maria Scherer Chabloz.

O *soldado da borracha* Nuca Cassundé, de Senador Pompeu em 13 de junho de 1943, enviou uma carta a sr^a Regina Chabloz, responsável pelo núcleo de famílias, agradecendo as boas notícias que ela lhe enviara sobre sua “prendada filhinha”. Em uma carta anterior, ele recomendava que fosse verificada sua filha Marlete, pois talvez estivesse grávida. Nessa mesma correspondência, conta que ao chegar a Senador Pompeu, conseguiu convencer outro genro dele acerca do conforto do Núcleo e das vantagens para as famílias. No entanto, Cassundé se explica: “D. Regina com relação ao meu genro, o que falei [*sic*] ele não pode ir agora motivo de estar doente de uma febre que aqui tem dado em diversas pessoas. Vamos aguardar o estado dele depois”. Nuca Cassundé não mediu os elogios a D. Regina: “confio inteiramente na sr^a pois és mãe e sofre da mesma separação de sua filhinha, não achas?” – ele declarou e comparou a ausência de sua presença em sua família como aquela que também separava d. Regina de sua filha pelas circunstâncias e necessidade de trabalho. As palavras de Cassundé – teriam sido escritas de seu próprio punho ou foram ditadas para uma terceira pessoa – foram dirigidas a Regina Chabloz, “com carinho e devoção”⁴⁷⁸.

O migrante Manuel Francisco da Silva chamou de feliz a data do dia 6 de julho de 1943, quando partiu do Pouso do Prado para Belém do Pará. Escreveu para D. Regina antes de embarcar, recomendando-lhe seus dois filhos⁴⁷⁹ e sua “mulher que vive doente e é bastante acanhada”.

Assim como Nuca Cassundé e Manuel Francisco da Silva, muitos soldados da borracha confiaram suas famílias à estrutura construída pelo SEMTA para recebê-las: o núcleo provisório de Porangabussú, em Fortaleza. O oferecimento de assistência às famílias era uma das atribuições do SEMTA inscritas na portaria de sua criação. O contrato de encaminhamento garantia “alojamento e assistência médica e sanitária alimentar e educacional para a família e dependentes diretos do trabalhador” àqueles que optassem “pela assistência feita pelo SEMTA”⁴⁸⁰. Também no folheto “Rumo à Amazônia” distribuído como material de propaganda, constavam essas informações

⁴⁷⁸ Correspondências para Regina Chabloz. Acervo pessoal Ana Maria Scherer Chabloz.

⁴⁷⁹ Acervo pessoal Ana Maria Scherer Chabloz. O Sr. Manuel Francisco da Silva provavelmente contou com a ajuda de uma terceira pessoa para escrever sua mensagem a d. Regina Chabloz. Ao recomendar seus dois filhos homens, ele pede para que Regina autorizasse sua saída do Núcleo: “(...) a senhora não privar a saída dele [*sic*] afim de procurar ganhar o vintém para as necessidades deles. Meu grande interesse é eles aprender a ler alguma coisa para não serem ignorante como sou.”

⁴⁸⁰ Contrato de Encaminhamento, cláusula segunda. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, doc. 7.13.

acerca do “amparo à família”, demonstrando que esse era um item que visava facilitar a adesão à proposta de recrutamento difundida pela propaganda do SEMTA.

E a família desse homem – a sua esposa, os seus filhos?... Também não foram esquecidos. As pessoas de família, que dependem do trabalhador alistado no SEMTA, ficarão, como o seu chefe, a salvo das necessidades, amparadas, financeiramente com a quantia de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) até Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros), cada uma, ou cabendo-lhes, alojamento alimentação, - e, em todos os casos, assistência médica; assistência médica; prática da religião católica, etc. À família do soldado da borracha não faltarão elementos de sua família protegidos contra o desabrigo, a doença e a fome⁴⁸¹.

O Núcleo de Porangabussú possuía um caráter provisório, mas não há evidências de da existência de outros locais, sob a jurisdição do SEMTA, que tenham abrigado as famílias. Evidencia-se, sim, que houve uma intenção de que se construíssem núcleos de produção organizados em “locais que ofereçam facilidade para plantação, criação e trabalhos domésticos” onde seriam organizadas cooperativas⁴⁸².

Cada núcleo seria composto por alojamentos coletivos, local de administração, cooperativa, pavilhão médico, escola, capela. Segundo o esboço do programa de assistência às famílias, os núcleos seriam regidos pela “técnica medico social” realizada dentro das normas modernas, “observadas e respeitadas as características somático-psicológicas dessa população”.

As doenças contagiosas seriam controladas pelo que denominaram “imunização ativa total” (varíola, alastrim, difteria, febres do grupo tifo-paratífico) ou por “isolamento, desinfecção concorrente, vigilância dos comunicantes”, método para as doenças que não possuíam “imunização ativa conhecida”⁴⁸³. As endemias mais comuns na região eram verminose, malária, leishmaniose, tracoma, boubá, entres outras. Elas eram tratadas “pelo sistema de dispensário e prevenidos pelos métodos usuais de profilaxia, a fim de impedir sua disseminação entre a população sadia do núcleo⁴⁸⁴.

O núcleo de Porangabussú era coordenado pela esposa de Chabloz, Ana Maria Chabloz e pelo médico responsável Julio Pinto Duarte. O núcleo convivia com a impossibilidade de obtenção de cloro para esterilização da água para consumo. Assim, Julio Pinto Duarte optou pela esterilização pelo iodo – na proporção de 3% da tintura –

⁴⁸¹ Folheto “Rumo à Amazônia” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5 doc. 40, p. 10.

⁴⁸² “Esboço de programa para a assistência à família dos trabalhadores mobilizados”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx 5, doc. 56.

⁴⁸³ “Esboço de programa para a assistência à família dos trabalhadores mobilizados”. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx 5, doc. 56.

⁴⁸⁴ “Esboço de programa para a assistência à família dos trabalhadores mobilizados”. Op.cit.

atentando para casos de intolerância ao iodo, até então inexistentes. Essa solução foi adotada após tentativas de fervura da água que se mostrou um método inconveniente – devido ao “gosto amargo da água pois, colocando-a quente nos barris novos faze-se como um chá da madeira, muito desagradável ao paladar”⁴⁸⁵, explicou o médico. Assim como os pousos dos trabalhadores em marcha, o núcleo das famílias também convivia com dificuldades para aquisição de água. Os dados que se seguem correspondem ao movimento dos atendimentos realizados no núcleo durante o mês de abril de 1943:

Núcleo Provisório de Porangabussú - Resumo do Hospital do mês de Abril⁴⁸⁶:

	Crianças	Adultos	Total
famílias nucleadas	-	-	16
Pessoas nucleadas examinadas	44	23	67
Pessoas matriculadas no Laboratório	60	7	67
Consultas	205	76	281
Injeções no ambulatório	62	319	381
Vacinas anti-variólicas	26	19	45
Vacinas anti-tíficas	52	25	77
Vermífugo	91	37	128
Curativos - olhos	1.329	237	1.566
Curativos - diversos	492	124	616
Nascimentos	1	-	1
Falecimentos	7	-	7

⁴⁸⁵ DUARTE, Julio Pinto. “Relatório Serviço Médico no Núcleo de Porangabussú”. Fortaleza, 30/04/1943 Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 20.

⁴⁸⁶ DUARTE, Julio Pinto. “Relatório Serviço Médico no Núcleo de Porangabussú”. Fortaleza, 30/04/1943 Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 4, Doc. 20.

Doenças Registradas e tratadas no Ambulatório	Doenças Registradas e tratadas na Enfermaria
Diarréia por distúrbio digestivo -12	Megacolon - 1
Entorse da artic. carpo-metacarpiana direita - 1	T.P. (?) [sic] - 1
Gripe - 5	Sarampo – 32
Insuficiência hepática - 1	Atrofia – 1
Furunculose - 1	Diarréia por distúrbio nutritivo -2
Aortite - 1	Varicela - 2
Metrite - 2	Doença glicogênica (?) [sic] - 1
Angina eritematosa - 1	Disenteria amebiana (?) - 1
Verminose -128	Pleuriz seco - 1
Asma - 1	Bronco-pneumonia -1
Hérnia umbilical - 1	Gripe pulmonar -1
Estomatite - 1	Orquite post-parotíde - 1
Vacina - 2	Diástese exsudativa - 2
Rinotraqueíte - 1	Bronquite aguda - 2
Amenorréia secundaria -1	Vacina - 1
Dismenorreia - 1	Entrite - 1
Sapinho - 1	
Parotidite - 1	
Sífilis congênita - 1	
Escabiose - 1	
Impetigo - 1	
Avitaminose B1 - 1	
Hipertireoidismo - 1	
Insuficiência cardíaca - 1	
Tinha tricofítica - 1	

Julio Pinto Duarte afirmou que da epidemia de sarampo não ocorreu “nenhum êxito letal”⁴⁸⁷. Embora o médico não tenha feito qualquer menção em seu relatório, podemos inferir que a elevada quantidade de curativos oculares tenha relação com elevada incidência do tracoma na região, conforme os documentos do SEMTA referenciaram⁴⁸⁸. Nesse sentido, também houve indicação de problemas como verminose (o documento do SEMTA citou a “anemia verminótica” como recorrente

⁴⁸⁷ DUARTE, Julio Pinto, Op. Cit.

⁴⁸⁸ “Esboço da estrutura de serviços no Amazonas para servir de base à informações e publicidade” Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, doc. 64.

entre nordestinos), igualmente verificado no Núcleo pela quantificação de 128 casos atendidos em um mês.

No núcleo de Porangabussú, as crianças possuíam um “refeitório infantil” onde, se oferecia uma “alimentação especial” (sopa de legumes, mingau de sagu, etc). Também era recomendado pelas nutricionistas que “gestantes, nutrizes e convalescentes” o frequentasse, o que vinha trazendo ótimos resultados, segundo a opinião das profissionais⁴⁸⁹.

Além de necessidade, de ciência aplicada, a alimentação foi, por vezes, uma arena de embates. No núcleo das famílias foi necessário que as nutricionistas lançassem uma “campanha em favor do molico, fazendo ressaltar suas qualidades nutritivas, qual sua origem, etc.”. Daura de Almeida e Maria Novais contam que as nucleadas “atribuíam suas moléstias todas ao uso do molico”. Resistências também se deram, por parte de alguns, contra o uso de rapadura como solução para adoçar o café e o leite “molico” quando houve escassez de açúcar. Elas consideram que a questão fora resolvida após “conselhos educativos”, “fazendo ressaltar as suas qualidades nutritivas, qual a sua origem, etc”⁴⁹⁰.

As nutricionistas fizeram modificações nos cardápios com fim de diminuir a quantidade do consumo de carboidratos, presente no arroz, no entanto para “satisfazer o gosto dos nucleados apreciadores desse alimento, foi necessário acrescentar na ração diária 40 gramas por pessoa”.⁴⁹¹ Assim como no pouso do Prado, as nutricionistas questionaram a falta de material para a cozinha (vasilhames, panelas especiais, garfo, faca e pratos). Reclamaram que os mingaus para os bebês estavam sendo preparados em caldeirões de ágata, mas que esses estavam soltando resquícios, “fragmentos de louça”, colocando “em risco a saúde das crianças”.

As nutricionistas estavam preocupadas com o ganho de peso corporal das crianças e mulheres nucleadas. O resultado de um mês de alimentação racional (14.04.1943 a 15.05.1943) foi positivo: entre adultos e crianças, 129 ganharam peso; 21 perderam e 9 estacionaram seu peso em relação ao mês anterior. Por fim, comentaram que a epidemia de sarampo no Núcleo chegou a atrapalhar o “aproveitamento satisfatório” das crianças em idade escolar, que compuseram a maioria das crianças atingidas.

⁴⁸⁹ VALE, Daura de Almeida e FILHA, Maria Novais. “Relatório do Serviço de Alimentação de Porangabussú”. Fortaleza, 17 de junho de 1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. caixa 4, doc. 27.

⁴⁹⁰ VALE, Daura de Almeida e FILHA, Maria Novais. *Op. Cit*, p. 6

⁴⁹¹ *Ibidem*

As divergências entre o que foi pensado para o programa do SEMTA e o que foi efetivamente realizado era também algo que ocorria nas atividades relacionadas aos médicos. Os problemas vivenciados pelos médicos do SEMTA, muitas vezes, ultrapassavam a esfera do campo biomédico. Recrutar, selecionar, controlar e cuidar de milhares de homens nordestinos em viagem até o porto de Belém – controle e cuidado estendido a seus familiares – exigiu muito mais dos médicos do que seu conhecimento de gabinete. Diante de uma população atingida pela seca, mas também pobre e doente por anos de descaso político, negligenciando-lhe assistência em saúde e educação, os médicos do SEMTA recrutaram os *soldados da borracha* para os seringais amazônicos. Nesse processo, duas lógicas se encontraram: a perspectiva da saúde pública primada por médicos sanitaristas – chefiados por Manuel José Ferreira, que sabiam da necessidade de tratamento às endemias rurais – e a perspectiva da lógica da produção da urgência pelo esforço de guerra.



Fig. 30. Regina Chablos e mulheres nucleadas no Núcleo Provisório de Porangabussú. Acervo Pessoal Ana Maria Scherer Chablos.



Fig. 31. Da Direita para esquerda: Paulo de Assis Ribeiro, João Alberto Lins de Barros e dr. Júlio Pinto Duarte no Núcleo Provisório de Porangabussú na ocasião da visita do Ministro em 21 de abril de 1943. Acervo Ana Maria Scherer Chabloz.

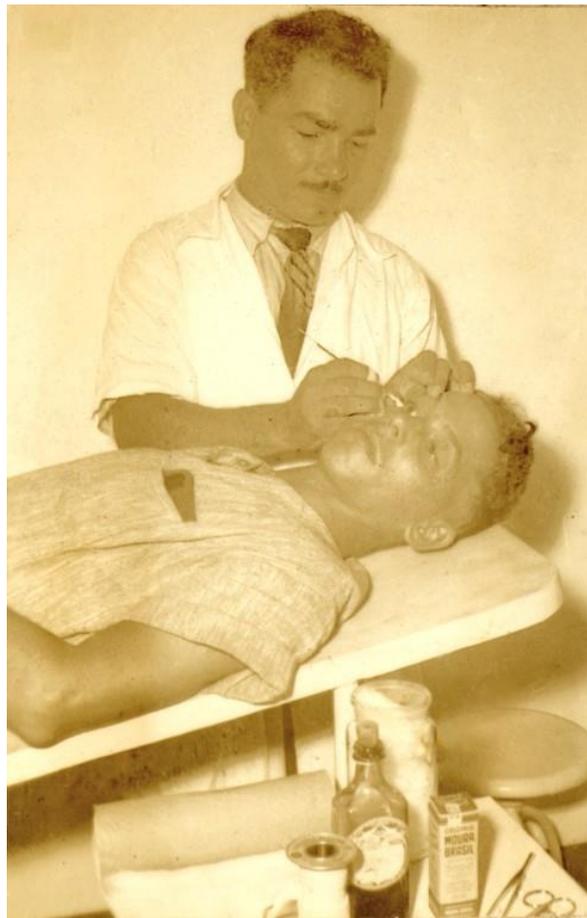


Fig. 31. Serviço Médico. Fotografia ABA-Film. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC-UFC.

Considerações Finais: *Senta-te e Espera, Miserável Trabalhador da Amazônia*

Não há consenso quanto à quantidade de homens que migraram para a Amazônia durante o contexto da *Batalha da Borracha*. Algumas publicações da imprensa da época divulgaram que mais de 50 mil “soldados da borracha” morreram ou perderam contato com familiares, número que André Campos considerou exagerado. Ele menciona que Edgar Carone (1976) apresentou o total de mais 22.092 migrantes enviados pela Amazônia seja pelo SEMTA, seja pelo DNI. Para Campos, esse número é maior que 29.554 migrantes⁴⁹². Já para o pesquisador norte-americano Seth Garfield, entre 1942-1945, um total de mais de 32 mil homens migraram do nordeste para Amazônia durante a chamada *Batalha da Borracha*⁴⁹³. O chefe do SEMTA, Paulo de Assis Ribeiro, afirmou que o SEMTA transportou 13 mil trabalhadores, entregues à SAVA em Belém⁴⁹⁴.

Embora não tenha atuado diretamente como médico do *Serviço Especial de Mobilização para a Amazônia* (SEMTA), o sanitarista Ernani Braga (1913-1984), em entrevista realizada em 1978, lembrou-se de que informalmente a instituição era chamada pela corruptela de “Senta-te e Espera, Miserável Trabalhador para a Amazônia”⁴⁹⁵. Ele se referia aos constantes atrasos nas viagens, levando com que *soldados da borracha* aguardassem meses nos pousos do SEMTA para prosseguir destino na Amazônia, mas de modo geral se referia ao fracasso da campanha do SEMTA. Segundo ele, os acordos foram mais vantajosos aos Estados Unidos devido à fixação do preço da borracha. Ao Brasil, esse foi justamente o problema, na sua opinião. Para o autor, haveria mais oportunidades para investimentos em saúde pública na região, caso o preço da borracha seguisse livremente pelas leis de mercado. O resultado do programa esteve muito aquém das expectativas e resumindo o resultado do programa, Braga foi sucinto: “os homens eram jogados no meio da floresta, sem

⁴⁹² CAMPOS, André Luiz Vieira. Op. cit., p.160.

⁴⁹³ GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: labor recruitment to the brazilian amazon during World War II. *Hispanic American Review*, v. 86, n. 2, p. 278-308, mai 2006.

⁴⁹⁴ Diário da Assembleia Constituinte, 24 de agosto de 1946.

⁴⁹⁵ MARQUES, Regina Celie Solimões (Org); FERREIRA, Luis Fernando; KLEIN, Lisabel; AROUCA, Sergio; IMBASSAY, Mabel. Uma história de vida na saúde pública: entrevista com Ernani Braga. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 135.

dominar a técnica da extração da borracha, e não houve praticamente nenhum aumento na produção”⁴⁹⁶.

Na entrevista realizada com Isnard Teixeira, que foi médico do SEMTA, e integra a série de fontes orais do arquivo da *Casa de Oswaldo Cruz*, não houve qualquer menção quanto a sua participação enquanto médico laboratorista no Serviço. Também nas notas biográficas do renomado sanitarista Marcolino Candau, não encontramos referência sobre sua atuação no SEMTA. A omissão à participação na campanha da borracha deve-se talvez ao fato de que o SEMTA teve duração muito curta, mas a má repercussão da *Batalha da Borracha*, inclusive na imprensa internacional, pode ter influenciado na escolha por esse silêncio na construção dessa memória. A proximidade do fim da guerra e o aprimoramento da indústria da borracha sintética nos Estados Unidos, associados à crise interna do governo Vargas, levaram à extinção do programa e à negligência aos trabalhadores e familiares.

Com a democratização, a imprensa nacional e internacional noticiaram o drama dos *soldados da borracha* que não receberam nenhum cumprimento dos acordos firmados entre governo e os migrantes, vivendo a cruel realidade dos seringais como seus compatriotas que haviam migrado para a Amazônia no século XIX. O recrutamento de trabalhadores para a *Batalha da Borracha* resultou numa incontável quantidade de mortes ou perdas de laços familiares,⁴⁹⁷ uma vez que ainda permanecia o sistema dos “barracões” com a exploração do trabalho por meio de dívidas contraídas pelo sistema de troca de mercadorias, a preços extraordinariamente altos.

Como parte dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, instaurou-se a Comissão de Inquérito da Borracha cujo requerimento fora aprovado em 18 de julho de 1946 e a primeira reunião se deu no dia 31 de julho de 1946. Nela, foram ouvidas autoridades envolvidas na campanha, entre os quais estavam Péricles Carvalho, Dória de Vasconcellos, Valentim Bouças e João Alberto, ministro da Coordenação de Mobilização Econômica (CME) e também chefe da Comissão de Controle dos Acordos de Washington (CCAW). João Alberto assumiu a responsabilidade pelo fracasso, sem que isso lhe causasse prejuízos futuros⁴⁹⁸. Em depoimento à Comissão, Paulo de Assis Ribeiro, em 13 de agosto de 1946, foi categórico em explicar que a responsabilidade do

⁴⁹⁶ Ibidem.

⁴⁹⁷ CAMPOS, André Luiz Vieira. Op. Cit. p. 160.

⁴⁹⁸ Ibidem.

SEMTA se circunscrevia até Belém e reconheceu o problema da ausência de coordenação no programa⁴⁹⁹. Quanto à perda de contatos familiares, disse que o SEMTA dispunha de uma secretária para manter as correspondências entre trabalhadores e suas esposas, no entanto não havia como entregar as cartas para os trabalhadores que já não estivessem abrigados nos pousos.

A ausência de definições claras acerca das atribuições e responsabilidade do SEMTA em relação a outras instituições envolvidas na *Batalha da Borracha* é considerada um dos maiores motivos para a extinção do serviço, exatamente após um ano de sua criação. Com a portaria n. 164 de 30 de novembro de 1943, João Alberto Lins de Barros extingue o SEMTA. Suas atividades são absorvidas pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA)⁵⁰⁰ buscando unificar os serviços da marcha para a Amazônia. Essa decisão foi inspirada por conta da proximidade do fim da guerra e pelo não cumprimento das metas estabelecidas. Entretanto, Paulo de Assis Ribeiro indicou que essa ideia de unificação foi gestada meses antes, desde abril de 1943, durante a *Conferência da Amazônia*. O evento visava discutir aspectos operacionais da *Batalha da Borracha*, realizado em abril de 1943 em Belém do Pará, sob a direção do ministro João Alberto reunindo autoridades brasileiras e representantes de interesses norte-americanos. Segundo o chefe do SEMTA, tal opinião foi inspirada no fato de que esse mês foi marcado pela ordem de redução, em seguida suspensão da “remessa de trabalhadores”⁵⁰¹. Nas palavras de Paulo de Assis Ribeiro:

Quando em abril, na Conferência da Amazônia, foi instada a Coordenação a reduzir e logo depois a sustar a remessa de trabalhadores, verificamos, todos que dela participamos a necessidade imperiosa, - desde o início reclamada pela Coordenação, - do estabelecimento de uma unidade de direção para os problemas amazônicos envolvidos na Batalha da Borracha. A criação da CAETA seria agora um passo dado para essa unificação, e logo, V. Excia., coerente com o que sempre pleiteamos, resolveu dar por finda a missão do SEMTA, deixando assim àquele órgão maior flexibilidade de estruturação dos serviços que lhe foram atribuídos⁵⁰²

⁴⁹⁹ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro para a Comissão de Inquérito da Borracha, 13 de agosto de 1946. Diário da Assembleia, 24 de agosto de 1946. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

⁵⁰⁰ A Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) foi criada pelo decreto-lei 5.813 de 14 de setembro de 1943.

⁵⁰¹ RIBEIRO, Paulo de Assis. Carta a Exmo. Sr. Ministro João Alberto. Fortaleza, 25.11.1943. Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx. 5, Doc. 64.

⁵⁰² Ibidem.

Durante a *Conferência*, João Alberto solicitou esclarecimentos acerca da remuneração ao seringueiro. Segundo ele esse problema do sistema de trocas de mercadorias era um problema delicado, pois afetaria a mentalidade americana, a qual não poderia ser separada do financiamento da RDC – mentalidade essa que ele disse ter sentido pela “repugnância pelo pagamento ao seringueiro em espécie [mercadoria], fazendo-se a troca [de borracha] e fechando-se as contas no fim de um certo período” quando esteve no *Departamento de Estado* dos Estados Unidos⁵⁰³.

Em setembro de 1943, o jornalista Samuel Wainer (1910-1980) publicou uma reportagem especial de sua autoria na revista *Diretrizes*, “Uma pausa para a Batalha da Borracha”, resultado de sua viagem do Rio de Janeiro para a Amazônia, passando por acampamentos nos quais entrevistou funcionários do SEMTA e *soldados da borracha*.

A proposta da reportagem era oferecer um balanço das atividades da campanha da borracha, sobretudo tendendo amenizar as críticas na opinião pública que recaíam sobre o SEMTA e, por conseguinte a João Alberto, enquanto responsável pela diminuição da produção gomífera. Essa fora a declaração do poderoso jornalista Assis Chateaubriand em conferência na residência de madame Rachel Simonsen, em 18 de agosto daquele ano. Wainer partiu em defesa do SEMTA, discordando do “julgamento apriorístico do sr. Chateaubriand”. Com ironia, o repórter considerou que tudo, afinal, não passaria de uma questão de perspectiva de observação.

Enfim, ele teve a fortuna de sobrevoar mais de 3 mil quilômetros a bordo de um poderoso “Catalina” e o panorama que a sua frente se abriu há de ter sido muito mais vasto que o apreciado por mim. Coube-me a desventura de voar um pouco menos, mas em compensação, sobrou-me tempo para conversar, discutir, ver de perto o que do alto do avião só se vislumbra ao longe⁵⁰⁴.

Assim buscava Samuel Wainer menosprezar a declaração de seu oponente Chateaubriand. Acrescentou ainda que sua visão sobre a Amazônia como “paradisiaca e de voluptuosidade”, exclamada em êxtase, seria uma espécie de “enfeitiçamento do ambiente” de elite no qual se encontrava. Visão essa impossível de ser compartilhada sequer pelo mais otimista agente recrutador do SEMTA.

⁵⁰³ Relato de João Alberto Lins de Barros em Ata de Reunião da Conferência da Amazônia *apud* MACIEL, Dulce Portilho. Conferência da Amazônia para a Batalha da Borracha”. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. p. 7.

⁵⁰⁴ WAINER, Samuel. Uma pausa na Batalha da Borracha. Revista *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 02.09.1943, p. 16.

Wainer elencou três pontos de opinião sobre a organização que circulavam “pelos salões plutocráticos, pelos seringais infundáveis, pelas repartições responsáveis e já pelas colunas indiscretas de alguns jornais e revistas dos Estados Unidos”. Diziam que o SEMTA havia falhado em seu esforço de mobilização de trabalhadores, uma vez que seu compromisso de recrutar 50.000 homens estava muito longe de ser alcançado, já que só havia mobilizado 10.000 homens até aquele momento; mencionavam também a baixa produção de borracha do ano de 1943 que variava em torno da metade da expectativa inicial (talvez não chegasse a 30.000 toneladas); por fim que os órgãos criados em consequência dos *Acordos de Washington* (SEMTA, SAVA, SESP, RDC) “não estavam perfeitamente articulados entre si, e dessa articulação tinham nascido muitos erros prejudiciais à marcha normal da Batalha da Borracha”⁵⁰⁵.

Quais as causas desse indiscutível fracasso? Valerá a pena mencioná-las afim de evitar-se sua repetição no futuro? Sim, responderam-me quase todos os chefes dos núcleos distribuídos pelo SEMTA por todo o Nordeste, sim, porque nós não fomos os principais culpados, sim, porque a Batalha da Borracha deve prosseguir ainda mais intensamente.

A vivência e apropriação do vocabulário em contexto de guerra mundial, associada às atividades do Serviço persistem ao longo de seu texto, em tom um tanto inflamado. Os *soldados da borracha* foram denominados de “generais” e “exército de combatentes” no “*front econômico da Amazônia*”.

Ora, a falta de manteiga pode causar-nos alguns aborrecimentos no café da manhã, mas a falta de algumas gramas de borracha pode causar a perda da vida de um homem que está oferecendo o seu sangue pelo nosso direito às liberdades populares.

A apuração de Wainer conta que houve uma reunião entre os diretores da RRC e da SAVA, com a presença do coordenador João Alberto e Paulo Assis Ribeiro por meio da qual fora solicitado que a remessa mensal de homens recrutados pelo SEMTA não ultrapassasse 4.000 e que o total não fosse maior do que a quantia de 30.000 homens. Os norte-americanos alegaram que os seringais amazônicos não estariam em condições de absorver 50.000 novos trabalhadores conforme acordado entre a RRC e o SEMTA.

A falta de “um órgão superior para coordenar todos os serviços” foi considerada a falta mais grave do programa. A entrevista, feita em meados de agosto de 1943, a um

⁵⁰⁵Idem, 1943. p. 11.

alto funcionário do SEMTA, não identificado, revela a dimensão da gravidade das consequências de tal ausência:

Até o presente momento trouxemos 8.000 homens até Belém. Dentro de 15 dias deverão chegar mais 2.000. Ora, desses 10.000 homens, apenas 1.000 chegaram aos seringais. Os outros acham-se distribuídos, 3.500 a 4.000 no acampamento de Manaus; 1.500 a 2.000 no de Belém, ambos já sob o controle do SAVA, pouco mais de 700 foram aproveitados em serviços urbanos e os restantes acham-se distribuídos pelos diversos municípios⁵⁰⁶.

Segundo Wainer, ele próprio confirmou esses dados em Belém por meio de “uma estatística oficial americana” de modo a confrontar a declaração que Valentim Bouças dera ao jornal *A Manhã* de que já havia mais de 20.000 homens transportados e alocados na Amazônia. O chefe do pouso de São Luís acrescenta que em 1º de fevereiro de 1943, o SEMTA já havia mobilizado mais de 3.000 homens. Entretanto, tiveram que esperar até abril para enviá-los a Belém, pois até então o SAVA ainda não havia organizado ali os seus serviços. Além desses problemas, havia denúncias de atrasos de embarcações atracadas no porto de São Luís com centenas de homens a bordo, aguardando autorização para seguir até Belém, por mais de um mês.

Hoje há poucos *soldados da borracha* ainda vivos. Eles lutam na justiça pela equiparação de suas condições de pensionistas – somente reconhecida pela Constituição de 1988 que estabeleceu um direito de pensão em dois salários mínimos – às dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviada aos campos de batalha na Itália em agosto de 1944. Embora os *soldados da borracha* não tenham efetivamente relações com o Exército Brasileiro, toda a propaganda e mobilização foram pautadas no esforço de guerra. A luta prossegue na mobilização pela votação da Proposta de Emenda Constitucional n.556 de 2002 que defende a equiparação dos *soldados da borracha* aos *pracinhas*. Em sessão solene na *Praça dos Três Poderes* no Distrito Federal, em 4 de setembro de 2012, os *soldados da borracha* foram homenageados pela presidência da República e pelo governador de Brasília. Com a presença de aproximadamente 20 *ex-soldados da borracha*, a categoria “soldados da borracha e seringueiros” foi inscrita no livro de aço como “heróis da pátria”, no qual também se encontram figuras históricas como Zumbi dos Palmares e Tiradentes.

⁵⁰⁶ WAINER, Samuel. Uma pausa na Batalha da Borracha. Revista *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 02.09.1943, p. 25

A figura simbólica do *soldado da borracha* desde o início é tomada pelo lugar de herói, no entanto negligenciado pelo mesmo governo que o inflamou. A *Comissão de Inquérito da Borracha* nada trouxe aos seringueiros. Seth Grafield afirma que no discurso oficial o *soldado da borracha* representava um “proeminente símbolo nacional” – “um modelo de resolutividade e limitação, um defensor de valores patriarcais e patrióticos, um produto da mistura racial”⁵⁰⁷. A tentativa governamental de que o soldado da borracha se tornasse um “tipo popular” brasileiro faliu juntamente com a *Batalha da Borracha*.

Neste trabalho, vimos como a propaganda empreendida pelo SEMTA exaltou o *soldado da borracha* como um trabalhador fundamental para o esforço de guerra. As vantagens de se seguir para a Amazônia pelo SEMTA passavam pela assistência médica ofertada aos migrantes, assim como a assistência religiosa ou o fornecimento de equipamentos. A atuação dos médicos, que se tornaram parte da propaganda do SEMTA, foi bastante ampla, agregando as principais atividades do *Serviço*. Os médicos do SEMTA foram um dos principais responsáveis por recrutar, selecionar e prestar assistência em saúde aos soldados da borracha e a seus familiares.

A participação desses profissionais em suas principais atividades na *Batalha da Borracha* foi permeada pelas limitações do programa que foi implementado em um curto espaço de tempo, mas que lidou com problemas de longo prazo no país. Mesmo havendo regulamentação para unificar as atividades dos médicos, muitas vezes as regras se mostraram insuficientes ou mesmo impraticáveis. Vimos que os médicos do SEMTA foram bastante flexíveis no processo de seleção dos fisicamente capazes para *Batalha da Borracha*, pois estavam diante de uma população majoritariamente pobre, doente e abandonada pelo poder público. Assim, esses profissionais atuaram no ínterim entre a dimensão simbólica construída acerca da identidade do *soldado da borracha*, divulgada pelo discurso oficial, e a realidade efetivamente encontrada, sobretudo, na região nordeste, alvo das campanhas de mobilização. Podemos considerar os médicos do SEMTA como profissionais que merecem especial atenção por terem participado do processo de construção da identidade nacional empreendida pelo governo Vargas e por terem lidado com demandas norte-americanas, do governo federal e dos governos locais. Suas atribuições exigiram articulações de interesses compartilhados por meio da circulação de ideias, atores e instituições.

⁵⁰⁷ GARFIELD, Seth. Op. cit. p. 295.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. “O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)”. *História das Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 257-277, dez. 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960 – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARRARA, Sergio. Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

CASTRO, Celso. “*In Corpore Sano*: Os militares e a introdução da educação física no Brasil”. *Revista Antropológica*. Niterói, n. 2, p. 61-78. 1º sem, 1997.

CONDURU, Roberto. *Vital Brazil*. São Paulo: Cosac-Naify Edições, 2000.

CYTRYNOWICZ, Rodney. *Guerra sem guerra– A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2002.

D’Araújo, Maria Celina. “A Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, jun. 1992 ano 7, n.19.

_____. *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal/ Organizadora* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 334. (Acesso on line em maio 2012) http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/72.pdf

DAOU, Ana Maria. “Tipos e Aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia do Percy Lau”. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Renato Lobo (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

FERRER, Jorge Luiz Pereira. A Problemática das Relações Internacionais e seu Impacto na Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943) Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro, PPGHC/UFRJ, 2007.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. “O que há de novo no Estado Novo. Políticas de Saúde Pública e Previdência, 1937-45”. PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HOCHMAN, Gilberto. “Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil (1930-1945)” *DYNAMIS*. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus. 2005, 25, 199-226.

GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: Labor Recruitment the Brazilian Amazon during World War II. *Hispanic American Historical Review*, v. 86, n.2, p. 278-308, May, 2006.

GARFIELD, Seth. “A Amazônia no imaginário norte americano em tempo de guerra” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 – 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. “A emergência da Biotipologia no Brasil: medir, classificar a morfologia, a fisiologia, o temperamento do brasileiro na década de 1930”. In *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 3, p. 705-719, set.-dez. 2012.

GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedr Eymar Barbosa (orgs). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUCNUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

GUILLEN, Isabel Cristina. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Tese de doutorado em História. IFCH-UNICAMP, 1999.

_____. *Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Mesa Redonda: Nordeste: uma representação

espacial da pobreza e da migração. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 28.05. 2001 a 10.06.2001.

HIRST, Mônica Hellen Seabra. As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2011.

KRAUSE, Kátia Iracema. O Rato vai a Guerra: como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder nos EUA, 1928-1946. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, 2011.

LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 7, n. 14, p.241-263,1994.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde, Muita Saúva os males do Brasil são...” *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):313-332, 2000.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida – uma história da questão agrária no Brasil. Editora Campus, 1999.

MACIEL, Dulce Portilho. Conferência da Amazônia para a Batalha da Borracha” . ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

MAIA, João Marcelo Ehlert. “As idéias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 621 a 655, 2010.

MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Tese de Doutorado em História Econômica,1985. IN: *Cadernos UFAC (Universidade Federal do Acre). Série C. Estudos e Pesquisas*, nº 1, 1988. 1988.

MARQUES, Regina Celie Solimões (Org); FERREIRA, Luis Fernando; KLEIN, Lisabel; AROUCA, Sergio; IMBASSAY, Mabel. Uma história de vida na saúde pública: entrevista com Ernani Braga. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996

MC CANN, Frank D. “Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What did you do in the war, Zé Carioca?” *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, 6:2 Dez., 1995.

MENDES, Adilson Inácio. *A crítica viva de Paulo Emílio*. Tese de doutoramento em ciências da comunicação – Departamento de Cinema, Rádio e Televisão; Escola de Comunicações e Artes; USP, 2012.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. *Rumo a Terra da Fartura: Jean Pierre Chablos e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. – Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MORALES,. Lucia Arrais. *Vai Vem Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

_____. *Relações Exteriores no Brasil:1939-1950:Mudanças das Naturezas das Relações Brasil e Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. – Brasília: FUNAG, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p.107-131, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Introdução”. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992.

_____. “Estado Novo e a conquista de Espaços Territoriais e simbólicos”. *Política e Sociedade* n. 12 abril – p.13-21, 2008.

PANDOLFI, Dulce. (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PINHEIRO, Leticia. “A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista USP São Paulo* (26): 108-119, junho-agosto, 1995. Online: <http://www.usp.br/revistausp/26/10-leticia-100.pdf>

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil – A falência da Borracha Vegetal no Brasil*. – São Paulo: HUCITEC: Conselho Regional de Economia, 1984.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A construção de Representações Nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil Moderno*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo.N. Sér. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.

SECRETO, Maria Veronica. Soldados da Borracha – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia de Vargas. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira *et all.* O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Ed. Multifoco, 2010.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas no século XX. Fortaleza: Ed. Batista Fontenele, 1953.

STURKEN, Marita & CARTWRIGTH, Lisa. “Scientific Looking, Looking at Science”. *Practices of Looking*. An introduction to visual culture. New York:Oxford University Press; 2003.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILKINSON, Xênia. *Tapping the Amazon Victory: Brazil’s “Battle for Rubber” of World War II*. Georgetown University, 2009.

Wolff, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta, Uma História: Alto Juruá, Acre, 1890-1945* (São Paulo: Editora Hucitec, 1999).

Arquivos Consultados

Arquivo Nacional

Fundo Paulo de Assis Ribeiro – Caixas 4 e 5 – documentação administrativa do SEMTA.

Museu de Arte da Universidade do Ceará – Universidade Federal do Ceará
Acervo Jean Pierre Chabloz

Cinemateca Brasileira
Acervo Paulo Emílio Salles Gomes

Acervo de Família Particular Ana Maria Scherer Chabloz

Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos
Revista do Serviço Público
Boletim Comercial do Amazonas

Biblioteca Pública do Estado do Ceará
Jornal *Correio do Ceará*
Jornal *O Nordeste*
Jornal *Unitário*

Instituto Histórico Geográfico do Ceará
Jornal *O Povo*

ANEXOS

Anexo 1. “Lista Anexa” de 2 de fevereiro de 1943:

Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx.4. Doc. 7.111

Lista Anexa

I – DOENÇA DA PELE

A) Micose

- 1- Pityriasis versicolor*
- 2- Eritrismo*
- 3- Herpes Circinado*
- 4- Eczema de Ebra*

B) Lúpus Eritematoso

C) quistos sebáceos, da face, etc.

II – APARELHO CIRCULATÓRIO

A) Hipotensão arterial – conveniência de fixar os limites de aceitabilidade

B) Distúrbios Circulatórios funcionais – mesmo com extra-sístoles, taquicardia, na dependência de causas estranhas a lesões orgânicas do aparelho.

III-APARELHO VISUAL

Há vários casos de indivíduos com diminuição da capacidade visual, ou mesmo perda total da visão de um lado, em consequência de processos antigos, não evolutivos.

IV – ÓRGÃOS GENITAIS

A) Hidrosule – de pequeno a médio volume

B) Varicoscele – de pequeno a médio volume

C) Cisto de Cordão

V – DEFEITOS ORGÂNICOS

A – Congênitos

A) Criptorquidia

B) Dismojias, como joelho varo ou valgo, pé valgo, equino, torto, varo, etc. – sem perturbações funcionais que possam diminuir a capacidade de trabalho.

B – Adquiridas

A) Lesões Mutilatórias

- Ausência de falanges, ou mesmo de dois ou três dígitos*
- Retrações tendinosas conseqüentes a processos inflamatórios*
- Anquiloses parciais sem conseqüências funcionais de maior importância*

C – Hipo-Evolutismo somático – é grande o número de candidatos maiores de 18 anos, de complexão mais ou menos franzina, aspecto infantil, e que no entanto são aptos para o trabalho.

Fortaleza, 20/02/1943 [não contém assinatura]

Anexo 2. Lista de Doença de 8 de abril de 1943:

Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cx.4. Doc. 7.138

Fortaleza, 8 de abril de 1943⁵⁰⁸

Sr. Médico de Seleção:

Afim de estabelecer norma mais segura no critério de seleção, nos pontos mais afastados em que o contato do médico com este Departamento é mais difícil, faço uma relação das entidades clínicas mais freqüentemente encontradas e que constituirão motivos de recusas definitivas:

I-APARELHO CIRCULATÓRIO

- 1- Todas as lesões oro-valvulares, mesmo compensadas*
- 2- Afecções do miocárdio e pericárdio*
- 3- Aortites*
- 4- Aneurismas*
- 5- Hipertensão arterial – acima de 15 para a máxima*

⁵⁰⁸ Arquivo Nacional. AP-50. caixa 4. doc. 7.138

- 6- *Hipotensão arterial – abaixo de 9,5 para a mínima [sic], salvo casos especiais em que o quadro clínico justificar a aprovação do candidato*
- 7- *Varicoses dos membros inferiores, com tendência a úlceras*
- 8- *Arterio-esclerose*

II – APARELHO RESPIRATÓRIO

- 1- *Bronquites crônicas*
- 2- *Processos específicos, mesmo não evolutivos (baciloses)*
- 3- *Bronquiectasias*
- 4- *Enfisema Pulmonar*
- 5- *Asma Brônquica*
- 6- *Processos pleurais*

III – APARELHO DIGESTIVO

- 1- *Processos estenosantes de tubo digestivo*
- 2- *Apendicite crônica ou aguda*
- 3- *Úlcera gastro-duodenal*
- 4- *Colicistes, angio-celicistites*
- 5- *Cirrose*
- 6- *Icterícias*

IV – APARELHO GENITO-URINÁRIO

- 1- *Todos os processos renais hematogênicos (nefrose, nefrite, esclerose-renal)*
- 2- *Pielonefrites*
- 3- *Litíase Renal*
- 4- *Rim móvel*
- 5- *Cistites, erquites, etc*
- 6- *Estreitamento da uretra*
- 7- *Adenomas da Próstata*

V- DOENÇAS DO SANGUE

- 1- *Anemias intensas*
- 2-

VI – DO SISTEMA NERVOSO

- 1- *Epilepsia*
- 2- *Neuro-lues*

- 3- *Parkinsonismos*
- 4- *Psico-Neuroses*
- 5- *Oligo-frenias*
- 6- *Pelinevrites e neurites*

VII – DOENÇAS DO APARELHO ENDÓCRINO

- 1- *Basedovismo*
- 2- *Mixedema*
- 3- *Addisonismo*
- 4- *Diabetes*

VIII – DOENÇAS DO SISTEMA ARTICULAR

- 1- *Artrites*
- 2- *Reumatismo*

IX – DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

- 1- *Lepra*
- 2- *Tuberculose*

Serão considerados recuperáveis os portadores de outras afecções infecto-contagiosas, porém, somente serão considerados recuperados os que não apresentarem [sic] aquelas, depois de tratados. Porém, em hipótese alguma, a serviço poderá aceitar portadores de doenças infecto-contagiosas para recuperação, a não ser em os casos de blenorragia, cancros venéreos, de fácil e rápida recuperação.

X- DOENÇAS DE PELE

São quase todas as mais freqüentes, consideradas recuperáveis, mesmo em viagem. São motivos de recusa, no entanto:

- 1- *Herpes circinados extensos*
- 2- *Eritrasma intensos*
- 3- *Ulceras crônicas*
- 4- *Eczemas*
- 5- *Mal perfurante plantar*
- 6- *Lúpus eritematose*
- 7- *Tinhas*

XI – SÃO AINDA MOTIVOS DE RECUSAS:

- 1- *Hérnias*
- 2- *Hidroceles e varicosceles volumosos*
- 3- *Cistos de [condão]*
- 4- *Lesões mutilatórias, com perturbações funcionais de vulto*
- 5- *Hipo-evolutismo físico, sobretudo nos casos de constituição débil em indivíduos de 18 a 22*
- 6- *Senilidade precoce*
- 7- *Constitui ainda motivo para uma especial recomendação, a verificação das conjuntivas para o diagnóstico de TRACOMA INCIPIENTE, o que sempre que suspeitado, deverá merecer um exame muito atento.*

Outras entidades que não as examinadas nesta circular, poderão ser discutidas, em consultadas dirigidas a este Departamento.

Saudações,

Dr. José Rodrigues Silva

Assist. Clínico do Dep. de Assist. Médica